

Ministério da
Educação



RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2017



©2017 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O RELATÓRIO DE GESTÃO 2016 está acessível em <http://dpgi.seplan.ufsc.br>.
Correspondência: Secretaria de Planejamento e Orçamento. Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. CEP 88040-900 Telefone: +55 (48) 3721-4201.

Gestão até 10/05/2016	Gestão a partir de 10/05/2016
Reitora	Reitor
Prof. ^a Roselane Neckel	Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo
Vice-Reitora	Vice-Reitora
Prof. ^a Lúcia Helena Martins Pacheco	Prof. ^a Alacoque Lorenzini Erdmann
Chefe do Gabinete da Reitoria	Diretor Geral do Gabinete da Reitoria
Prof. Carlos Antonio Oliveira Vieira	Prof. Alvaro Guillermo Rojas Lezana
Pró-Reitor de Graduação	Chefe do Gabinete da Reitoria
Prof. Julian Borba	Prof. Aureo Mafra de Moraes
Pró-Reitora de Pós-Graduação	Pró-Reitor de Administração
Prof. ^a Joana Maria Pedro	Bel. Jair Napoleao Filho
Pró-Reitor de Pesquisa	Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Prof. Jamil Assereuy Filho	Prof. Pedro Luiz Manique Barreto
Pró-Reitor de Extensão	Pró-Reitor de Extensão
Prof. Edison da Rosa	Prof. Rogério Cid Bastos
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento	Pró-Reitor(a) de Graduação
Prof. Antonio Cezar Bornia	Prof. Felício Wessling Margotti (até 24/11/16)
Pró-Reitor de Administração	Prof. ^a Tereza Cristina Rozone de Souza
Bel. Antônio Carlos Montezuma Brito	Pró-Reitor de Pós-Graduação
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis	Prof. Sergio Fernando Torres de Freitas
Profa. Denise Cord	Pró-Reitor de Pesquisa
Secretária de Gestão de Pessoas	Prof. Sebastião Roberto Soares
Bel. Juliana Blau	Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
Secretária de Cultura	Bel. Carla Cristina Dutra Burigo
Prof. ^a Rosana Cássia Kamita	Secretário de Planejamento e Orçamento
Secretário de Relações Internacionais	Prof. Vladimir Arthur Fey
Prof. Aguinaldo Roberto Pinto	Secretário de Aperfeiçoamento Institucional
Secretária Adjunta de Aperfeiçoamento Institucional	Prof. Luiz Henrique Urquhart Cademartori
Bel. Thayse Kiatkoski Neves	Secretária de Cultura e Arte
	Prof. ^a Maria de Lourdes Alves Borges
	Secretário de Relações Internacionais
	Prof. Lincoln Paulo Fernandes
	Secretário de Obras, Manutenção e Ambiente
	Bel. Paulo Roberto Pinto da Luz
	Secretário de Segurança Institucional
	Bel. Leandro Luiz de Oliveira
	Secretário de Inovação e Propriedade Intelectual
	Prof. Claudio Jose Amante
	Secretário de Esportes
	Prof. Edison Roberto de Souza
	Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades
	Prof. ^a Francis Solange Vieira Tourinho
	Secretário de Educação a Distância
	Prof. Marcos Baptista Lopez Dalmau

Diretor do Centro de Ciências Agrárias

Prof. Jose Carlos Fiad Padilha (até 25/12/16)

Prof. Walter Quadros Seiffert

Diretor(a) do Centro de Ciências Biológicas

Prof.^a Sônia Gonçalves (até 25/12/16)

Prof. Alexandre Verzani Nogueira

Diretor do Centro de Comunicação e Expressão

Prof. Felício Wessling Margotti (até 10/05/16)

Prof. Arnaldo Debatin Neto

Diretor(a) do Centro de Ciências da Saúde

Prof. Sergio Fernando Torres de Freitas (até 10/05/16)

Prof.^a Isabela de Carlos Back Giuliano (até 25/12/16)

Prof. Celso Spada

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas

Prof. Luis Carlos Cancellier de Olivo (até 10/05/16)

Prof. Ubaldo César Balthazar

Diretor do Centro de Desportos

Prof. Edison Roberto de Souza (até 10/05/16)

Prof. Luciano Lazzaris Fernandes (até 25/12/16)

Prof. Antônio Renato Pereira Moro

Diretor do Centro Ciências da Educação

Prof. Nestor Manoel Habkost

Diretor(a) do Centro de Filosofia e Ciências**Humanas**

Prof. Paulo Pinheiro Machado (até 25/12/16)

Prof.^a Miriam Furtado Hartung

Diretor do Centro de Ciências Físicas e**Matemáticas**

Prof. Valdir Rosa Correia (até 25/12/16)

Prof. Licio Hernanes Bezerra

Diretor(a) do Centro Socioeconômico

Prof.^a Elisete Dahmer Pfitscher (até 25/12/16)

Prof. Irineu Manoel de Souza

Diretor do Centro Tecnológico

Prof. Sebastião Roberto Soares (até 10/05/16)

Prof. Edson Roberto de Pieri

Diretor do Centro de Araranguá

Prof. Eugênio Simão

Diretor do Centro de Blumenau

Prof. Ubirajara Franco Moreno (até 01/04/16)

Prof. João Luiz Martins

Diretor do Centro de Ciências Rurais

Prof. Leocir José Welter (até 25/12/16)

Prof. Juliano Gil Nunes Wendt

Diretora do Centro Tecnológico de Joinville

Prof.^a Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto

Ministério da Educação

Universidade Federal de Santa Catarina

Relatório de Gestão do exercício 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016 e da Portaria TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2017.

Secretaria de Planejamento e Orçamento
Departamento de Planejamento e Gestão da Informação
Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão

Florianópolis, 2017

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	17
1.1 Finalidade e Competências.....	17
1.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	17
1.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	17
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	18
1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	18
1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	18
1.3 Ambiente de atuação	19
1.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	19
1.3.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	19
1.4 Organograma	20
1.5 Macroprocessos finalísticos	81
1.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	81
1.5.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	82
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	87
2.1 Planejamento organizacional.....	87
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	87
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	93
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	98
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	98
2.3 Desempenho orçamentário	98
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	99
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	117
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	117
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	118
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	118
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas	119
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas.....	122
2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	125
2.4 Desempenho operacional	126
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	127
2.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	127

2.6	Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos.....	137
3.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	138
3.1	Descrição das estruturas de governança.....	138
3.1.1	Universidade Federal de Santa Catarina.....	138
3.1.2	Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	139
3.2	Atuação da unidade de auditoria interna	140
3.2.1	Normas que regulam a atuação da Auditoria Interna.....	140
3.2.2	Independência e objetividade da Auditoria Interna.....	140
3.2.3	Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.....	140
3.2.4	Estrutura e posicionamento da unidade de Auditoria Interna	140
3.2.5	Informações de como se certifica que a administração toma conhecimento das recomendações e assume os riscos pela não implementação.....	141
3.2.6	Descrição da sistemática de comunicação à gestão superior sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna.....	141
3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	141
3.4	Gestão de riscos e controles internos	141
4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	144
4.1	Gestão de pessoas.....	144
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	149
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	151
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	153
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	153
4.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	156
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	156
4.2.1	Gestão da frota de veículos.....	156
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	164
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	164
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	168
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	172
4.2.6	Informações sobre a infraestrutura física.....	174
4.3	Gestão da tecnologia da informação	174
4.3.1	Principais sistemas de informações	174
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	184
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	189
5.1	Canais de acesso do cidadão	189
5.1.1	Universidade Federal de Santa Catarina.....	189

5.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	189
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	190
5.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	190
5.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	190
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	190
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	191
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	192
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	198
6.1 Desempenho financeiro do exercício	198
6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	198
6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão .	198
6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	205
6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	205
6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	210
6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	211
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	212
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	212
7.1.1 Formas para o efetivo acompanhamento das deliberações do tribunal	212
7.1.2 Deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício	212
7.1.3 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento em acórdãos de exercícios anteriores.....	212
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	254
7.2.1 Formas para o efetivo acompanhamento das recomendações do órgão de controle interno	254
7.2.2 Plano de Providências Permanente da CGU (atualização em 2016)	255
7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário .	259
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	259
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	259
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	260
7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	260
8. ANEXOS E APÊNDICES	264
I. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/	264
II. Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc/	264

III. Lei de criação da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2014/09/Credenciamento-Lei-n%C2%BA-3.849-de-18-de-dezembro-de-19601.pdf	264
9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	265
9.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	266
9.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	267
9.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas	268
9.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	269
9.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	270
9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	273
10. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994	277
10.1 Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPese	277
10.2 Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB	284
10.3 Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina – FEESC	288
10.4 Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU	299

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1 - REITORIA DA UFSC	22
QUADRO 2 - DIREÇÃO DO GABINETE DO REITOR	23
QUADRO 3 - DIREÇÃO DA EDITORA UNIVERSITÁRIA	24
QUADRO 4 - DIREÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	25
QUADRO 5 - DIREÇÃO DA TV UFSC	25
QUADRO 6 - DIREÇÃO DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO	26
QUADRO 7 - DIREÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL	27
QUADRO 8 - DIREÇÃO DA AUDITORIA INTERNA	28
QUADRO 9 - DIREÇÃO GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC	29
QUADRO 10 - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	33
QUADRO 11 - PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	38
QUADRO 12 - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO	40
QUADRO 13 - PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	41
QUADRO 14 - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA	42
QUADRO 15 - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	43
QUADRO 16 - PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS	45
QUADRO 17 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	46
QUADRO 18 - SECRETARIA DE CULTURA E ARTE	50
QUADRO 19 - SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	51
QUADRO 20 - SECRETARIA DE APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL	52
QUADRO 21 - SECRETARIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E AMBIENTE	53
QUADRO 22 - SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES	55
QUADRO 23 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	55
QUADRO 24 - SECRETARIA DE ESPORTES	56
QUADRO 25 - SECRETARIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL	57
QUADRO 26 - SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	58
QUADRO 27 - CAMPUS DE ARARANGUÁ / CENTRO DE ARARANGUÁ	60
QUADRO 28 - CAMPUS DE BLUMENAU / CENTRO DE BLUMENAU	62
QUADRO 29 - CAMPUS DE CURITIBANOS / CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS	63
QUADRO 30 - CAMPUS DE JOINVILLE / CENTRO TECNOLÓGICO DE JOINVILLE	65
QUADRO 31 - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	66
QUADRO 32 - CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	67
QUADRO 33 - CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	68
QUADRO 34 - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	70
QUADRO 35 - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	71
QUADRO 36 - CENTRO DE DESPORTOS	73
QUADRO 37 - CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	74
QUADRO 38 - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	75
QUADRO 39 - CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	77
QUADRO 40 - CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO	78
QUADRO 41 - CENTRO TECNOLÓGICO	79
QUADRO 42 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	83
QUADRO 43 - PRINCIPAIS INSUMOS E FORNECEDORES PARA A PRODUÇÃO DE CADA MACROPROCESSO	85
QUADRO 44 - OBJETIVOS DO PDI DE ACORDO COM A DIMENSÃO E QUANTIDADE DE METAS VINCULADAS	90
QUADRO 45 - SERVIÇOS REESTRUTURADOS / IMPLANTADOS	92
QUADRO 46 - PROJETOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	93
QUADRO 47 - PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS	95
QUADRO 48 - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	99
QUADRO 49 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	101
QUADRO 50 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR 1	102
QUADRO 51 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR 2	104
QUADRO 52 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	104
QUADRO 53 - PROGRAMAS DA PRAE	105
QUADRO 54 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	106
QUADRO 55 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - REUNI	107

QUADRO 56 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – MAIS MÉDICOS.....	108
QUADRO 57 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – EMENDA DE BANCADA.....	109
QUADRO 58 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – UFSC.....	110
QUADRO 59 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – UFSC.....	111
QUADRO 60 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - UFSC.....	111
QUADRO 61 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - UFSC.....	112
QUADRO 62 - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS.....	113
QUADRO 63 - FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS - HU.....	113
QUADRO 64 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - HU.....	114
QUADRO 65 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – HU.....	115
QUADRO 66 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – HU.....	115
QUADRO 67 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES – HU.....	116
QUADRO 68 – CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS.....	117
QUADRO 69 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	118
QUADRO 70 – RECEITA PREVISTA E ARRECADADA DE 2013 A 2016.....	120
QUADRO 71 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	122
QUADRO 72 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	123
QUADRO 73 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	125
QUADRO 74 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	125
QUADRO 75 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	125
QUADRO 76 - CUSTO ALUNO COM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO.....	127
QUADRO 77 - CUSTO CORRENTE COM HU.....	127
QUADRO 78 - CUSTO ALUNO SEM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - FÓRMULA.....	128
QUADRO 79 - CUSTO ALUNO SEM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO.....	128
QUADRO 80 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	129
QUADRO 81 - PROFESSOR EQUIVALENTE.....	129
QUADRO 82 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU.....	130
QUADRO 83 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU.....	130
QUADRO 84 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU.....	131
QUADRO 85 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU.....	131
QUADRO 86 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	131
QUADRO 87 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	131
QUADRO 88 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL.....	132
QUADRO 89 - ALUNOS EFETIVAMENTE MATRICULADOS.....	132
QUADRO 90 - GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO.....	132
QUADRO 91 - CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO.....	132
QUADRO 92 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	132
QUADRO 93 - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	134
QUADRO 94 - QUALIFICAÇÃO DOCENTE.....	134
QUADRO 95 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO.....	134
QUADRO 96 – RESUMO DOS INDICADORES DO TCU.....	135
QUADRO 97 - RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002.....	136
QUADRO 98 - RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002.....	136
QUADRO 99 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS.....	142
QUADRO 100 – DADOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO.....	144
QUADRO 101 – DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS DE CAPACITAÇÃO.....	146
QUADRO 102 – AFASTAMENTOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.....	147
QUADRO 103 – AFASTAMENTOS DOCENTES.....	148
QUADRO 104 – AFASTAMENTOS DOS SERVIDORES TAES X CARGA HORÁRIA.....	148
QUADRO 105 – SERVIDORES AFASTADOS PARA CAPACITAÇÃO.....	148
QUADRO 106 – AFASTAMENTOS DOS SERVIDORES DOCENTES X CARGA HORÁRIA.....	149

QUADRO 107 - FORÇA DE TRABALHO DA UFSC.....	150
QUADRO 108 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	150
QUADRO 109 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UFSC.....	150
QUADRO 110 - QUADRO DE NECESSIDADE DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	151
QUADRO 111 - NATUREZAS DE DESPESAS DE PESSOAL.....	152
QUADRO 112 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - HU.....	154
QUADRO 113 – QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIOS VIGENTES	155
QUADRO 114 - QUANTIDADE DE VEÍCULOS UTILIZADOS NO ANO DE 2016, POR GRUPO	157
QUADRO 115 - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS EM USO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM 2016	158
QUADRO 116 - MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS	160
QUADRO 117 - IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPO DE VEÍCULOS	161
QUADRO 118 – MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.....	161
QUADRO 119 – DESPESAS ASSOCIADAS À FROTA DE VEÍCULOS	162
QUADRO 120 – VEÍCULOS OFICIAIS - HU	162
QUADRO 121 – VEÍCULOS EM PROCESSO DE BAIXA.....	164
QUADRO 122 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	166
QUADRO 123 - IMÓVEIS EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO	167
QUADRO 124 - IMÓVEIS CEDIDOS ATRAVÉS DE INSTRUMENTO JURÍDICO (TERMO DE CESSÃO; COMODATO ETC)	167
QUADRO 125 - IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	168
QUADRO 126 - CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS.....	169
QUADRO 127 - INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	172
QUADRO 128 - METAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	175
QUADRO 129 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI	180
QUADRO 130 - QUADRO TOTAL DE PESSOAL DE TI NA UFSC	181
QUADRO 131 - RELAÇÃO DOS SISTEMAS DO HU/UFSC.....	182
QUADRO 132 – DEMANDAS RECEBIDAS NA OUVIDORIA EM 2016.....	191
QUADRO 133 – ESTUDANTES AUTODECLARADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS.....	193
QUADRO 134 – DADOS DO TRABALHO DESENVOLVIDO NA CAE.....	195
QUADRO 135 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS	199
QUADRO 136 – RECEITA PREVISTA E ARRECADADA DE 2013 A 2016	202
QUADRO 137 – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO EM ACÓRDÃOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	212
QUADRO 138 - ANÁLISE DA CGU NA ATUALIZAÇÃO DO PPP – ENCAMINHADA À UFSC EM 01/11/2016	255
QUADRO 139 - DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005.....	260
QUADRO 140 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FEPESE	277
QUADRO 141 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FEPESE	283
QUADRO 142 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FUNJAB.....	284
QUADRO 143 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS UPC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FUNJAB.....	287
QUADRO 144 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FEESC	288
QUADRO 145 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FEESC	297
QUADRO 146 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FAPEU	299
QUADRO 147 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS UPC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FAPEU	311

ÍNDICE DAS FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS	21
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DAS UNIDADES VINCULADAS À REITORIA	21
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO GABINETE DO REITOR.....	22
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA.....	23
FIGURA 5 – ORGANOGRAMA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	24
FIGURA 6 – ORGANOGRAMA DA TV UFSC.....	25
FIGURA 7 – ORGANOGRAMA DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO.....	26
FIGURA 8 – ORGANOGRAMA DA PROCURADORIA FEDERAL	27
FIGURA 9 – ORGANOGRAMA DA AUDITORIA INTERNA	28
FIGURA 10 – ORGANOGRAMA DA OUVIDORIA DA UFSC.....	28
FIGURA 11 – ORGANOGRAMA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	29
FIGURA 12 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO HU	30
FIGURA 13 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE ENFERMAGEM.....	31
FIGURA 14 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE MEDICINA	31
FIGURA 15 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE APOIO ASSISTENCIAL.....	32
FIGURA 16 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	33
FIGURA 17 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	35
FIGURA 18 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	35
FIGURA 19 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.....	36
FIGURA 20 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO PATRIMONIAL.....	36
FIGURA 21 – ORGANOGRAMA DA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA	37
FIGURA 22 – ORGANOGRAMA DO BIOTÉRIO CENTRAL.....	37
FIGURA 23 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	38
FIGURA 24 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO	39
FIGURA 25 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	40
FIGURA 26 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA	42
FIGURA 27 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	43
FIGURA 28 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS.....	44
FIGURA 29 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	46
FIGURA 30 – ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO	47
FIGURA 31 – ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	48
FIGURA 32 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ..	49
FIGURA 33 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	49
FIGURA 34 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE CULTURA E ARTE.....	50
FIGURA 35 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	51
FIGURA 36 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL	52
FIGURA 37 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E AMBIENTE	52
FIGURA 38 – ORGANOGRAMA DA PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	54
FIGURA 39 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES	54
FIGURA 40 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	55
FIGURA 41 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESPORTES	56
FIGURA 42 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELLECTUAL	57
FIGURA 43 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	58
FIGURA 44 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE ARARANGUÁ.....	59
FIGURA 45 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE ARARANGUÁ.....	60
FIGURA 46 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE BLUMENAU.....	61
FIGURA 47 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE BLUMENAU.....	61
FIGURA 48 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE CURITIBANOS.....	62
FIGURA 49 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS	63
FIGURA 50 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE JOINVILLE.....	64
FIGURA 51 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO DE JOINVILLE.....	64
FIGURA 52 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	66
FIGURA 53 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.....	67

FIGURA 54 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CURSOS	67
FIGURA 55 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	68
FIGURA 56 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - CURSOS	69
FIGURA 57 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	70
FIGURA 58 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	71
FIGURA 59 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CURSOS	72
FIGURA 60 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE DESPORTOS	72
FIGURA 61 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	73
FIGURA 62 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CURSOS	74
FIGURA 63 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	75
FIGURA 64 – ORGANOGRAMA - ORGANOGRAMA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CURSOS	76
FIGURA 65 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	76
FIGURA 66 – ORGANOGRAMA DO CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO	77
FIGURA 67 – ORGANOGRAMA DO CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CURSOS	78
FIGURA 68 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO	79
FIGURA 69 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO – CURSOS DE GRADUAÇÃO	80
FIGURA 70 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO – CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO	80
FIGURA 71 - PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.....	87

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PROJETOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS - 2016	94
GRÁFICO 2 - STATUS DOS PROJETOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS - 2016	95
GRÁFICO 3 - PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS - 2016	96
GRÁFICO 4 - STATUS DOS PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS - 2016	97
GRÁFICO 5 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CURSOS	146

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 18 de dezembro de 1960, é uma Autarquia Federal, vinculada ao Sistema Federal de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC). Compreende uma comunidade de aproximadamente 50 mil pessoas, dentre eles cerca de 5.500 professores e técnicos-administrativos em Educação e mais de 40 mil estudantes de graduação e pós-graduação.

A UFSC conta com 15 unidades universitárias. Em Florianópolis estão: Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências Biológicas; Centro de Ciências da Educação; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Físicas e Matemáticas; Centro de Ciências Jurídicas; Centro de Comunicação e Expressão; Centro de Desportos; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro Socioeconômico e Centro Tecnológico. No campus de Florianópolis também estão localizados o Colégio de Aplicação (CA) e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), criados respectivamente em 1961 e 1980, oferecendo todos os níveis de educação infantil, fundamental e médio.

No interior, a UFSC também conta com o Centro Tecnológico de Joinville, o Centro de Araranguá, o Centro de Ciências Rurais em Curitiba e o Centro de Blumenau. Nesses novos campi, instituídos com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do MEC, permitiram a integração estratégica da Universidade em diversas cidades do Estado de Santa Catarina, ampliando seu papel social e firmando sua atuação como entidade pública na construção de uma sociedade mais avançada.

Com o surgimento de novas tecnologias aplicadas à educação, em 1995 a UFSC começou a implantar programas de Educação a Distância, particularmente cursos de extensão, com a utilização de vídeo-aulas transmitidas via satélite, internet e outras mídias. Diversos grupos integraram as ações de educação à distância no âmbito do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), o que contribuiu para o fortalecimento da infraestrutura e ampliou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em todo o território nacional.

A administração da Universidade se sustenta numa estrutura organizacional composta por colegiados acadêmicos e câmaras, encarregados de por em prática as políticas universitárias emanadas do Conselho Universitário, órgão máximo da instituição. Com relação às funções de fiscalização, a UFSC conta com o Conselho de Curadores, a Auditoria Interna e a Ouvidoria. Os órgãos executivos integram a gestão superior da Universidade, com sete Pró-reitorias e dez Secretarias, coordenadas pelo Gabinete da Reitoria. As pró-reitorias englobam a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa, a Extensão, a Administração, os Assuntos Estudantis e o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas. As oito secretarias implementam as ações relacionadas com o Planejamento e Orçamento, Aperfeiçoamento Institucional, Relações Internacionais, Cultura e Artes, Obras, Manutenção e Meio-ambiente, Inovação e Esportes, Ações Afirmativas e Diversidades, Segurança Institucional e Educação à Distância. Ainda, vinculados ao Gabinete da Reitoria encontram-se os órgãos suplementares, como o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, Editora, Agência de Comunicação e Imprensa Universitária.

A UFSC configura-se como uma Universidade multicampi, democrática e líder em suas áreas de atuação, com excelência acadêmica, eficácia e eficiência administrativa e saudável. Também como protagonista de suas finalidades e com pleno aproveitamento do seu potencial transformador da sociedade, sustentada numa gestão descentralizada e transparente, que estimule as ações cooperativas e colaborativas, reconhecendo e respeitando as diferenças.

O presente Relatório de Gestão da UFSC, referente ao ano de 2016, apresenta informações institucionais, observando as indicações emanadas dos órgãos de controle externo.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e Competências

1.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) rege-se pelo disposto no seu Estatuto e seu Regimento, cuja última atualização aconteceu em 2016. Segundo estes, a UFSC é uma instituição de ensino superior e pesquisa com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, e vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 – Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969).

O art. 3º de Estatuto estabelece que “A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”.

De acordo com o seu Estatuto, a UFSC, como instituição de ensino superior, tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição."

1.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Segundo o Ministério da Educação os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação permanente oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde.

A Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do SUS, preconiza que os hospitais são instituições complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsáveis pela assistência aos usuários com condições agudas ou crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de

complicações de seu estado de saúde, exigindo assistência contínua em regime de internação e ações que abrangem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação. Constituem-se ainda espaço de educação, de formação de recursos humanos, pesquisa e avaliação de tecnologias em saúde. Para a UFSC, o HU é considerado um Órgão Suplementar previsto no Artigo 12, inciso V do seu Estatuto e diretamente vinculado ao Reitor.

É um Hospital de Ensino, certificado pelos Ministérios da Saúde e Educação e um Hospital Geral, por prestar atendimentos em clínica médica, cirúrgica, tocoginecologia e pediatria. Possui três emergências portas-abertas (adulto, pediátrica e ginecológica/obstétrica), e duas UTIs (adulto e neonatal), além dos serviços de atenção especializada ambulatorial, de apoio assistencial e diagnóstico complementar. O HU, segundo o seu Regimento Interno, tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa, e extensão na área de saúde e afins, harmonizada com o Sistema Nacional de Saúde vigente.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina se rege pelo Estatuto e pelo Regimento Geral, que se encontram em anexo a este documento.

De acordo com o Art. 17 do Estatuto da Instituição, compete ao Conselho Universitário reformá-lo desde que aprovado por três quintos do total de seus membros, submetendo as alterações à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação.

1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Atualmente, o Regimento Interno do HU, é o instrumento normativo da instituição, no tocante à estrutura da unidade e suas competências. Este Regimento foi revisado e aprovado no Conselho Diretor do HU em 2015 e define as atribuições dos cargos e funções baseado na estrutura institucional vigente.

Após a adesão da UFSC à EBSEH visando a gestão do HU, aprovada pelo Conselho Universitário da UFSC em dezembro de 2015, e com assinatura do contrato em março de 2016, iniciou-se a fase de transição para o novo modelo organizacional, baseado em Unidades, Setores e Divisões, seguindo a lógica das Linhas de Cuidado preconizadas pelo SUS. No atual momento o HU encontra-se sob gestão compartilhada, existindo ainda cargos relativos ao antigo organograma e iniciando a nomeação das novas chefias no modelo EBSEH, com a reorganização das estruturas funcionais. A partir da evolução do processo de transição previsto para durar dezoito meses após assinatura do contrato, haverá necessidade de elaboração de um novo Regimento Interno adequado à estrutura em implantação, com a determinação das atribuições relativas a cada grupo funcional, o que deve ocorrer ainda em 2017.

Com relação aos manuais operacionais, o HU vem trabalhando na padronização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), definidos por uma descrição detalhada de todas as operações necessárias para a realização de determinada atividade. Ao longo dos últimos anos, todos os fluxos e procedimentos das áreas assistenciais e áreas meio foram mapeados e desenvolvidos, passando periodicamente por revisões. Estes POP são os instrumentos encontrados pela gestão visando transparência nos processos de trabalho e busca de qualidade através da revisão do próprio processo de forma participativa e coletiva

envolvendo os diversos setores. No sítio eletrônico do HU foram disponibilizados os principais POP concernentes a cada Diretoria Setorial.

1.3 Ambiente de atuação

1.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina atua em cinco regiões do estado, executando atividades de ensino, pesquisa e extensão em cinco campi, situados nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville e Florianópolis. Os quatro campi situados no interior do Estado, ainda em fase de consolidação, tiveram sua regulamentação recentemente aprovada pelo Conselho Universitário e, portanto, estão hoje plenamente integrados ao contexto universitário, inclusive com a representação definida nos colegiados, mesmo que os recursos necessários à sua total implantação não estejam ainda assegurados nos orçamentos destinados à instituição.

1.3.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O Hospital Universitário foi concebido na perspectiva do trinômio ensino, pesquisa e extensão e atende a comunidade local do Estado de Santa Catarina, turistas e visitantes de Florianópolis, sem distinção. O atendimento prioritário de ambulatório consolidou-se, permitindo que o HU/UFSC se estruturasse em quatro áreas básicas: clínica médica, cirúrgica, pediatria e tocoginecologia. Nas quatro áreas gerais o HU oferta serviços especializados de assistência, diagnóstico e terapêutica nos ambientes externos (ambulatoriais e emergências) e internos (pacientes internados), disponibilizando seus procedimentos à Rede de Atenção à Saúde, através do Gestor Estadual, mediante Instrumento Formal de Contratualização. O HU é também referência estadual em patologias complexas, com grande demanda na área de câncer e cirurgia de grande porte, nas diversas especialidades.

1.4 Organograma

A organização da UFSC é estruturada conforme o estabelecido em seu Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 03 de novembro de 1978 – Resolução nº65/78⁴³, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da portaria nº 56 de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer nº 779/CFE/81). A Administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares.

A Administração Superior efetivar-se-á por intermédio de:

I - Órgãos Deliberativos Centrais

- a) Conselho Universitário;
- b) Câmara de Graduação;
- c) Câmara de Pós-Graduação;
- d) Câmara de Pesquisa;
- e) Câmara de Extensão;
- f) Conselho dos Curadores.

II - Órgãos Executivos Centrais

- a) Reitoria;
- b) Vice-Reitoria;
- c) Pró-Reitorias;
- d) Secretarias.

Órgãos Suplementares

Os órgãos suplementares são unidades de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência à comunidade universitária, com subordinação direta ao reitor ou a autoridade administrativa por ele designada.

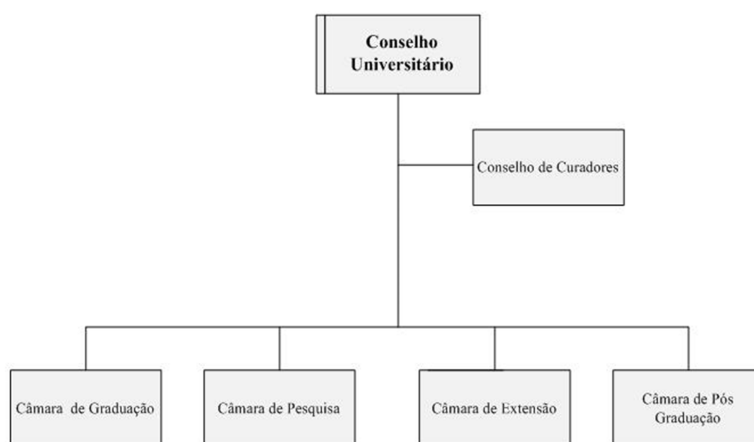
Os órgãos suplementares serão dirigidos por diretores nomeados pelo reitor.

Os Órgãos Suplementares são:

- Biblioteca Universitária;
- Restaurante Universitário;
- Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral;
- Hospital Universitário;
- Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Editora da UFSC;
- Biotério Central.

Organogramas dos Órgãos Deliberativos Centrais

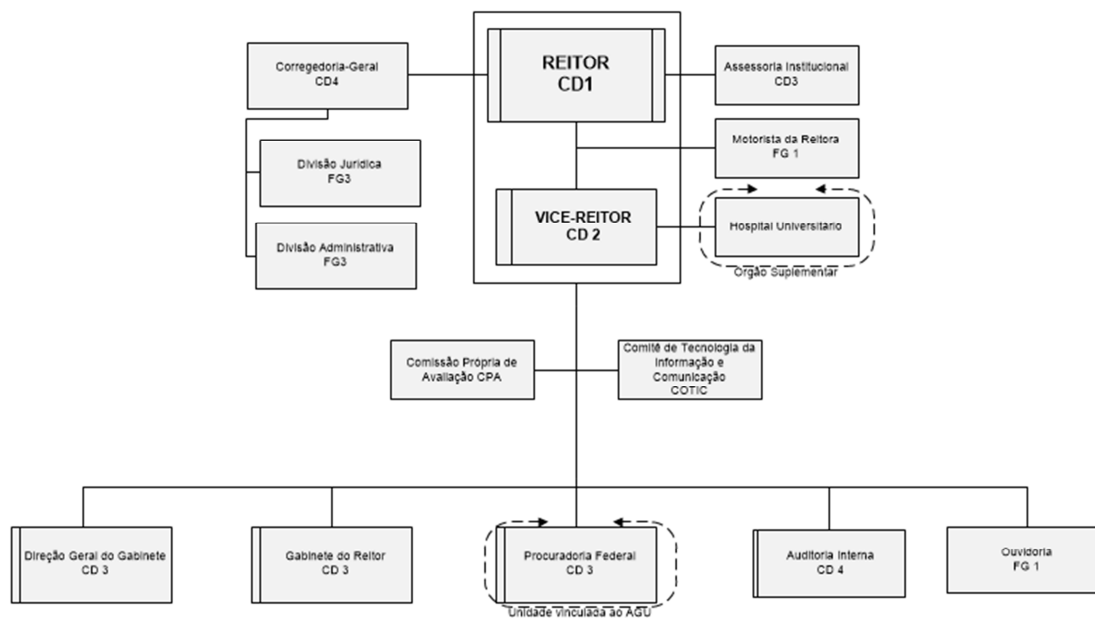
Figura 1 – Organograma dos Órgãos Deliberativos Centrais
Órgãos Deliberativos Centrais



Fonte: DPGI/UFSC

Organogramas dos Órgãos Executivos Centrais

Figura 2 – Organograma das Unidades Vinculadas à Reitoria
Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria



Fonte: DPGI/UFSC

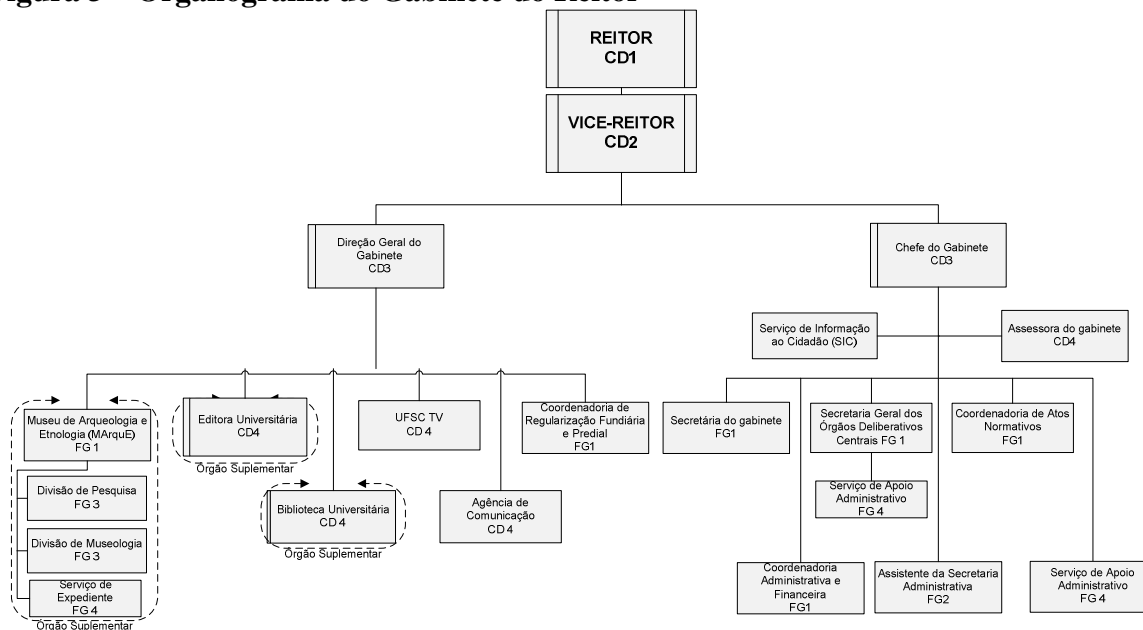
Quadro 1 - Reitoria da UFSC

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria	Representar a Universidade em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades.	Roselane Neckel	Professora/Reitora	01/01/2016 a 10/05/2016
		Luis Carlos Cancellier de Olivo	Professor/Reitor	10/05/2016 a 31/12/2016 Dec. Pres. 6/5/2016
Vice-Reitoria	A Vice-Reitora, além das atribuições estatutárias e regimentais, será a substituta do Reitor nas suas faltas e impedimentos.	Lucia Helena Martins Pacheco	Professor Associado/ Vice-Reitor	01/01/2016 a 10/05/2016
		Alacoque Lorenzini Erdmann	Professora/Vice Reitora	11/05/2016 a 31/12/2016
Corregedoria Geral	Dirigir a Corregedoria-Geral da UFSC, representando-a perante o reitor, o Conselho Universitário e os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais.	Rodolfo Hickel do Prado	Administrador/ Corregedor-geral	09/05/2016 a 31/12/2016
Assessoria Institucional	Assessorar diretamente o Reitor; assistir o reitor em seu relacionamento institucional externo.	Gelson Luiz de Albuquerque	Professor/Assessor Institucional	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Gabinete do Reitor

Figura 3 – Organograma do Gabinete do Reitor



Fonte: DPGI/UFSC

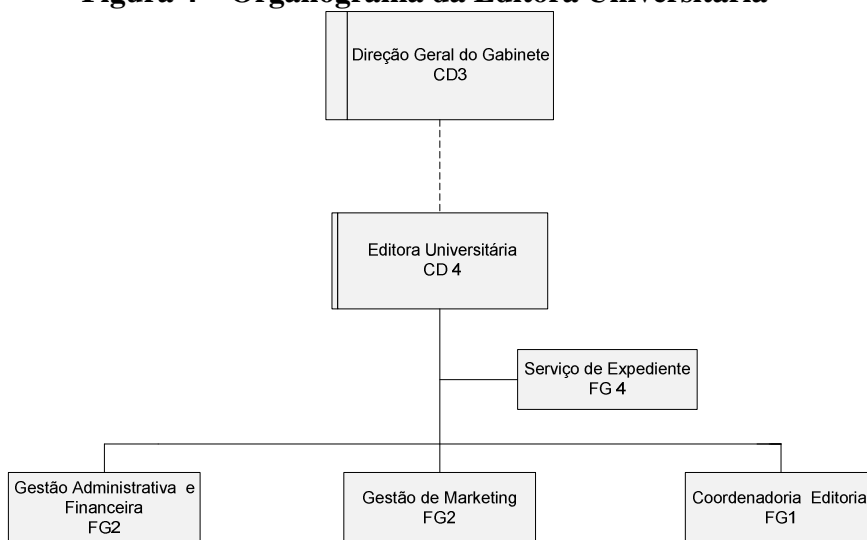
Quadro 2 - Direção do Gabinete do Reitor

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção Geral do Gabinete	Assessorar diretamente o Reitor; assistir o reitor em seu relacionamento institucional e administrativo.	Alvaro Guillermo Rojas Lezana	Professor/ Diretor-geral	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Chefe de Gabinete	Assessorar diretamente o Reitor e a Vice-Reitora; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.	Carlos Antonio Oliveira Vieira	Professor/ Chefe de gabinete	01/01/2016 a 11/05/2016
		Aureo Mafra de Moraes	Professor/ Chefe de gabinete	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Gabinete	Transmitir determinações e recomendações do Reitor, no âmbito da Universidade; prestar assistência à Reitoria nos relacionamentos institucionais e administrativos e coordenar as audiências diárias e os compromissos de agenda do Reitor.	Rosangela Gomes da Silva	Assistente em Administração/ Chefe de Gabinete Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
Gabinete do Reitor/ Assessoria do Gabinete	Atender ao Reitor, Vice-Reitora e Chefia do GR; executar atividades inerentes à área ou que venham a ser delegada pelo Reitor e pela Vice-Reitora.	Patrícia Fernandes	Secretária Executiva/ Assessora especial	01/01/2016 a 09/05/2016
		Kátia Denise Moreira	Secretária Executiva/ Assessora	11/05/2016 a 31/12/2016
Gabinete/ DGC	Planejar e executar a política pública de comunicação visando à disseminação de informações de interesse público, assim como projetos e políticas de Governo.	Tattiana Gonçalves Teixeira	Professora/ Diretora Geral	01/01/2016 a 09/05/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Editora Universitária

Figura 4 – Organograma da Editora Universitária



Fonte: DPGI/UFSC

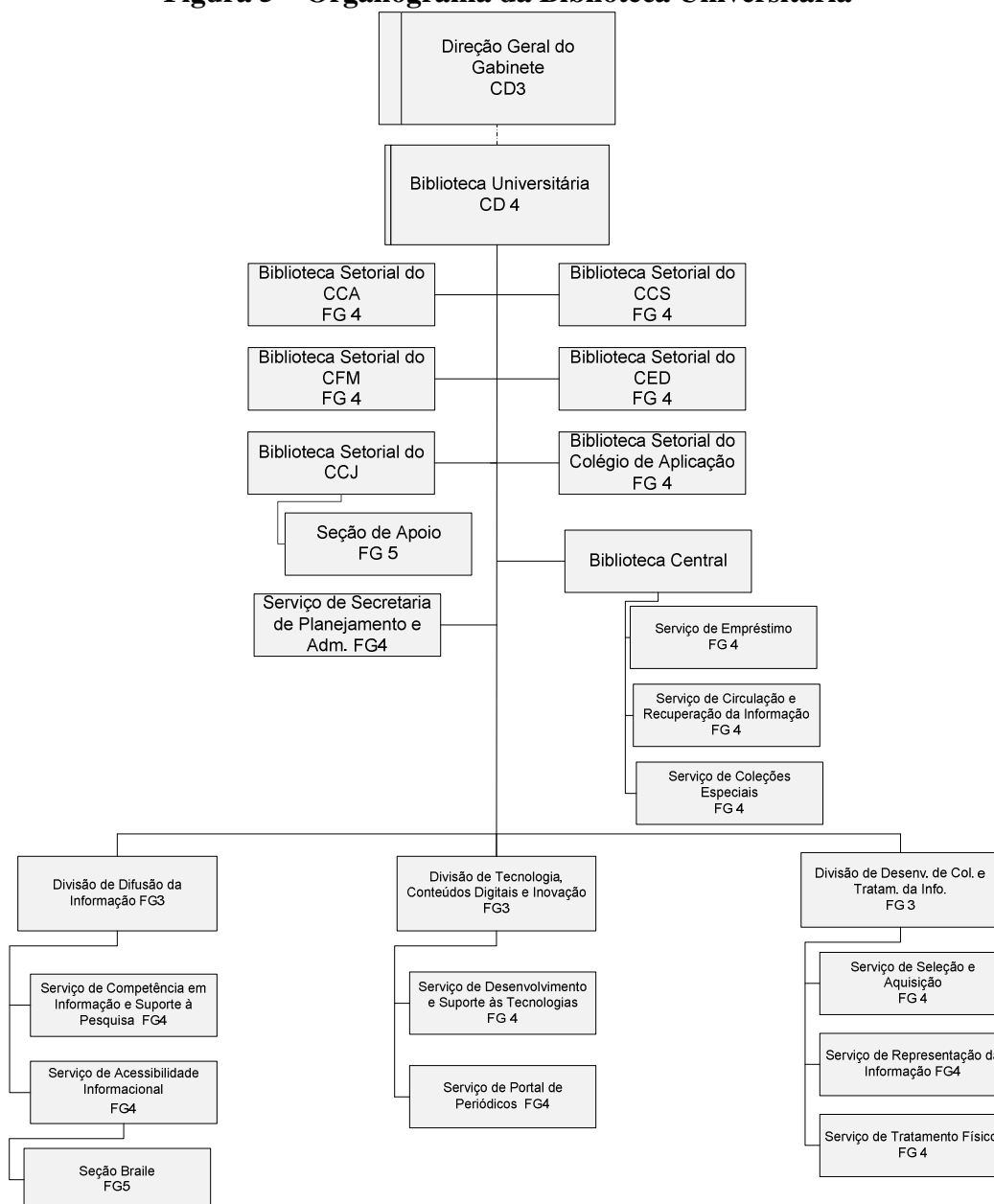
Quadro 3 – Direção da Editora Universitária

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete/ Editora	Representar a Editora junto à Administração Superior da Universidade. Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades inerentes à Editora, bem como delegar competência, de acordo com as necessidades internas do órgão.	Fabio Luiz Lopes da Silva	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Gleisy Regina Bories Fachin	Professora/ Diretora	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Biblioteca Universitária

Figura 5 – Organograma da Biblioteca Universitária



Fonte: DPGI/UFSC

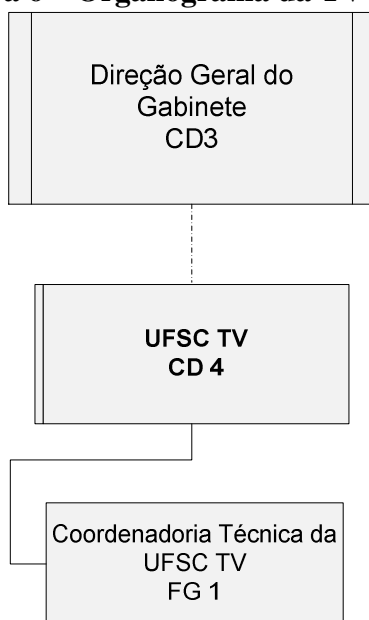
Quadro 4 – Direção da Biblioteca Universitária

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete / Biblioteca	Estabelecer, em colaboração com os órgãos competentes da UFSC e extra Universidade, programas de treinamento, capacitação e qualificação dos servidores técnico-administrativos da BU.	Sigrid Karin Weiss Dutra	Bibliotecária- Documentalista/ Diretora	01/01/2016 a 17/05/2016
		Roberta Moraes de Bem	Bibliotecário- Documentalista/ Diretora	17/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

TV UFSC

Figura 6 – Organograma da TV UFSC



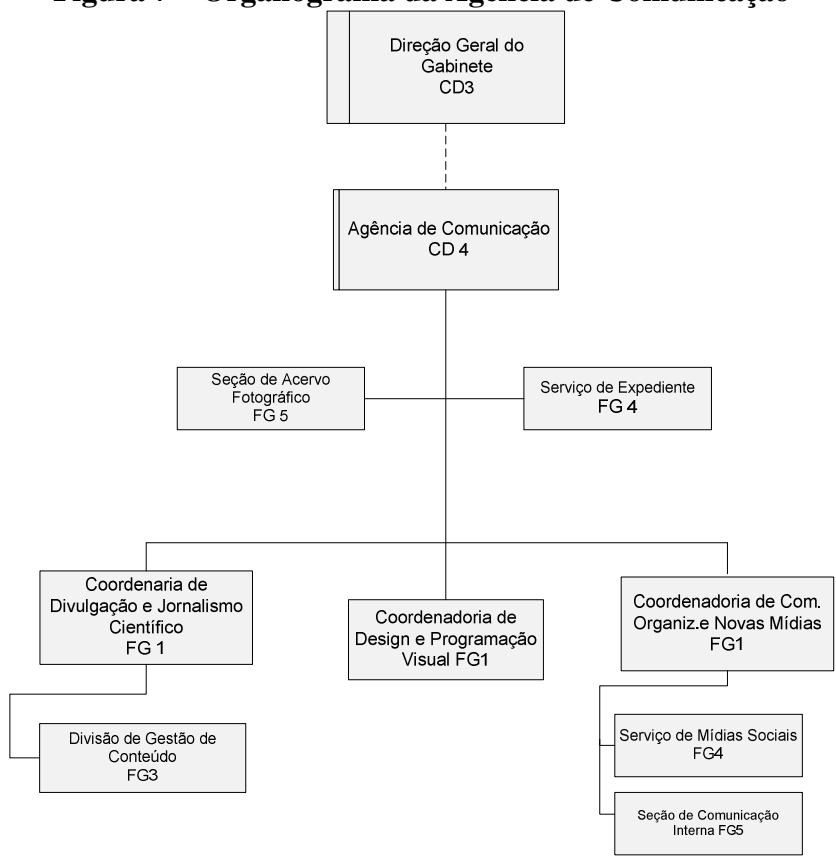
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 5 – Direção da TV UFSC

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete / TV UFSC	Planejar, organizar e dirigir as atividades técnicas, operacionais e administrativas da TV UFSC.	Felipe Jaino Laval Daniel	Técnico em Audiovisual/ Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 7 – Organograma da Agência de Comunicação



Fonte: DPGI/UFSC

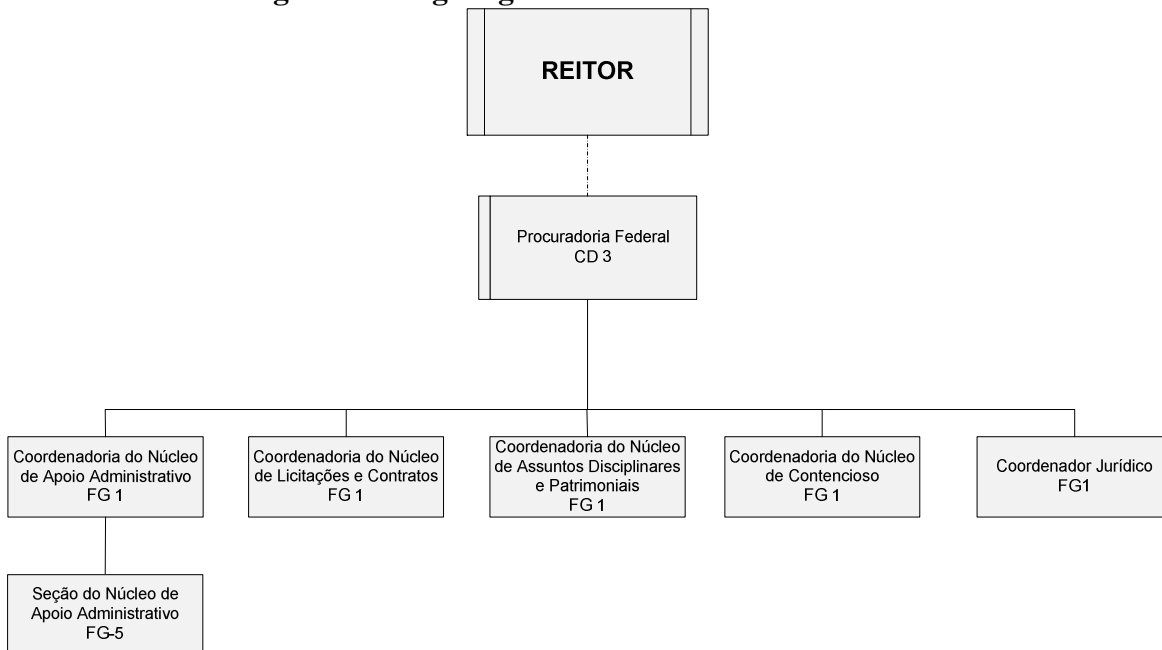
Quadro 6 – Direção da Agência de Comunicação

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete/ AGECOM	Propor e coordenar o planejamento e a execução de projetos e processos de comunicação institucional que visem à disseminação de informações de interesse público, como direitos e serviços, assim como projetos e políticas institucionais.	Artemio Reinaldo de Souza	Jornalista/ Diretor	27/10/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Procuradoria Federal

Figura 8 – Organograma da Procuradoria Federal



Fonte: DPGI/UFSC

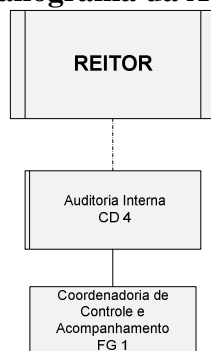
Quadro 7 – Direção da Procuradoria Federal

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria / Procuradoria	Dirigir a PF-UFSC, organizar sua estrutura interna, superintender, distribuir e coordenar as suas atividades e lhe orientar a atuação; outras atividades que se fizerem necessárias ao bom desempenho de suas atribuições.	Cesár Dirceu Obregão Azambuja	Procurador Federal/ Procurador Chefe	01/01/2016 a 17/06/2016
		Juliano Schermer Rossi	Procurador Federal/ Procurador Chefe	21/06/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Auditoria Interna

Figura 9 – Organograma da Auditoria Interna



Fonte: DPGI/UFSC

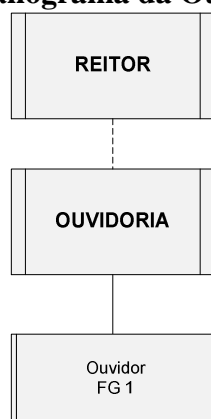
Quadro 8 – Direção da Auditoria Interna

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ Auditoria	Praticar todos os atos necessários à gestão administrativa e operacional da Auditoria Interna; praticar todos os demais atos necessários ao efetivo funcionamento da AUDIN, visando ao cumprimento de suas finalidades.	Aldo Felipe da Mata	Contador/ Auditor Chefe	01/01/2016 a 19/08/2016
		Audi Luiz Vieira	Administrador/ Auditor Chefe	19/08/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

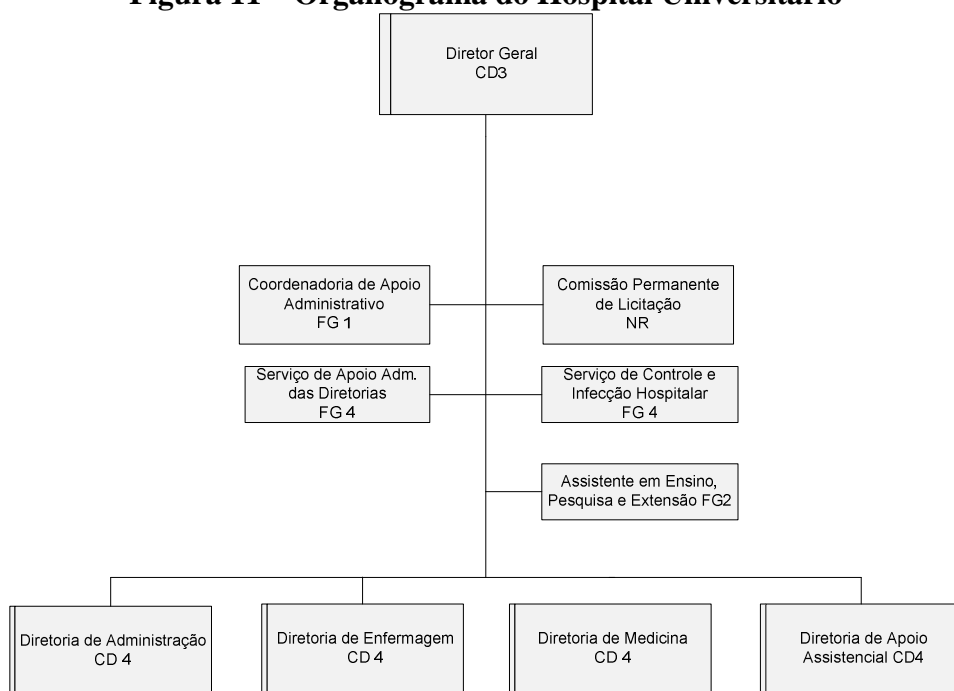
Ouvidoria da UFSC

Figura 10 – Organograma da Ouvidoria da UFSC



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 11 – Organograma do Hospital Universitário



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 9 - Direção Geral do Hospital Universitário/UFSC

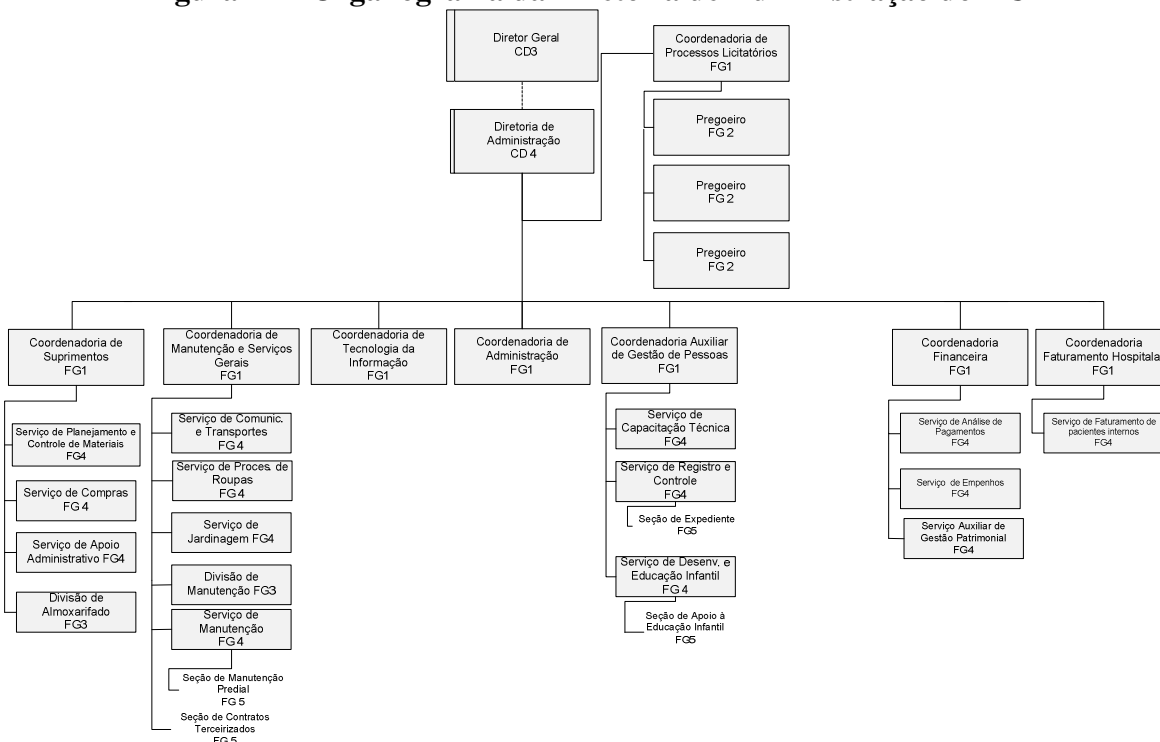
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Vice-Reitoria/ Diretor Geral	Promover assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins; representar o HU junto à Administração Superior da UFSC, e onde se fizer necessário; zelar pela disciplina no hospital universitário; elaborar plano e relatório anual de trabalho do hospital; exercer a responsabilidade técnica pela instituição e executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	Carlos Alberto Justo da Silva	Professor / Diretor	01/01/2016 a 09/05/2016
		Maria de Lourdes Rovaris	Professora / Diretora-Geral	16/05/2016 a 25/08/2016
		Carlos Alberto Justo da Silva	Professor / Diretor	12/09/2016 a 31/12/2016
Vice-Reitoria/ Vice-diretor	Substituir o Diretor Geral nos seus impedimentos e exercer outras atribuições, permanentes ou temporárias, delegadas pelo Diretor Geral.	Maria de Lourdes Rovaris	Professora / Vice-Diretora	01/01/2016 a 16/05/2016
HU/ DA	Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos integrantes de sua Diretoria e onde se fizer necessário; planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Administração; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.	Nélio Francisco Schmitt	Assistente em Administração/ Diretor de Administração	2016
HU/ DE	Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Enfermagem; representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe da enfermagem e onde se fizer necessário;	Eliane Matos	Enfermeira/ Diretora de Enfermagem	2016

	assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.			
HU/ DM	Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar às atividades da Diretoria de Medicina; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência; responder pelas atividades de assistência médica no Hospital Universitário, assim como ser o elo de ligação com os departamentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na área médica.	Heda Mara Schmidt	Médica/ Diretora de Medicina	0101/2016 a 10/10/2016
		Adriane Pogere	Médica/ Diretora de Medicina	11/10/2016 a 31/12/2016
HU/ DAA	Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar; representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe das áreas componentes da sua diretoria e onde se fizer necessário; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.	Raquel Kuerten de Salles	Professora Associada/ Diretora de Apoio Assistencial	2016

Fonte: DPGI/UFSC

Diretoria de Administração

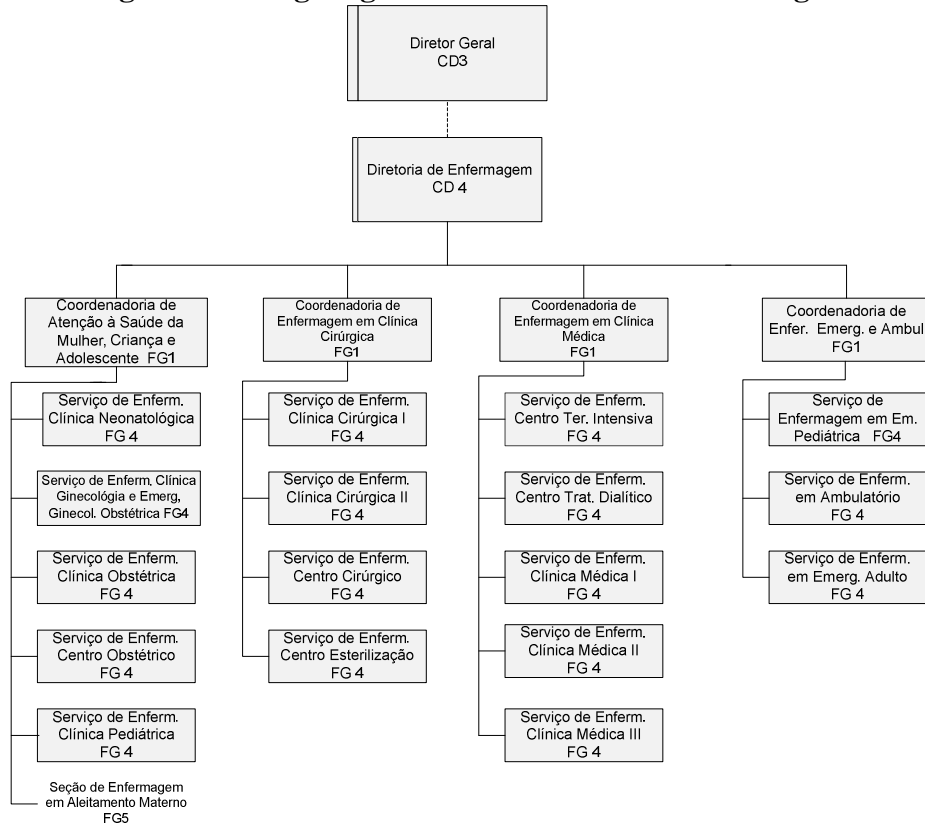
Figura 12 – Organograma da Diretoria de Administração do HU



Fonte: DPGI/UFSC

Diretoria de Enfermagem

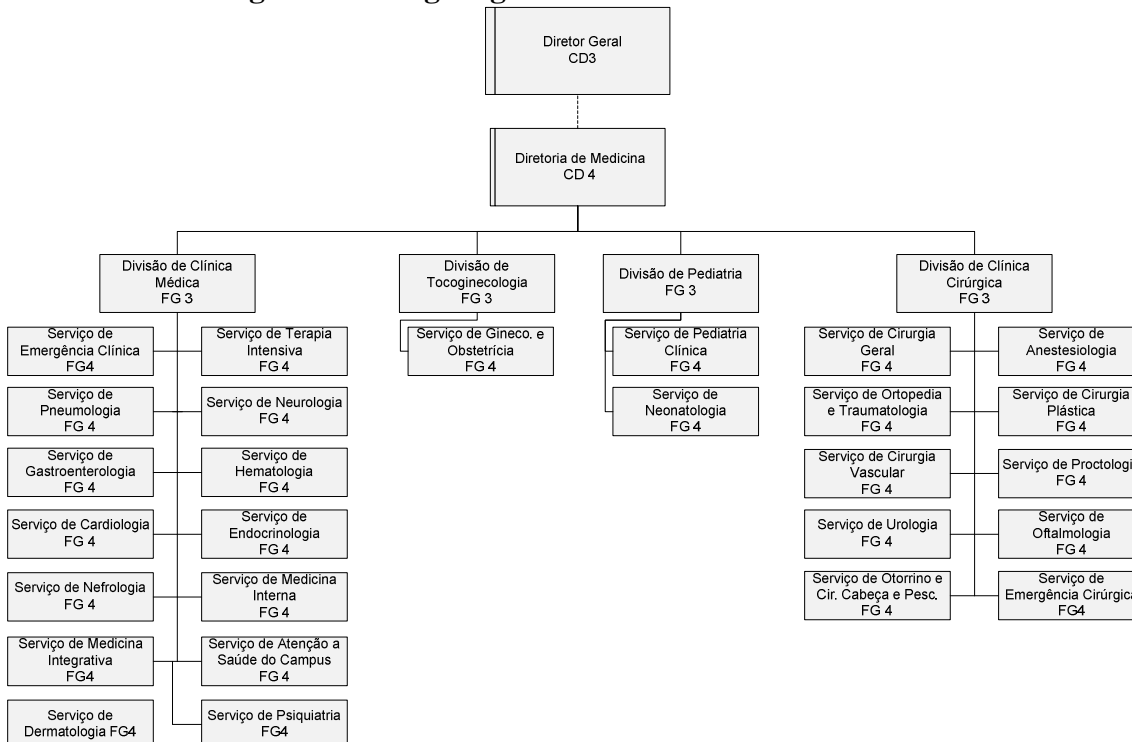
Figura 13 – Organograma da Diretoria de Enfermagem



Fonte: DPGI/UFSC

Diretoria de Medicina

Figura 14 – Organograma da Diretoria de Medicina

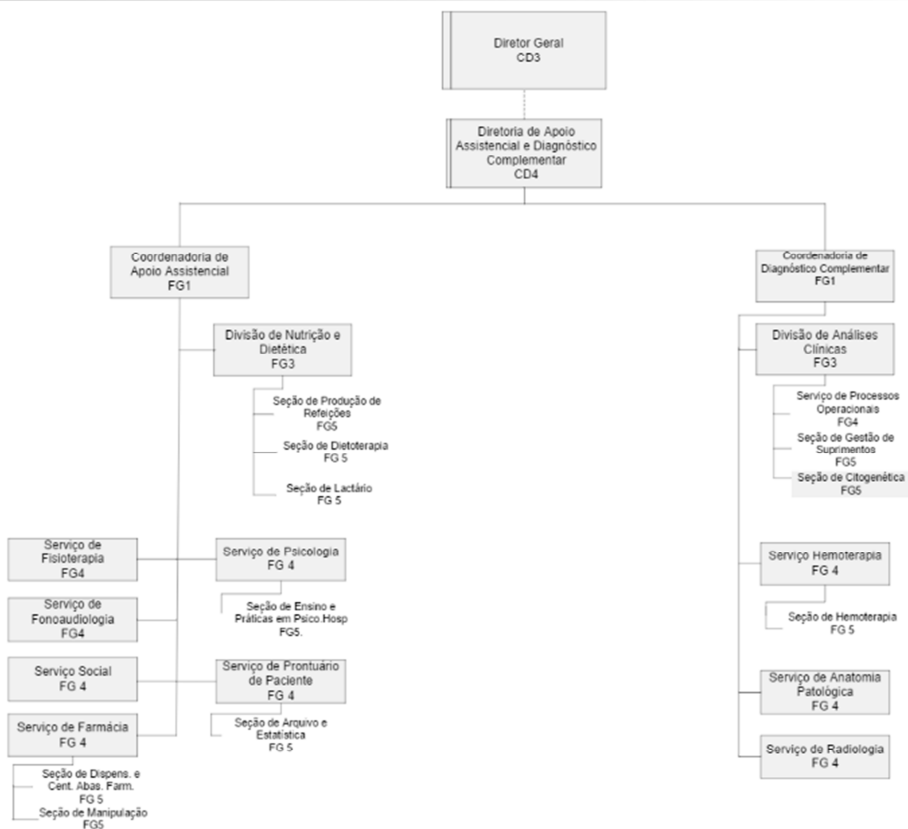


Fonte: DPGI/UFSC

Diretoria de Apoio Assistencial

Figura 15 – Organograma da Diretoria de Apoio Assistencial

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – Diretoria de Apoio Assistencial



Fonte: DPGI/UFSC

Pró-Reitorias

As Pró-Reitorias são dirigidas por pró-reitores e as secretarias pelos secretários, escolhidos pelo reitor, dentre os integrantes do quadro de pessoal da Universidade, cuja nomeação deve ser homologada pelo Conselho Universitário.

A UFSC é composta por 7 Pró-Reitorias e 10 Secretarias.

São Pró-Reitorias integrantes da estrutura organizacional da UFSC:

- Pró-Reitoria de Administração
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

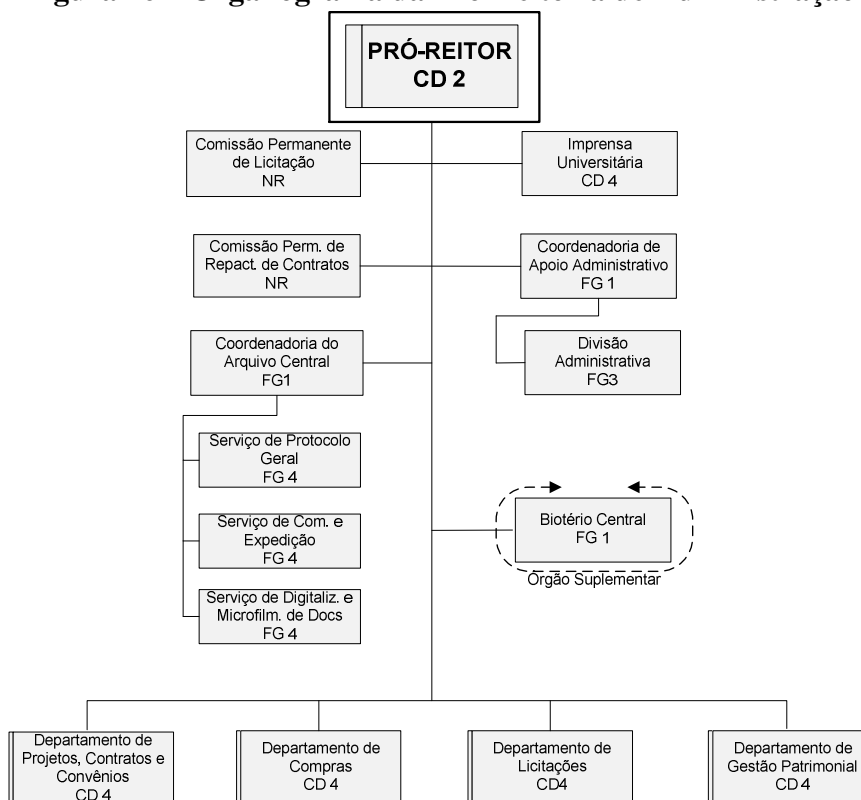
São Secretarias integrantes da estrutura organizacional da UFSC:

- Secretaria de Planejamento e Orçamento
- Secretaria de Cultura e Arte

- Secretaria de Relações Internacionais
- Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional
- Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente
- Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
- Secretaria de Educação a Distância
- Secretaria de Esportes
- Secretaria de Inovação
- Secretaria de Segurança Institucional

Pró-Reitoria de Administração

Figura 16 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 10 - Pró-Reitoria de Administração

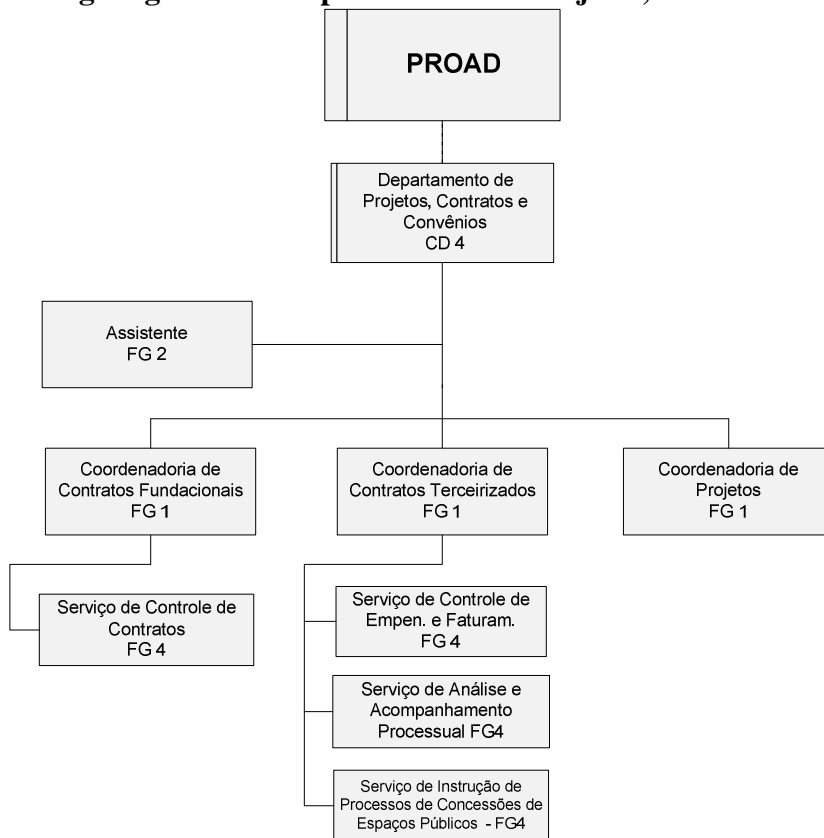
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROAD	Coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade; emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.	Antônio Carlos Montezuma Brito	Economista/ Pró-Reitor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Jair Napoleao Filho	Assistente em Administração/ Pró-Reitor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PROAD	Auxiliar o reitor em suas tarefas executivas na área administrativa, com ênfase na infraestrutura básica necessária ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Lucia Maria Loch Goes	Bibliotecária- documentalista/ Pró-Reitora Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016

PROAD/ DPC	Prover e manter condições para o desenvolvimento das atividades das coordenadorias subordinadas ao Departamento; estabelecer vínculos fortes com as fundações de apoio da UFSC, objetivando amparar a administração de projetos; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo pró-reitor de administração.	Ana Paula Peres da Silva	Assistente em Administração/ Diretora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Ulisses Iraí Zilio	Administrador/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
PROAD/ DCOM	Planejar, coordenar e acompanhar os processos licitatórios de compras de material de consumo e permanente; estabelecer cronograma para a realização de licitações de material de consumo e permanente; subsidiar a Administração e as unidades de ensino com informações concernentes aos processos de compra.	Karen Pereira Alvares	Administradora/ Diretora	01/01/2016 a 15/03/2016
		Eveline Boppré Besen Wolniewicz	Administradora/ Diretora	15/03/2016 a 11/05/2016
		Guilherme Kraus Alves	Assistente em Administração/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
PROAD/ DPL	Gerenciar a realização dos procedimentos licitatórios visando à contratação de obras e, serviços e à aquisição de bens de consumo e permanentes para a UFSC; coordenar e orientar a equipe de servidores do Departamento, segundo as diretrizes legais que norteiam os procedimentos licitatórios; dar transparência aos certames licitatórios realizados pelo Departamento; assumir a responsabilidade naquilo que for concernente ao papel de Direção quanto aos trabalhos realizados pela equipe de servidores lotados no DPL.	Ricardo da Silveira Porto	Contador/ Diretor	2016
PROAD/ DGP	Atuar política e administrativamente, identificando oportunidades para a melhoria do Departamento e da gestão patrimonial na UFSC; promover o levantamento físico dos bens que estejam em sua unidade, considerando também os bens de uso comum do Departamento; exercer outras atividades inerentes em nível estratégico.	Adriano Luiz de Souza Lima	Assistente em Administração/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Hudson Queiroz	Assistente em Administração/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
PROAD/ IMPrensa	Coordenar e executar os serviços de impressão gráfica; efetuar previsões de custos relacionados com os serviços solicitados; manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando à melhoria da qualidade dos serviços; propor diretrizes sobre a política de serviços gráficos da UFSC e participar de sua execução; exercer outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	Paulo Marcio Avila	Montador Cinematográfico / Diretor-Geral	27/10/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Departamento de Projetos, Contratos e Convênios

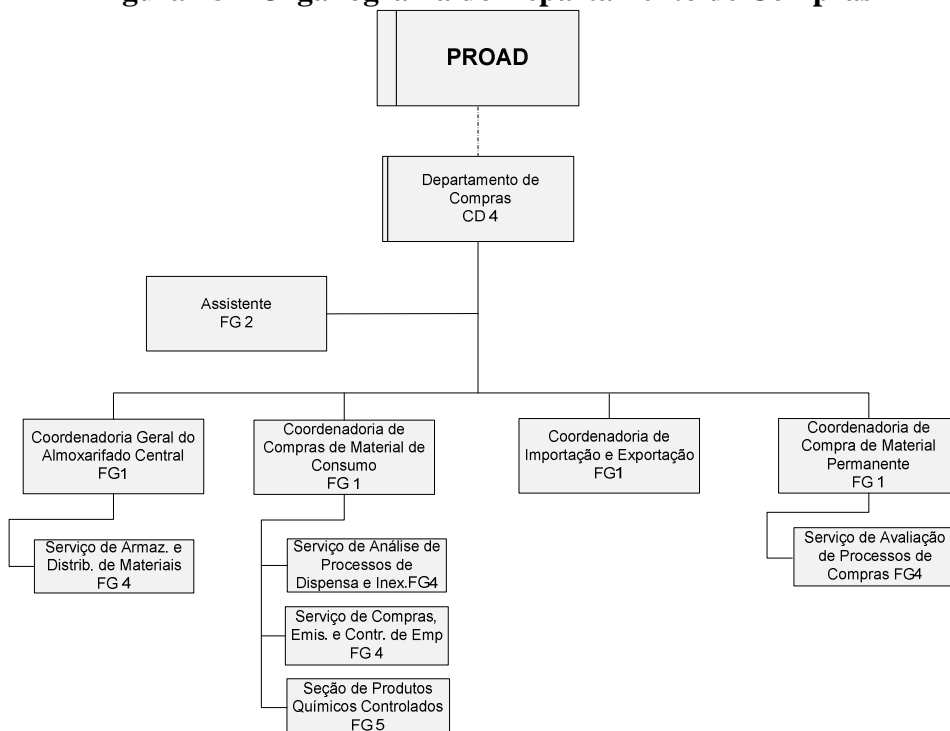
Figura 17 – Organograma do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios



Fonte: DPGI/UFSC

Departamento de Compras

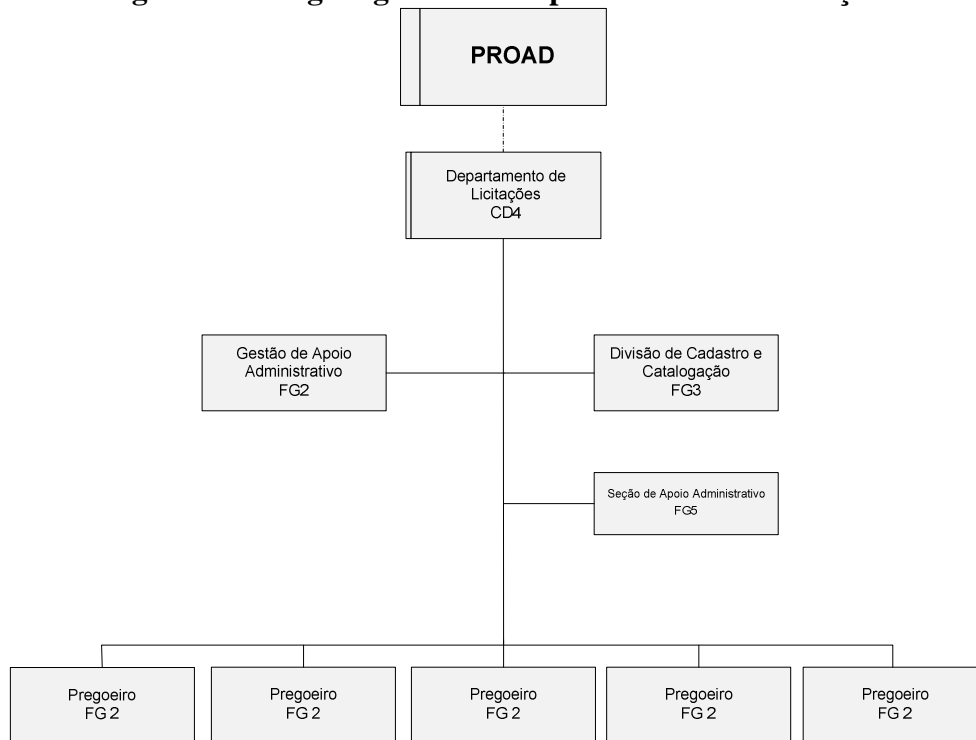
Figura 18 – Organograma do Departamento de Compras



Fonte: DPGI/UFSC

Departamento de Licitações

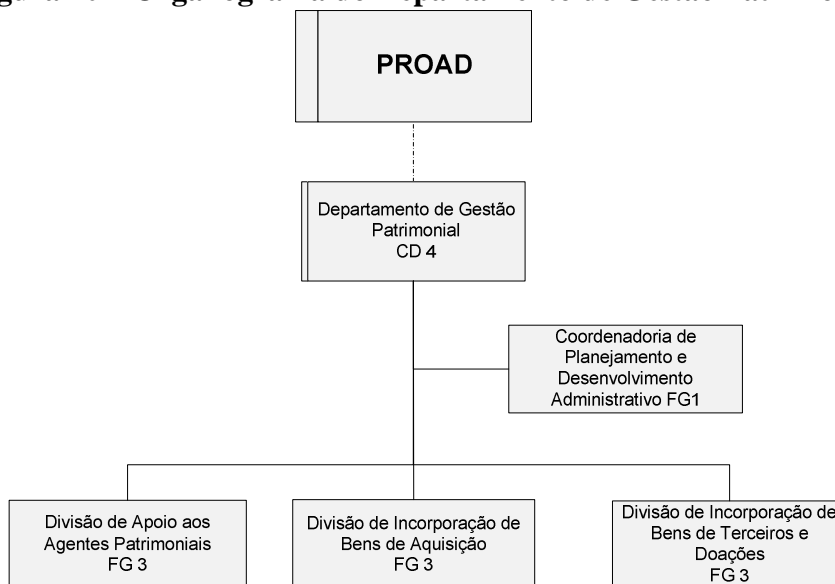
Figura 19 – Organograma do Departamento de Licitações



Fonte: DPGI/UFSC

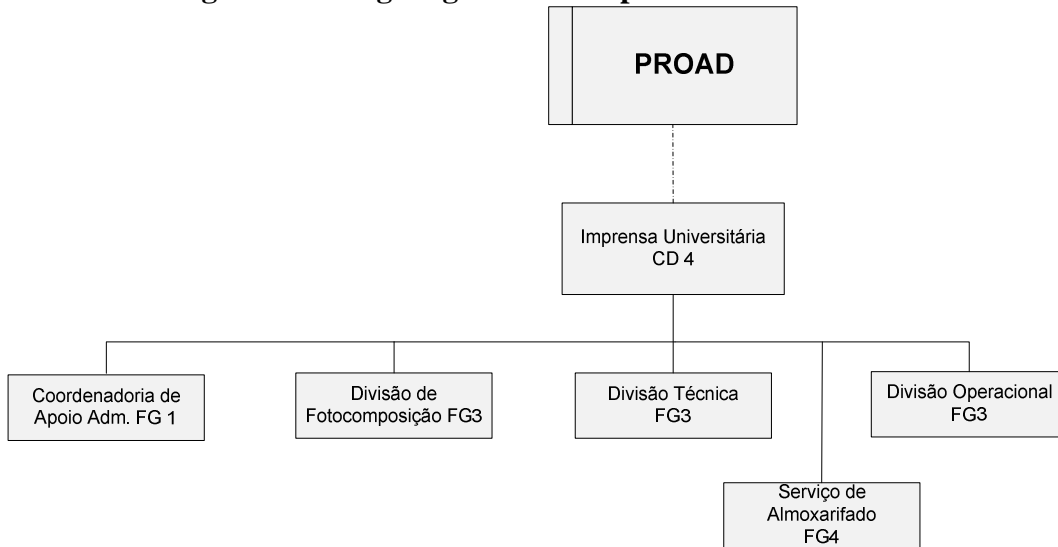
Departamento de Gestão Patrimonial

Figura 20 – Organograma do Departamento de Gestão Patrimonial



Fonte: DPGI/UFSC

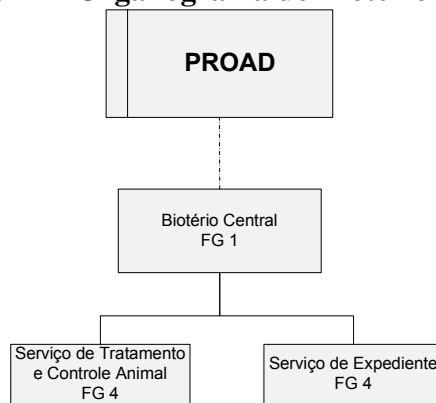
Figura 21 – Organograma da Imprensa Universitária



Fonte: DPGI/UFSC

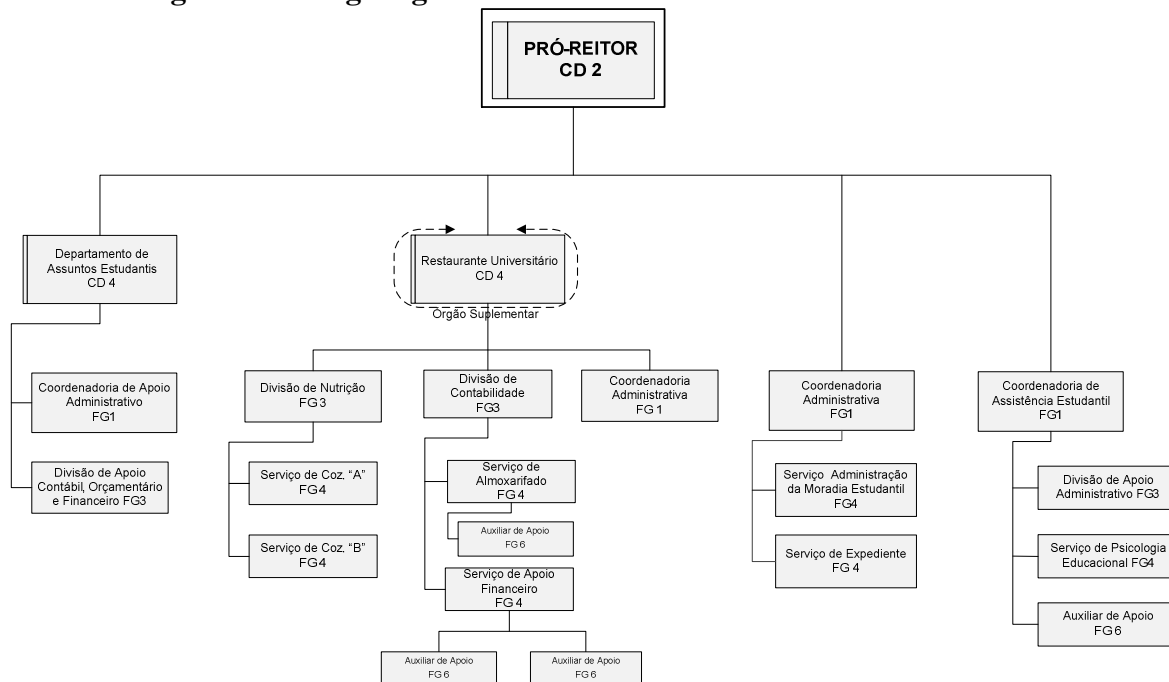
Biotério Central

Figura 22 – Organograma do Biotério Central



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 23 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 11 - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

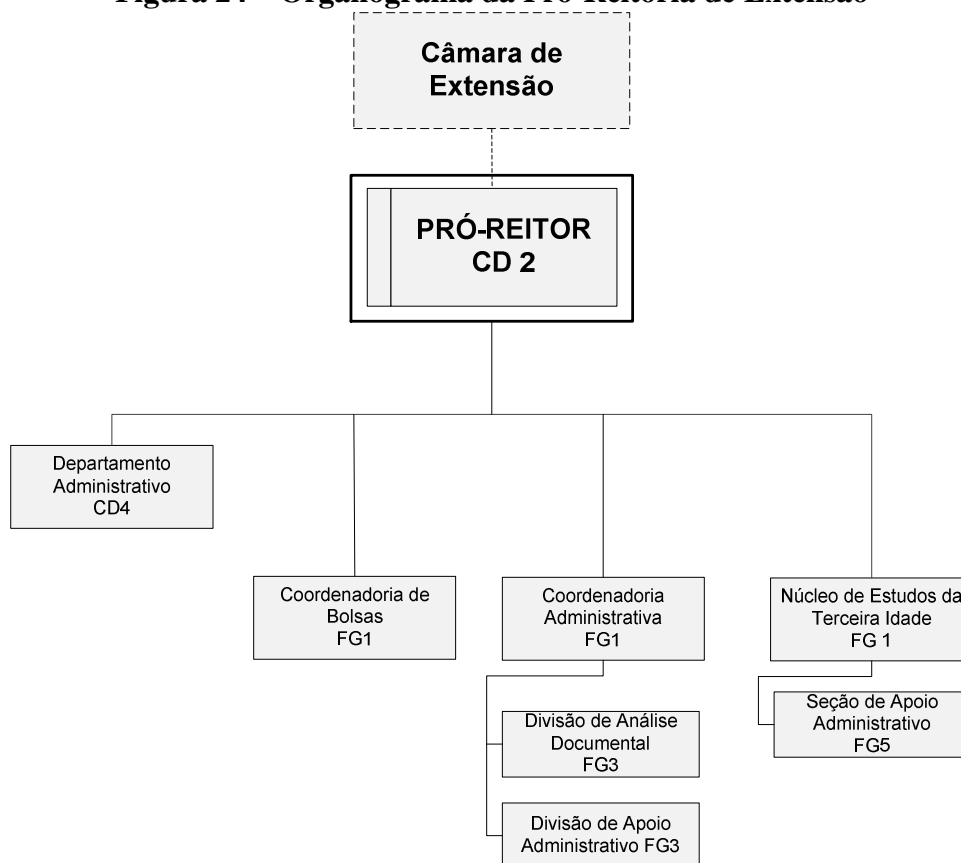
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PRAE	Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; movimentos estudantis; e políticas sociais; planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assistência estudantil.	Denise Cord	Professora/ Pró-Reitora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Pedro Luiz Manique Barreto	Professor/ Pró-Reitor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PRAE	Auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas, especialmente em programas e projetos voltados à política estudantil.	Simone Vieira de Souza	Professora/ Pró-Reitora Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
PRAE/ DAE	Gerenciar a estrutura administrativa do respectivo departamento necessária ao desempenho das suas atividades; Gerenciar todos os programas competentes ao departamento; executar demais atividades da PRAE que sejam delegadas pelo Pró-Reitor e substituí-lo em seus afastamentos regulares; realizar contratações de veículos solicitadas por outros setores da UFSC dentro dos programas institucionais operacionalizados pela PRAE;	Sergio Luis Schlatter Junior	- / Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Ruy Tadeu Mambriani Ribas	Assistente em Administração / Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016

PRAE/ RU	Administrar o fornecimento de alimentação à comunidade universitária, de acordo com os padrões técnicos e de qualidade; participar da elaboração de editais específicos a sua área de atuação, visando à aquisição e fornecimento de alimentos de qualidade; executar outras atividades inerentes à área de atuação, ou que venham a ser delegada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.	Beatriz Conedera Martinelli	Cozinheira/ Diretora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Maria das Graças Martins	Cozinheira/ Diretora	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Pró-Reitoria de Extensão

Figura 24 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão



Fonte: DPGI/UFSC

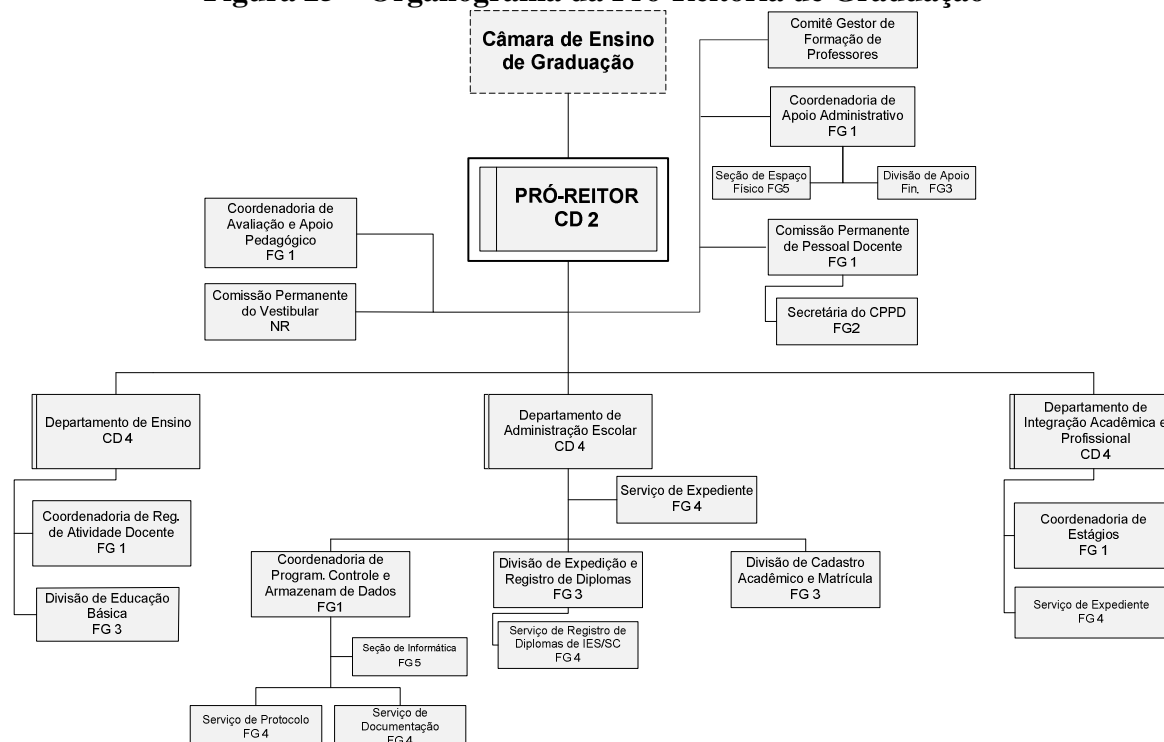
Quadro 12 - Pró-Reitoria de Extensão

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROEX	Coordenar a formulação e a implantação de políticas para a extensão e as atividades dos órgãos executores associados; assessorar a comunidade universitária no encaminhamento e desenvolvimento de ações de extensão; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.	Edison da Rosa	Professor/ Pró-Reitor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Rogério Cid Bastos	Professor/ Pró-Reitor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PROEX	Articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC, seja por meio de ações específicas dos departamentos de ensino, seja por meio de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na universidade.	Maristela Helena Zimmer Bortolini	Arquivista/ Pró-Reitora Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
PROEX/ Departamento Administrativo	Instruir processos que são submetidos à consideração do Pró-Reitor; transmitir as decisões do Pró-Reitor no âmbito da Pró-Reitoria; coordenar programas e projetos de extensão institucionais; promover e apoiar as políticas institucionais referentes às ações de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação.	Graziela de Luca Canto	Professora/ Diretora	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Pró-Reitoria de Graduação

Figura 25 – Organograma da Pró-Reitoria de Graduação



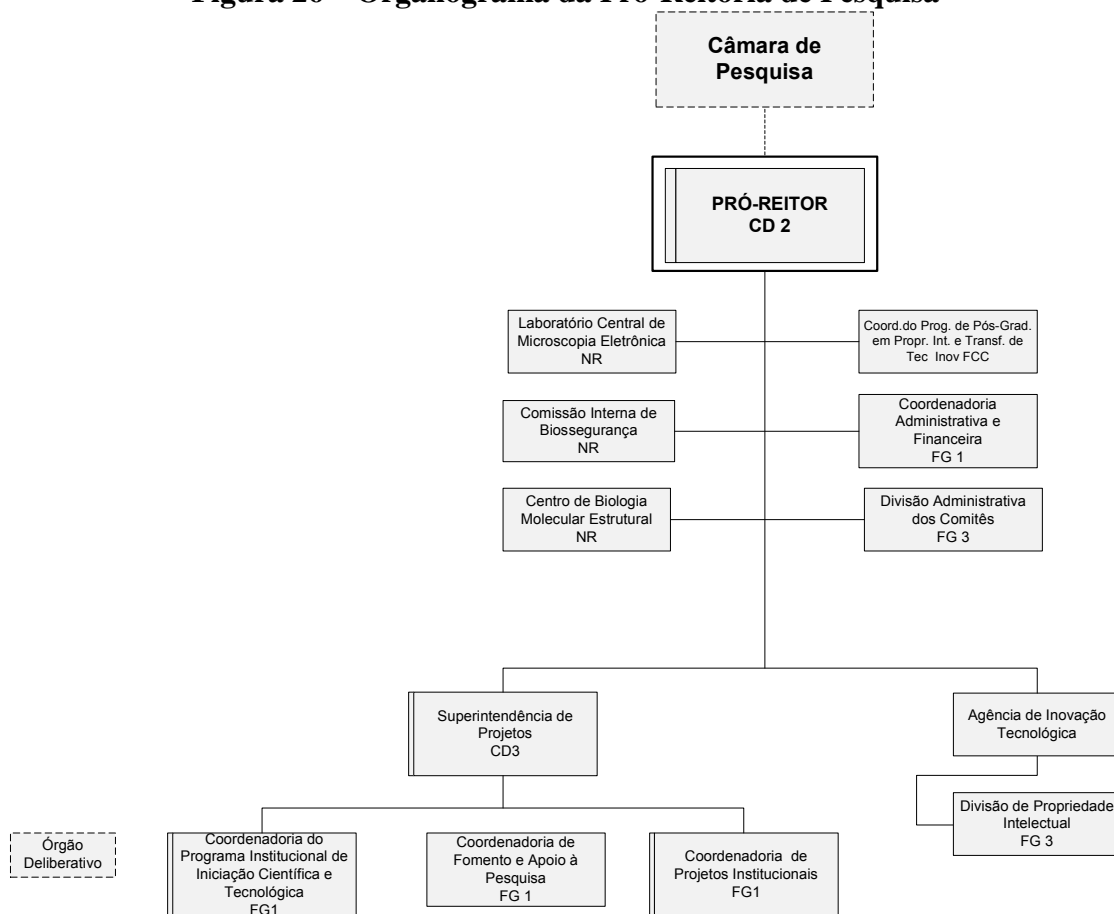
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 13 - Pró -Reitoria de Graduação

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROGRAD	Coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes; promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica; emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação; elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário; propiciar o aperfeiçoamento pedagógico continuado aos docentes, bem como estimular a capacitação em nível de pós-graduação.	Julian Borba	Professor/ Pró-Reitor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Felício Wessling Margotti	Professor/ Pró-Reitor	11/05/2016 a 24/11/2016
		Tereza Cristina Rozone de Souza	Professora/ Pró-Reitora	24/11/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PROGRAD	Coordenar e acompanhar a execução das ações relativas à política de graduação da UFSC, definida pelo Conselho Universitário, atuando em eixos como realização do vestibular, avaliação e acompanhamento dos professores, realização do registro de toda a vida acadêmica dos estudantes (matrícula, ajustes, notas e emissão dos diplomas), coordenação de estágios curriculares e oferecimento de apoio pedagógico.	Rogério Luiz de Souza	Professor/ Pró-Reitor Adjunto	01/01/2016 a 11/05/2016
PROGRAD/ DEN	Propor ações voltadas à melhoria permanente da qualidade do ensino de graduação e do ensino básico.	Tereza Cristina Rozone	Professora/ Diretora	01/01/2016 a 24/11/2016
		Vanessa Stopanovski Ribeiro	Técnica em Assuntos Educação/ Diretora	24/11/2016 a 31/12/2016
PROGRAD/ DAE	Coordenar as atividades relacionadas à matrícula dos alunos regulares e especiais no ensino de graduação.	Luiz Carlos Podestá	Técnico em Assuntos Educação/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Cesar Trindade Neves	Assistente em Administração / Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
PROGRAD/ DIP	Coordenar as atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à UFSC; coordenar as atividades na área de estágio, a formalização e execução dos termos de convênio e de compromisso, a captação, divulgação e distribuição de vagas, o gerenciamento dos recursos, a emissão de certificados e a elaboração e atualização dos regimentos de estágios dos cursos.	Denise Pereira Leme	Professora/ Diretora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Alexandre Guilherme Lenzi de Oliveira	Professor/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 26 – Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 14 - Pró-Reitoria de Pesquisa

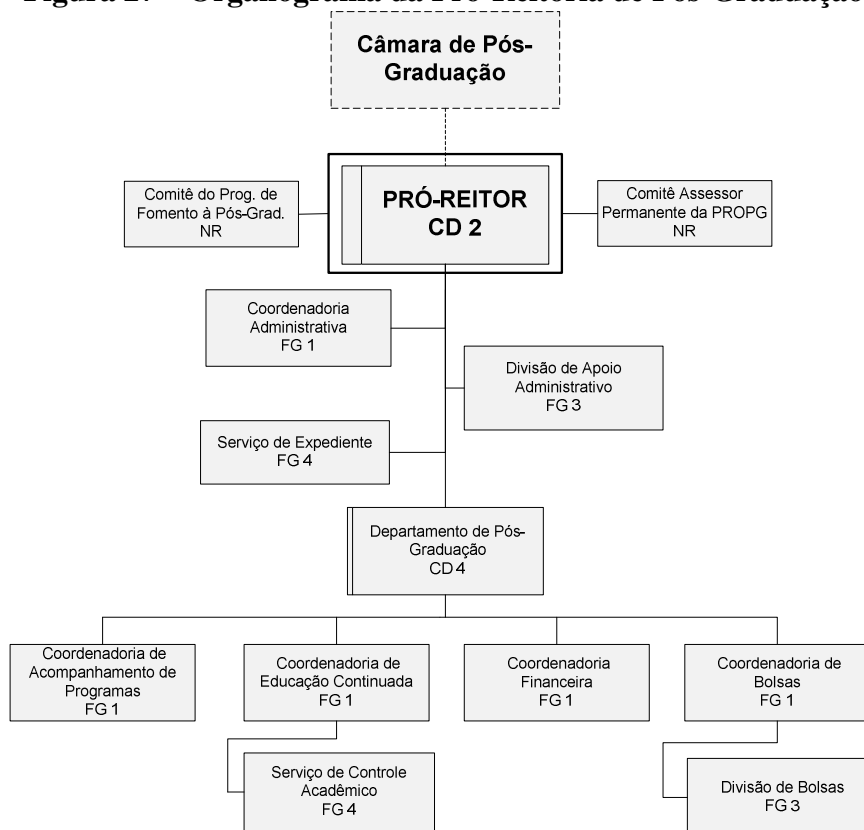
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROPESQ	Fazer cumprir a legislação de pesquisa junto a Câmara de pesquisa, Centros, Departamentos e Órgãos Suplementares; promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa; coordenar a execução das ações inerentes à política de pesquisa da Universidade, definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.	Jamil Assereuy Filho	Professor/ Pró-Reitor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Sebastiao Roberto Soares	Professor/ Pró-Reitor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PROPESQ	Auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área da pesquisa, de inovação, de propriedade intelectual, de empreendedorismo e de incubação de empresas.	Heliete Nunes	Assistente em Administração / Pró-Reitora Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
PROPESQ/ SP	Substituir o Pró-Reitor e seu Adjunto em suas faltas e impedimentos; coordenar projetos de pesquisa institucionais; promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de	Armando Albertazzi G. Junior	Professor/ Superintendente	11/05/2016 a 31/12/2016

	pesquisa, no que diz respeito à sua execução e divulgação; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.			
--	--	--	--	--

Fonte: DPGI/UFSC

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Figura 27 – Organograma da Pró-Reitoria de Pós-Graduação



Fonte: DPGI/UFSC

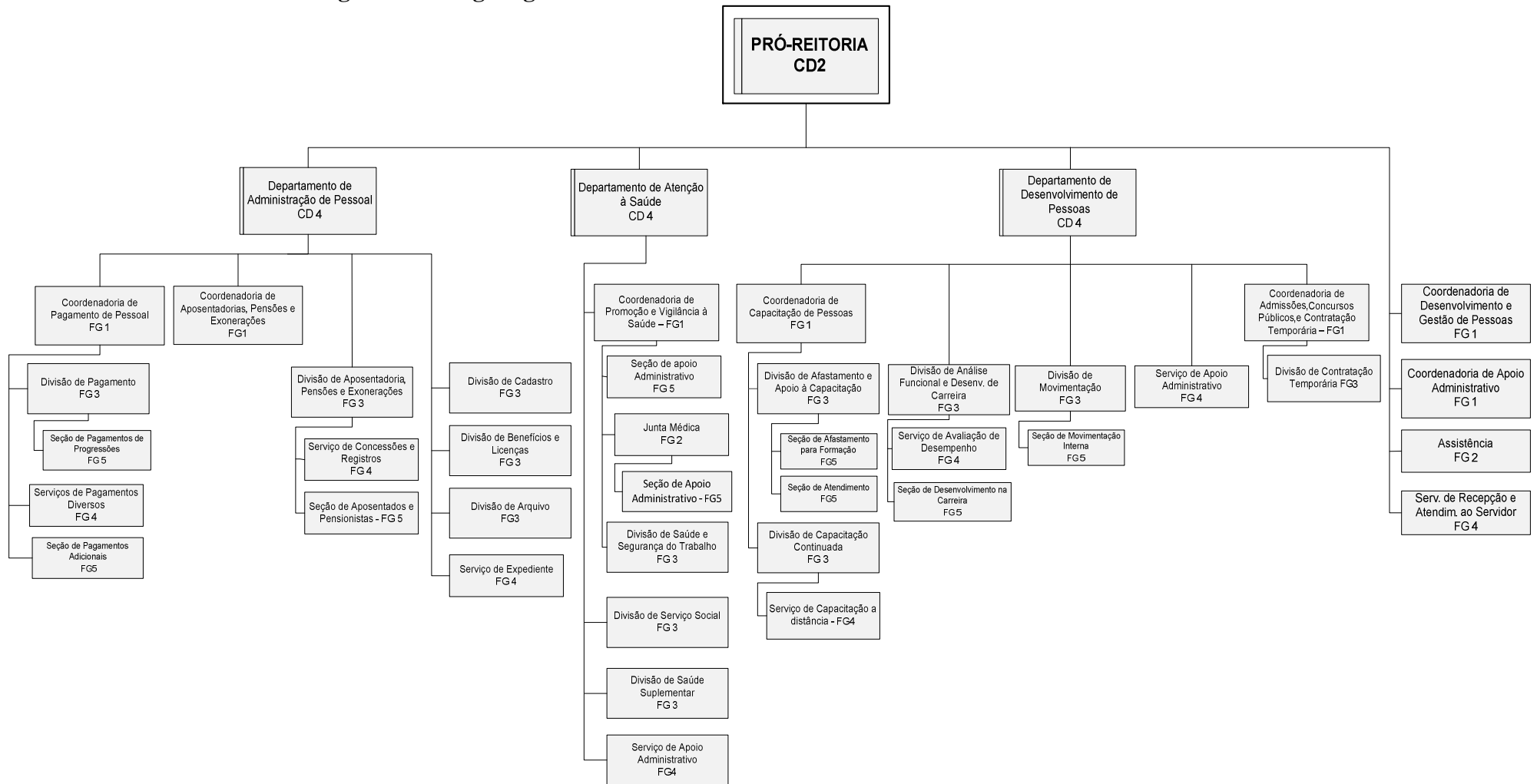
Quadro 15 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROPG	Coordenar a formulação e a implementação de políticas para a pós-graduação e as atividades dos órgãos executores associados.	Joana Maria Pedro	Professora/ Pró-Reitora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Sergio Fernando Torres de Freitas	Professor/ Pró-Reitor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PROPG	Coordenar a criação, o funcionamento, o acompanhamento e a avaliação dos cursos de especialização, mestrado e doutorado.	Juarez Vieira do Nascimento	Professor/ Pró-Reitor Adjunto	01/01/2016 a 11/05/2016
PROPG/ DPG	Supervisionar as atividades das diversas coordenadorias da PROPG e da gestão dos recursos financeiros destinados à pós-graduação.	Marcos Moisés Pompílio	Assistente em Administração/ Diretor	2016

Fonte: DPGI/UFSC

Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Figura 28 – Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas



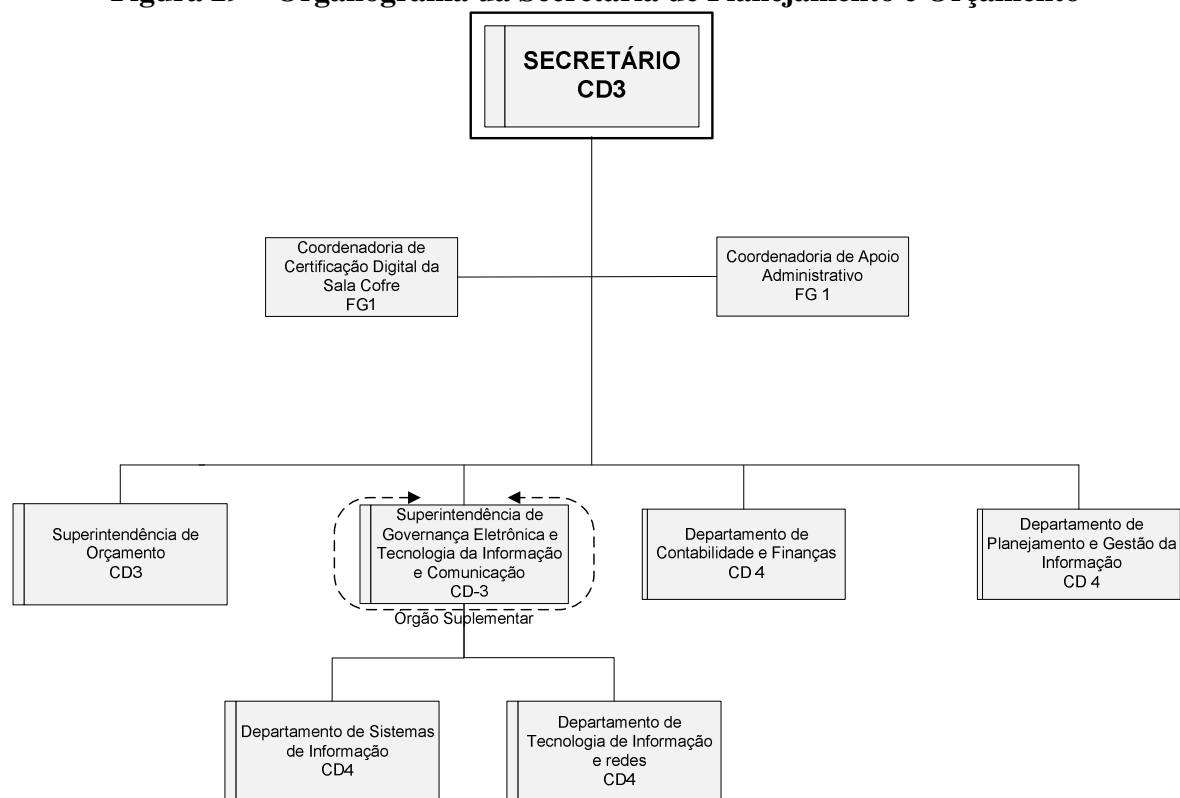
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 16 – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PRODEGESP	Auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área de desenvolvimento e gestão de pessoas; coordenar a execução das ações inerentes à política de Desenvolvimento e de Gestão de Pessoas, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes.	Juliana Blau	Técnica em assuntos educacionais/ Secretária	01/01/2016 a 11/05/2016
		Carla Cristina Dutra Burigo	Pedagoga/ Pró-Reitora	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ PRODEGESP	Desenvolver ações com vistas ao gerenciamento de processos na área de desenvolvimento humano e social destinadas à melhoria do nível de qualidade de vida dos servidores docentes e técnico-administrativos em seu exercício profissional, realizando o acompanhamento da vida funcional de todos os servidores da UFSC.	Marilza Nair dos Santos Moriggi	Auxiliar de Creche/ Secretária Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
PRODEGESP / DAP	Coordenar e desenvolver ações de administração de pessoal e gerenciamento dos processos de trabalho que envolve questões relacionadas às aposentadorias, pensões, exonerações, benefícios e licenças, pagamentos, cadastros e arquivos.	Rita de Cássia Knabben	Técnico em Assuntos Educacionais/ Diretora	2016
PRODEGESP / DAS	Desenvolver ações de Atenção à saúde e gerenciamento dos processos de trabalho nas questões que envolvem assistência suplementar, perícia oficial em saúde, promoção e vigilância em saúde, que visem à qualidade de vida no trabalho, o reconhecimento e a valorização dos servidores da UFSC em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal e demais normativas correlacionadas.	Carlos Alberto Rodrigues	Técnico em segurança do trabalho/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Paulo Eduardo Botelho	Assistente em Administração/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
PRODEGESP / DDP	Desenvolver ações institucionais, em consonância com o PDI, que desenvolvam o servidor como agente de transformação social, e promovam a melhoria do seu nível de qualidade de vida no trabalho, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento e de gestão de pessoas.	Michele Amorim Lima Henriques	Assistente em Administração/ Diretora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Lilian Cristiane Silva De Oliveira	Administradora/ Diretora	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 29 – Organograma da Secretaria de Planejamento e Orçamento



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 17 - Secretaria de Planejamento e Orçamento

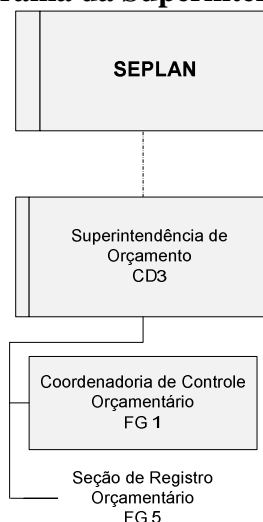
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEPLAN	Coordenar o Planejamento Institucional, a Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil, da Informação, bem como a elaboração da Prestação de Contas Anual; propor valores e diretrizes institucionais para a excelência da gestão e executar outras atividades inerentes à área ou que venham a lhe ser delegados por autoridade competente.	Antonio Cezar Borna	Professor / Pró-Reitor	01/01/2016 a 11/05/2016
Reitoria/ SEPLAN		Vladimir Arthur Fey	Professor/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ SEPLAN	Auxiliar o reitor em suas tarefas executivas na área de planejamento e avaliação institucional, de gestão orçamentária, contábil e financeira, de informações corporativas e de orçamento, de planejamento da ocupação física, dos projetos de Arquitetura e Engenharia e da fiscalização de obras e das políticas de governança eletrônica e de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Anna Cecília Amaral Petrassi	Economista/ Pró-Reitora Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
SEPLAN/SO	Assessorar o Secretário de Planejamento e Orçamento em todas as matérias referentes à gestão orçamentária; executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.	Otávio Vanderlei Berlanda	Contador/ Superintendente	2016

SEPLAN/ DCF	Subsidiar a prestação de contas da UFSC com os balanços orçamentários, financeiros, patrimonial e das variações patrimoniais; desenvolver, coordenar e avaliar as atividades de execução financeira e contábil; executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.	Maria Regina Cellis	Contador/ Diretora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Guilherme Martins Santana	Assistente em Administração/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
SEPLAN/ DPGI	Propor o planejamento institucional; gerir os sistemas de informação associados e propor adequações quando necessário; executar as funções do procurador educacional institucional (PI).	Sérgio Roberto Pinto da Luz	Assistente em Administração/ Diretor	2016
SEPLAN/ SeTIC	Assessorar administrativamente o superintendente no âmbito de suas atribuições institucionais; coletar dados e informações necessários ao desenvolvimento das atividades da SeTIC; planejar, organizar e realizar tarefas próprias de rotina administrativa inerentes à área e outras que venham a ser atribuídas pelo superintendente ou por autoridade competente.	Edison Tadeu Lopes Melo	Analista de Tecnologia da Informação/ Superintendente	01/01/2016 a 11/05/2016
		Marcio Cledes	Analista de Tecnologia da Informação/ Superintendente	11/05/2016 a 31/12/2016
SEPLAN/ DSI	Levantar, analisar e promover o atendimento a demandas de sistemas de informação das unidades administrativas e acadêmicas; especificar, desenvolver e implantar sistemas de informação administrativos e acadêmicos; assessorar o Superintendente de TIC no que tange às suas atribuições.	Roberto Tagliari Hoffman	Analista de Tecnologia da Informação/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Leonardo Meurer	Analista de Tecnologia da Informação/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
SEPLAN/ DTR	Planejar e desenvolver projetos de infraestrutura e serviços de TIC; levantar, analisar e promover o atendimento a demandas de soluções de TIC das unidades administrativas e acadêmicas; assessorar o Superintendente de TIC no que tange às suas atribuições.	Carlos Alberto Moresco	Analista de Tecnologia da Informação/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Bruno Carlo Celeguim de Amattos	Técnico de Tecnologia da Informação/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Superintendência de Orçamento

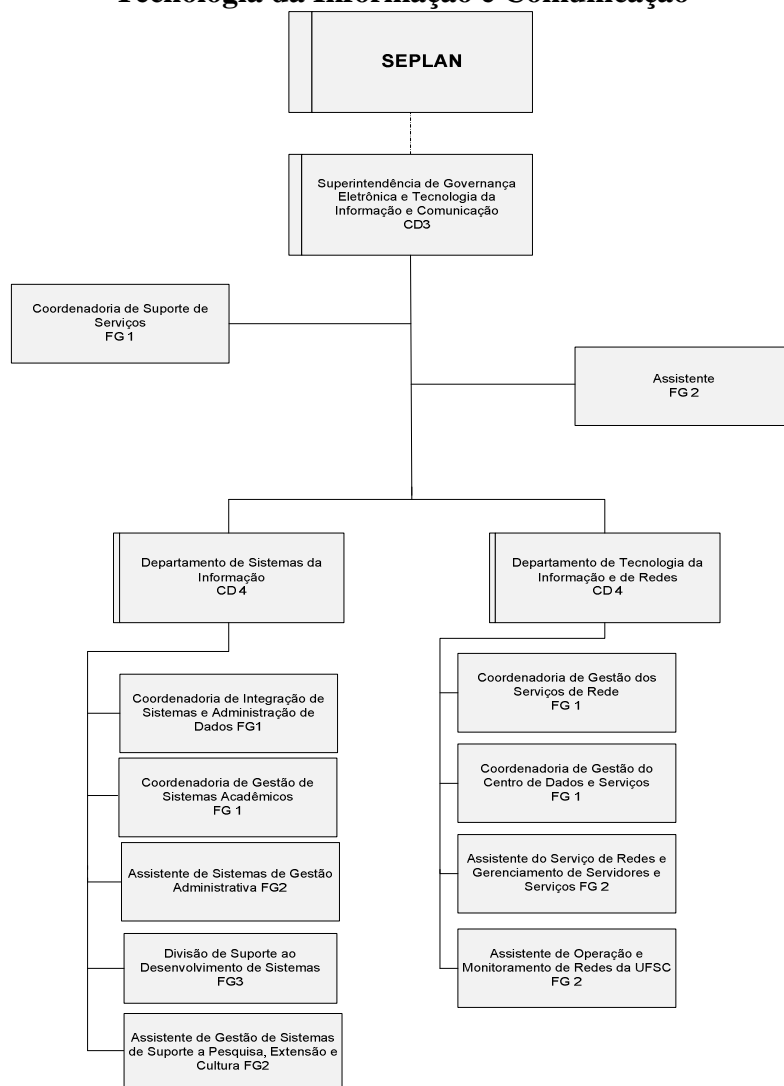
Figura 30 – Organograma da Superintendência de Orçamento



Fonte: DPGI/UFSC

Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

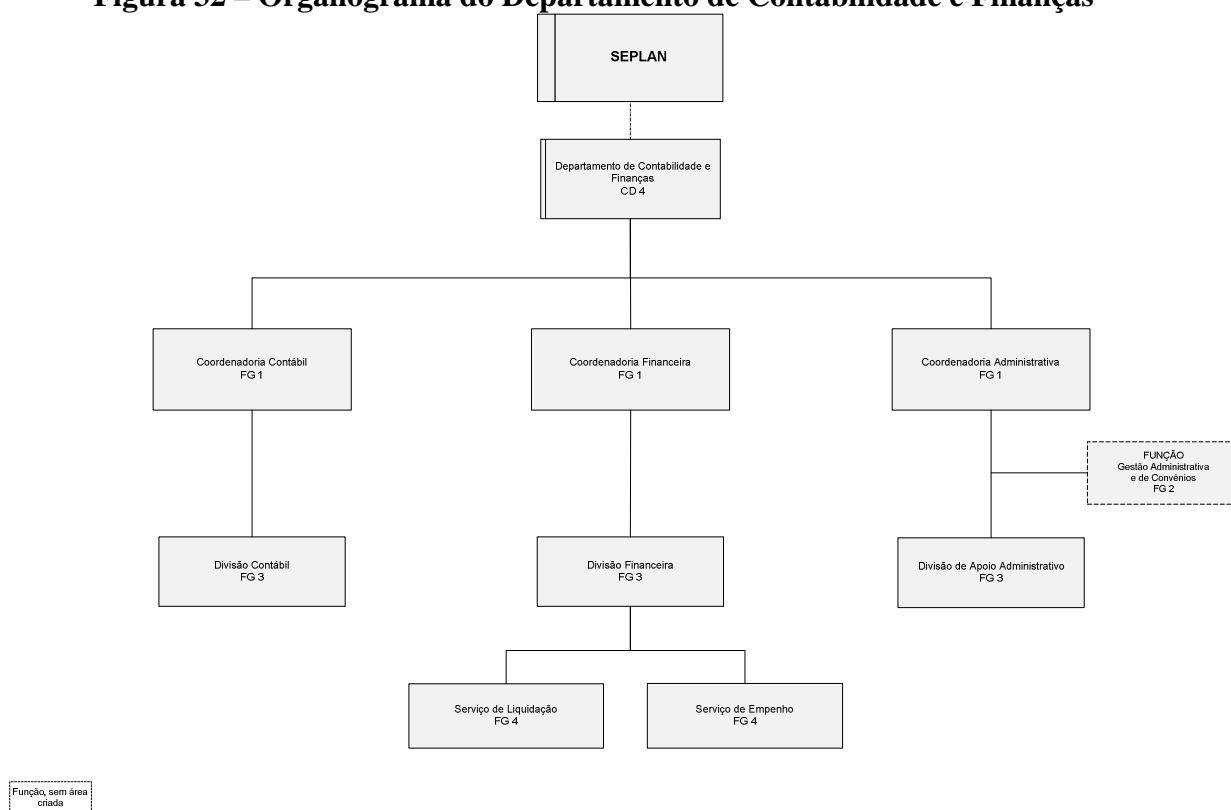
Figura 31 – Organograma da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação



Fonte: DPGI/UFSC

Departamento de Contabilidade e Finanças

Figura 32 – Organograma do Departamento de Contabilidade e Finanças



Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

Figura 33 – Organograma do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

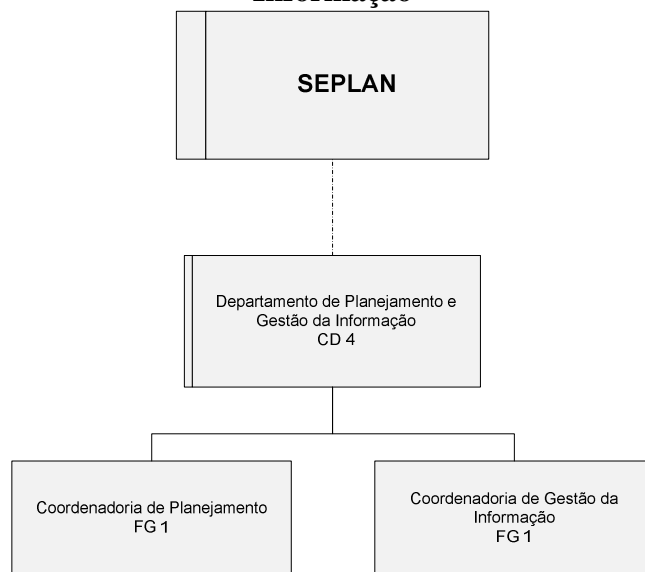
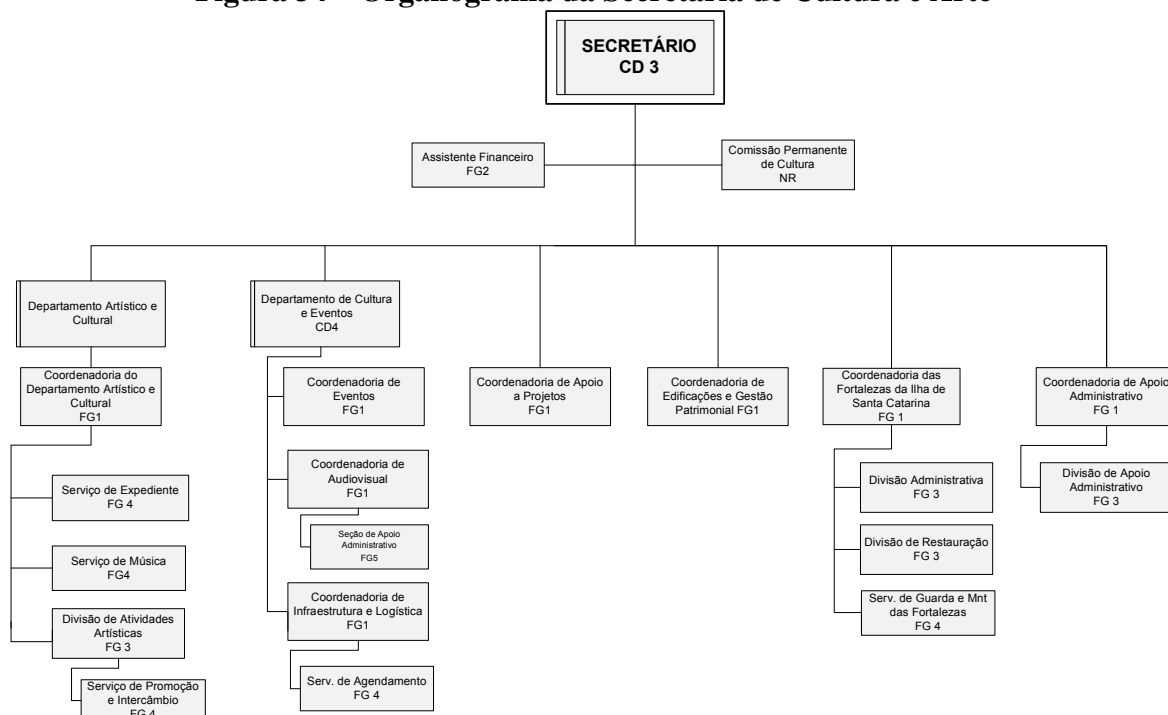


Figura 34 – Organograma da Secretaria de Cultura e Arte



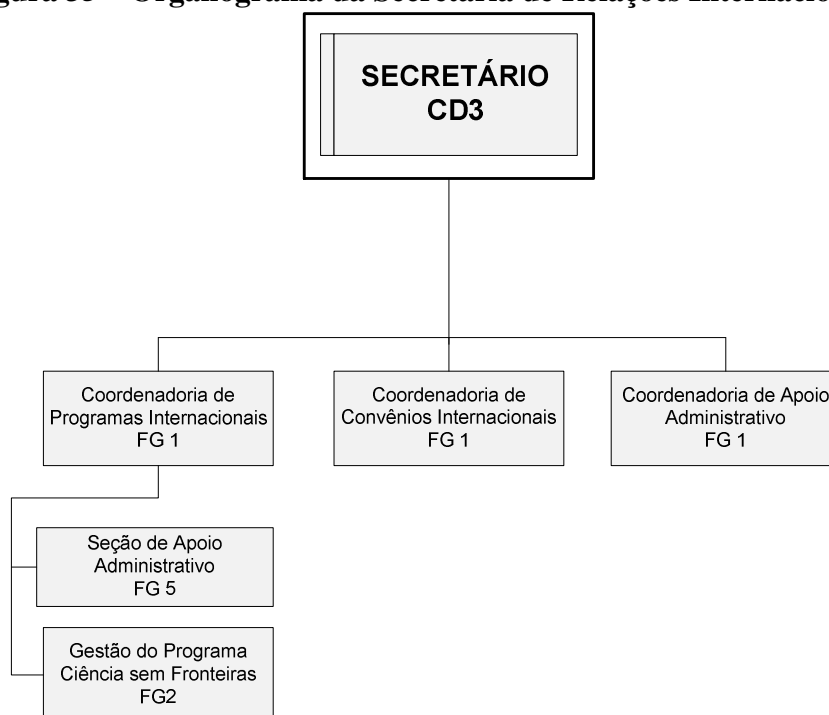
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 18 - Secretaria de Cultura e Arte

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ SECARTE	Fomentar a arte e cultura no âmbito da Universidade ou a partir dela, por meio da produção, da pesquisa, ensino e difusão; sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores quanto à importância da arte e cultura na formação de uma sociedade mais humanizada.	Rosana Cássia Kamita	Professora/ Secretária	01/01/2016 a 11/05/2016
		Maria de Lourdes Alves Borges	Professora/ Secretária	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ SECARTE	Auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área de Cultura.	Elizabeth Nunes Duarte	Assistente em Administração/ Secretária Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
SECARTE/ Departamento de Cultura e Eventos	Administrar os espaços físicos do Centro de Cultura e Eventos, planejar, organizar e coordenar eventos institucionais e implantar novas tecnologias ligadas aos serviços do Centro de Cultura; e executar plano de divulgação de suas atividades.	Rosemar da Silva	Pedagoga/ Diretora	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 35 – Organograma da Secretaria de Relações Internacionais



Fonte: DPGI/UFSC

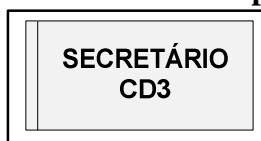
Quadro 19 - Secretaria de Relações Internacionais

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SINTER	Assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras; representar a Universidade em eventos e espaços de discussão da Internacionalização da Educação Superior no Brasil e no mundo.	Aguinaldo Roberto Pinto	Professor/ Secretário	01/01/2016 a 11/05/2016
		Lincoln Paulo Fernandes	Professor/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ SINTER	Promover a interação com organismos e instituições internacionais, apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural e viabilizar o intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico administrativos.	Marcelo Farina	Professor/ Secretário Adjunto	01/01/2016 a 01/03/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

Figura 36 – Organograma da Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional



Fonte: DPGI/UFSC

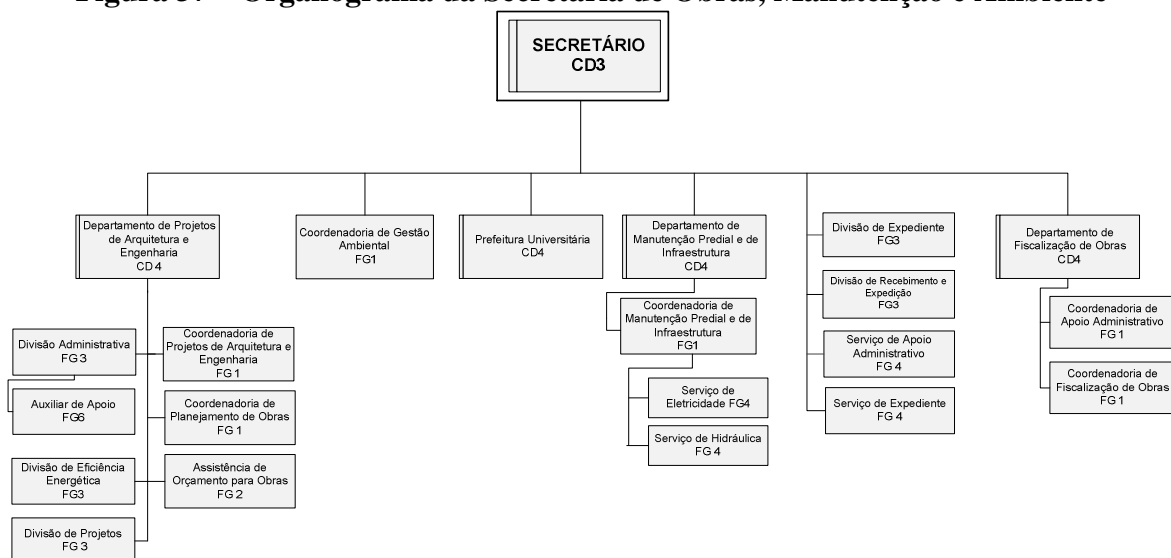
Quadro 20 - Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEAI	Analisar juridicamente, instruir e regulamentar todos os processos, portarias, resoluções e editais relacionados à UFSC.	Thayse Kiatkoski Neves	Secretária Executiva/ Secretária Adjunta	01/01/2016 a 11/05/2016
		Luiz Henrique Urquhart Cademartori	Professor/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente

Figura 37 – Organograma da Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente



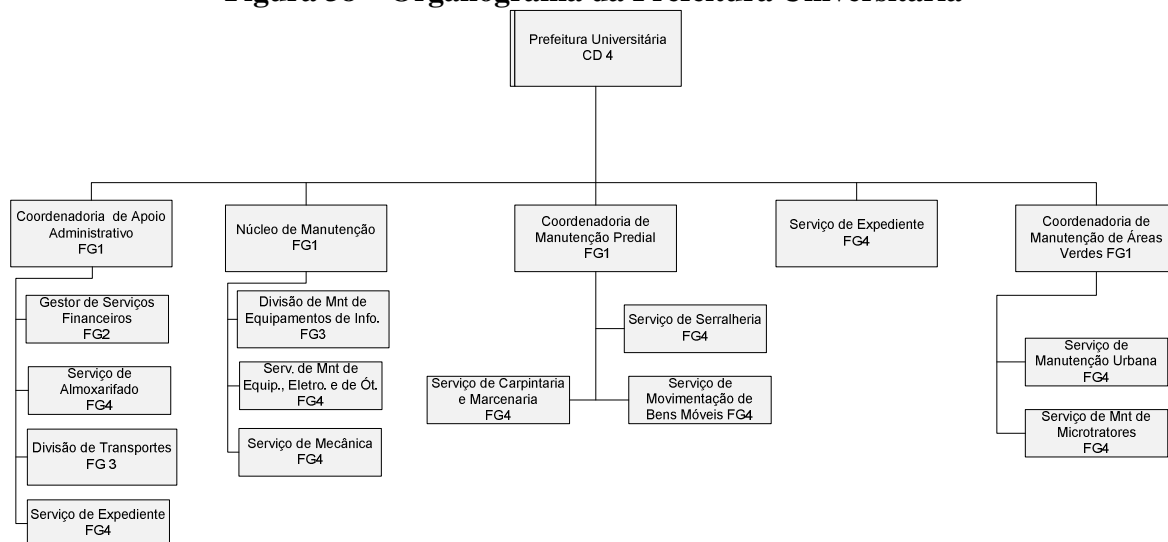
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 21 - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEOMA	Planejar o espaço físico da UFSC, em concordância com o planejamento acadêmico, administrativo e financeiro da instituição; coordenar a implantação dos Planos Diretores dos diversos campi da UFSC e suas áreas experimentais; coordenar, através da Coordenadoria de Gestão Ambiental, as diretrizes ambientais da UFSC.	Paulo Roberto Pinto da Luz	Assistente em Administração / Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016
SEOMA/ DPAE	Direcionar, coordenar e supervisionar o planejamento e a consolidação do espaço físico da UFSC; coordenar e orientar técnica e gerencialmente a equipe.	Elias Sebastião de Andrade	Engenheiro-Área/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Vanessa Mendes Argenta	Arquiteta e Urbanista/ Diretora	11/05/2016 a 31/12/2016
SEOMA/ PU	Coordenar e execução das atividades ligadas à manutenção e conservação do patrimônio da UFSC; implantar, conservar e manter as áreas verdes e jardins do Campus Universitário da UFSC.	Nailor Novaes Boianovsky	Assistente em Administração / Prefeito	01/01/2016 a 11/05/2016
		Soeli Soares de Moraes	Servente de Limpeza/ Prefeita	11/05/2016 a 31/12/2016
SEOMA/ DMPI	Realizar a manutenção predial urbana e de infraestrutura da Universidade	José Fabris	Engenheiro/ Diretor	2016
SEOMA/ DFO	Supervisionar, direcionar e coordenar a fiscalização da execução de obras de engenharia da UFSC; atuar como ligação entre o Departamento e as outras instâncias da UFSC, atuando no direcionamento dos trabalhos de acordo com a missão, a visão e os valores da Universidade.	Rodrigo Bossle Fagundes	Engenheiro-Área/ Diretor	2016

Fonte: DPGI/UFSC

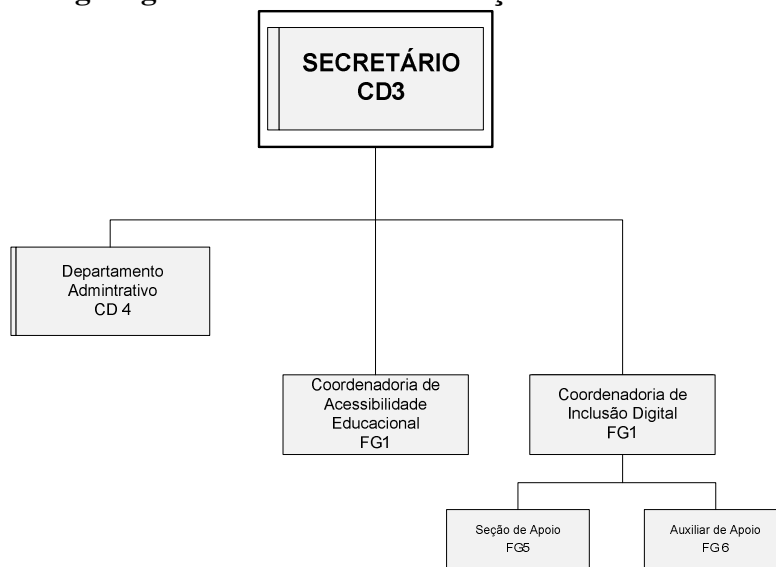
Figura 38 – Organograma da Prefeitura Universitária



Fonte: DPGI/UFSC

Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades

Figura 39 – Organograma da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades



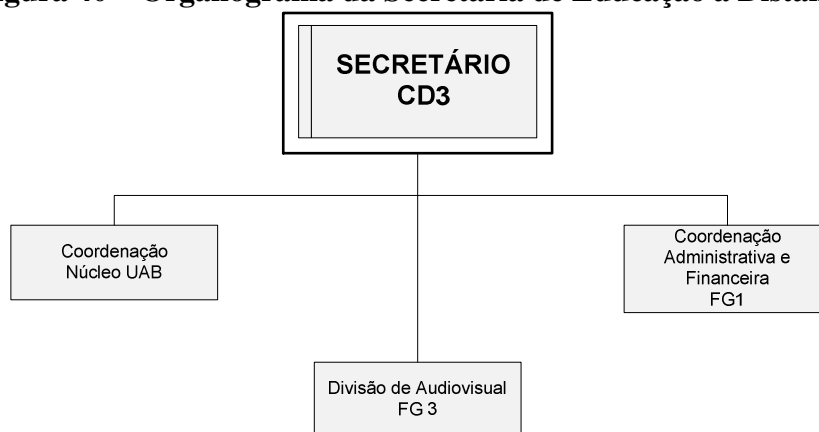
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 22 - Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SAAD	Assessorar direta e imediatamente a Reitoria na formulação, coordenação e articulação de políticas para ações afirmativas e Diversidades; articular/transversalizar a políticas de ações afirmativas nos órgãos de gestão da UFSC.	Francis Solange Vieira Tourinho	Professora /Secretária	11/05/2016 a 31/12/2016
SAAD/ Departamento Administrativo	Assessorar a Secretaria de Ações afirmativas e Diversidades no estabelecimento de políticas de ações afirmativas.	Marcelo Henrique Romano Tragtenberg	Professor/ Diretor	16/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Secretaria de Educação a Distância

Figura 40 – Organograma da Secretaria de Educação a Distância

Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 23 - Secretaria de Educação a Distância

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEAD	Coordenador a Secretaria; propor normas e regulamentos relativos à EAD; propor a celebração de convênios e parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas que tenham interesses compatíveis com os objetivos da SEAD; estimular a realização de projetos de pesquisa e extensão da SEAD.	Marcos Baptista Lopez Dalmau	Professor/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 41 – Organograma da Secretaria de Esportes



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 24 - Secretaria de Esportes

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SESP	Planejar, gerenciar e fomentar o esporte em suas várias dimensões na Sede, Centro de Ciência Agrárias e Fazenda da Ressacada, Centros de Ensino do Interior do Estado (Campis) e Sapiens Park; executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	Edison Roberto de Souza	Professor/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016
SESP/ Departamento Administrativo	Planejar, organizar, coordenar e realizar todas as atividades administrativas da Secretaria.	Marco Antonio Martins	Assistente em Administração/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 42 – Organograma da Secretaria de Inovação e Propriedade Intelectual



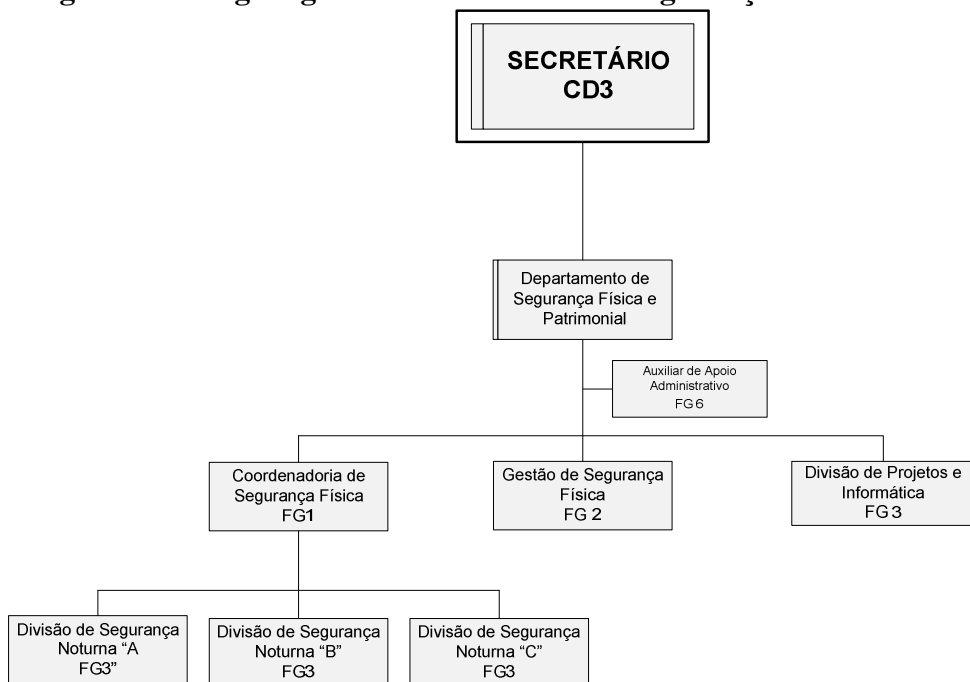
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 25 - Secretaria de Inovação e Propriedade Intelectual

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SINOVA	Cumprir e fazer cumprir a legislação de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual, nos Centros, nos Departamentos e nos Órgãos Suplementares; coordenar a execução das ações inerentes à política de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual da universidade, definidas pelo conselho universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.	Claudio Jose Amante	Professor/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016
SINOVA/ Departamento de Inovação	Promover, incentivar e apoiar atividades de fomento e apoio à inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual desenvolvendo programas específicos ou administrando de programas externos; estimular e supervisionar a execução de programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na área de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual.	Fernando Alvaro Ostuni Gauthier	Professor/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 43 – Organograma da Secretaria de Segurança Institucional



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 26 - Secretaria de Segurança Institucional

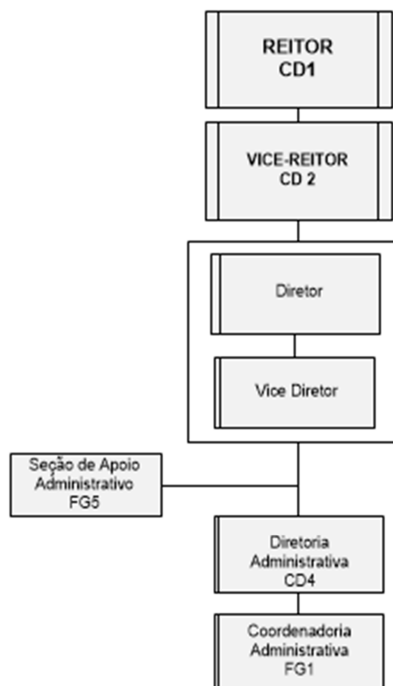
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ SSI	Dotar a UFSC de segurança necessária dando aos usuários tranquilidade no desempenho de suas atividades, estabelecendo linhas de planejamento para os tipos específicos de segurança: física, estratégica e especial.	Leandro Luiz de Oliveira	Vigilante/ Secretário	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Campus de Araranguá (Centro de Araranguá)

Figura 44 – Organograma do Campus de Araranguá

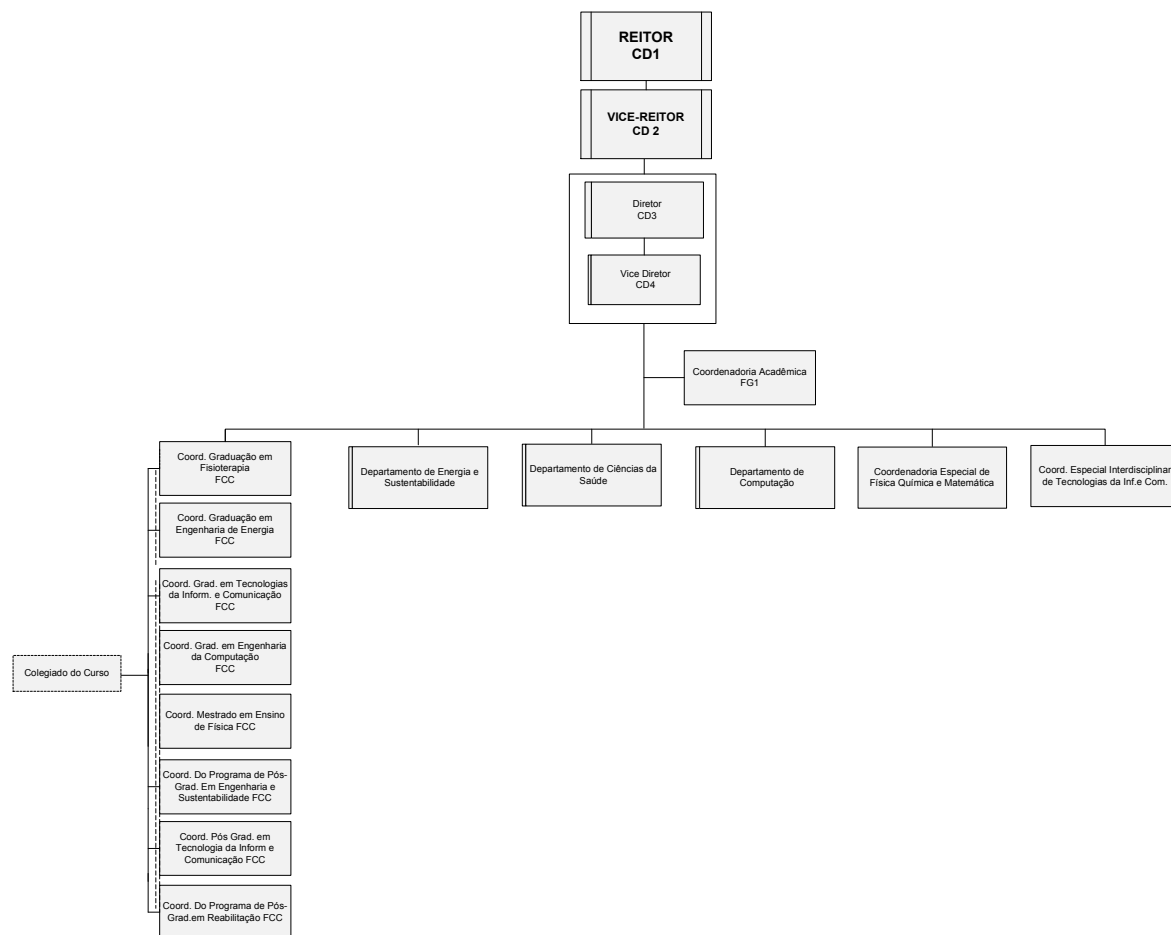
Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Araranguá



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 45 – Organograma do Centro de Araranguá

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro de Araranguá



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 27 - Campus de Araranguá / Centro de Araranguá

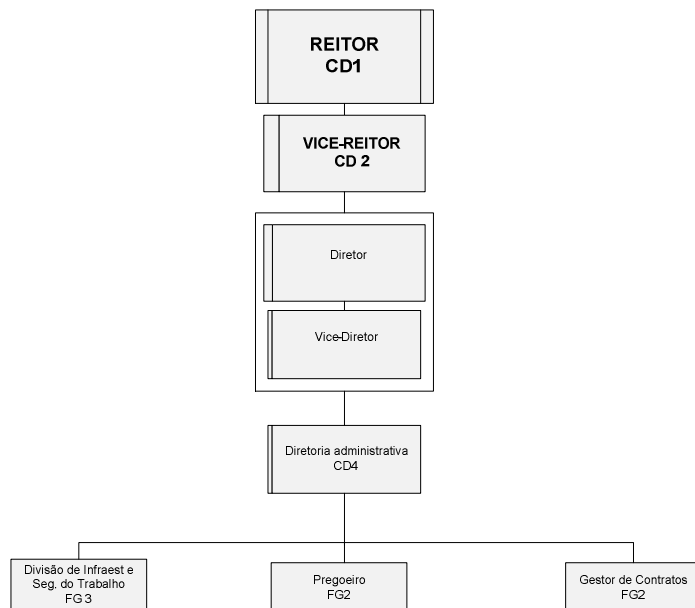
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Campus/ Diretor ARA	Realizar a gestão da Unidade e prover condições para o desenvolvimento das suas atividades.	Eugênio Simão	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Eugênio Simão	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Campus/ Vice-Diretor ARA	Realizar a gestão da Unidade e prover condições para o desenvolvimento das suas atividades.	Fabrcio de Oliveira Oriques	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Anderson Luiz Fernandes Perez	Professor/ Vice-Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Realizar a gestão da Unidade e prover condições para o desenvolvimento das suas atividades.	Samira Belettini Borges	Secretária Executiva/ Diretora Administrativa	01/01/2016 a 26/12/2016
		Cibeli Borba Machado	Administradora/ Diretora Administrativa	26/12/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Campus de Blumenau (Centro de Blumenau)

Figura 46 – Organograma do Campus de Blumenau

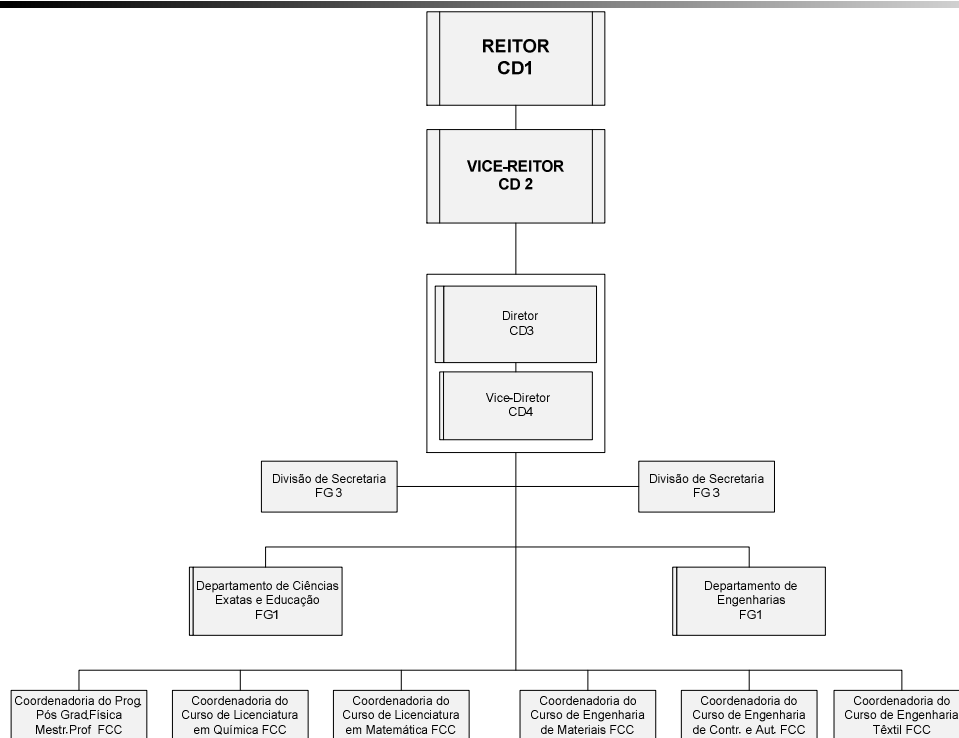
Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Blumenau



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 47 – Organograma do Centro de Blumenau

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro de Blumenau



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 28 – Campus de Blumenau / Centro de Blumenau

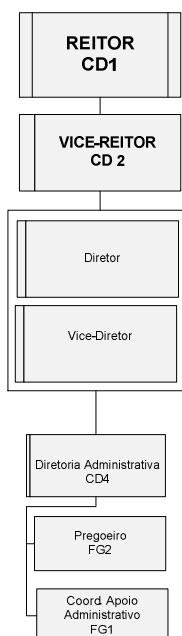
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Campus/ Diretor	Responsabilizar-se pela Gestão do Campus Blumenau.	Ubirajara Franco Moreno	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 01/04/2016
		João Luiz Martins	Professor/ Diretor	01/04/2016 a 25/12/2016
		João Luiz Martins	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Campus/ Vice-Diretor	Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos e exercer atribuições de caráter permanente delegadas pelo Diretor.	Ismael Casagrande Bellettini	Professor/ Vice- Diretor	01/01/2016 a 01/04/2016
		Ana Júlia Dal Forno	Professora/ Vice-Diretora	01/04/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Gerenciar o planejamento e execução das atividades administrativas, financeiras e patrimoniais do Campus Blumenau.	Catieli Nunes de Figueredo Beléia	Administradora/ Diretora Administrativa	07/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Campus de Curitiba / Centro de Ciências Rurais

Figura 48 – Organograma do Campus de Curitiba

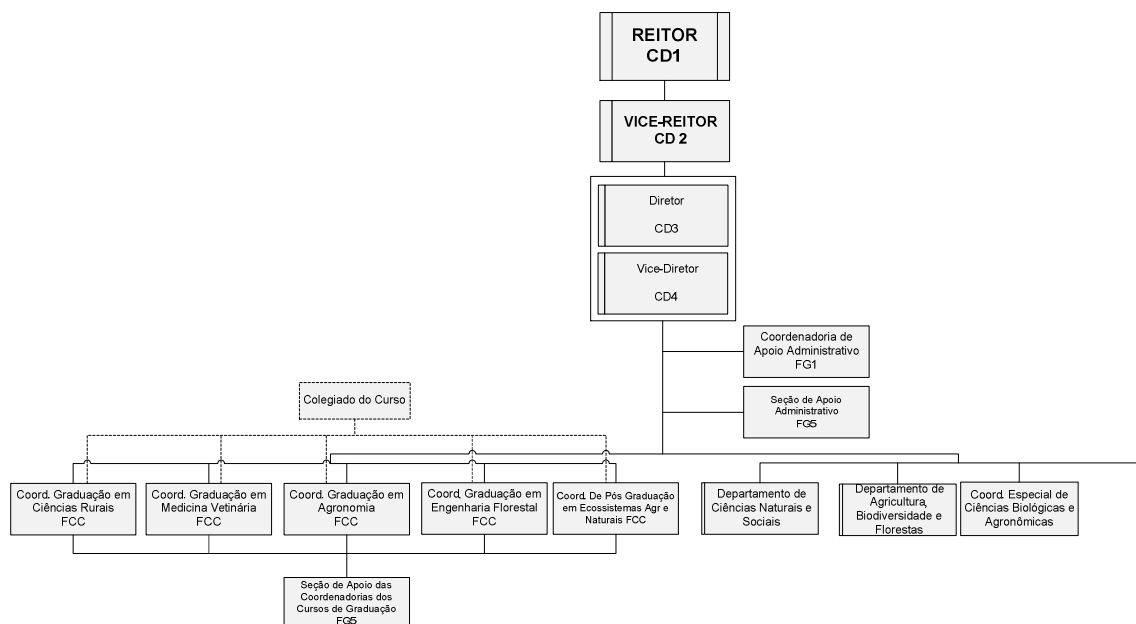
Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Curitiba



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 49 – Organograma do Centro de Ciências Rurais

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro de Ciências Rurais



Fonte: DPGI/UFSC

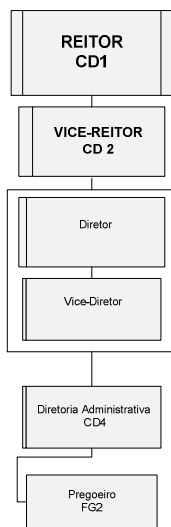
Quadro 29 – Campus de Curitiba / Centro de Ciências Rurais

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Campus/ Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Leocir José Welter	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Juliano Gil Nunes Wendt	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Campus/ Vice-Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade; convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade na ausência do diretor.	Juliano Gil Nunes Wendt	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Kelen Cristina Basso	Professora/ Vice-Diretora	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Dirigir, coordenar, supervisionar, fiscalizar e os serviços administrativos do Campus; responsabilizar-se pela gestão de materiais e serviços, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.	Paulo Roberto Kammer	Técnico de Tecnologia da Informação/ Diretor Administrativo	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 50 – Organograma do Campus de Joinville

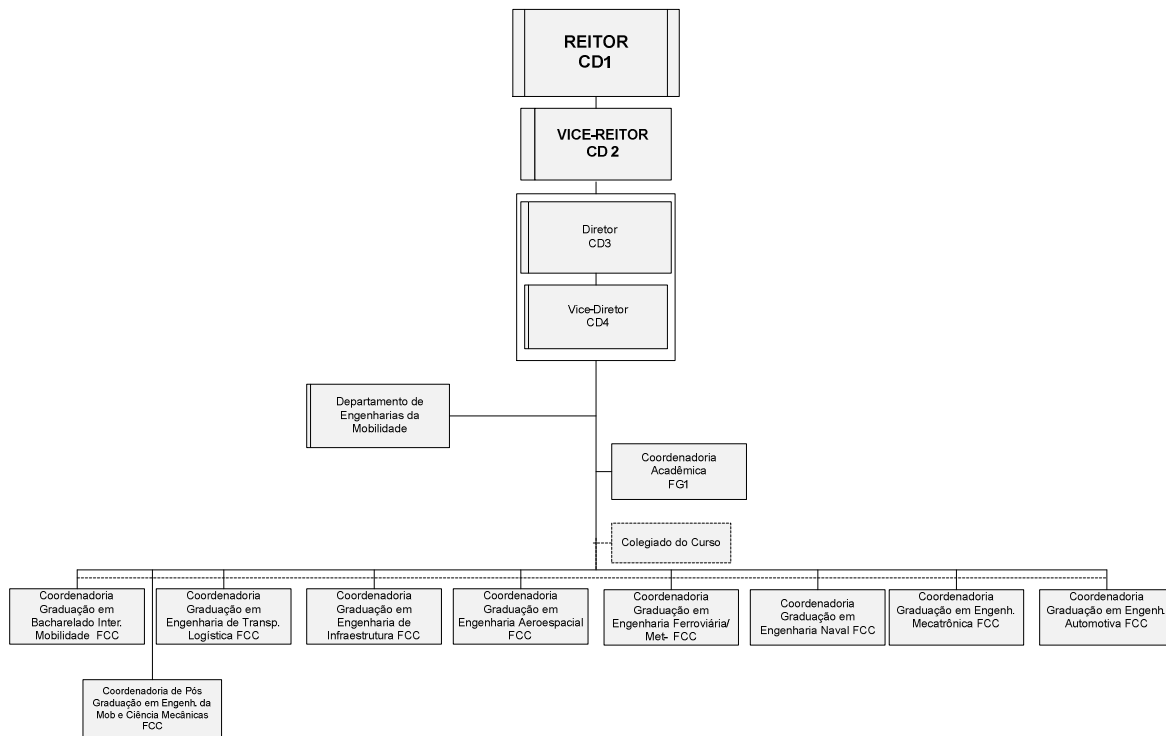
Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Joinville



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 51 – Organograma do Centro Tecnológico de Joinville

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro Tecnológico de Joinville



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 30 – Campus de Joinville / Centro Tecnológico de Joinville

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Campus/ Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto	Professora/ Diretora	01/01/2016 a 25/12/2016
		Cátia Regina Silva De Carvalho Pinto	Professora/ Diretora	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Campus/ Vice-Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade; convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade na ausência do diretor.	Mauricio de Campos Porath	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Lucas Weihmann	Professor/ Vice-Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Coordenar, supervisionar, fiscalizar e dirigir todas as atividades administrativas e acadêmicas realizadas no Campus.	Jamile Fantin	Psicóloga/ Diretora Administrativa	01/01/2016 a 25/12/2016
		Leila Carvalho Melo	Assistente em Administração / Diretora Administrativa	26/12/2016 a 31/12/2016

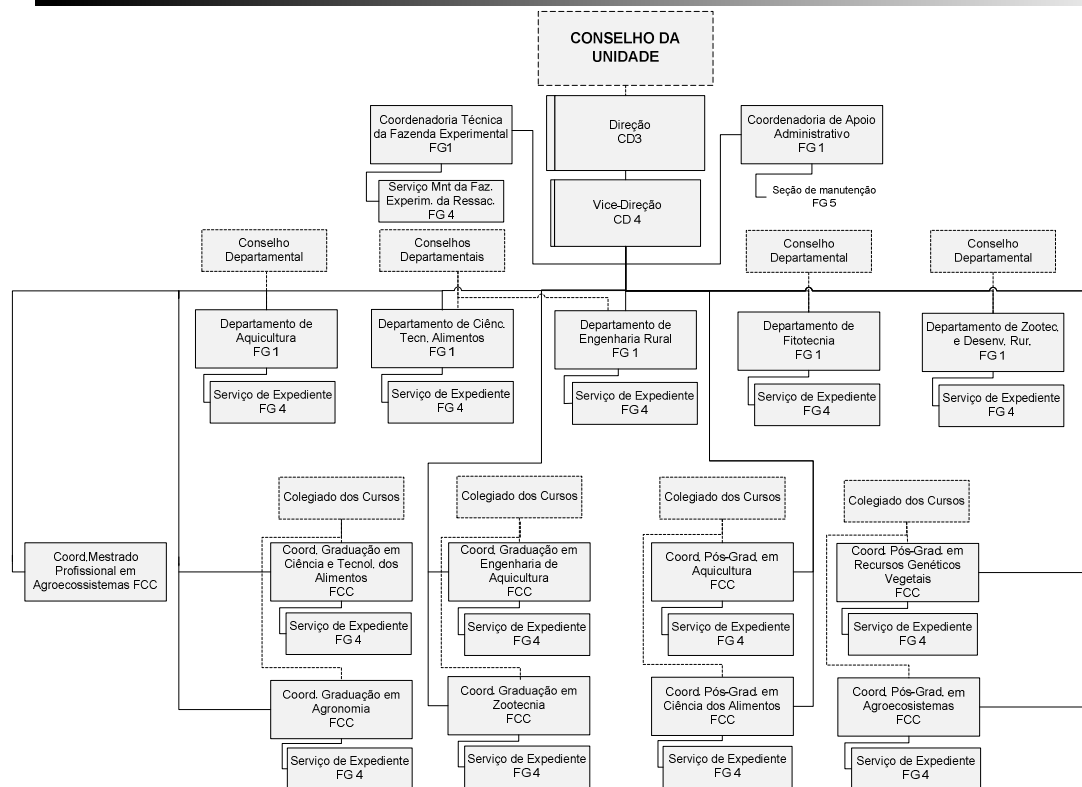
Fonte: DPGI/UFSC

Centros de Ensino

Centro de Ciências Agrárias - CCA

Figura 52 – Organograma do Centro de Ciências Agrárias

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Agrárias



Fonte: DPGI/UFSC

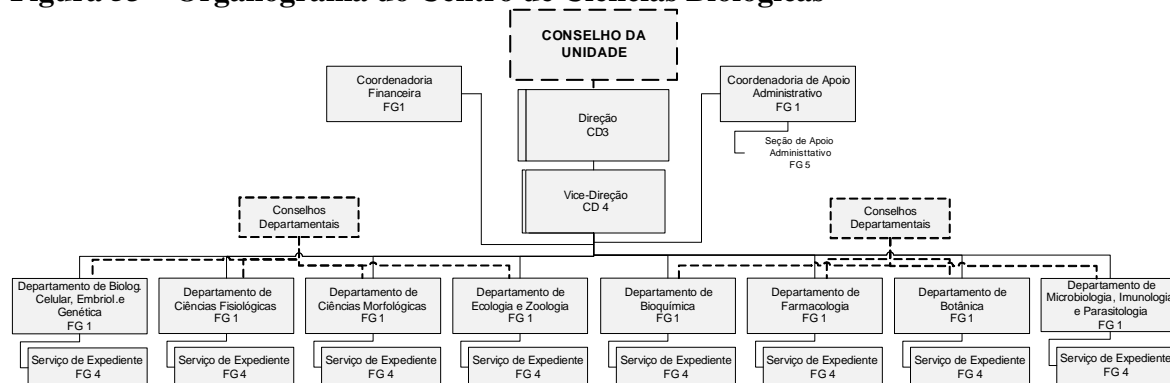
Quadro 31 - Centro de Ciências Agrárias

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	José Carlos Fiad Padilha	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Walter Quadros Seiffert	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Pedro Luiz Manique Barreto	Professor/ Vice- Diretor	01/01/2016 a 27/04/2016
		Cesar Damian	Professor/ Vice-Diretor	05/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Centro de Ciências Biológicas – CCB

Figura 53 – Organograma do Centro de Ciências Biológicas



Fonte: DPGI/UFSC

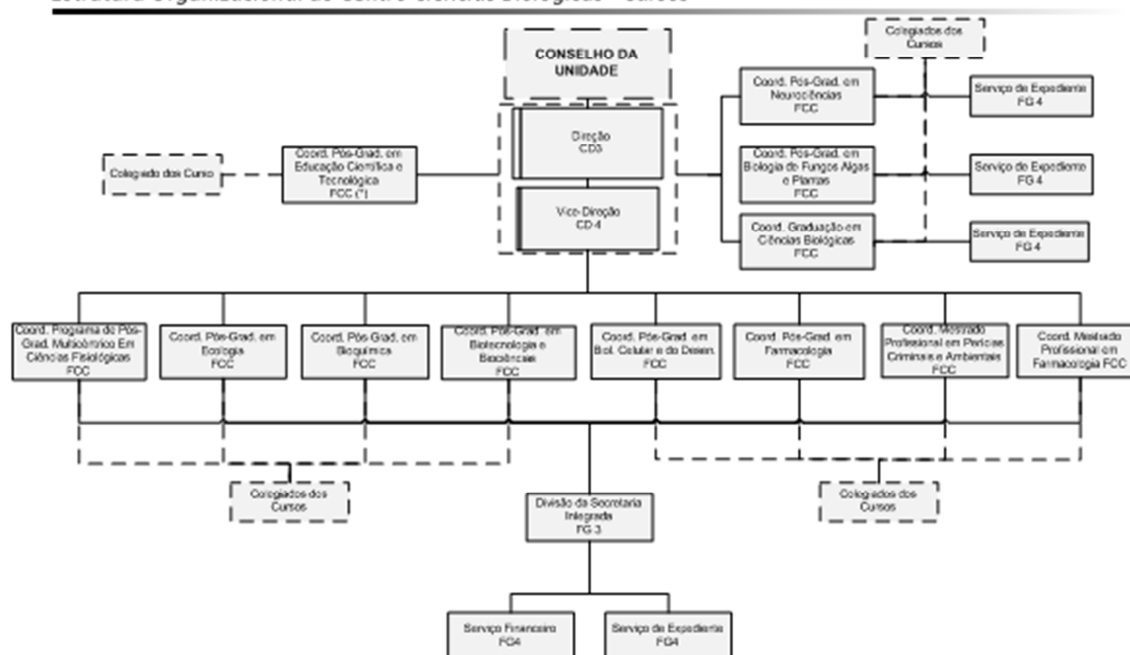
Quadro 32 - Centro de Ciências Biológicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade; dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Sônia Gonçalves Carobrez	Professora/ Diretora	01/01/2016 a 25/12/2016
		Alexandre Verzani Nogueira	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos; coordenar o Planejamento da Unidade juntamente com o Diretor da Unidade	Tadeu Lemos	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 25/12/2016
		Cristine Maria Bressan	Professora/ Vice-Diretora	26/12/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 54 – Organograma do Centro de Ciências Biológicas - Cursos

Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Cursos

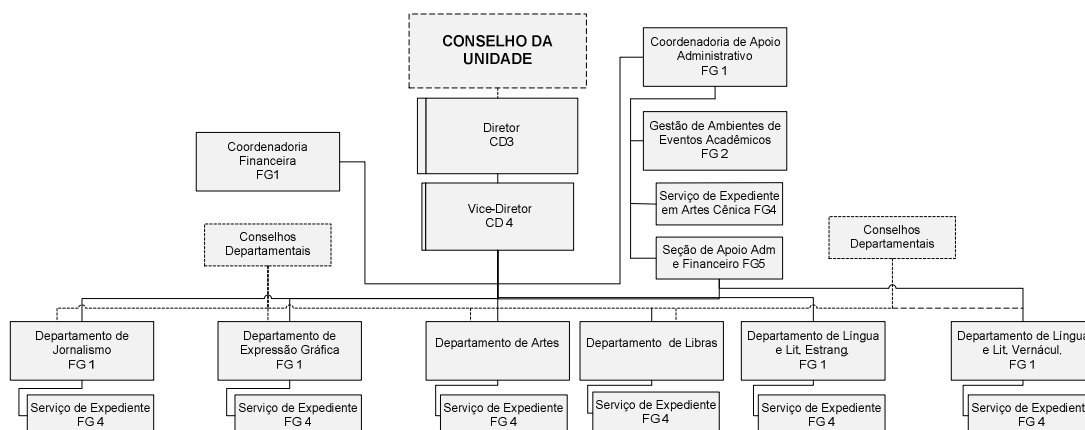


¹ Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

Fonte: DPGI/UFSC

Centro de Comunicação e Expressão - CCE

Figura 55 – Organograma do Centro de Comunicação e Expressão
Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Departamentos



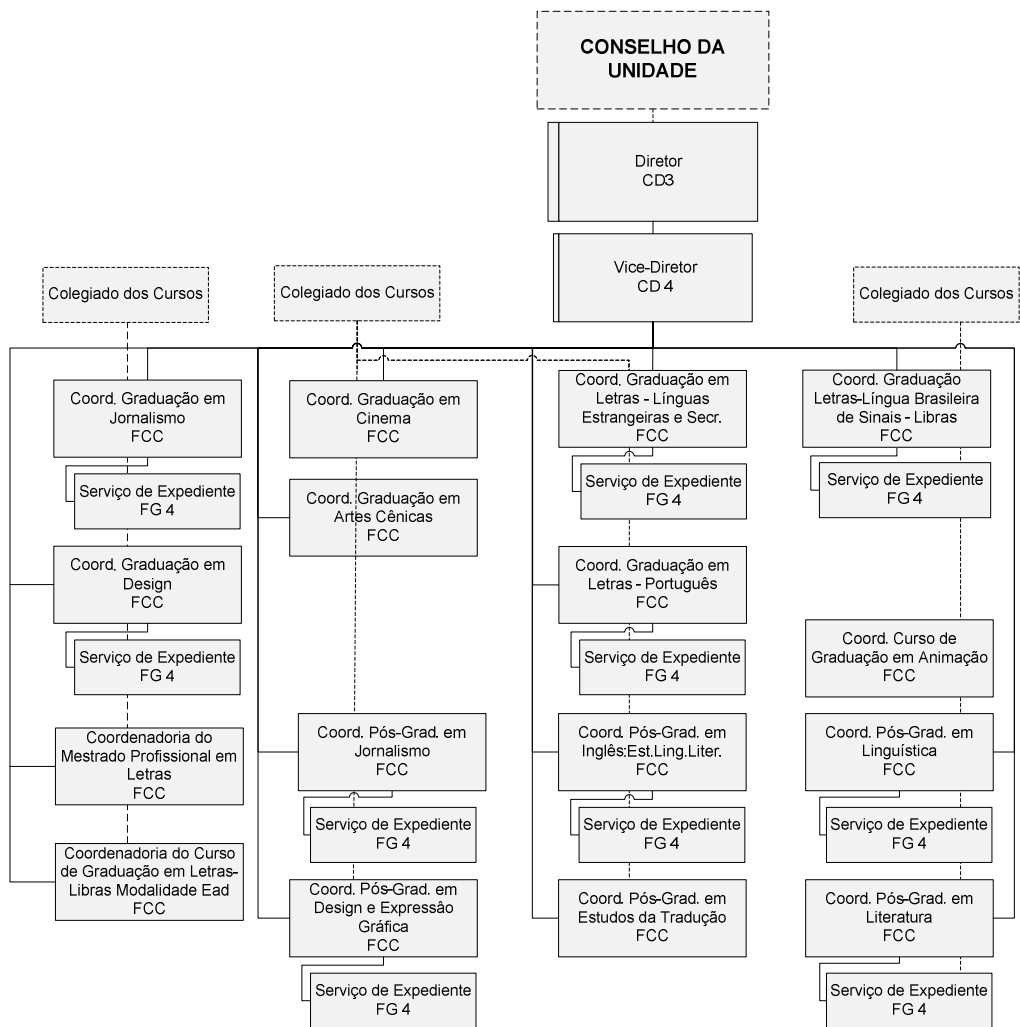
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 33 - Centro de Comunicação e Expressão

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Felício Wessling Margotti	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Arnoldo Debatin Neto	Professor/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Diretor	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Arnoldo Debatin Neto	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Silvana de Gaspari	Professora/ Vice-Diretora	13/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

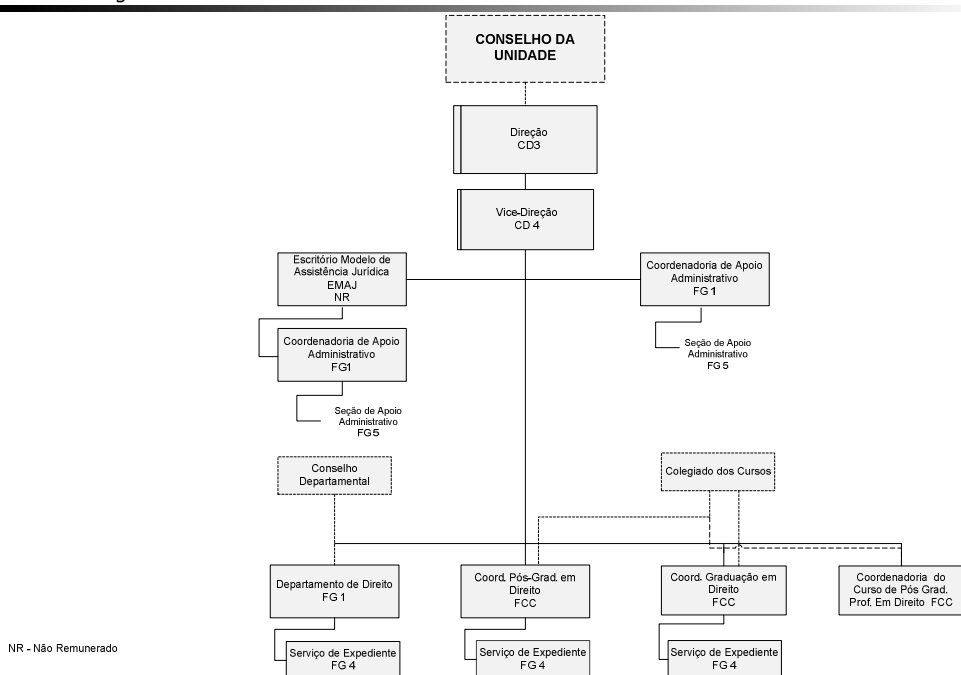
Figura 56 – Organograma do Centro de Comunicação e Expressão - Cursos
Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Cursos



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 57 – Organograma do Centro de Ciências Jurídicas

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Jurídicas



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 34 - Centro de Ciências Jurídicas

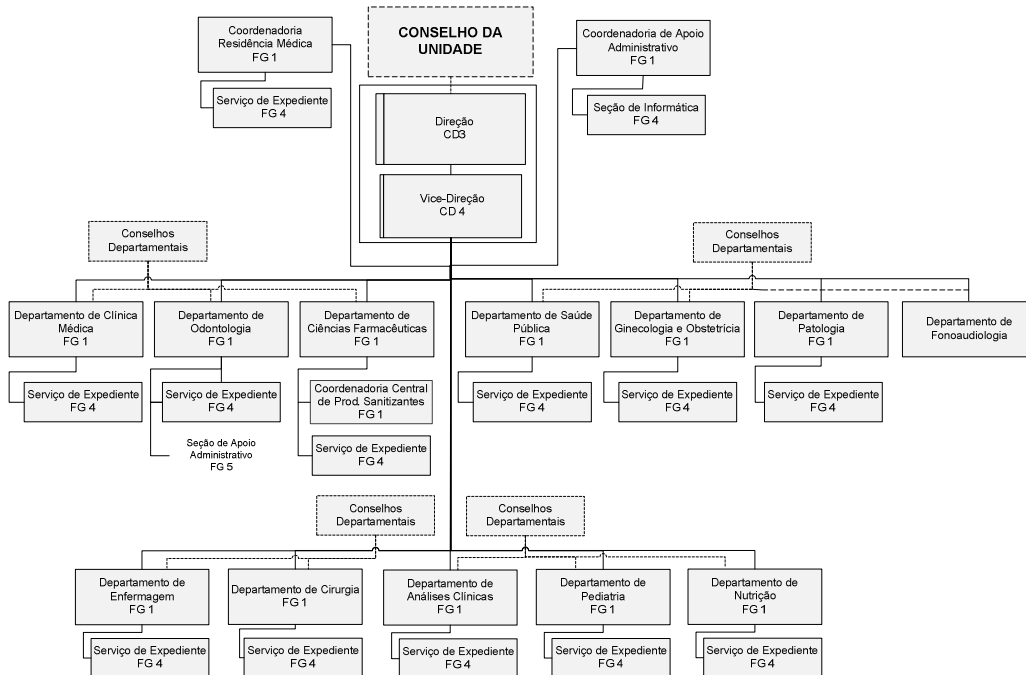
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Luis Carlos Cancellier de Olivo	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Ubaldo César Balthazar	Professor/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Ubaldo Cesar Balthazar	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		José Issac Pilati	Professor/ Vice-Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Centro de Ciências da Saúde – CCS

Figura 58 – Organograma do Centro de Ciências da Saúde

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Departamentos



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

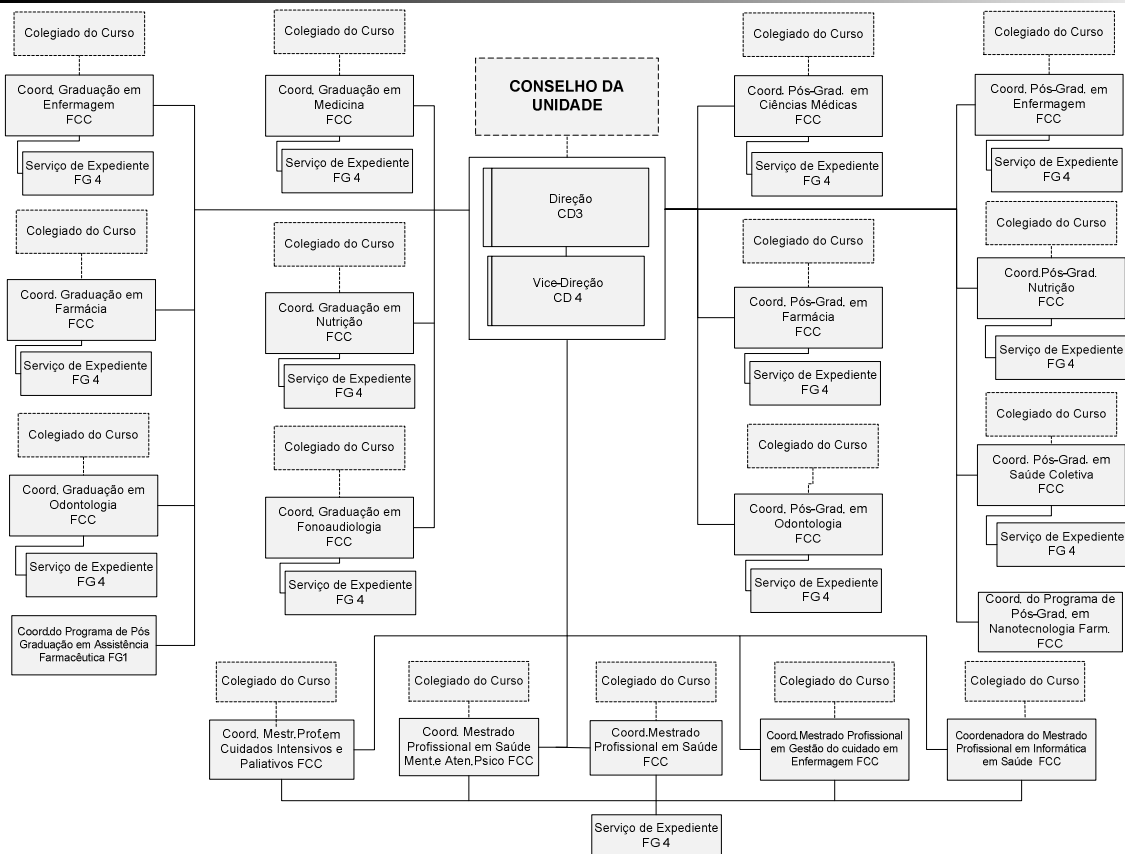
Quadro 35 - Centro de Ciências da Saúde

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Sérgio Fernando Torres de Freitas	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Isabela de Carlos Back Giuliano	Professora/ Diretora	11/05/2016 a 25/12/2016
		Celso Spada	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Isabela de Carlos Back Giuliano	Professora/ Vice-Diretora	01/01/2016 a 11/05/2016
		Ricardo de Souza Vieira	Professor/ Vice-Diretor	11/05/2016 a 25/12/2016
		Fabrcício de Souza Neves	Professor/ Vice-Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 59 – Organograma do Centro de Ciências da Saúde - Cursos

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Cursos

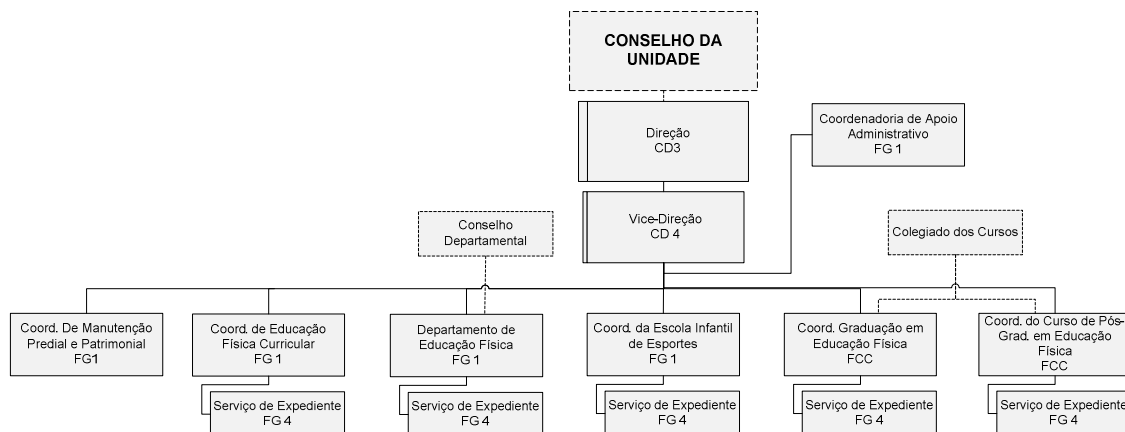


Fonte: DPGI/UFSC

Centro de Desportos - CDS

Figura 60 – Organograma do Centro de Desportos

Estrutura Organizacional do Centro de Desportos



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 36 - Centro de Desportos

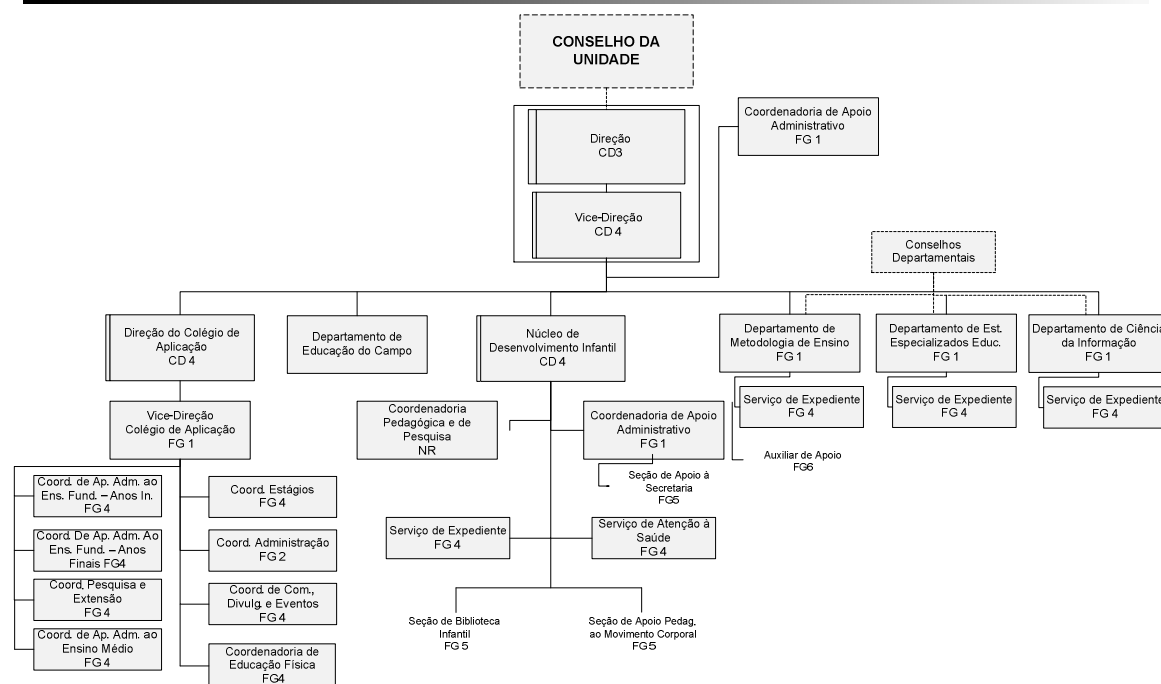
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e extensão; exercer a presidência do conselho consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da Unidade; conhecer e deliberar sobre assuntos de natureza técnica, administrativa e funcional.	Edison Roberto de Souza	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Luciano Lazzaris Fernandes	Professor/ Diretor	11/05/2016 a 25/12/2016
		Antônio Renato Pereira Moro	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos e ao qual serão delegadas atribuições administrativas de caráter permanente.	Luciano Lazzaris Fernandes	Professor/ Vice- Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Michel Angillo Saad	Professor/ Vice- Diretor	18/05/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Centro de Ciências da Educação – CED

Figura 61 – Organograma do Centro de Ciências da Educação

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação – Departamentos



Fonte: DPGI/UFSC

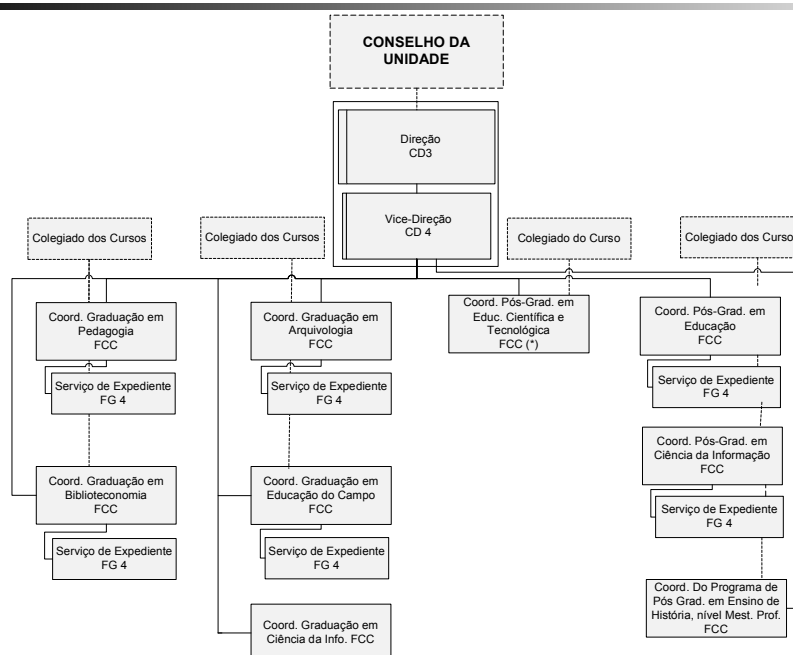
Quadro 37 - Centro de Ciências da Educação

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Nestor Manoel Habkost	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor em suas faltas ou impedimentos eventuais; participar nas atividades de definição de ações de gestão no âmbito administrativo e acadêmico.	Juares da Silva Thiesen	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ NDI	Planejar, coordenar e avaliar as atividades que envolvem a dinâmica de funcionamento da escola.	Eloisa Helena Teixeira Fortkamp	Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico/ Diretora	01/01/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ CA	Planejar, coordenar, administrar e avaliar as atividades que envolvem a dinâmica de funcionamento da escola bem como responder juridicamente pelo seu funcionamento.	Josalba Ramalho Vieira	Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico/ Diretora	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 62 – Organograma do Centro de Ciências da Educação - Cursos

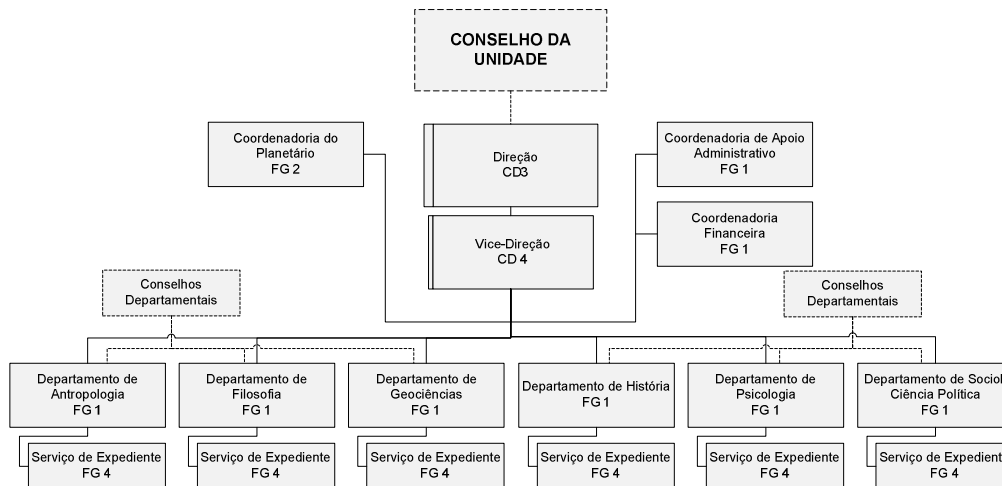
Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação - Cursos



NR - Não Remunerado
 (*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 63 – Organograma do Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamentos



Fonte: DPGI/UFSC

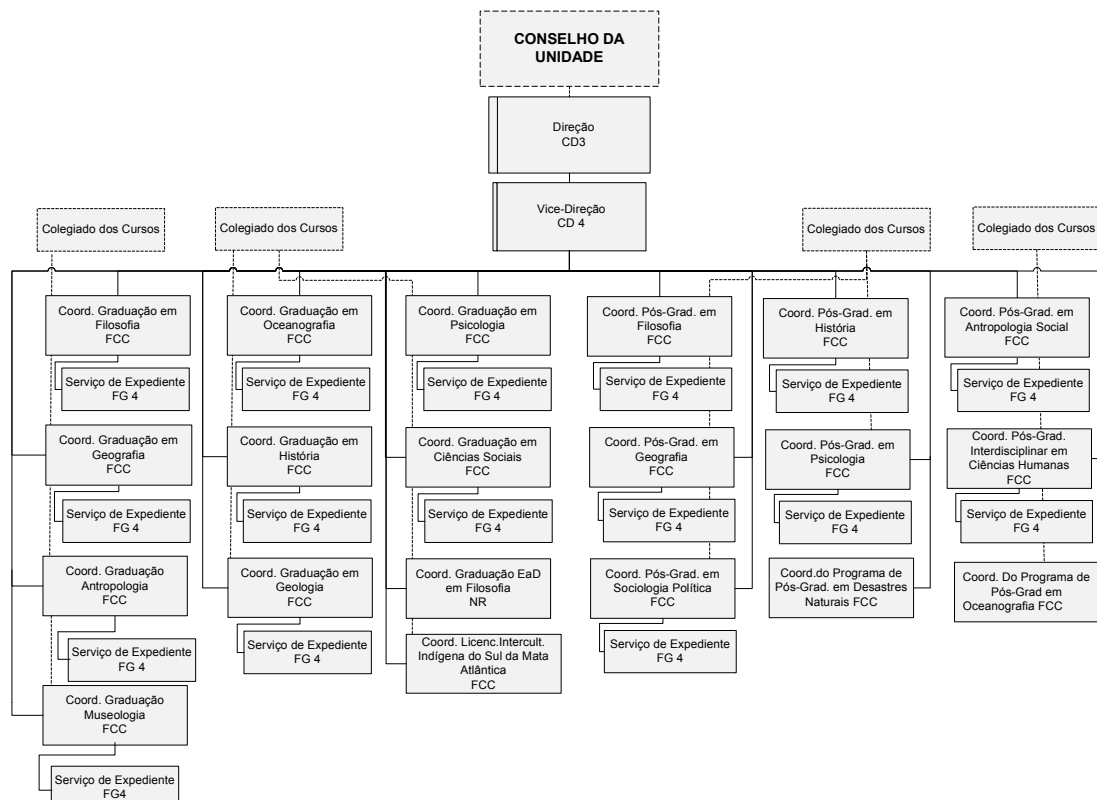
Quadro 38 - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Paulo Pinheiro Machado	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 26/12/2016
		Miriam Furtado Hartung	Professora/ Diretora	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade, na ausência do Diretor do Centro.	Sônia Weidner Maluf	Professora/ Vice-Diretora	01/01/2016 a 26/12/2016
		Rogério Luiz de Souza	Professor/ Vice-Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 64 – Organograma - Organograma do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Cursos

Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Cursos

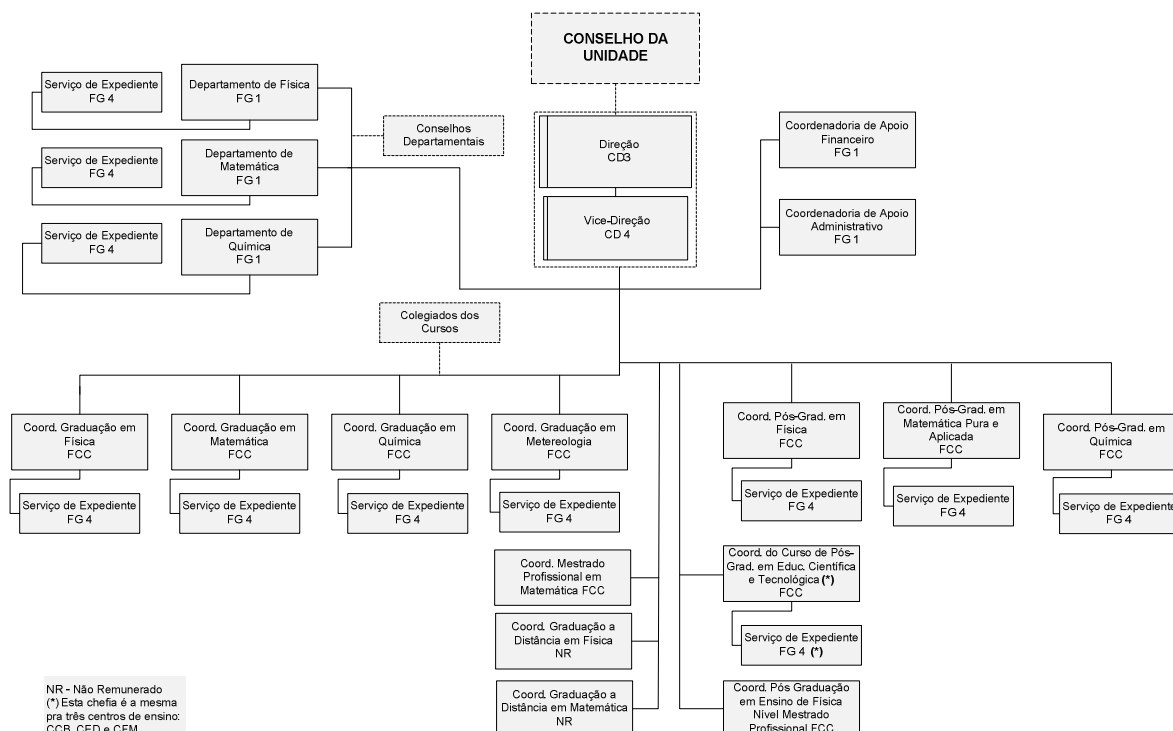


Fonte: DPGI/UFSC

Centro de Ciências Físicas e Matemáticas – CFM

Figura 65 – Organograma do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas



NR - Não Remunerado
 (*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM

Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 39 - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

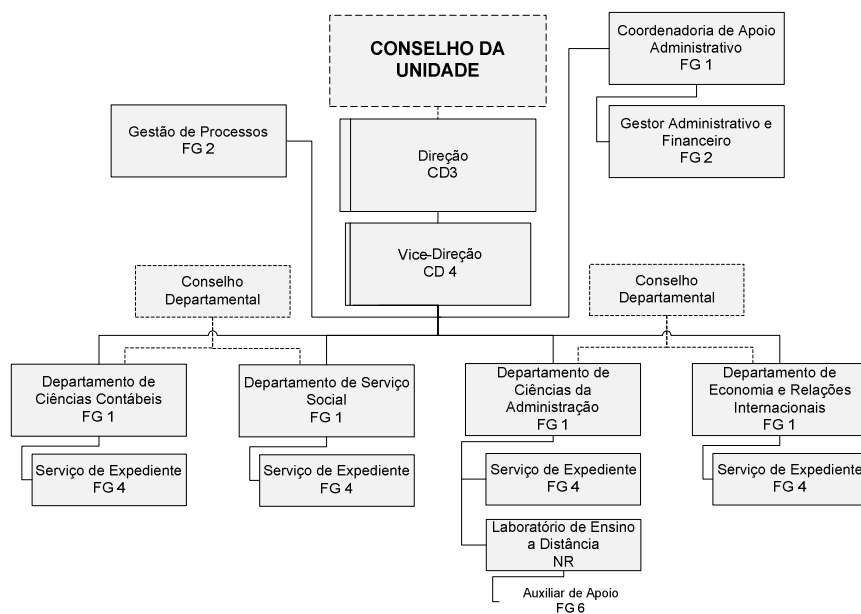
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Valdir Rosa Correia	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 26/12/2016
		Licio Hernanes Bezerra	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor nas suas ausências e impedimentos, inclusive vacância do cargo.	Licio Hernanes Bezerra	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 26/12/2016
		Nilton da Silva Branco	Professor / Vice-Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Centro Sócio-Econômico – CSE

Figura 66 – Organograma do Centro Sócio-Econômico

Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Departamentos



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

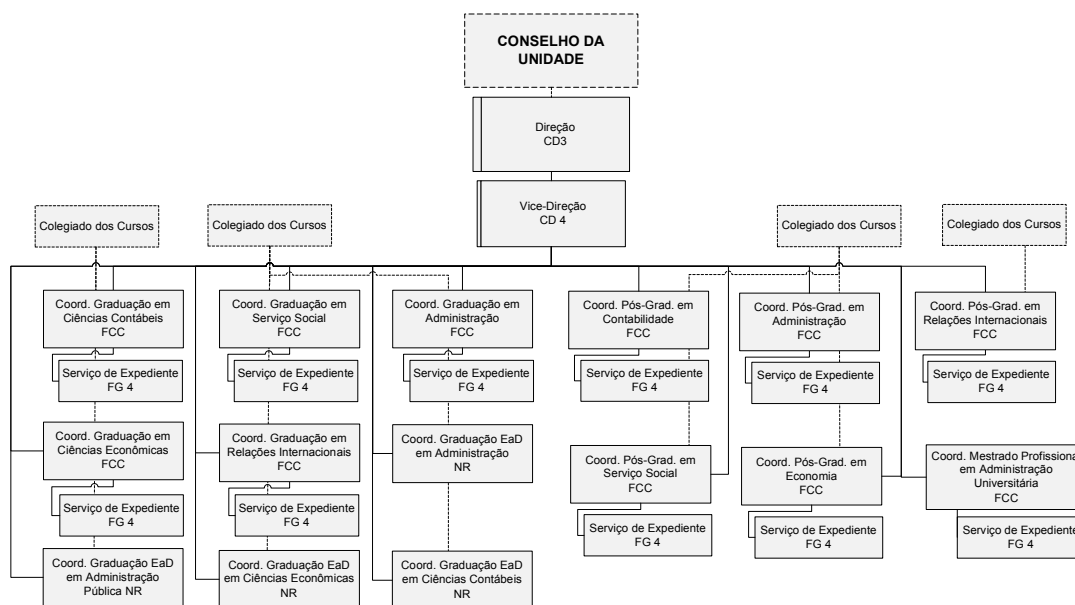
Quadro 40 - Centro Sócio-Econômico

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade; convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade.	Elisete Dahmer Pfitscher	Professor/ Diretora	01/01/2016 a 26/12/2016
		Irineu Manoel de Souza	Professor/ Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o diretor do Centro nas suas faltas e impedimentos; coordenar o uso, a manutenção, a adequação e a ampliação do espaço físico da Unidade.	Rolf Hermann Erdmann	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 26/12/2016
		Maria Denize Henrique Casagrande	Professora/ Vice-Diretora	26/12/2016 a 31/12/2016

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 67 – Organograma do Centro Sócio-Econômico - Cursos

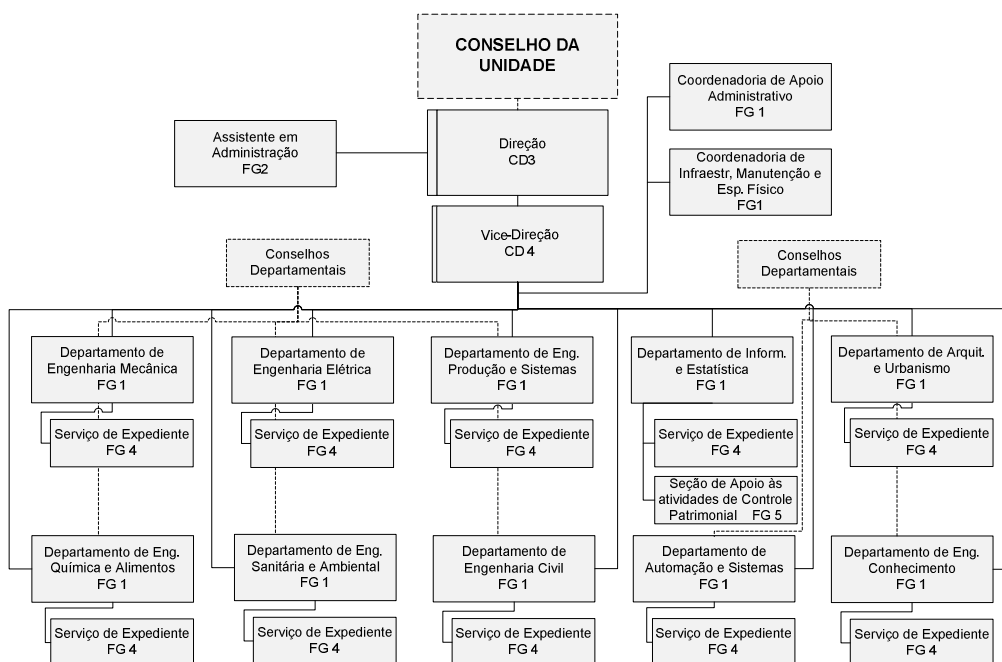
Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Cursos



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 68 – Organograma do Centro Tecnológico
Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico - Departamentos



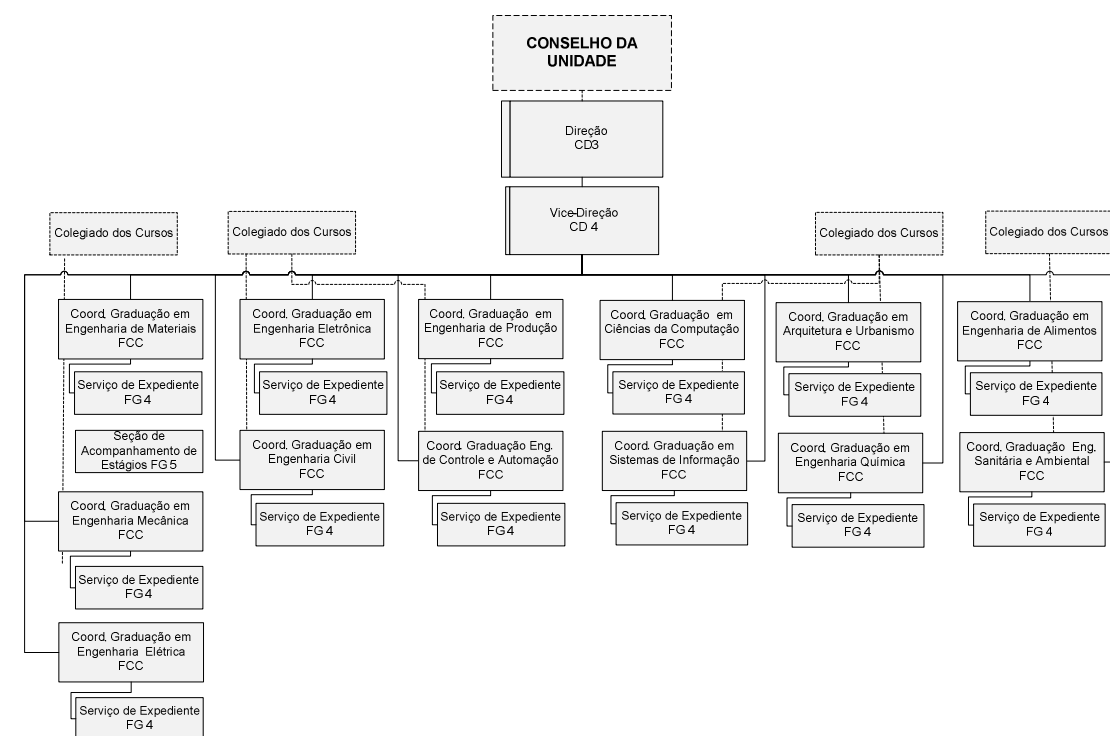
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 41 - Centro Tecnológico

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Sebastião Roberto Soares	Professor/ Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Edson Roberto de Pieri	Professor/ Diretor	11/05/2016 a 31/12/2016
Reitoria/ Vice-Direção	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Edson Roberto de Pieri	Professor/ Vice-Diretor	01/01/2016 a 11/05/2016
		Lúcia Helena Martins Pacheco	Professora/ Vice-Diretora	19/05/2016 a 25/12/2016
		Sergio Peters	Professor/ Vice-Diretor	26/12/2016 a 31/12/2016

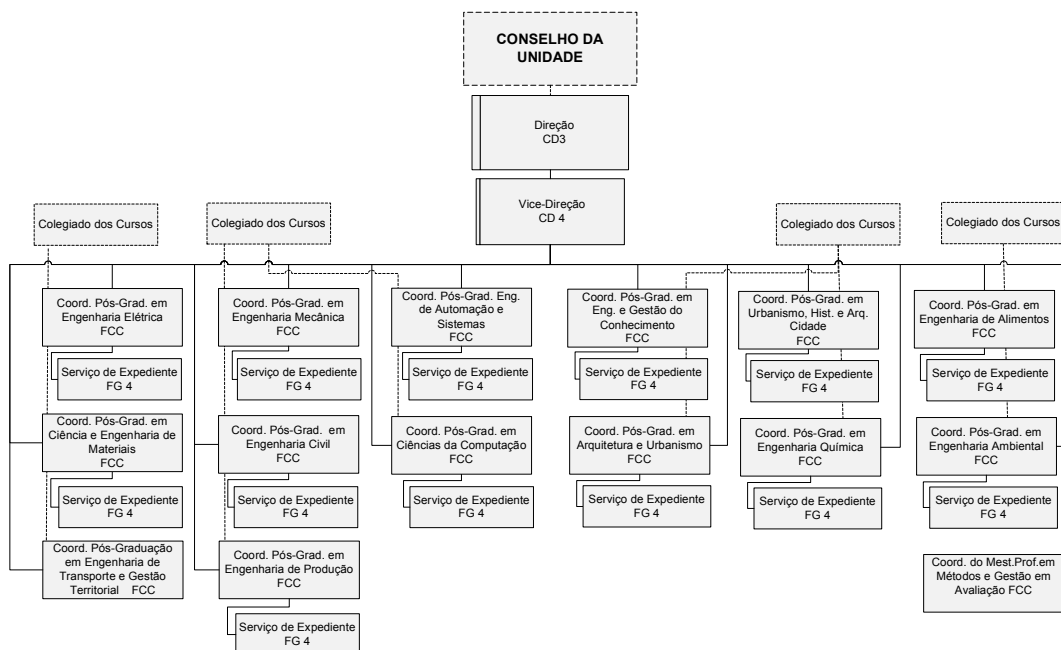
Fonte: DPGI/UFSC

Figura 69 – Organograma do Centro Tecnológico – Cursos de Graduação
Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico – Cursos de Graduação



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 70 – Organograma do Centro Tecnológico – Cursos de Pós-Graduação
Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico – Cursos de Pós-Graduação



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

1.5 Macroprocessos finalísticos

1.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O presente item demonstra os três macroprocessos finalísticos da UFSC e que estão diretamente relacionados com a missão institucional e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, organizados em três grandes áreas, sendo eles:

1. Macroprocesso Ensino
2. Macroprocesso Pesquisa
3. Macroprocesso Extensão

1.5.1.1 Macroprocesso – Ensino

Os macroprocessos relacionados ao ensino destinam-se a atender as demandas oriundas dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, sejam estes na modalidade presencial ou na modalidade de ensino a distância (EaD).

Novas demandas devem ser aprovadas em todas as instâncias (Comissões, Conselhos, Câmaras etc.), obedecendo os prazos determinados pelas normas em vigor.

O macroprocesso de ensino envolve, além das unidades de ensino, as Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação. O Regimento Interno determina que, em relação à graduação, as principais atividades se relacionam com:

- coordenar as ações ligadas ao ensino de graduação;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- coordenar atividades de ensino bem como as de matrícula e estágios curriculares;
- supervisionar as atividades do processo de matrícula;
- coordenar os projetos da educação básica propostos pelo MEC;
- representar a UFSC nos fóruns pertinentes;
- administrar as informações relativas às suas atividades;
- elaborar o calendário acadêmico a ser aprovado pelo CUn.

As principais ações envolvidas com a pós-graduação, de acordo com o mesmo Regimento Interno, referem-se a:

- coordenar as ações ligadas ao ensino de pós-graduação;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Pós-Graduação;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- coordenar e supervisionar processos de seleção de alunos e de credenciamento de docentes com a observância de critérios justos e objetivos
 - promover a integração das atividades de ensino de pós-graduação com o sistema de avaliação de rendimento escolar, de dissertações e teses
 - representar a UFSC nos fóruns pertinentes.

Os macroprocessos de pesquisa e extensão, além da produção de novos conhecimentos e sua transferência à sociedade, permitem a captação de receita externas por meio de:

- contratos e convênios firmados com a Universidade e outra instituição, oriundo de professores ou técnicos, podendo ser cursos, consultorias, pesquisa aplicadas a pedido de empresas ou outros;
- projetos de pesquisa que podem ser realizados com órgãos de governo e empresas privadas;
- eventos normalmente relacionados aos projetos de pesquisas ativos na Universidade, que informem à sociedade as atividades realizadas pela Universidade com seus alunos, parceiros e professores;

- cursos de extensão que permitem uma larga interação com a sociedade e com a realidade do mundo empresarial.

1.5.1.2 Macroprocesso – Pesquisa

O macroprocesso de pesquisa está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e aos departamentos de ensino.

As principais ações envolvidas de Pesquisa, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- Coordenar as ações ligadas a Pesquisa;
- Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa;
- Promover o intercambio com outras entidades;
- Fomentar e apoiar a pesquisa;
- Coordenar ações para a busca de recursos através de projetos institucionais de pesquisa;
- Acompanhar a execução de projetos de pesquisa zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público.

1.5.1.3 Macroprocesso – Extensão

O macroprocesso de extensão se relaciona à Pró-Reitoria de Extensão.

As principais ações envolvidas de extensão, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- coordenar as ações ligadas a Extensão;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;
- promover o intercambio com outras entidades;
- acompanhar a execução de projetos de extensão zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- supervisionar a concessão de bolsas de extensão;
- gerir o sistema de emissão de certificados de extensão.

1.5.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O HU é considerado um Hospital Geral por prestar assistência à saúde na modalidade de internação nas quatro clínicas básicas (clínica médica, pediatria, ginecologia/obstetrícia e cirurgia geral); por dispor de Serviço de Atendimento Diagnóstico e Terapêutico (SADT) e, contar com serviço de Urgência/Emergência, Unidade de Terapia Intensiva, hospital-dia, serviço ambulatorial, maternidade e outros. Foi idealizado na década de 60 para atendimento das demandas de ensino, pesquisa e extensão da UFSC na área da saúde e afins. Através do ensino em serviço, busca uma formação de qualidade, capacitando profissionais para o SUS. Em 2004, com a publicação da primeira Portaria que definia os critérios obrigatórios para a certificação de unidades hospitalares como hospitais de ensino, buscou esta certificação junto aos Ministérios da Saúde e Educação. Foi o primeiro hospital no Estado de Santa Catarina a receber a certificação, que aconteceu ainda no ano de 2004, mantendo-a até a data de hoje.

O HU possui um Ambulatório que atende cerca de 11.000 consultas médicas e multiprofissionais/mês. Os agendamentos de consultas, retornos e exames são majoritariamente via Sistema de Regulação – SISREG, do Ministério da Saúde, sob a responsabilidade dos gestores estadual e municipal. O Ambulatório representa uma das portas de entrada da Instituição, as demais são as 03 (três) Emergências (pediátrica, adulto e ginecológica / obstétrica), que realizam no conjunto uma média de 9.800 atendimentos/mês, variando com a sazonalidade e a situação das demais portas da Rede de

Urgência. Conta ainda com um serviço de toxicologia de referência, que faz atendimentos telefônicos para todo o estado (3.000/mês), além do suporte ao Serviço de Emergência considerado referência para atendimento aos acidentes com animais peçonhentos e intoxicações exógenas. O HU também realiza mensalmente em torno de 790 internações, 270 cirurgias de médio e grande porte, 1.000 cirurgias ambulatoriais e 180 partos (Boletim Estatístico do Movimento Hospitalar do HU, 2016). O HU está inserido na Rede de Atenção às Urgências sob coordenação do Gestor Estadual, com componente de leitos de UTI adulto, e na Rede Cegonha, também sob coordenação do Estado para o atendimento à Gestante de Alto Risco no componente ambulatorial, e hospitalar de internação, de leitos de UTI neonatal, e retaguarda de UTI adulto para puérperas, além do atendimento por livre demanda da Maternidade.

Considerando o ensino de graduação e pós-graduação anualmente mais de 2.000 alunos realizam atividades no HU, principalmente oriundos de cursos da UFSC, bem como, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e UDESC, em nível de Graduação e Pós Graduação. No ano de 2016 atuaram no HU 105 médicos residentes em 21 especialidades, bem como, 63 residentes multiprofissionais em três áreas de concentração e 3 da Residência em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, área odontologia. A Assessoria de Ensino, Pesquisa e Extensão juntamente com a Direção Geral autorizaram a execução de 161 projetos de pesquisa no HU em 2016.

Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada:

Quadro 42 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis (áreas físicas)
Atendimento Ambulatorial	Realizar consultas e retornos por profissionais médicos e de outras áreas da saúde	Consultas/retornos ambulatoriais	Usuários do SUS agendados via SISREG	Área A, B, C, pediatria, cirurgia ambulatorial, oftalmologia, proctologia, otorrinolaringologia, etc
Atendimento Ambulatorial	Realizar hemodiálise em pacientes com doença renal crônica (DRC)	Hemodiálise	Usuários do SUS portadores de doença renal crônica (DRC), conforme Termo de Compromisso pactuado com os gestores (estadual e municipal)	Unidade de Tratamento Dialítico
Atendimento Ambulatorial	Realizar pequenas cirurgias	Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais	Usuários do SUS agendados via SISREG	Área de Cirurgia Ambulatorial
Realização de exames	Realizar exames preventivos, diagnósticos e para o monitoramento de doenças	Exames de imagem, cardiológicos, neurológicos, hemodinâmicos, em análises clínicas, em anatomia patológica e endoscópicos	Usuários do SUS atendidos pelas especialidades médicas no ambulatório (urgências), encaminhados apenas para realização de exames no HU	Serviço de Radiologia, Cardiologia, Hemodinâmica, Divisão de Análises Clínicas, Serviço de Anatomia Patológica e Centro Endoscópico

			(via SISREG) ou internados na instituição	
Atendimento nas Emergências Adulto, Pediátrica e Ginecológica/Obstétrica	Realizar atendimento de urgência e emergência no HU	Consultas em urgência e emergência, procedimentos cirúrgicos em urgência e emergência	Usuários do SUS - pacientes referenciados (SAMU, UPAs e outras instituições) e porta-aberta (livre demanda)	Emergência Adulto, Emergência Pediátrica, Emergência Ginecológica/Obstétrica
Atendimento no Centro de Informações Toxicológicas	Realizar atendimento de urgência e acompanhamento de casos	Atendimentos à distância para orientação das equipes assistenciais por telefone, suporte ao Serviço de Emergência do HU considerado referência para atendimento aos acidentes com animais peçonhentos e intoxicações exógenas	Usuários do SUS - pacientes referenciados (SAMU, UPAs e outras instituições) e porta-aberta (livre demanda)	Centro de Informações Toxicológicas (CIT)
Internações	Realizar atendimento aos usuários em regime de internação hospitalar no HU	Internações em clínica médica, cirúrgica, pediatria e ginecológica no HU.	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório (internações eletivas) e atendidos nas emergências, ou encaminhados por outros serviços do Estado de SC.	Clínica Médica 1, Unidade de Isolamento, Clínicas Cirúrgicas 1 e 2, Unidade de Internação Ginecológica e Unidade de Internação Pediátrica.
Internações	Realizar atendimento aos usuários que necessitem cuidados intensivos	Internações em UTI adulto e neonatal	Usuários do SUS, internados ou nascidos no HU e referenciados	UTI adulto e neonatal
Cirurgias de médio e grande porte	Realizar cirurgias de médio e grande porte no HU, incluindo as de alta complexidade	A prioridade, nas várias especialidades tem sido dada aos pacientes oncológicos e cirurgias de alta complexidade pactuadas com os gestores (bariátrica, transplante hepático, vascular/endovascular e implante coclear).	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório e emergências	Centro Cirúrgico, Unidades de Internação Cirúrgica 1 e 2, Ginecológica e UTI adulto
Partos	Realizar partos no HU, tendo como porta de entrada a Emergência Obstétrica	Partos	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório e Emergência Obstétrica	Centro Obstétrico, Alojamento Conjunto, UTI neonatal.

Fonte: HU/UFSC

As subunidades relacionadas no item anterior são consideradas as unidades técnicas diretamente responsáveis. Divisões e Serviços da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Psicologia,

Análises Clínicas, Hemoterapia, Anatomia Patológica, Farmácia, Nutrição e Dietética, 72 Prontoário do Paciente e Radiologia) participam da assistência ao usuário. Outras unidades participam de forma indireta: Coordenadoria de Suprimentos, Coordenadoria de Processos Licitatórios, Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais e Coordenadoria de Informática.

Quadro 43 - Principais insumos e fornecedores para a produção de cada macroprocesso

GRUPO DE MATERIAIS	PRINCIPAIS FORNECEDORES
Laboratório	LOGITEKNICA COM. DE PRODUTOS PARA SAUDE - 07.570.445/0001-56 SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS S.A. - 01.449.930/0003-51 LABORSYS PROD DIAGNÓSTICOS E HOSP. LTDA - 04.013.726/0001-10 J. R. EHLKE & CIA. LTDA - 76.730.076/0001-34 BECTON DICKINSON IND. CIRURGICAS LTDA - 21.551379/0021-41 INOPAT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 07.440.995/0001-50 LABORCLIN PRODUTOS P/ LABORATOROS LTDA - 76.619.113/0001-31
Medicamentos	CIRÚRGICA JAW COM. MAT. MED. HOSP. LTDA. - 79.250.676/0001-93 FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - 49.324.221/0001-04 ALMINHANA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - 02.873.606/0001-67 CRISTALIA PROD QUIM E FARMACEUTICOS LTDA - 044.734.671/0001-51 AUROBINDO PHARMA IND FARMACÊUTICA LTDA - 04.301.884/0001-75 FARMA VISION DISTR. MEDICAMENTOS LTDA - 14.310.834/0001-08 SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 09.944.371/0001-04 MULTIFARMA COMERCIAL LTDA. - 21.681.325/0001-57 BAXTER HOSPITALAR LTDA - 49.351.786/0010-71 CIRÚRGICA STA. CRUZ COM. PROD HOSP LTDA - 94.516.671/0002-34 CM HOSPITALAR LTDA - 12.420.164/0003-19 GENESIO A. MENDES & CIA LTDA - 82.873.068/0001-40 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - 02.816.696/0001-54
Assistência ao Paciente	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A - 31.673.254/0001-02, 31.673.254/0007-90 e 31.673.254/0010-95 BAXTER HOSPITALAR LTDA - 49.351.786/0010-71 DIMACI/SC, MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA - 05.531.725/0001-20 CREMER S.A - 82.641.325/0043-77 BECTON DICKINSON IND. CIRURGICAS LTDA - 21.551379/0008-74 COINTER MATERIAL MED. HOSP. LTDA - 03.800.317/0001-09 GILMED SUL COM. DE MAT. CIRÚRGICO – EPP - 05.513.438/0001-97 ALPHARAD MAT PARA DIAGNÓSTICOS EIRELI ME - 05.923.871/0001-09 CIRÚRGICA FERNANDES LTDA - 61.418.042/0001-31 FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - 07.164.711/0001-40 COLOPLAST DO BRASIL LTDA - 02.794.555/0004-20 KEVENOLL DO BRASIL PROD MEDICOS HOSP - 12.936.659/0001-33 BIOTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 01.623.403/0001-50
Consignados	INVASIVE IMP. E COM. DE PROD. MÉD. LTDA. - 02.555.905/0001-53 BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA - 01.513.946/0001-14 PRO VASCULAR REPRES. COMERCIAIS LTDA. - 80.796.360/0001-80

	INMED COM MAT HOSPITALARES LTDA - 01.885.484/0001-66 LIFECOR COMERCIO DE PROD HOSP LTDA - 07.108.742/0001-84 JOMHÉDICA NORTE PROD. MÉD. HOSP. LTDA - 02.429.547/0001-32
Manutenção (Diesel)	SAFRA DIESEL LTDA - 76.578.202/0001-87
Manutenção (Gases Medicinais)	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA - 67.423.152/0001-78 AIR LIQUIDE BRASIL LTDA - 00.331.788/0060-79 WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - 35.820.448/0107-94
Manutenção (geral)	CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - 08.676.816/0001-41 GEZIANE CUNHA FURLAN & CIA. LTDA – ME - 09.383.413/0001-77 HBJ COM DE MAT DE CONST LTDA ME - 09.548.709/0001-09 TOCHETTO E FILIPPI LTDA – ME - 20.648.729/0001-86
Cirúrgico	POINT SUTURE DO BRAS,IND. FIOS CIR. LTDA - 12.340.717/0001-61 POLYSUTURE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 03.812.429/0001-71 SHALON-FIOS CIRURGICOS LTDA - 33.348.467/0004-29 TOPMEDICAL COM. REPRES. PROD. HOSP. LTDA - 10.948.986/0001-80 VITAL PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - 01.828.775/0001-12 AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA - 01.645.409/0003-90 UNIT INDUSTRIA COMÉRCIO IMP. EXP. LTDA - 66.969.262/0001-77
Cirúrgico/Implante Coclear	POLITEC - IMPORTAÇÃO E COM. LTDA - 43.894.609/0001-64 ADVANCED BIONICS INST AUD. BRASIL LTDA - 13.059.106/0001-02 SONOVA DO BRASIL PROD. AUDIOLÓGICOS LTDA - 92.792.530/0001-38 ATOMED PROD. MÉD. E DE AUX. HUMANO LTDA. - 01.035.382/0001-51
Rouparia	MERCANTT COMERCIAL LTDA - 01.180.450/0001-76 KALANA CONFECÇOES LTDA – ME - 10.143.557/0001-35 J.A. SOUZA DIAS – ME - 15.377.987/0001-35 RAJU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP - 81.771.784/0002-34
Lavanderia	DISDET PLANALTO PROD. DE LIMPEZA LTDA - 03.784.672/0001-23
Soluções Parenterais de Grandes Volumes (SPGV)	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - 49.324.221/0001-04 BAXTER HOSPITALAR LTDA - 49.351.786/0010-71
Divisão de Nutrição e Dietética	THALES EDUARDO MERCURIO ODERDENGÉ - ME - 08.408.666/0001-95 PLANETA COMERCIAL LTDA. ME. - 04.112.923/0001-96 ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA - ME - 18.555.113/0001-19 PEREIRA COM. DE ART. DESCARTAVEIS LTDA - 07.589.610/0001-11 DMG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP - 18.934.961/0001-39
DND - Carnes	PLANETA COMERCIAL LTDA. ME - 04.112.923/0001-96 THALES EDUARDO MERCURIO ODERDENGÉ – ME - 08.408.666/0001-95
DND - Dietas Enterais	SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. - 01.107.391/0001-00 P F G COMERCIAL LTDA – ME - 20.438.684/0001-15 NUTRIMEDICAL COMERCIO ATACADISTA DE PROD - 23.616.917/0001-10
DND - Hortifrutti	CRISTIANE MALVINA AMARAL BREHM LUIZ ME - 05.389.447/0001-18 ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.555.113/0001-19
DND – Pães	F2J COMERCIAL ATAC. DE ALIMENTOS LTDA - 12.698.194/0001-20

Fonte: HU/UFSC

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento organizacional

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

2.1.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O planejamento institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) orienta-se pela Missão, Visão e Objetivos estratégicos, que estão presentes em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é um ponto de partida para a elaboração de outros planos que compõe o planejamento da Universidade, tais como o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano de Gestão (Plano Anual).

Figura 71 - Planejamento Institucional



Fonte: DPGI/UFSC

Em 2015 entrou em vigor um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com base na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Este plano visa sistematizar o planejamento da instituição com um horizonte temporal de no mínimo um quinquênio.

O PDI deve ser “o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver” (MEC, 2009.).

A intenção é que o documento sirva de elemento ao redor do qual será definido o planejamento anual, com foco nas atividades de curto prazo, e o planejamento estratégico propriamente dito, com um horizonte de pelo menos dez anos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional, onde estão definidas sua missão e visão de futuro bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas. É a peça que norteia as ações estratégicas da Universidade. O plano que está em vigor no momento abrange o período de 2015-2019.

Desta forma, o PDI em sua composição elementar constitui-se da filosofia de trabalho, a declaração da missão e o perfil institucional, as orientações para as diretrizes

pedagógicas, as atividades acadêmicas e a infraestrutura que desenvolve e/ou pretende desenvolver nos anos de vigência; e, ainda, a programação para a oferta de cursos e vagas; além do cumprimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 da UFSC está estruturado da seguinte forma:

Capítulo 1: Perfil Institucional – No capítulo sobre o perfil institucional, discutem-se os temas do histórico da UFSC, sua missão, visão, valores, e suas áreas de atuação acadêmica. Nas áreas de atuação, destacam-se o ensino em todos os níveis, a pesquisa, a extensão e a cultura, arte e esportes.

Capítulo 2: Projeto Pedagógico Institucional – O PPI foi estruturado exatamente de acordo com as orientações do MEC com seções definidas pelos seguintes temas:

- a) inserção regional;
- b) fundamentos da prática acadêmica;
- c) políticas;
- d) responsabilidade ética, social e ambiental.

As políticas estão organizadas segundo cinco dimensões (ensino; pesquisa; extensão; cultura, arte e esportes; e gestão) que incluem um total de 26 objetivos e de 168 metas.

Capítulo 3: Organização e Gestão – discutem-se neste capítulo os meios que viabilizarão as políticas. Inicialmente, o tema do desenvolvimento do ensino nos próximos cinco anos é explorado, começando pela situação atual e passando para as perspectivas de expansão.

Capítulo 4: Inovação e interações institucionais – destacam-se dois temas: o papel da UFSC na geração de inovações e suas estratégias para o relacionamento interinstitucional.

O desdobramento do PDI ocorre por meio dos Planos Anuais (PAN) que são documentos nos quais cada unidade interna da UFSC apresenta suas metas e ações alinhadas ao PDI que serão desenvolvidas durante o ano.

Outro componente do planejamento institucional da UFSC é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), que foi elaborado com a finalidade de prover à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos da Tecnologia da Informação e Comunicação. Seu alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente na instituição, que contempla o período entre 2015 e 2019, institucionaliza mais um instrumento de gestão e de governança.

O contexto estratégico da área de TIC é delimitado pela legislação, por meio das diretrizes governamentais estabelecidas na iniciativa de Governo Eletrônico (e-GOV), no Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) e nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), além da Instrução Normativa nº 04/2008, da SLTI/MP, pela aderência aos direcionamentos estratégicos da UFSC, expressos no PDI, recomendações e decisões dos Órgãos de Controle, melhores práticas e padrões de governança para a área de TI e estágio atual da área de TIC.

Tal Plano Estratégico de TIC procura o alinhamento com a perspectiva da instituição na busca pela melhoria de seus processos estratégicos, atividades táticas e operacionais, bem como no uso da tecnologia de informação e comunicação como forma de aumentar os benefícios aos gestores das unidades, aos técnicos, aos docentes e aos discentes da instituição. O PDTI tem como público-alvo todos os usuários, diretos e indiretos, dos serviços e soluções de TIC da UFSC.

Para que a UFSC cumpra sua missão institucional no ensino, na pesquisa, extensão, cultura e gestão, a necessidade de uma infraestrutura de TIC avançada, ágil, segura e sustentável torna-se indispensável. Esse Plano Estratégico estabelece as bases para a oferta de um portfólio de serviços, soluções e sistemas de TIC através de uma Arquitetura

Corporativa de alta capacidade, proporcionando soluções tecnológicas confiáveis e eficazes necessárias para o cumprimento da missão da UFSC.

O PDTI/UFSC encontra-se a disposição no endereço eletrônico <http://pdti.paginas.ufsc.br/>.

Em 2013, atendendo à Instrução Normativa nº 10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a UFSC elaborou o seu Plano de Logística Sustentável (PLS), sendo a primeira universidade do país a concluir esse plano que tem como principais objetivos promover o uso racional de recursos, à proteção ambiental e à promoção da qualidade de vida. Para sua elaboração foi constituída a Comissão do Plano de Logística Sustentável (CPLS) que realizou diagnóstico, traçou metas e ações delimitando responsáveis, indicadores e prazos. Essas ações foram apresentadas em forma de matriz, subdividindo-as em seis eixos: Resíduos Sólidos, Compras e Contratações sustentáveis, Qualidade de vida no Ambiente de Trabalho, Energia, Água e Esgoto e Deslocamento de Pessoal com foco na redução de gastos e emissões. O relatório final foi entregue ao Gabinete da Reitoria e divulgado através do site www.pls.ufsc.br e de outros meios de comunicação da UFSC.

Para dar continuidade aos trabalhos e exigências da IN nº10/2010 que exige o monitoramento e revisão do PLS, foi criada oficialmente, em 2015, a “Comissão Permanente de Sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina” que tem como atribuições atuar como CPLS, como Comissão da A3P, além de promover as questões de sustentabilidade na Universidade. Essa Comissão é composta por uma equipe interdisciplinar formada por vinte profissionais dos mais diversos setores da UFSC, relacionados aos eixos temáticos do PLS, sendo presidida pela Coordenadoria de Gestão Ambiental. Visando o monitoramento das metas estipuladas no PLS 2013, essa nova comissão consultou, em 2014, todos os setores que tinham ficado responsáveis pelas ações, questionando-os sobre o andamento das ações, as dificuldades encontradas e sugestões de melhorias. Das 91 ações elencadas no PLS 2013, apenas 8,7% haviam sido cumpridas em sua integridade, 51,6% foram cumpridas parcialmente e 39,7% não foram cumpridas ou ficaram sem resposta. Os principais motivos alegados para o não cumprimento das metas foram o desconhecimento do relatório, falta de recursos humanos e materiais, além de tempo insuficiente.

A partir da consulta realizada com os setores em 2014 e diagnóstico realizado pela CGA, constatou-se que as seguintes metas e ações relacionadas foram efetivadas e/ou estão em execução: (1) formulação e execução de projetos institucionais, “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade das Compras e Contratações da UFSC”, “Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do Campus Reitor João David Ferreira Lima”; “Programa de Controle e Monitoramento Hidrológico Campus UFSC em Joinville”; “Recuperação do Bosque do CFH por meio da implantação de Sistema Agroflorestal (SAF)”; “Gestão de Resíduos Químicos e Especiais da UFSC”; (2) desenvolvimento de eventos relacionados à temática ambiental para a comunidade acadêmica e externa (Semana Campus Lixo Zero, Workshop de Redução de Metano, Seminário de Gestão Pública Sustentável, Semana do Meio Ambiente, Planeta. Doc. Conferências); (3) elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Universidade (PGRS); (4) desenvolvimento de capacitações internas, visando introduzir e sensibilizar os servidores na temática ambiental, compras sustentáveis e resíduos; (5) implementação da coleta seletiva de pilhas e fiscalização efetiva dos contratos de resíduos; (6) melhorias no gerenciamento dos resíduos químicos e hospitalares com realização de novo certame; (7) Acompanhamento dos contratos de energia elétrica e das contratações por demanda visando diminuir o consumo; (8) Obtenção do Selo Verde A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA); (9) Divulgação dos gastos de água e energia para a comunidade acadêmica; (10) Elaboração de campanha para redução do consumo de energia; (11) Criação da Plataforma UFSC Sustentável; (12) Elaboração de campanha educativa para diminuição dos gastos com materiais de expediente (13) Divulgação nas mídias sociais de informações relativas à sustentabilidade;

(14) Criação da Divisão de Eficiência Energética; (15) Representação da UFSC em comissões externas; (16) Desenvolvimento do Manual de Compras. Sustentáveis; (17) Desenvolvimento do Manual de Contratações Sustentáveis (18) Desenvolvimento de ações inclusivas com servidores com necessidades especiais; (19) Atualização parcial do sistema de georreferenciamento de energia; (20) Campanha de Combate ao Aedes Aegypti; (21) Inclusão de critérios de sustentabilidade nas novas construções da UFSC; (22) Revisão dos contratos de energia elétrica; (23) Suporte psicológico durante o período de cessação do tabagismo; (24) Realização dos I Jogos de Integração dos Servidores; (25) Criação de Normativas para aquisição de Destiladores e Ares-condicionados; (26) Criação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, entre outros.

A partir dos resultados constatados no PLS anterior, diagnóstico e *benchmarking* em outras Instituições, a comissão realizou reuniões para revisar as metas, ações, responsáveis, indicadores e prazos. O objetivo era atualizá-las, excluir o que não fosse mais pertinente e acrescentar novas ações frente ao cenário atual da universidade, inclusive propondo novos eixos temáticos. Dessa forma, durante os anos de 2015 e 2016 a CPS realizou 32 reuniões com o objetivo de discutir e atualizar o PLS. Nessas reuniões contou-se também com a presença e contribuição de servidores que, apesar de não serem membros efetivos da Comissão, eram responsáveis por áreas de abrangência do plano, enriquecendo ainda mais a construção do documento. As ações e metas foram revisadas, com elaboração de 415 ações. Criou-se o eixo Geral, onde se enquadraram as ações que não eram pertinentes a nenhum eixo anteriormente existente. Por fim, as ações/metasp foram encaminhadas novamente aos setores, a fim de que concordassem e/ou fizessem as alterações necessárias, além de estabelecerem as prioridades nas ações elencadas que ficaram sob sua responsabilidade.

Logo, a versão revisada do PLS passará por consulta pública. Na entrega do plano, a CGA pretende- além de dar ampla divulgação ao Relatório, auxiliar e incentivar sua execução pelos setores responsáveis. Com esse objetivo, foi incluído no novo PLS um capítulo de permeabilidade do plano, com estratégias para divulgá-lo melhor, a fim de torná-lo mais efetivo na Instituição. Comprometida com a contínua melhoria das práticas de ensino, pesquisa, cultura, arte, esportes, extensão e gestão, a Instituição busca implementar ações voltadas ao meio ambiente, à segurança, à saúde ocupacional e à responsabilidade ética e social e o PLS tem sido um instrumento eficaz nesse sentido.

Os objetivos estratégicos da UFSC são apresentados no PDI 2015-2019 da instituição. O quadro a seguir apresenta os 26 objetivos do PDI da Universidade de acordo com a dimensão (ensino, pesquisa, extensão, cultura, arte e esporte, e gestão), e a quantidade de metas vinculadas a cada um destes objetivos.

Quadro 44 - Objetivos do PDI de acordo com a dimensão e quantidade de metas vinculadas

Dimensão	Objetivos PDI 2015-2019	Metas vinculadas
Ensino	OBJETIVO 1 – Assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis buscando novos patamares de excelência acadêmica.	9
	OBJETIVO 2 - Assegurar a qualidade de ensino em todos os ciclos da Educação Básica (Educação infantil, Ensino Fundamental, Educação básica e EJA-Quilombola/SC).	4
	OBJETIVO 3 - Aprimorar os sistemas de informação relacionados às atividades de ensino na Universidade.	3
	OBJETIVO 4 – Institucionalizar ações inovadoras nos projetos pedagógicos em todos os níveis de ensino.	16
	OBJETIVO 5 – Estabelecer uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes (graduação e pós graduação).	7
	OBJETIVO 6 - Institucionalizar uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes do Ensino Básico.	9

	OBJETIVO 7 – Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.	6
	OBJETIVO 8 – Promover ações de interação com os egressos.	3
	OBJETIVO 9 – Estabelecer uma política de acessibilidade educacional.	3
Pesquisa	OBJETIVO 10 – Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa.	7
	OBJETIVO 11 – Fortalecer o ambiente institucional da pesquisa de qualidade.	4
	OBJETIVO 12 - Fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da UFSC na área da pesquisa.	7
	OBJETIVO 13 – Ampliar a internacionalização das atividades da UFSC.	5
Extensão	OBJETIVO 14 – Promover aprimoramento contínuo das ações e estimular propostas inovadoras de interação comunitária.	13
	OBJETIVO 15 – Ampliar e melhorar as ações de interação com os setores organizados da sociedade.	5
Cultura, arte e esporte	OBJETIVO 16 – Ampliar o ambiente cultural e esportivo da UFSC para aperfeiçoar a formação do ser humano.	5
	OBJETIVO 17 – Promover maior articulação com as unidades universitárias nas atividades artístico-culturais e esportivas.	9
	OBJETIVO 18 – Ampliar as ações da UFSC como um centro de integração, valorização e difusão das artes, da cultura e do esporte.	3
Gestão	OBJETIVO 19 – Institucionalizar as práticas de gestão estratégica, contemplando seu planejamento, acompanhamento e avaliação.	3
	OBJETIVO 20 – Aprimorar a gestão organizacional.	4
	OBJETIVO 21 – Consolidar as ações de expansão na perspectiva de gestão organizacional de uma universidade <i>multicampi</i>	3
	OBJETIVO 22 – Implementar ações buscando ampliar a captação de recursos para a consecução das políticas institucionais.	2
	OBJETIVO 23 - Adequar a infraestrutura e sua gestão às demandas da atualidade.	15
	OBJETIVO 24 – Implementar ações inovadoras para o aprimoramento individual dos servidores visando à melhoria do desempenho institucional.	14
	OBJETIVO 25 - Fortalecer e profissionalizar a comunicação no relacionamento interno e externo.	3
	OBJETIVO 26 – Aprimorar a Assistência Estudantil.	6

Fonte: DPGI/SEPLAN

2.1.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O HU em outubro de 2004 foi reconhecido como Hospital de Ensino por meio de credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Saúde. Tem sido reavaliado regularmente, mantendo a certificação.

Em 2005, iniciou seu Planejamento Estratégico, denominado Plano 2012, dando passo fundamental em direção a excelência das práticas de gestão do HU. Naquela ocasião foi definido como VISÃO para o HU “Ser um centro de referência em alta complexidade com excelência no ensino, pesquisa, assistência e gestão, pautado na integralidade de atenção a saúde e no trabalho interdisciplinar.” Em 2008, na revisão do Plano, fortalecemos nossa intenção de prestar atendimentos nas áreas de alta complexidade.

A Visão foi estabelecida de acordo com o que era preconizado como definição para hospital de ensino na Portaria Interministerial nº 1.006, de 27 de maio de 2004, como descrito a seguir “Hospital de Ensino é um local de atenção à saúde de referência para a alta complexidade, responsável pela formação de profissionais de saúde e de desenvolvimento tecnológico, numa perspectiva de inserção e integração em rede aos serviços de saúde, obedecendo a critérios de necessidade da população”.

O Quadro abaixo apresenta os serviços estruturados/implantados a partir de 2007. Observa-se que a partir de 2011, não foi aberto mais nenhum serviço, motivado

principalmente por falta de pessoal, pois para a abertura de novos serviços é necessário ter uma equipe mínima multiprofissional.

Quadro 45 – Serviços reestruturados / implantados

Serviços reestruturados/implantados	Ano
Ampliação do Serviço de Diálise	2007
Realização de exames de Tomografia e CPRE	2007
Cirurgia oncológica e oncohematologia	2008
Estruturação da Hemodinâmica	2008
Retirada e Transplante de fígado	2010
Retirada e transplante de tecidos oculares humanos	2010
Atenção ao portador de obesidade grave, com implantação efetiva de atenção multiprofissional	2011
Procedimentos endovasculares extracardíacos	2011
Implante coclear	2011

Fonte: HU/UFSC

Em 2010, foi elaborado o Plano de Reestruturação do HU/UFSC (2010-2014), sendo realizado o diagnóstico situacional da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos. Também foram elencadas, por ordem de prioridade, as necessidades em relação à infraestrutura física e parque tecnológico e as necessidades de pessoal para reabertura das unidades fechadas e para áreas de ampliação. O Plano de Reestruturação tem norteado as nossas ações, entretanto, a ampliação do quadro de pessoal é essencial para a tomada de muitas decisões. Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal ressaltamos que buscamos contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, entretanto, identificamos como maior dificuldade a reposição e ampliação do quadro de pessoal.

Em 2013 foram assinados os Termos de Pactuação da Rede Cegonha (que tem um recorte de atenção à gestante e de atenção à criança de até 24 meses) e da Rede de Atenção às Urgências. Todas as Redes são transversalizadas pelos temas qualificação e educação, informação, regulação e, promoção e vigilância à saúde. Em 2014 e 2016 fomos submetidos a visitas de monitoramento, por representantes do Ministério da Saúde e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, na busca do aprimoramento dos processos de trabalho. Em 2015 estabelecemos um cronograma de reuniões do Conselho Diretor do HU, que teve uma participação mais efetiva nas questões que envolvem o HU, mais especificamente nas questões de déficit de pessoal e estratégias para a solução deste problema, incluindo a adesão ou não à EBSERH. Juntamente com o Centro de Ciências da Saúde e outros Centros da UFSC buscamos contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais de saúde.

Em 1º de dezembro de 2015 foi aprovada no Conselho Universitário a adesão da UFSC à EBSERH. Nesta data, uma comissão foi designada para apresentar proposta de contrato a ser firmado entre a UFSC e a EBSERH, que foi assinado em março de 2016. Paralelamente, já no início de 2016 uma equipe da Diretoria de Atenção à Saúde e de Gestão de Pessoas de EBSERH visitou o HU e durante o período de uma semana foi elaborado em conjunto com a Equipe de Governança do HU/UFSC o Dimensionamento dos Serviços Assistenciais, baseado na capacidade física instalada, e produção assistencial registrada nos últimos anos. A partir deste documento, foi elaborado o dimensionamento de pessoal para o HU/UFSC, seguindo a diretriz de reativação dos serviços existentes e que se encontram sem condições de funcionamento por falta de pessoal. A partir do Dimensionamento de Pessoal, houve a tramitação junto aos órgãos governamentais visando a realização do Concurso, ocorrido em dezembro de 2016, com previsão de

homologação de resultado em março de 2017. O Dimensionamento dos Serviços Assistenciais, bem como o de pessoal são ferramentas norteadoras para a criação e ampliação dos postos de serviços e oferta de procedimentos à Rede de Atenção à Saúde, através do Instrumento de Contratualização que contém o Plano Operativo Anual com as metas assistenciais, de gestão e de qualidade a serem cumpridas pela instituição.

Ao longo de 2016, por demanda da EBSEH, foi desenvolvido o projeto de qualificação da gestão, que incluiu a formação em nível de especialização de nove servidores do HU e docentes da UFSC com atuação no HU, dos diversos setores, associada ao desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico (PDE) do HU/UFSC 2017-2019. Este PDE foi elaborado ao longo do ano de 2016 em discussões colegiadas com a participação de diversos servidores do HU/UFSC, buscando um diagnóstico ampliado e planejamento de atividades voltadas aos principais macroproblemas elencados. O PDE segue a lógica da legislação do SUS, atendendo às demandas para adequação da estrutura assistencial às boas práticas e atendimento em rede.

Dentro da lógica desenvolvida no PDE, a atual situação de Recursos Humanos e Infraestrutura Física vem se destacando como fatores de grande influencia para que a instituição busque ampliação das suas metas de ensino, pesquisa e assistência. A perspectiva da admissão de novos trabalhadores é vislumbrada como o fator inicial para retomada do crescimento do HU/UFSC no sentido de buscar novas habilitações e prestar maior quantitativo de serviços de excelência em alta complexidade, processo que deve se iniciar ainda em 2017.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

2.1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A execução do plano de gestão da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional, ocorre por meio de projetos com escopo, responsáveis, resultado e cronograma identificados e gerenciados pelo sistema de gerenciamento de projetos “GP-Web”. Cada projeto identifica um objetivo e uma meta institucional ao qual seu resultado contribui.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos pelo PDI 2015-2019, as Unidades Administrativas desenvolveram vários projetos no ano de 2016. Há projetos que foram executados e concluídos no ano de 2016, no entanto alguns ainda encontram-se em andamento, apresentando um prazo de conclusão para os anos seguintes.

O quadro e gráfico a seguir apresentam os totais de projetos de acordo com a Unidade Administrativa responsável.

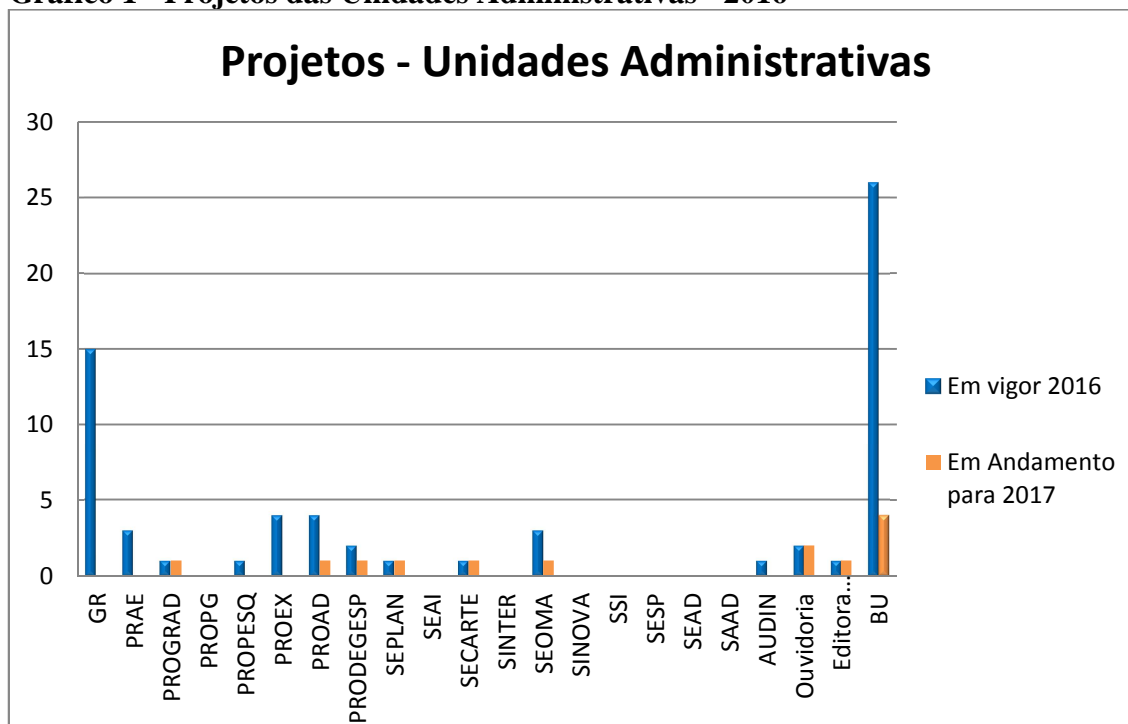
Quadro 46 - Projetos das Unidades Administrativas

PROJETOS EM 2016			
UNIDADE ADMINISTRATIVA	Sigla	Em vigor 2016	Em Andamento para 2017
Gabinete da Reitoria	GR	15	0
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	PRAE	3	0
Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD	1	1
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	PROPG	0	0
Pró-Reitoria de Pesquisa	PROPESQ	1	0
Pró-Reitoria de Extensão	PROEX	4	0

Pró-Reitoria de Administração	PROAD	4	1
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas	PRODEGESP	2	1
Secretaria de Planejamento e Orçamento	SEPLAN	1	1
Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional	SEAI	0	0
Secretaria de Cultura e Arte	SECARTE	1	1
Secretaria de Relações Internacionais	SINTER	0	0
Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente	SEOMA	3	1
Secretaria de Inovação	SINOVA	0	0
Secretaria de Segurança Institucional	SSI	0	0
Secretaria de Esportes	SESP	0	0
Secretaria de Educação a Distância	SEAD	0	0
Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades	SAAD	0	0
Auditoria Interna	AUDIN	1	0
Ouvidoria	Ouvidoria	2	2
Editora UFSC	Editora UFSC	1	1
Biblioteca	BU	26	4
Total de Projetos		47	13

Fonte: DPGI/SEPLAN

Gráfico 1 - Projetos das Unidades Administrativas - 2016



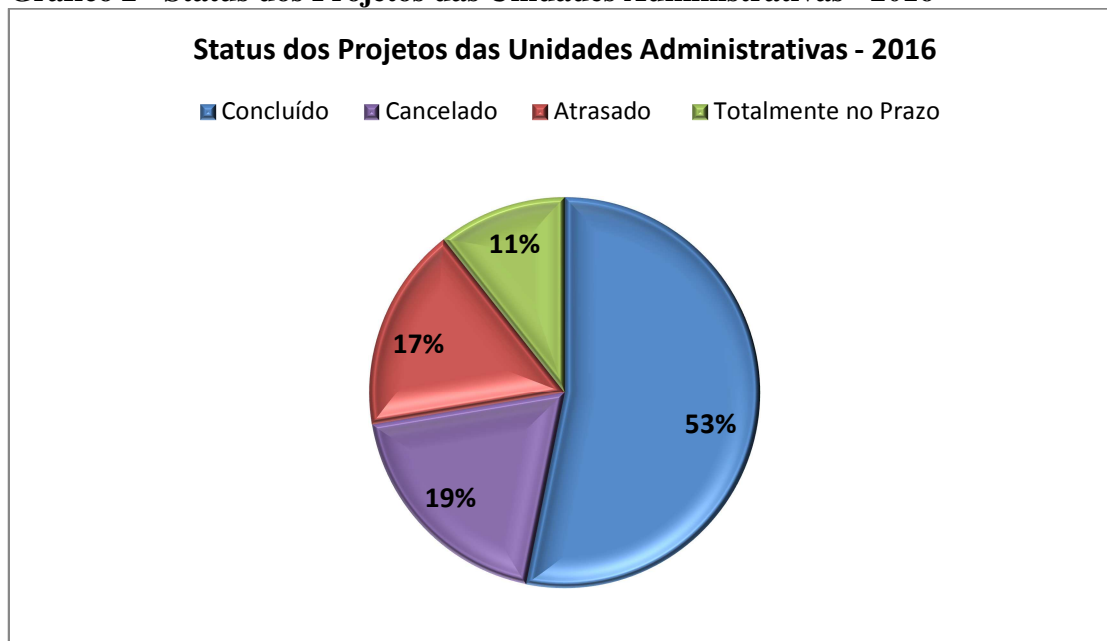
Fonte: DPGI/SEPLAN

Em 2016 houve uma mudança na gestão da UFSC, devido à eleição do novo reitor, e, com isso, uma nova estrutura organizacional foi criada. Por tratar-se uma nova gestão, com novos(as) pró-reitores(as) e secretários(as), as Unidades Administrativas da UFSC

iniciaram em 2016 seu processo de planejamento estratégico, o que levou a uma quantidade consideravelmente baixa de projetos executados nesse ano. Ademais, foram criadas novas secretarias nessa nova estrutura, o que justifica algumas Unidades Administrativas não possuírem nenhum projeto relacionado.

Contudo, dentre as Unidades Administrativas da UFSC que apresentaram maior quantidade de projetos ativos em 2016, destacam-se a Biblioteca Universitária e o Gabinete da Reitoria, com 26 e 15 projetos ativos em 2016, respectivamente.

Gráfico 2 - Status dos Projetos das Unidades Administrativas - 2016



Fonte: DPGI/SEPLAN

Dentre os projetos propostos pelas Unidades Administrativas da UFSC no ano de 2016, observa-se que 53% foram concluídos e 11% estão no prazo definido em seu escopo. Todavia, 17% dos projetos estão atrasados, e 19% foram cancelados.

As Unidades Universitárias da UFSC, constituída pelos Centros de Ensino, também desenvolveram projetos buscando alcançar os objetivos institucionais propostos pelo PDI 2015-2019 da Instituição. Conforme demonstrado no quadro a seguir, alguns projetos foram iniciados e concluídos em 2016, no entanto, outros projetos foram iniciados no ano de 2016 e possuem prazos de conclusão previstos para os anos seguintes.

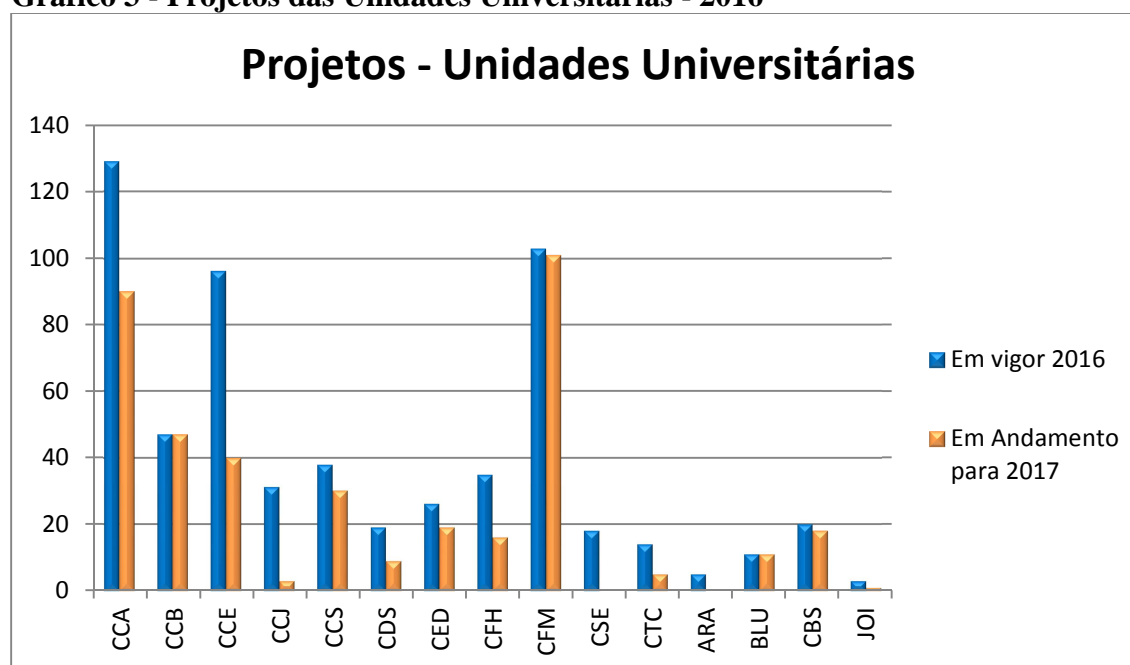
Quadro 47 - Projetos das Unidades Universitárias

PROJETOS EM 2016			
CENTROS DE ENSINO	Sigla	Em vigor 2016	Em Andamento para 2017
Centro de Ciências Agrárias	CCA	129	90
Centro de Ciências Biológicas	CCB	47	47
Centro de Comunicação e Expressão	CCE	96	40
Centro de Ciências Jurídicas	CCJ	31	3
Centro de Ciências da Saúde	CCS	38	30
Centro de Desportos	CDS	19	9

Centro de Ciências da Educação	CED	26	19
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	CFH	35	16
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	CFM	103	101
Centro Sócio Econômico	CSE	18	0
Centro Tecnológico	CTC	14	5
Centro de Araranguá	ARA	5	0
Centro de Blumenau	BLU	11	11
Centro de Ciências Rurais - Curitibanos	CBS	20	18
Centro Tecnológico de Joinville	JOI	3	1
Total de Projetos		595	390

Fonte: DPGI/SEPLAN

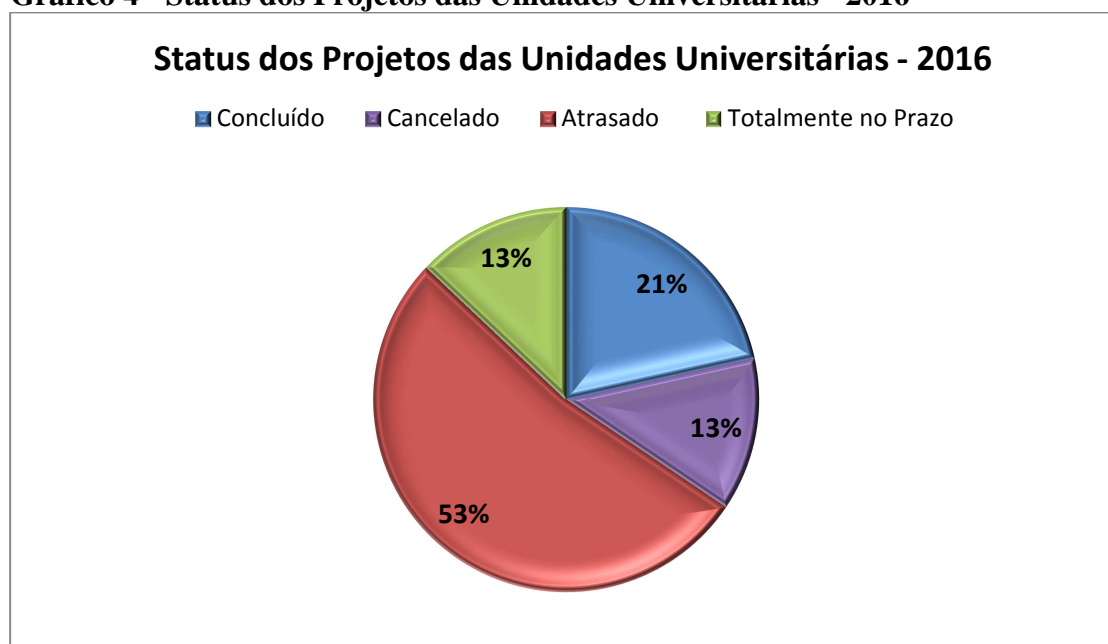
Gráfico 3 - Projetos das Unidades Universitárias - 2016



Fonte: DPGI/SEPLAN

Ao analisar o quadro e gráfico exposto, observa-se que os Centros de Ensino com maior quantidade de projetos foram o Centro de Ciências Agrárias (CCA), o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM) e o Centro de Comunicação e expressão (CCE), com 129, 103 e 96 projetos, respectivamente, propostos para o ano de 2016. Já o Centro Tecnológico de Joinville e o Centro de Araranguá foram os centros com menor quantidade de projetos ativos nesse mesmo ano, com 3 e 5 projetos, respectivamente.

Gráfico 4 - Status dos Projetos das Unidades Universitárias - 2016



Fonte: DPGI/SEPLAN

Muito embora os Centros de Ensino tenham apresentado uma quantidade representativa de projetos a serem executados no ano de 2016, observa-se que 53% desses projetos estão atrasados, e apenas 21% dos projetos propostos foram concluídos dentro do prazo determinado. A falta de recursos foi a maior justificativa apresentada pelos Centros de Ensino, que apresentam 53% de projetos atrasados e 13% de projetos cancelados.

2.1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

No atual momento, foi iniciada a implementação do PDE, e verificamos dificuldades relacionadas à demora na nomeação dos cargos de chefia do novo organograma proposto para o hospital, pois as ações e atividades já estão organizadas dentro da estrutura de governança modificada. O processo de transição dentro do hospital vem se mostrando como um grande desafio para a gestão, com a perspectiva de melhora após a admissão dos concursados pela EBSEH.

Dentre as ações e atividades propostas no PDE estão incluídas as áreas de abrangência de Recursos Humanos, Processos de Trabalho, e adequação da Estrutura Física e Tecnológica. A inserção dos docentes e discentes nos processos internos do hospital também é marcado pela estruturação da Gerência de Ensino e Pesquisa, um desejo antigo da instituição e que já está em fase de implantação.

De um total de 24 ações subdivididas em 151 atividades, um grupo de 41 atividades tem início previsto até fevereiro de 2017 sendo que 50% destas já se encontram em implantação, em fases mais ou menos adiantadas, mas evidencia que apesar das dificuldades há a forte intenção da instituição de implementar o PDE. As demais atividades ainda não iniciadas devem-se principalmente a não nomeação dos cargos de chefia pela EBSEH gerando demora para estruturação dos novos setores, além da falta de recursos humanos, o que deve ser parcialmente sanado a partir de abril com a admissão dos novos trabalhadores.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os princípios que orientam a gestão da Universidade Federal de Santa Catarina foram construídos com base na visão do que deve ser uma universidade de excelência. Essa perspectiva está refletida na missão e visão da UFSC. Para isso, consolidou-se na Universidade a ideia de que a gestão de uma instituição universitária deve ser fundamentada nas ideias de um planejamento estratégico com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos definidos. Os ciclos temporais de planejamento devem definir planos decenais, quinquenais e anuais de ação.

Enquanto se caminha para um cenário no qual o planejamento de longo prazo seja construído através da ampla participação, o planejamento de médio prazo, no caso da UFSC, converge para as reformulações progressivas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Isso está determinado externamente, pois esse plano deve ser atualizado a cada cinco anos.

Já no horizonte de curto prazo, a UFSC adota o Planejamento Anual (PAn), em que as unidades internas (Unidades Administrativas e Universitárias) estabelecem as metas e ações a nível tático-operacional para o período de um ano, que estão alinhadas ao PDI e vinculadas à missão institucional da universidade. Assim, anualmente os gestores avaliam aquilo que foi planejado *versus* aquilo que foi alcançado, efetuam os ajustes necessários e produzem um novo plano para o ano seguinte, fechando um ciclo anual de gestão.

Independentemente do ciclo de planejamento adotado, curto, médio ou longo prazo, o estabelecimento de uma cultura de planejamento deve exigir um considerável esforço e tempo para a conscientização, a discussão e o amadurecimento do processo, conduzindo a construção de métodos e instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão na instituição e envolvendo suas unidades universitárias e administrativas.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A UFSC acompanha e monitora o cumprimento dos objetivos traçados por meio do sistema de gerenciamento de projetos “GP-Web”. Todas as ações decorrentes do planejamento anual, das Unidades Administrativas e Universitárias, são cadastradas e montadoras por meio do GP-Web. Desse modo, o status de cada ação pode ser alterado conforme o andamento do projeto proposto. São opções de status disponíveis no sistema: concluído, totalmente no prazo, atrasado, e cancelado.

Além desse, verifica-se o desempenho da Universidade por meio dos relatórios anuais de gestão, autoavaliação, consultas à comunidade acadêmica e anuários estatísticos. Tais instrumentos estão disponibilizados nos links: <http://dpqi.seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>, http://cpa.ufsc.br/?page_id=48, e <http://dpqi.seplan.ufsc.br/ufsc-em-numeros/>.

2.3 Desempenho orçamentário

Para contextualizar o desempenho orçamentário, é importante levar em conta que a UFSC, assim como as demais Universidades Federais, sofreu contingenciamento em seu orçamento em 2016.

O orçamento ao final de 2016 (LOA + Decretos + Portarias) totalizou R\$ 1.350.197.922,00. Destes, R\$ 186.355.572,00 tratavam-se de recursos do Tesouro para despesas discricionárias (excluindo pessoal, encargos, benefícios, precatórios e pensões indenizatórias). O limite de empenho autorizado foi de R\$ 184.159.298,00, configurando-se uma redução de R\$ 2.195.874,00 nos recursos do Tesouro para as ações da UFSC.

As portarias nº 343, de 11/11/2016, e nº 108, de 17/10/2016, autorizaram créditos suplementares, relativos a superávit de recursos próprios, no valor de R\$ 11.695.874,00 e R\$ 6.033.000,00, respectivamente, totalizando R\$ 17.728.874,00. Entretanto, a liberação do limite de empenho do referido crédito se deu no montante de R\$ 15.533.000,00.

Portanto, afirma-se que o contingenciamento total imposto à UFSC em 2016 resultou no valor de R\$ 2.195.874,00.

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A UFSC recebe descentralização de recursos através de várias ações, pertencentes a diferentes Programas registrados na Lei Orçamentária Anual, sujeitos ao acompanhamento físico e execução financeira. A seguir, tem-se breve descrição das ações e sua avaliação quanto ao atingimento das metas previstas.

Quadro 48 - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2080.20RI.26246.0042 Tipo: Atividade					
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica no Estado de Santa Catarina					
Objetivo	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadão, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1007					
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
919.956,00	919.956,00	919.956,00	440.977,20	440.977,20	0,00	478.978,80
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	1.177	1.177	1.178	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
554.322,46	513.716,84	46.916,78	Estudante matriculado	Unidade	1.145	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Análise Situacional

No que tange à meta física, informa-se que no decorrer de 2016 atingiu-se o total de 1178 alunos matriculados, com um resultado positivo muito próximo à meta de 1177 alunos matriculados. A meta de 1177 alunos matriculados compõe-se da estimativa feita pelas Direções das Unidades, de 212 alunos matriculados no Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI, e de 965 alunos matriculados no Colégio de Aplicação – CA, sendo que o

NDI atingiu 209 matrículas no decorrer do ano e o CA chegou a ter 969 alunos matriculados simultaneamente. Ao final do ano de 2016, haviam 1146 alunos matriculados em ambas as unidades, sendo 193 no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, e 953 no Colégio de Aplicação.

Sobre o Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI:

Como fatores que dificultaram a realização da meta, informa-se que o NDI previu ofertar 212 vagas, e teve que reduzir esse número para 195 vagas, devido à necessidade de diminuição de uma turma (17 vagas) em relação ao planejado. Segundo a Direção do NDI, essa medida foi necessária devido à ocorrência de três gestações após a definição da meta, em 2015. As licenças maternidades se acumulariam em 2016 a outros afastamentos que não poderiam ser evitados (tais como licença para tratamento de saúde, licença formação em andamento, e licença para acompanhamento de cônjuge). Uma vez que o Banco de Equivalente EBTT aplica-se ao NDI e ao Colégio de Aplicação conjuntamente, não era possível garantir a substituição de todos esses afastamentos dos docentes do NDI, para manutenção de todas as turmas, caso fossem ofertadas as 212 vagas. Em 30 de junho de 2016, o NDI estava com todas as 195 vagas ofertadas ocupadas.

No decorrer do ano houveram trancamentos efetivados por diversos fatores (saúde, viagem de estudos dos pais, etc.), e desistências, sendo que as vagas foram ocupadas por candidatos classificados em lista de espera, composta no sorteio anual. Assim, com 930 inscritos para seleção, efetivaram-se 209 matrículas no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, no ano de 2016. O segundo semestre foi encerrado com 193 crianças inscritas na unidade, uma vez que ocorreram duas (2) desistências no grupo 6 (G6), para o qual não haviam mais candidatos classificados em lista de espera.

Sobre o Colégio de Aplicação – CA:

Ao estipular a meta de 965 alunos, a Direção do Colégio de Aplicação considerou o número ideal de 935 estudantes na oferta de vagas, ao qual agregou uma estimativa de reprovações e ingressos por medidas judiciais, baseada em dados históricos. Nessa unidade, houve 5983 inscrições para seleção com ingresso em 2016. Assim, o Colégio de Aplicação atingiu o número de 969 alunos matriculados em 30 de junho de 2016 e concluiu o ano com 953 alunos na unidade.

A Direção do Colégio de Aplicação esclarece que, visando à manutenção das melhores condições de ensino, as vagas que surgem nas turmas que já tem lotação acima da considerada ideal, devido às reprovações e ingressos por ações judiciais, não são repostas.

A percepção da comunidade quanto à qualidade do ensino oferecido gratuitamente em ambas as unidades (NDI e CA), associada à divulgação dos Editais de sorteios de vagas, são fatores que contribuem para a execução da meta, pois o alto volume de inscritos para seleção indica a existência de demanda bem maior que o número de vagas oferecidas, bem como o interesse da comunidade em ter suas crianças atendidas pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil e pelo Colégio de Aplicação.

No que tange às questões orçamentárias, observa-se que a dotação inicial para 2016, no valor de R\$ 919.956,00, foi 3,7% inferior à dotação inicial para 2015 (R\$ 955.507,00). A Direção do Núcleo de Desenvolvimento Infantil destaca também que foi preciso priorizar o atendimento às demandas essenciais, deixando-se de atender, por exemplo, os processos de saída para formação dos profissionais com auxílio de passagens e diárias, devido ao contingenciamento dos recursos no ano de 2016.

Quanto aos restos a pagar não processados dos exercícios anteriores, foi cancelado o valor de R\$ 46.916,78, de modo que o valor total liquidado para 2015 ficou em R\$ 908.590,22. A Direção do Núcleo de Desenvolvimento Infantil aponta que a liberação de recursos fora dos prazos previstos foi um fator que impediu a unidade de utilizar um dos recursos que lhe fora destinado, por falta de tempo hábil para a realização de licitação, levando ao seu cancelamento.

Observações Gerais:

Os dados e informações utilizados para a elaboração desse relatório foram obtidos junto ao Plano Plurianual 2016-2019, às Direções das Unidades de Ensino (Núcleo de Desenvolvimento Infantil, e Colégio de Aplicação), e à Superintendência de Gestão Orçamentária (DGO/SEPLAN).

Ressalta-se que a utilização do orçamento destinado a esta ação não passa pela análise ou avaliação da Coordenadora da Ação, uma vez que é gerido e executado pelas próprias unidades de ensino (Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil).

Quadro 49 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2080.20GK.26246.0042 Tipo: Atividade				
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.				
Programa		2080 - Educação de qualidade para todos				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.448.029,00	15.670.144,00	10.624.696,85	8.900.775,33	8.730.069,95	170.705,38	1.723.921,52
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Iniciativa apoiada		Unidade	19.028	14.817	14.817	
Vaga ofertada - Viver sem limite educação bilíngue		Unidade	180	180	324	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.123.280,87	1.582.841,47	223.031,01	Iniciativa apoiada	unidade	14.817	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Em relação à Ação 2080.20GK.26246.0042 – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – o programa "Viver sem Limite" teve a meta superada com um total de 324 vagas preenchidas no período de 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2016. O recurso utilizado viabilizou o funcionamento do curso e os encontros presenciais nos seis Polos de Apoio Presencial do programa.

Em 2016, o número de iniciativas efetivamente apoiadas foi de 14.817, enquanto a meta esperada era de 19.028.

Do total de iniciativas executadas, 7.374 ações estão ligadas a projetos e programas de extensão e foram realizadas com apoio da Pró-Reitoria de Extensão; 3.433 ações envolvendo projetos de pesquisa, produções técnicas, bibliográficas e artísticas, além de depósitos de propriedade intelectual, foram realizadas com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa; 16 ações ligadas principalmente ao apoio pedagógico e à melhoria da qualidade do ensino na graduação foram realizadas com apoio da Pró-Reitoria de graduação; e 3.994 ações vinculadas a defesas de teses e dissertações tiveram apoio da Pró-Reitoria de Pós-graduação.

Todas as Pró-Reitorias apoiaram a realização de cursos de formação e apoio a eventos visando a qualificação de recursos humanos.

A crise financeira do país pode ter dificultado o apoio a um número maior de ações.

Quadro 50 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior 1

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2080.20RK.26246.0042 Tipo: Atividade					
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - 0042 – No Estado de Santa Catarina.					
Objetivo	Ampliar o acesso a Educação Superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação					
Programa	Educação de qualidade para todos					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
133.110.582,00	149.690.672,00	148.280.022,18	119.595.652,10	116.320.150,00	3275502,10	28684370,08
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante matriculado			Unidade	44.701	44.701	40.793
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
17.080.417,90	13.736.034,26	1.363.141,31	Estudante matriculado	Unidade	40.793	

Fonte: SIAFI-SIMEC

*Iniciativa: segundo consulta feita em 19/01/2017 à Milena do MEC, que trabalha com o Relatório de Gestão, contato (61) 2022.8851, esse campo não será solicitado pelo TCU, pois no PPA 2016-2019 a vinculação orçamentária é ao objetivo, e não mais a iniciativa.

Para o ano de 2016, vários fatores contribuíram para a execução da ação, sendo garantida uma qualidade acadêmica de excelência, com permanência de alunos, entre os quais se destaca:

1) Atualizações e adequações de vários Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação para garantir o atendimento às diretrizes curriculares bem como as exigências legais solicitadas pelas comissões de avaliação do MEC de forma a qualificar melhor os cursos, o que impactou positivamente no desempenho da UFSC, frente aos indicadores de avaliação, permitindo alcançar índices de excelência acadêmica;

2) A promoção de ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas pela Coordenadoria de Apoio Pedagógico/PROGRAD, favorecendo a permanência e a qualidade dos processos de formação dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC, proporcionando-lhes condições pedagógicas que atendam as suas necessidades de aprendizagem;

3) A realização de ações de redução da reprovação e da evasão escolar a partir do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes;

4) A promoção de ações de acompanhamento e de orientação aos estudantes com relação ao seu percurso acadêmico, em especial no que se refere à permanência ou à reopção do curso de graduação;

5) O desenvolvimento de ações específicas de acolhimento aos estudantes ingressantes, proporcionando-lhes espaços de formação sobre organização dos estudos e sobre os recursos disponíveis na Universidade, visando ao bom desenvolvimento do seu processo de formação;

6) A alocação de novos espaços para garantir o oferecimento de aulas, atividades laboratoriais e de clínicas;

7) Ações para inclusão dos estudantes com dificuldades sócio econômicas para frequentar e permanecer na Universidade, assim como alunos portadores de necessidades educativas especiais, indígenas, quilombolas e estudantes do campo;

8) A existência de um Sistema Integrado de Espaço Físico para identificação e localização dos bens patrimoniais da UFSC;

9) A criação de um sistema informatizado de estágios a fim de garantir a melhor inserção dos estagiários e ampliação de bolsas de estágios, pesquisa, extensão e permanência;

10) O desenvolvimento de ações de políticas de acolhimento e ação afirmativa;

11) O desenvolvimento de ações para as licenciaturas, pelo setor de Articulação de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica, de forma a garantir à manutenção de acordos de cooperação com a rede estadual e municipal de ensino para articulação entre a Universidade e as instituições de Educação Básica;

12) A criação de novos cursos de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissionalizante.

Também houve a necessidade de realização de obras e instalações, aquisição de equipamentos e material permanente; a manutenção da infraestrutura física, manutenção de serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior; contratação por tempo determinado, benefícios assistenciais, vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil, outras despesas variáveis com pessoal civil, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, obrigações patrimoniais diárias, auxílio financeiro a estudantes, auxílio financeiro a pesquisadores, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros de pessoa física, serviços de terceiros de pessoa jurídica, obrigações tributárias e contributivas, indenizações e restituições, obrigações tributárias e contribuições.

Entre os fatores que dificultaram a execução da ação destaca-se a redução de recursos para o oferecimento de cursos de especialização e para os cursos de graduação de Ensino a Distância EaD, com redução no oferecimento e/ou reedição de cursos a distância, provocando dessa forma uma diminuição significativa de matrículas, impactando na estimativa prevista inicialmente. Destaca-se ainda o fato de que não temos como separar a meta física executada do ano de 2016 com a meta física do RAP, visto que todos já são alunos matriculados na Instituição.

Quadro 51 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior 2

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2080.20RK.26246.7078 Tipo: Atividade					
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – 7078 – No Estado de Santa Catarina.					
Objetivo	Ampliar o acesso a Educação Superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.					
Programa	Educação de qualidade para todos					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	296.857,03	128.357,98	124.113,27	4.244,71	168.499,05
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Trata-se de recurso parlamentar liberado no ano de 2016 para o Campus de Joinville. O recurso foi gasto na compra de material permanente de 11 projetos aprovados através do Edital 01/2015 - Campus Joinville/UFSC. Este foi um edital interno, nos moldes do Edital Universal/CNPq. Foram aprovados 4 projetos de 50 mil e 7 projetos de até 20 mil. Foi feita uma comissão avaliadora ad doc para a seleção dos 11 projetos. A aquisição dos materiais permanentes foi efetuada até o mês de outubro e começaram a chegar em novembro de 2016. Todos os projetos aprovados têm dois anos de duração: 2016/2018 e seus resultados serão apresentados em um work shop no próprio campus e também em publicação em revistas das respectivas áreas. Como resultados preliminares temos o desenvolvimento de pesquisa nas 7 áreas de engenharia do Centro, aumento do número de alunos nos laboratórios de pesquisa e a criação de laboratórios de pesquisa.

Quadro 52 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial				
Código	2080.4002.26246.0042		Tipo: Atividade		
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.				
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos				
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.777.983,00	25.719.336,00	25.718.424,63	24.865.147,59	24.865.147,59	0,00	853.277,04
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	17.900	17.900	17.900
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.908.440,65	1.207.696,33	687.054,69	Benefício Concedido	Unidade	17.900	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 53 – Programas da PRAE

Exercício 2016			
Setor	Indicador	Nº de Estudantes	Periodicidade
CoAes	Estudantes beneficiados com vaga na Moradia Estudantil	203	Anual
	Estudantes beneficiados com Programa Apoio Emergencial de Permanência (PAEP)	48	Anual
	Estudantes beneficiados com Auxílio - Creche	41	Anual
	Estudantes beneficiados com Bolsa Estudantil	2.309	Mensal
	Estudantes beneficiados com Auxílio - Moradia	1.516	Mensal
	Estudantes beneficiados com Complemento do Programa Bolsa Permanência - MEC	72	Mensal
	Estudantes beneficiados com isenção de taxa de pagamento de cursos extra - curriculares de idiomas	150	Semestral
	Estudantes beneficiados com isenção de taxa de pagamento de atividades esportivas	76	Semestral
	Estudantes beneficiados com Auxílio Alimentação – Campus Blumenau	879	Anual
	Estudantes beneficiados com auxílio estágio para estudantes curso de graduação em Medicina	27	Anual
DeAE	Viagens de Estudos	7.965	Anual
	Participação coletiva em eventos acadêmicos	777	Anual
	Auxílio a eventos	157	Anual
	Semanas Acadêmicas	4.200	Anual
RU	Estudantes beneficiados com refeições subsidiadas	10.296	diária
Total de estudantes atendidos		28.716	Anual

Fonte: SIAFI-SIMEC

Calcula-se que cerca de 40% deste total são estudantes atendidos por mais de um programa.

Quadro 54 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.4572.26246.0042 Tipo: Atividade					
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Objetivo	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do MEC					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
557.787,00	557.787,00	517.193,34	338.716,83	324.371,23	14.345,60	178.476,51
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Servidor Capacitado		Unidade	3113	2000	1144	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
122.965,94	82.386,59	6.655,35	Servidor Capacitado	Unidade	1144	

Fonte: SIAFI-SIMEC

A respeito da execução orçamentária e financeira realizada sob a responsabilidade da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) e retratada no quadro acima, informamos o seguinte:

Do valor total empenhado em 2016, a fração classificada como “liquidada”, refere-se ao valor que o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) já processou e identificou formalmente que a empresa credora tem direito a receber o respectivo valor, porém, por falta de tempo hábil e de indisponibilidade de recursos financeiros a despesa não foi efetivamente paga dentro do exercício de 2016.

A fração classificada como “paga”, diz respeito aos valores já liquidados (obrigatoriamente) e efetivamente repassados aos credores por meio da emissão de Ordem Bancária (OB). Isto quer dizer que já houve o depósito em conta corrente das empresas credoras.

No tocante aos recursos inscritos em “resto a pagar” do exercício de 2015, esclarecemos que se referem a valores que foram empenhados e liquidados naquele exercício, porém não pagos dentro do mesmo ano.

O saldo considerado como “processado” significa que o DCF liquidou, mas não pagou as despesas do exercício anterior.

Já o saldo considerado “não processado”, diz respeito às despesas que foram empenhadas, no entanto, não foram liquidadas dentro do mesmo exercício.

Quadro 55 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - REUNI

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2080.8282.26246.0042 Tipo: Atividade				
Título		Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa		2080 - Educação de qualidade para todos				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.229.651,00	16.865.553,00	16.865.553,00	8.795.049,04	8.748.994,10	46.054,94	8.070.503,96
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Custeio – viabilizar as condições de permanência estudantil, com o pagamento de bolsas e auxílios, e o funcionamento da universidade, cobrindo despesas com os serviços de vigilância, limpeza e conservação, água e esgoto, aluguéis e manutenção de infraestrutura.		Unidade	4	4	2	
Projeto Obra – viabilizar as construções de edificação e infraestrutura física, necessárias ao atendimento do projeto de expansão da universidade.						
Projeto Equipamento – aquisições de equipamentos para implantação e consolidação de laboratórios de ensino.						
Projeto Mais Médicos – viabilizar a infraestrutura física para implantação de vagas de medicina.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
26.351.018,40	19.679.954,54	1.324.106,66	Projeto viabilizado	Unidade	2	

Fonte: SIAFI-SIMEC

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A ação 2080.8282.26246.0042 (REUNI; + Médicos) corresponde à meta orçamentária final de R\$ 22.388.048,00. Deste valor, R\$5.522.495,00 correspondem ao programa + Médicos, que tem por objetivo a ampliação da oferta de vagas para o curso de Medicina e que nesse relatório tem sua descrição elaborada em campo próprio. Referente ao orçamento específico do REUNI no valor de 16.865.553,00, destacamos que todo esse montante foi empenhado no ano de 2016. Esse montante compreende os projetos da meta física da ação, sendo distribuídos da seguinte forma:

Importante destacar que o presente projeto teve a sua execução física prejudicada devido a falta de limite de empenho, que somente foi liberada no final de 2016.

No projeto OBRAS, foram empenhados o valor de R\$ 13.339.411,73. Em 2016, foram concluídas e dado prosseguimento à obras importantes como construção dos Blocos

de Salas de Aula “E”, “F” e “G” e da Subestação de 3500 KVA para o Centro de Ciências Biológicas (CCB); construção de ampliação do prédio do Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos (CTC-EQA, Bloco A, Etapa 1); construção do Bloco de Ligação dos prédios da Engenharia Civil do Centro Tecnológico – CTC; construção do bloco 02 de salas de aula e laboratórios (CBS-02) do Campus de Curitiba; construção do Galpão da Fitotecnia localizado na Fazenda Experimental da Ressacada do Centro de Ciências Agrárias – CCA; construção de estrutura e instalação de 2 (dois) elevadores panorâmicos, sem casa de máquina, com capacidade para 8 (oito) pessoas cada, a serem instalados no Bloco B do Centro Socioeconômico – CSE e no Bloco B do Centro de Ciências da Saúde – CCS; fornecimento e instalação de 1 (uma) subestação transformadora em poste DT/10000 de 225 23, 1kV, na Fazenda Experimental Agropecuária da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Curitiba-SC; e perfuração de poço profundo e ligação de água para o Galpão de Fitotecnia do Campus de Curitiba da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A reestruturação e expansão universitária aumentaram uma já existente, e reprimida, demanda por readequação e reestruturação de equipamentos e material permanente de modo geral. Foram empenhados R\$ 3.526.141,27 para aquisição de material permanente, equipamentos e software. Uma parte desses recursos foi aplicada em aquisição de equipamentos, especialmente para implantação e consolidação de laboratórios de ensino e mobiliário para salas de aula, sendo parte demandados nos projetos pedagógicos dos cursos, em especial, nos novos campi. Também foram gastos recursos para a aquisição de softwares indispensáveis para a manutenção das atividades da Universidade.

Além do mencionado aqui, podemos destacar como fatores que dificultaram a execução da ação, o contingenciamento do orçamento e o atraso no envio dos recursos financeiros que causaram o inadimplemento involuntário da Universidade, e com isso, dificultaram a nossa relação com nossos fornecedores. Ainda, em 2016 tivemos uma greve nacional que paralisou os servidores técnico-administrativos. Já como fatores que contribuíram para a consecução da ação, podemos citar as obras já em andamento e as atas de registro de preço, que contribuíram para a não paralisação das obras; as negociações bem sucedidas com fornecedores visando à redução de contratos, tendo em vista a situação de contingenciamento que vivemos em 2016. Além disso, o apoio que nos foi dado pela SeSU/MEC, nos diversos momentos de necessidade que enfrentamos.

Quadro 56 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Mais médicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2080.8282.26246.0042 Tipo: Atividade					
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.522.495,00	5.522.495,00	5.522.495,00	0,00	0,00	-	5.522.495,00

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta		
			Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Mais Médicos – viabilizar a infraestrutura física para implantação das novas vagas do curso de medicina.		Unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A ação 2080.8282.26246.0042 (+ Médicos) corresponde à meta orçamentária final de R\$ 5.522.495,00, os recursos foram destinados para atender as despesas parciais referente ao contrato 2014/2019 cujo objetivo é o fornecimento de material e mão de obra destinados a construção do bloco 02 de salas de aula e laboratórios (CBS-02) do Campus de Curitibanos da Universidade Federal de Santa Catarina (área de = 9.257,91m2). O presente projeto teve a sua execução física prejudicada em virtude que a liberação do limite de empenho ocorreu somente no final do exercício de 2016.

Quadro 57 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Emenda de bancada

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		2080.8282.26246.7156 Tipo: Projeto (Emenda de Bancada)				
Título		Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa		2080 - Educação de qualidade para todos				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.297.556,00	6.304.783,00	6.304.783,00	0,00	0,00	-	6.304.783,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Emenda de bancada para contribuir com o Projeto Obras, que objetiva viabilizar as construções de edificação e infraestrutura física, necessárias ao atendimento do projeto de expansão da universidade. Emenda também foi utilizada para aquisição de material permanente.		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A ação 2080.8282.26246.7156 corresponde à Emenda Parlamentar da Bancada de Santa Catarina, da meta orçamentária final de R\$ 6.304.783,00, teve a liberação de empenho somente no final de dezembro de 2016, portanto não houve montante liquidado em 2016. Os valores empenhados para este projeto foram divididos da seguinte forma: Material permanente: R\$10.350,00 - 15 monitores de vídeo; R\$66.130,00 - 17 computadores lenovo desktop; R\$39.780,00 - 11 condicionadores de ar. Obras: R\$4.181.296,00 - fornecimento de material e mão de obra no regime de empreitada por preço global, destinados a construção dos blocos de salas de aula E, F e G, da subestação de 3500 KVA para o centro de ciências biológicas CCB da UFSC (13.080,70m²); R\$1.000.000,00 - Fornecimento de material e mão de obra destinados a construção do bloco 2 de salas de aula e laboratórios (CBS-02) do Campus de Curitiba da UFSC (9.257,91m²); R\$ 523.403,00 – Fornecimento de material e mão de obra, no regime de empreitada por preço global, destinados à construção dos Blocos de Salas de Aula E, F e G e da Subestação de 3500KVA para o Centro de Ciências Biológicas (CCB) da UFSC (área total = 13.080,70m²); R\$ 483.824,00 – Fornecimento de material e mão de obra, no regime de empreitada por preço global, destinados à construção dos Blocos de Salas de Aula E, F e G e da Subestação de 3500KVA para o Centro de Ciências Biológicas (CCB) da UFSC (área total = 13.080,70m²).

Quadro 58 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – UFSC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2010.26246.0042		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar					
Objetivo	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
420.000,00	1.805.411,00	1.790.028,93	1.790.028,93	1.790.028,93	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Previsto	Reprogramada	Realizada
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares			Unidade	432	444	444
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 59 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – UFSC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2012.26246.0042		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Iniciativa	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).					
Objetivo	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.160.000,00	24.456.364,00	24.447.104,48	24.447.104,48	22.379.163,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.			Unidade	4.504	4.266	4.266
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.160,71	-	138,18-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 60 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - UFSC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2011.26246.0042		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Iniciativa	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.					
Objetivo	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
744.504,00	776.820,00	771.540,62	770.540,62	698.017,04	0,00	0,00

Execução Física					
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Unidade	414	385	385	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 61 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - UFSC

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis Empregados, Militares e seus dependentes.						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2004.26246.0042 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes.					
Objetivo	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para a manutenção da saúde física e mental:					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.787.960,00	14.388.036,00	14.387.746,40	14.386.787,00	14.386.787,00	-	959,40
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa Beneficiada	Unidade	9.537		9.681		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

No exercício 2016 a ação superou a meta projetada pelo DAS no início do ano, sendo necessária a suplementação dos recursos da ação. Tal fator se deve principalmente porque os valores dos planos de saúde oferecidos por meio do contrato 010/2014 são significativamente inferiores ao praticado pelo mercado e dentro da capacidade de pagamento dos servidores da Universidade.

Observa-se que continua crescente o número de servidores contratando um plano de saúde suplementar e a tendência é que o quantitativo de beneficiários atingidos pela política aumente ainda mais em 2017.

Quadro 62 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2109.216H.26246.0042		Tipo: Atividade		
Título		Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.				
Iniciativa		Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos				
Objetivo		Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.				
Programa		2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.600,00	21.600,00	1.443,51	1.443,51	1.443,51	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.		Unidade	0	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

Análise Situacional

Execução das Metas: Para o exercício de 2016 a meta física prevista para a Assistência Pré-Escolar foi reprogramada tendo em vista o aumento do número de servidoras gestantes. Para as demais ações as metas físicas realizadas foram inferiores as metas previstas. A eficácia em relação às metas após a reprogramação foi de 100%.

Fatores intervenientes: A dotação inicial foi menor que o valor pago, porém a ação não foi prejudicada, pois houve a liberação de recursos orçamentários e financeiros no exercício.

Restos a pagar: Não houve razões para inscrição de valores em restos a pagar, pois o montante empenhado foi devidamente pago no exercício de 2016.

Ações Prioritárias na LDO: Não houve problemas para a execução das ações no exercício de 2016.

2.3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 63 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - HU

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	2080.4086.26386.0042 Tipo: Atividade
Título	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às

		instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		2080 - Educação de qualidade para todos				
Unidade Orçamentária		26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.928.933,00	7.143.147,00	2.239.949,84	1.835.995,88	1.835.995,88	0,00	403.953,96
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Instituição beneficiada			1	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
722.708,25	604.093,67	12.216,67	Instituição beneficiada	1	1	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Análise Crítica: A expectativa de receita prevista era superior a R\$ 7.000.000,00. Infelizmente tivemos um ano atípico, com redução drástica de recursos. Havia a necessidade de aplicar esses recursos em INVESTIMENTOS, especialmente na ampliação de equipamentos necessários ao atendimento do paciente, e, substituição com renovação do parque tecnológico. Arrecadamos somente o valor de R\$ 2.239.949,84. Tivemos que redefinir as prioridades da instituição, utilizando boa parte desse recurso em custeio, ou seja, o valor de R\$ 1.472.331,11, foi aplicado para manutenção da máquina administrativa (CUSTEIO). Em razão disso, pouco do que havíamos previsto foi possível fazer, haja vista que conseguimos aplicar somente R\$ 767.618,73 em aquisição de equipamentos, softwares e mobiliários. Os principais bens adquiridos foram: Investimos na instalação de um elevador de maca de pequeno porte, que custou R\$ 153.000,00. Uma máquina lavadora extratora industrial no valor de R\$ 188.400,00 e adquirimos 2 equipamentos para o Centro de Endoscopia, no valor de R\$ 134.662,85, tentando assim manter o atendimento dos agendamentos do SISREG.

Quadro 64 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2010.26386.0042 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Objetivo	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

216.000,00	849.849,00	824.749,34	824.749,34	824.749,34	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa beneficiada	Unidade	222	185	185		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

A meta inicial é colocada com base nos servidores contemplados no final do ano anterior. Porém, a medida que as crianças completam a idade limite de recebimento e deixam de ter direito ao benefício, este número vai caindo. Em contrapartida, não existiu na mesma proporção o acréscimo de servidores contemplados com o benefício.

Quadro 65 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2011.26386.0042 Tipo: Atividade					
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Objetivo	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
707.280,00	814.998,00	805.345,49	805.345,49	805.345,49	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Pessoa beneficiada	Unidade	393	303	303		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

Um dos fatores que contribuíram para que a meta não fosse plenamente alcançada foi o decréscimo do número de servidores contemplados com este benefício tendo em vista o número de aposentadorias no exercício 2016, quando os servidores deixam de perceber o auxílio transporte. Não houve contratação no período, que viesse a substituir o total de aposentadorias.

Quadro 66 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – HU

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial
Código	2109.2012.26386.0042 Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Objetivo	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Unidade Orçamentária		26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.120.000,00	7.167.805,00	7.107.774,99	7.107.774,99	7.107.774,99	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	1367	1248	1248
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Um dos fatores que contribuíram para que a meta não fosse plenamente alcançada foi o decréscimo do número de servidores contemplados com este benefício tendo em vista o número de aposentadorias no exercício 2016, quando os servidores deixam de perceber o auxílio alimentação. Não houve contratação no período, que viesse a substituir o total de aposentadorias.

Quadro 67 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2109.2004.26386.0042 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Objetivo	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.481.672,00	2.711.428,00	2.709.045,01	2.709.045,01	2.709.045,01	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa beneficiada		Unidade	1951	1770	1770	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Os números comprovam que existiu uma diminuição no número de servidores que percebiam o subsídio do governo, referente a assistência médica e odontológica. Temos aqui um dos fatores que contribuem para este fato é o número de exonerações e vacâncias no período sem a devida reposição. Constatamos aqui também que muitos servidores deixaram de receber o subsídio do governo, e neste caso vários podem ser os fatores. Lembrando que um servidor pode ter mais de um beneficiário.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores que interferiram na consecução das ações, bem como, na execução física e financeira do orçamento, já estão contemplados nas avaliações de cada ação no item 2.3.1. De uma maneira geral, as ações da UFSC sofreram impacto na sua execução por conta do contingenciamento orçamentário e financeiro ocorrido em 2016, bem como as despesas executadas em 2015 sem a devida cobertura orçamentária e que foram empenhadas em 2016, onerando, assim, este último exercício e, também a greve dos servidores técnico administrativos.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Em 2016, devido aos esforços da Administração da UFSC junto ao Ministério da Educação a situação da UFSC junto aos seus fornecedores está regularizada. Situação especial é apresentada junto à empresa ONDREPSB.

Quadro 68 – Contas a Pagar Credores Nacionais

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.3.1.1.04.00		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
153163	83.953.331/0001-73	0,00	0,00	3.063.624,74	2.217.018,01
Total					2.217.018,01

Fonte: SIAFI

A empresa ONDREPSB, foi responsável pela limpeza e manutenção do campus Trindade, Florianópolis/SC. Ao final de 2015, devido aos sérios problemas sofridos pela UFSC com a falta de recursos repassados pelo MEC, a UFSC devia à ONDREPSB o montante de R\$ 3.063.624,74. Após finalização do contrato, foi constatado pelo TCU (Processo TC 032.011/2015-6) que a empresa ONDREPSB praticou sobrepreço em suas planilhas de formação de preços, decorrentes do cômputo de verbas trabalhistas em duplicidade e de quantitativos e percentuais superiores aos previstos em legislação. Após levantamento realizado pela UFSC, constatou-se que a empresa cobrou valores maiores que o devido na ordem de R\$ 2.217.018,01. Estes valores estão sendo discutidos administrativamente, uma vez que a empresa contestou a referida cobrança.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 69 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2012	2.023.819,66	1.807.798,66	216.021,00	-	
2013	2.288.918,73	2.088.918,73	-	200.000,00	
2014	5.944.453,10	5.411.866,60	529.013,00	3.573,50	
2015	12.316.970,69	12.281.524,76	32.650,79	2.795,14	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2010	169.376,87	-	-	167.942,42	1.434,45
2011	989.719,12	5.939,39	5.939,39	581.927,91	401.851,82
2012	2.184.814,63	1.584.944,23	1.584.944,23	290.650,72	309.219,68
2013	9.142.617,12	3.255.300,94	3.017.839,69	4.030.480,95	2.094.296,48
2014	17.895.336,37	11.012.821,05	10.979.729,26	1.341.812,16	5.573.794,95
2015	92.130.311,47	83.531.893,71	80.571.636,55	1.285.048,70	10.273.626,22

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

No exercício de 2016 verifica-se, no que tange aos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), uma redução no saldo a pagar ao final de 2016 em relação ao saldo presente ao final de 2015. Conforme dados do Relatório de Gestão de 2015 desta UPC o saldo restante a pagar referentes a RPNP foi de R\$ 39.691.407,40, enquanto ao final de 2016 tem-se um saldo a pagar de R\$ 18.654.223,60.

Com relação aos valores de RPNP com a vigência expirada, conforme decreto 93.872/86, observa-se que ao final de 2015 havia o valor R\$ 16.383.245,13 de RPNP não pagos, enquanto que em 2016 o valor ao final do exercício foi de R\$ 8.380.597,38. Ainda sim é importante ressaltar que o mesmo Decreto exime da vigência legal os RPNP que tratam de despesas financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Tal redução se deve ao processo de aprimoramento dos controles relativos aos Restos a Pagar, inclusive com a realização de treinamentos específicos na área para Ordenadores de despesas e seus assessores, e a implementação de procedimento específico de indicação de Restos a Pagar a inscrever ao final do exercício, de acordo com o Decreto 93.872/86.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A Coordenadoria de Projetos e Convênios (COPROJ/DPC) informa que a UFSC não realizou Contrato de Repasse, Termos de Parceria, Termos de Cooperação, Convênios ou outros instrumentos congêneres, no exercício de 2016.

Em seus acordos, a UFSC assume o papel de conveniente ou executora, recebendo os recursos para utilizá-los especificamente nas despesas dos projetos os quais podem ser repassados às Fundações para apoiarem as atividades inerentes a elas.

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Em 2016, a receita arrecadada pela UFSC foi de R\$ 30.466.565,68, o que representou um acréscimo de 43,27% em relação a 2015. Destacam-se as tarifas referentes a “inscrições em concursos e processos seletivos”, representando 20,16% da arrecadação. Por essa rubrica, foram arrecadados R\$ 6.141.979,82, configurando-se um aumento de 39,24% em comparação com 2015. Dos fatores que influenciaram para isso, cita-se a os diversos concursos públicos realizados pela UFSC.

A rubrica “outras restituições” participou com 26,56% da receita, decorrente, sobretudo, de restituições de contratos com as fundações de apoio, correspondendo em 2016 a R\$ 8.093.212,49. A cobrança de taxas relativas a serviços administrativos, por sua vez, corresponderam a 13,75% da arrecadação própria, representando um aumento de 22,70% em relação ao ano anterior. Refere-se, principalmente, a taxas de projetos recolhidas pelas fundações de apoio, conforme estabelece a regulamentação interna da Universidade.

Outra principal rubrica de arrecadação diz respeito aos serviços de hospedagem e de alimentação, compostos principalmente pela arrecadação do restaurante universitário. A participação dessa fonte correspondeu a 8,84% das receitas próprias, representando um acréscimo de 24,65% em relação a 2015, o que é explicado pelo crescimento no número de refeições servidas pelo RU, que apesar da greve o mesmo manteve-se aberto no período.

Os aluguéis foram a quinta principal rubrica de receita em 2016, com 8,59% do total, o que compreende o montante de R\$ 2.616.979,44. Já a remuneração de depósitos bancários, composta pela remuneração dos recursos financeiros diretamente arrecadados, correspondeu a 5,69% da receita própria, significando um acréscimo de 13,69% em relação ao ano anterior.

Quadro 70 – Receita Prevista e Arrecadada de 2013 a 2016

RECEITAS		FONTE	RECEITA PREVISTA				RECEITA REALIZADA			
			2016	2015	2014	2013	2016	2015	2014	2013
13110000	ALUGUÉIS	0250		1.684.431,00	1.845.913,00	1.753.223,00		1.743.763,65	1.956.727,77	1.398.936,96
13100111	ALUG./ARREND./FOROS/LAUDEMIOS/TAR.OCUP.-PRINC	0250	2.193.870,00				2.776.604,43			
13101112	ALUG./ARREND./FOROS/LAUDEMIOS/TAR.OCUP.-MUL.JUR	0250	20.807,00				6.426,56			
13153000	TAXA DE OCUPACAO DE IMÓVEIS	0250		148.793,00	153.622,00	226.189,00		124.048,68	102.446,81	146.460,68
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	0280	1.659.212,00				1.733.920,34			
13250000	REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0280		1.294.296,00	1.560.276,00	983.998,00		1.525.175,00	1.372.645,96	1.002.483,10
14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	0280	86.770,00				710.255,86			
14200000	RECEITA DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0250		148.762,00	185.204,00			56.500,00	90.609,64	185.203,78
14900000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0250						44.038,46		
15000011	RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	0250	730.990,00				361.648,29			
15202900	RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	0250		749.505,00	655.865,00	517.997,00		669.581,39	706.296,40	586.028,89
16000102	SERV. DE COM. LIVROS PERIÓD. MAT.ESC. E PUBLICID.	0250			3.070,00	2.789,00			1.050,00	2.250,35
16000501	SERVICOS HOSPITALARES	0250						75,00		
16000800	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0250						135,00	30,00	89,70
16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0250		5.797.872,00	2.929.610,00	8.755.317,00		3.414.947,96	5.587.239,67	5.553.208,94
16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	0250		199.453,00	208.856,00	245.915,00			74.662,01	190.773,02
16001900	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAI	0250		2.030.296,00	1.605.741,00	1.477.344,00		799.674,75	833.591,65	862.845,00
16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0250		2.685.950,00	4.463.550,00	3.146.130,00		2.161.086,10	1.805.759,11	2.267.057,03
16002200	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0250		5.318.954,00	18.523.015,00	19.371.681,00		1.168.912,70	3.861.542,81	3.488.221,66
16002400	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	0250								59,00
16005000	TAR.INSR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250		5.940.000,00	9.690.948,00	10.237.069,00		4.411.205,65	6.320.855,44	4.415.662,86
16100111	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0250	19.983.000,00				9.623.657,02			
16100112	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	0250					20.455,98			
16100211	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250	5.800.000,00				6.142.033,57			
16100212	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0250					70,10			
16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	0250					72,00			
17000111	TRANSFER.DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	4.000.000,00							
17000211	TRANSF.DOS ESTADOS,DF E SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	500.000,00							
17000311	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	500.000,00							
17000411	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0281	1.010.989,00				67.533,71			
17400011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0250-0281					99.694,47			
17610000	TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E ENTIDADES	0281		3.000.000,00	0,00	215.015,00		230.433,04		
17620000	TRANSF.DE CONV. ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	0281		850.000,00	30.500.000,00	37.150.000,00			208.500,00	871.000,00
17630000	TRANS. CONV. DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	0281			101.082,00	196.093,00				71.600,00
17640000	TRANS. CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0281		2.493.249,00	708.623,00	1.463.648,00			528.576,78	297.808,43
18000000	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0177					26.923,96			
19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	0250					80,00			

19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	538.121,00				6.754,95				
19100913	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-DIV.AT.	0100					65,00				
19180100	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUÉIS	0250		16.391,00	19.256,00	14.034,00		12.982,60	18.688,35	17.219,86	
19180800	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	0250						186,54			
19189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0250		342.106,00	242.330,00	116.257,00		251.487,81	295.776,75	326.541,55	
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250		162.092,00	49.737,00	50.417,00		57.929,15	193.503,94	131.001,75	
19199900	OUTRAS MULTAS	0250		3.336,00	5.252,00	2.141,00		133,74	2.091,58	4.194,24	
19219900	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0250		121.498,00	108.166,00	21.442,00		345.864,99	89.958,32	45.769,01	
19219911	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	0250	46.448,00					366.036,55			
19219912	OUTRAS INDENIZACOES-MULTAS E JUROS	0250						103,56			
19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0100-0250						237.748,70	19.009,92	3.904,27	
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0100-0250					421.159,03				
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0100-0250		607.386,00	569.156,00	2.372.327,00		4.006.981,82	1.184.880,10	552.587,64	
19229911	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL	0100-0250	2.663.361,00					7.753.842,61			
19229912	OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS	0250						339.369,88			
19323600	REC.DIV.ATIVA MULTAS POR INFRAÇÃO-CONT. ADMIN	0100						2.096,67	2.296,04		
19909900	OUTRAS RECEITAS	0250						269,36		1.200,00	
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0250					3.130,00				
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0263					5.982,81				
22140000	ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	0250							36.505,90		
22190000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0250		47.035,00					0	39.720,48	
22200011	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-PRINCIPAL	0263					745,00				
76001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS	0250		8.545,00					15.132,00	7.840,00	
76002200	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS	0250		0,00	23.114,00	1.260,00					
TOTAL GERAL DA RECEITA				39.733.568,00	33.649.950,00	74.152.386,00	88.320.286,00	30.466.565,68	21.265.258,76	25.308.376,95	22.469.668,20

Fonte: DCF/UFSC

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

O quadro abaixo apresenta as despesas liquidadas e pagas por modalidade de contratação.

Quadro 71 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	154.367.925,47	9,0	131.900.749,88	8,6	106.569.713,23	6,6	80.657.569,28	5,6
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	15.106.799,33	0,9	8.968.314,36	0,6	5.285.800,10	0,3	752.529,42	0,1
d) Pregão	125.169.694,58	7,3	105.128.897,19	6,8	97.553.566,92	6,1	76.944.978,88	5,4
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	14.091.431,56	0,8	17.803.538,33	1,2	3.730.346,21	0,2	2.960.060,98	0,2
2. Contratações Diretas (h+i)	181.916.843,44	10,6	132.211.074,64	8,6	127.112.228,96	7,9	82.997.389,69	5,8
h) Dispensa	147.983.239,67	8,7	115.341.134,16	7,5	99.562.205,31	6,2	67.283.415,93	4,7
i) Inexigibilidade	33.933.603,77	2,0	16.869.940,48	1,1	27.550.023,65	1,7	15.713.973,76	1,1
3. Regime de Execução Especial	64.250,63	0,0	37.437,63	0,0	64.250,63	0,0	37.437,63	0,0
j) Suprimento de Fundos	64.250,63	0,0	37.437,63	0,0	64.250,63	0,0	37.437,63	0,0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.269.992.360,39	74,3	1.189.329.564,78	77,2	1.269.992.360,39	79,2	1.189.329.261,58	82,8
k) Pagamento em Folha	1.267.695.059,69	74,1	1.186.509.311,81	77,0	1.267.695.059,69	79,0	1.186.509.311,81	82,6
l) Diárias	2.297.300,70	0,1	2.820.252,97	0,2	2.297.300,70	0,1	2.819.949,77	0,2
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	1.606.341.379,93	93,9	1.453.478.826,93	94,4	1.503.738.553,21	93,8	1.353.021.658,18	94,2
6. Total das Despesas da UPC	1.710.350.037,17	100	1.540.241.774,63	100	1.603.882.713,67	100	1.435.794.492,47	100

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

No que tange à execução de despesa por modalidade de licitação é possível observar que não houve variação significativa em valores relativos do exercício de 2015 para o exercício de 2016. Novamente observa-se que o volume de despesas executadas através de contratações diretas e contratações por licitação tem proporção equivalente em relação ao total executado. Fato devido aos contratos com concessionárias de energia e água, contratos com Fundações de Apoio amparados pelo inciso XIII do artigo 24 da Lei 8666/93 e a contratações para atender a pesquisas amparados pelo inciso XXI do artigo 24 da Lei 8666/93.

Quadro 72 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Aposentaria do RPPS, reserva remunerada e reforma militar	370.324.745,14	334.345.504,37	370.324.745,14	334.345.504,37	-	-	370.324.745,14	334.345.504,37
Pensões do RPPS e do Militar	50.638.396,20	45.612.168,84	50.638.396,20	45.612.168,84	-	-	50.638.396,20	45.612.168,84
Contratação por tempo determinado	13.114.650,45	13.709.280,56	13.114.650,45	13.709.280,56	-	-	13.114.650,45	13.709.280,56
Contribuição a entidades fechadas de previdência	1.473.403,07	872.789,48	1.473.403,07	872.789,48	-	-	1.473.403,07	872.789,48
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	672.617.880,87	644.619.930,97	672.617.880,87	644.619.930,97	-	-	672.617.880,87	644.619.930,97
Outras despesas variáveis - pessoal civil	6.147.164,57	5.558.507,13	6.147.164,57	5.558.507,13	-	-	6.147.164,57	5.558.507,13
Sentenças judiciais	7.489.760,09	7.765.182,24	7.489.760,09	7.765.182,24	-	-	7.489.760,09	7.765.182,24
Despesas de exercícios anteriores	7.801.179,93	712.635,44	7.801.179,93	712.635,44	-	-	7.801.179,93	712.635,44
Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado	2.352.699,21	2.766.196,15	2.352.699,21	2.766.196,15	-	-	2.352.699,21	2.766.196,15
Obrigações patronais - operações intra-orçamentárias	135.735.180,16	130.544.019,85	135.735.180,16	130.544.019,85	-	-	135.735.180,16	130.544.019,85
Despesas de exercícios anteriores - operações intra-orçamentárias	-	3.096,78	-	3.096,78	-	-	-	3.096,78
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	246.299.684,92	182.017.754,82	189.419.262,89	133.309.826,09	56.880.422,03	48.707.928,73	178.350.220,46	125.276.074,42
Material de consumo	38.557.741,15	33.724.744,91	33.694.530,72	28.992.126,00	4.863.210,43	4.732.618,91	32.688.111,74	27.831.389,98
Auxílio-alimentação	30.416.043,19	24.297.141,29	30.416.043,19	24.297.141,29	-	-	30.416.043,19	24.297.141,29
Auxílio financeiro a estudantes	29.861.746,31	29.499.027,25	28.277.044,97	27.312.014,61	1.584.701,34	2.187.012,64	28.201.134,97	27.312.014,61
Demais elementos do grupo	55.470.704,21	39.948.731,34	51.945.510,36	37.814.357,19	3.525.193,85	2.134.374,15	51.685.567,20	37.497.371,56
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.734.264,07	7.366.534,16	1.106.149,00	448.618,62	628.115,07	6.917.915,54	1.101.904,29	420.053,62
Obras e instalações	29.897.489,16	26.530.521,67	9.627.414,24	5.467.043,36	20.270.074,92	21.063.478,31	9.191.324,28	3.347.077,15
Equipamentos e material permanente	10.417.304,47	10.348.007,38	4.553.585,15	3.961.024,19	5.863.719,32	6.386.983,19	4.553.347,85	3.304.058,03
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

Nos valores apresentados no quadro observa-se que o valor empenhado no exercício de 2016 é superior ao de 2015, tal situação decorre do contingenciamento de recursos orçamentários ocorrido no exercício de 2015. O valor pago em 2016 também é superior em 2015, situação que decorre da regularização dos repasses financeiros à UFSC durante o exercício de 2016, diferente da situação enfrentada pela instituição durante o exercício de 2015.

Apesar do valor executado ser maior em 2016, em termos proporcionais a execução apresenta característica similar nos últimos dois exercícios.

2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Os quadros abaixo visam demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de suprimentos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

Quadro 73 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	153163	UFSC	0	0,00	15	50.000,00	5.000,00
	150232	HU	0	0,00	15	29.000,00	2.000,00
2015	153163	UFSC	0	0,00	14	33.800,00	4.000,00
	150232	HU	0	0,00	5	10.000,00	2.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro 74 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	153163	UFSC	0	0,00	10	2.360,00	36.831,71	39.191,71
	150232	HU	0	0,00	0	0,00	25.387,59	25.387,59
2015	153163	UFSC	0	0,00	5	1.360,00	28.962,49	30.322,49
	150232	HU	0	0,00	0	0,00	7.115,14	7.115,14

Fonte: SIAFI

O quadro abaixo visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro 75 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153163	UFSC	339030	01	332,92
			03	23,57
			04	510,00
			07	4.500,84
			09	22,00
			13	90,00
			16	672,42
			19	15,30
			21	9,00
			24	6.930,59
			25	7.167,52
			26	1.544,44
	28	588,26		

			39	5.387,61
			42	2.053,25
		339039	17	460,00
			19	8.555,32
				38.863,04
150232	HU	339030	09	3.103,71
			17	400,00
			21	24,90
			24	4.130,03
			25	6.906,60
			26	330,41
			42	127,97
		339039	16	3.517,57
			17	6.443,00
			25	368,40
			57	35,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

No que tange à concessão e utilização de Suprimentos de Fundos no exercício de 2016 verifica-se que houve um aumento no valor concedido e utilizado em relação a 2015, porém o número de concessões foi praticamente o mesmo para à UFSC, enquanto no HU houve também crescimento na quantidade de concessões.

É possível perceber que a concentração dos gastos, tanto com serviços quanto com materiais, se dá nas despesas ligadas a manutenções.

No que tange ao controle, o Departamento de Contabilidade e Finanças elabora parecer técnico em todas as prestações de contas com recomendações e observações no sentido de haver melhor uso do instrumento e, em alguns casos, solicitando a devolução de valores de gastos efetuados sem conformidade. Os pareceres são encaminhados aos Ordenadores de Despesas que tomam ciência da ocorrência para aprimorar a gestão financeira da UGR. Além disso, é mantido em sítio institucional um manual de utilização do instrumento para instrução dos supridos e dos Ordenadores a fim de uniformizar o controle na instituição.

2.4 Desempenho operacional

O Planejamento Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina deriva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Neste são elaborados os planos anuais que serão executados através de projetos desenvolvidos pelas Unidades Administrativas e Universitárias.

O desempenho operacional da UFSC é utilizado para pautar as ações destinadas à melhoria dos atividades tanto das atividades meio com as atividades fins.

2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Indicadores de Desempenho nos Termos da Decisão TCU Nº 408/2002
Plenário e Modificações Posteriores

Quadro 76 - Custo Aluno com Hospital Universitário

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente com HU}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}}$$

Quadro 77 - Custo Corrente com HU

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	Fonte: DCF	1.710.350.037,17
(-) 65% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: DCF	173.443.325,80
(-) Aposentadorias e Reformas	Fonte: DCF	370.324.745,14
(-) Pensões	Fonte: DCF	50.638.396,20
(-) Sentenças Judiciais	Fonte: DCF	7.489.760,09
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: PRODEGESP	1.027.853,45
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	784.842,26
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: PRODEGESP	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	0,00
Total Custo Corrente		1.106.641.114,23

Fonte: PRODEGESP-DCF/SEPLAN/UFSC

AR = N° de alunos residentes.

APG = N° de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ [NDI \times DPC] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(NI - NDI) / 4] \times DPC \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

AGE = 31.666,91 (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

APG = 7.134 (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$$APG\ TI = 2 \times APG = 2 \times 7.134 = 14.268$$

$$AR = 171 \text{ (Fonte: Hospital Universitário)}$$

$$ARTI = 2 \times AR = 2 \times 171 = 342$$

$$\text{Total Aluno Equivalente} = AGE + APGTI + ARTI = 46.276,91$$

$$\text{Custo Aluno Equivalente:} = R\$ 1.106.641.114,23 / 46.276,91 = R\$ 23.913,46$$

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

Quadro 78 - Custo Aluno sem Hospital Universitário - Fórmula

$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI}}$
--

Quadro 79 - Custo Aluno sem Hospital Universitário

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	Fonte: DCF	1.710.350.037,17
(-) 100% das Despesas Correntes do Hospital Universitário	Fonte: DCF	266.835.885,84
(-) Aposentadorias e Reformas	Fonte: DCF	370.324.745,14
(-) Pensões	Fonte: DCF	50.638.396,20
(-) Sentenças Judiciais	Fonte: DCF	7.489.760,09
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	FONTE: PRODEGESP	1.027.853,45
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	784.842,26
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: PRODEGESP	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	0,00
Total Custo Corrente		1.013.248.554,19

Fonte: PRODEGESP-DCF/SEPLAN/UFSC

AR = N° de alunos residentes.

APG = No de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ [NDI \times DPC] \times [1 + (\text{Fator de Reten\c{c}o})] + [(NI - NDI) / 4] \times DPC \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

AGE = 31.666,91 (Fonte: Departamento de Administra\c{c}o Escolar)

APG = 7.134 (Fonte: Pr\u00f3-Reitoria de P\u00f3s-Gradua\c{c}o)

APG TI = 2 x APG = 2 x 7.134 = 14.268

AR = 171 (Fonte: Hospital Universit\u00e1rio)

ARTI = 2 x AR = 2 x 171 = 342

Total Aluno Equivalente = AGE + APGTI + ARTI = 46.276,91

Custo Aluno Equivalente: = R\$ 1.013.248.554,19 / 46.276,91 = R\$ 21.895,34

Esse custo n\u00e3o representa o custo real m\u00e9dio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Col\u00e9gio de Aplica\c{c}o e NDI, e tamb\u00e9m inclui os custos com pesquisa e extens\u00e3o. N\u00e3o inclui amortiza\c{c}o de capital. N\u00e3o pode ser usado para fins gerenciais ou de pol\u00edtica institucional ou governamental.

Quadro 80 - Aluno tempo Integral / Professor Equivalente

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = \frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{N.^{\circ} \text{ de Professores Equivalentes}}$$

Quadro 81 - Professor Equivalente

Situa\c{c}o:	No de Professores:	Peso:	Resultado:
Professores em Exerc\u00edcio Efetivo			
20 horas/semana	92	0,50	46
40 horas/semana	38	1,00	38
Dedica\c{c}o Exclusiva	2186	1,00	2186
(+) Substitutos e Visitantes			
20 horas/semana	63	0,50	31,5
40 horas/semana	129	1,00	129
Dedica\c{c}o Exclusiva	25	1,00	25
(-) Professores afastados para capacita\c{c}o ou cedidos para outros \u00f3rg\u00e3os ou entidades da administra\c{c}o p\u00fablica em 31/12 do exerc\u00edcio			
20 horas/semana	2	0,50	1
40 horas/semana	1	1,00	1
Dedica\c{c}o Exclusiva	105	1,00	105

Fonte: PRODEGESP-PROGRAD/UFSC

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.348,50

C\u00c1LCULO ALUNO TEMPO INTEGRAL

AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral

$$AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ [NDI \times DPC] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(NI - NDI) / 4] \times DPC \}$$

AGTI = 17.909,79 (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

APG = 7.134 (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

APG TI = 2 x APG = 2 x 7.134 = 14.268

AR = 171 (Fonte: Hospital Universitário)

ARTI = 2 x AR = 2 x 171 = 342

Total de Alunos Tempo Integral: 32.519,79

Aluno Tempo Integral / Professor = 32.519,79/ 2.348,50 = 13,85 alunos por professor

Quadro 82 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU

$$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.com HU} = \frac{A_{G\text{TI}} + A_{P\text{G}\text{TI}} + A_{R\text{TI}}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes}}$$

Total de Alunos Tempo Integral: 32.519,79

Quadro 83 - Funcionário Equivalente com HU

Situação	No de Funcionários	Peso	Resultado
Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade			
20 horas/semana	203	0,50	101,5
30 horas/semana	42	0,75	31,5
40 horas/semana	3116	1,00	3116
(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	9	0,50	4,5
30 horas/semana	142	0,75	106,5
40 horas/semana	1323	1,00	1323
(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	7	0,50	3,5
30 horas/semana	1	0,75	0,75
40 horas/semana	82	1,00	82

Fonte: PRODEGESP-PROAD/UFSC

Funcionário Equivalente com HU = 4.596,75

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = 32.519,79/ 4.596,75 = 7,07

Quadro 84 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU

$$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv. sem HU} = \frac{A_{G\text{TI}} + A_{PG\text{TI}} + A_{R\text{TI}}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes}}$$

Total de Alunos Tempo Integral: 32.519,79

Quadro 85 - Funcionário Equivalente sem HU

Situação	No de Funcionários	Peso	Resultado
Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade			
20 horas/semana	28	0,50	14
30 horas/semana	28	0,75	21
40 horas/semana	2044	1,00	2044
(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	6	0,50	3
30 horas/semana	114	0,75	85,5
40 horas/semana	983	1,00	983
(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	1	0,50	0,5
30 horas/semana	1	0,75	0,75
40 horas/semana	76	1,00	76

Fonte: PRODEGESP-PROAD/UFSC

Funcionário Equivalente sem HU = 3.073,25

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = 32.519,79 / 3.073,25 = 10,58

Quadro 86 - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente

$$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalente}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalente}}$$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.348,50

Funcionário Equivalente com HU = 4.596,75

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = 4.596,75 / 2.348,50 = 1,96

Quadro 87 - Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

$$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalente}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalente}}$$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.348,50

Funcionário Equivalente sem HU = 3.073,25

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = 3.073,25 / 2.348,50 = 1,31

Quadro 88 - Grau de Participação Estudantil

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{A_{GTI}}{A_G}$$

Quadro 89 - Alunos Efetivamente Matriculados

Alunos efetivamente matriculados no 1o (primeiro) semestre do exercício:	27.526
Alunos efetivamente matriculados no 2o (segundo) semestre do exercício:	28.010
(ALUNOS 1.o SEMESTRE + ALUNOS 2.o SEMESTRE) / 2 =	27.768

Fonte: PROGRAD/UFSC

$A_G = 27.768$

$A_{GTI} = 17.909,79$ (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

Grau de Participação Estudantil (GPE) = $17.909,79 / 27.768 = 0,64$

Quadro 90 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação

$$\text{Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

$A_{PG} = 7.134$ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$A_G = 27.768$

$GEPG = 7.134 / (27.768 + 7.134) = 0,20$

Quadro 91 - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

$$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\Sigma \text{Conceito de todos os Programas de Pós-Grad.}}{\text{N}^\circ \text{ de Programas de Pós-Graduação}}$$

Quadro 92 - Programa de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
ADMINISTRAÇÃO	4
AGROECOSSISTEMAS	4
ANTROPOLOGIA SOCIAL	5
AQUÍCULTURA	6
ARQUITETURA E URBANISMO	4
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3
BIOLOGIA CELULAR E DO DESENVOLVIMENTO	4
BIOLOGIA DE FUNGOS, ALGAS E PLANTAS	3

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
BIOQUÍMICA	5
BIOTECNOLOGIA E BIOCÊNCIAS	5
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	4
CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS	6
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	4
CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO	3
CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS	6
CIÊNCIAS MÉDICAS	4
CONTABILIDADE	4
DESIGN	4
DIREITO	6
ECOLOGIA	4
ECONOMIA	5
ECOSSISTEMAS AGRÍCOLAS E NATURAIS	3
EDUCAÇÃO	5
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	6
EDUCAÇÃO FÍSICA	5
ENERGIA E SUSTENTABILIDADE	3
ENFERMAGEM	6
ENGENHARIA AMBIENTAL	5
ENGENHARIA CIVIL	6
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	6
ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS	5
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	5
ENGENHARIA DE TRANSPORTES E GESTÃO TERRITORIAL	3
ENGENHARIA E CIENCIA MECÂNICA (JOI)	3
ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	5
ENGENHARIA ELÉTRICA	6
ENGENHARIA MECÂNICA	7
ENGENHARIA QUÍMICA	6
ESTUDOS DA TRADUÇÃO	5
FARMÁCIA	5
FARMACOLOGIA	7
FILOSOFIA	6
FÍSICA	5
GEOGRAFIA	4
HISTÓRIA	5
INGLÊS: ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS	4
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS	6
JORNALISMO	4
LINGUÍSTICA	6
LITERATURA	5
MATEMÁTICA PURA E APLICADA	4
MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS em rede com a Soc. Brasileira de Fisiologia	4
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA*	4
NEUROCIÊNCIAS	4
NUTRIÇÃO	4
OCEANOGRAFIA	3

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
ODONTOLOGIA	4
PSICOLOGIA	5
QUÍMICA	7
RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	6
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	3
SAÚDE COLETIVA	5
SERVIÇO SOCIAL	4
SOCIOLOGIA POLÍTICA	5
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (ARA)	3
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE	3

Fonte: PROPG/UFSC

Σ Conceito de todos os Programas de Pós-Grad. = 308

N.º de Programas de Pós-Graduação = 66

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $308 / 66 = 4,67$

Quadro 93 - Índice de qualificação do corpo docente

$$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente} = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)}$$

Quadro 94 - Qualificação Docente

Situação	Doutores (D)	Mestres (M)	Especialização (E)	Graduados (G)	Total Geral de Professores(b)
Professores em Exercício Efetivo					
20 horas/semana	55	26	10	1	92
40 horas/semana	26	9	2	1	38
Dedicação Exclusiva	2.054	122	6	4	2.186
(+) Substitutos e Visitantes					
20 horas/semana	9	35	12	7	63
40 horas/semana	15	76	6	32	129
Dedicação Exclusiva	25	0	0	0	25
(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício					
20 horas/semana	0	1	1	0	2
40 horas/semana	0	1	0	0	1
Dedicação Exclusiva	78	26	1	0	105
No Total de Professores POR TITULAÇÃO	2.106	240	34	45	2.425

Fonte: PRODEGESP-PROGRAD/UFSC

Índice de Qualificação do Corpo Docente = $11.363 / 2.425 = 4,69$

Quadro 95 - Taxa de Sucesso na Graduação

$$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{Nº de Diplomados (NDI)}}{\text{Nº Total de Alunos Ingressantes}}$$

Número de concluintes: 2.844 - (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

Número de Ingressantes – Referente ao Período Padrão Duração dos Cursos: 6.021 - (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

Obs.: Para a contagem do número de ingressantes, é calculado o ano de ingresso do aluno em seus respectivos cursos, ou seja, depende da duração de cada curso.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $2.844 / 6.021 = 0,4723$

Em percentual = 47,23%

Quadro 96 – Resumo dos Indicadores do TCU

Componentes	
Custo Corrente com Hospital Universitário	1.106.641.114,23
Custo Corrente sem Hospital Universitário	1.013.248.554,19
Aluno Equivalente	46.276,91
Alunos Tempo Integral	32.519,79
Professores equivalentes	2.348,50
Funcionário Equivalente com HU	4.596,75
Funcionário Equivalente sem HU	3.073,25
Indicadores	
I a. Custo Aluno com Hospital Universitário	23.913,46
I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário	21.895,34
II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente	13,85
III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,07
III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,58
IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,96
IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,31
V. Grau de participação Estudantil	0,64
VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,20
VII. Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	4,67
VIII. Índice de qualificação do corpo docente	4,69
IX. Taxa de Sucesso na Graduação	47,23%

Fonte: DPGI/SEPLAN/UFSC

Quadro 97 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N° 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU(Hospital Universitário)	1.106.641.114,23	943.524.769,50	921.104.135,67	894.907.732,32	808.964.084,29
Custo Corrente sem HU(Hospital Universitário)	1.013.248.554,19	855.528.427,50	841.074.259,13	823.525.840,99	742.719.412,42
Número de Professores Equivalentes	2.348,50	2.335,00	2.293,00	2.135	2.079,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU	4.596,75	4.569,50	4.321,00	4.491,75	3.812,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	3.073,25	2.865,50	3.066,25	3.154,50	2.580,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	27.768,00	25.822,50	25.278,50	24.163	22.941
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	7.134	6.935	6.698	6.421	6.084
Alunos de Residência Médica (AR)	171	159	171	149	133
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	31.666,91	33.812,74	28.464,24	30.607,30	30.030,88
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	17.909,79	19.495,41	16.142,83	17.438,85	17.767,55
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	14.268	13.870	13.396	12.842	12.128
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	342	318	342	298	266

Fonte: DPGI/SEPLAN/UFSC

Quadro 98 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU N° 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	23.913,46	19.656,46	21.830,26	20.456,30	19.050,19
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	21.895,34	17.823,24	19.933,54	18.824,61	17.490,20
Aluno Tempo Integral / Professores Equivalentes	13,85	14,43	13,03	14,32	14,53
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes com HU	7,07	7,37	6,91	6,81	7,92
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes sem HU	10,58	11,75	9,74	9,69	11,71
Funcionário Equivalente com HU/ Professores Equivalentes	1,96	1,96	1,88	2,10	1,83
Funcionário Equivalente sem HU / Professores Equivalentes	1,31	1,23	1,34	1,48	1,24
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,64	0,75	0,64	0,72	0,77
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,20	0,21	0,21	0,21	0,21
Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	4,67	4,75	4,83	4,85	4,59
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,69	4,62	4,52	4,43	4,50
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	47,23%	52,49%	51,45%	56,37%	62,74%

Fonte: DPGI/SEPLAN/UFSC

Análise dos Indicadores do TCU

Nesta seção, é realizada análise nos indicadores da UFSC e suas evoluções, nos termos da Decisão do TCU nº 408/2002.

O primeiro indicador - custo corrente/aluno equivalente – apresentou um aumento em relação aos dois últimos anos, em função, principalmente, da diminuição no número de alunos equivalentes. O valor do custo/aluno (sem HU) aumentou, passando de R\$17.823,24 em 2015 para R\$ 21.895,34 em 2016. Cabe ressaltar que a UFSC criou novos cursos, alguns dos quais ainda não formaram suas primeiras turmas e, por isso, a expectativa é que o número de alunos equivalentes aumente no decorrer dos anos. Por outro lado, novas vagas foram criadas e a estrutura ainda não se encontra totalmente finalizada. Há diversas demandas por laboratórios, salas de aula, espaços administrativos, moradia estudantil e restaurante universitário que ainda não foram atendidas. A expansão da UFSC e o aumento das exigências legais pressionam as despesas para cima, com mais necessidade de energia, água, jardinagem, limpeza, serviços de portaria e segurança, entre outros.

Com relação ao segundo indicador - Aluno Tempo Integral/Professores Equivalentes – também houve diminuição 14,43 em 2015 para 13,85 em 2016. O principal motivo foi a diminuição do número de alunos equivalentes.

Quanto ao terceiro indicador - Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes (com HU e sem HU) – houve diminuição no indicador, tanto considerando quanto desconsiderando o HU. A relação “aluno tempo integral / funcionários equivalentes sem HU” diminuiu, considerando que em 2015 era 7,37 e em 2016 caiu para 7,07.

O quarto grupo de indicadores retrata a relação entre Funcionário Equivalente com HU/professor equivalente, em 2016 manteve o mesmo dado de 2015 (1,96). Funcionário Equivalente sem HU/professor equivalente teve um pequeno aumento, considerando que em 2015 o número era 1,23 e em 2016 passou para 1,31.

O quinto indicador representa o grau de participação estudantil, composto pela relação entre o número de alunos em regime integral e o total de alunos ativos na graduação. Houve diminuição no indicador, o qual passou 0,75 em 2015 para 0,64 em 2016.

O próximo indicador refere-se ao Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação, que mensura a participação dos alunos da pós em relação ao total de alunos de graduação e Pós-graduação. O valor desse indicador tem se mantido constante desde 2012. 2015 foi 0,21 e em 2016 passou para 0,20.

Com relação ao indicador Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação, houve pequena redução no indicador, cujo valor passou de 4,75 em 2015 para 4,67 em 2016. Considerando que não houve avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES, a pequena diferença deve-se aos novos cursos de Pós-Graduação criados na UFSC.

O próximo indicador representa o Índice de Qualificação do Corpo Docente, obtido pela relação entre a titulação dos professores e o seu somatório geral, o qual também apresentou pequena melhoria, passando de 4,62 em 2015 para 4,69 em 2016.

Por fim, o último indicador representa a medição da Taxa de Sucesso na Graduação. A TSG é obtida pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na instituição e pelo tempo de permanência esperado, fixado pela SESu/MEC para cada curso. Este indicador apresenta de forma inversa o grau de evasão dos alunos que ingressam na IFES. O indicador apresentou uma redução considerando que em 2015 o percentual foi de 52,49 % e em 2016 caiu para 47,23%.

2.6 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

A UFSC não realizou nenhum projeto ou programa financiado com recursos externos no período.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar. Suas atividades são regidas pela legislação federa, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

Conforme o Art. 5º de seu Estatuto:

A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

A administração da Universidade se rege pelas decisões dos seus órgãos deliberativos centrais e órgãos executivos centrais.

Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, o Conselho de Curadores e as Câmaras de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Os órgãos executivos centrais são a Reitoria, a Vice-Reitoria e as Pró-Reitorias.

Ao **Conselho Universitário** como o órgão máximo deliberativo e normativo, compete definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da Instituição. Como o órgão de jurisdição superior da universidade, cabe ao Conselho Universitário julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão.

O **Conselho de Curadores** é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica, financeira e patrimonial da Universidade. Possui dentre de suas atribuições aprovar a prestação de contas da Universidade.

A **Câmara de Ensino de Graduação**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, tem entre suas atribuições a aprovação dos currículos dos cursos de graduação, bem como a sua criação ou supressão. A Câmara também propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação e normas e diretrizes sobre o regime de trabalho docente.

A **Câmara de Pós-Graduação**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, em sua atuação propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação; aprova a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação, observada a legislação vigente; bem como, estabelece as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação.

A **Câmara de Pesquisa**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa, além de propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa, estabelece as políticas de avaliação das atividades de pesquisa; manifesta-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

A **Câmara de Extensão**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão, estabelece as políticas de avaliação das atividades de extensão e manifesta-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

Todas as instâncias normativas da UFSC compõem-se de servidores docentes e técnico-administrativos, representantes discentes, e membros da comunidade externa.

A estrutura de governança da UFSC conta ainda com a assessoria da **Auditoria Interna** - AUDIN, como órgão de avaliação independente, responsável por promover a racionalização das ações de controle e apoiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O trabalho da AUDIN se pauta em padrões de conformidade na utilização dos recursos e do desempenho institucional como também assessora aos gestores nos processos de acompanhamento, controle e avaliação dos resultados da instituição.

As decisões relativas às atividades-fim da Universidade acontecem nas Unidades Universitárias, especificamente nos Conselhos de Unidade, que são os órgãos setoriais deliberativos e consultivos dos Centros de Ensino, presididos pelo Diretor da Unidade Universitária. Das decisões dos Conselhos de Unidade cabe recurso às Câmaras respectivas.

As Unidades Administrativas, **Pró-Reitorias e Secretarias**, não possuem caráter normativo e sim executivo, dessa maneira, estão entre suas atribuições auxiliar a Reitora e a Vice-Reitora no exercício das funções administrativas nas suas respectivas áreas de atuação. Ainda, a Universidade conta em sua composição com **Órgãos Suplementares** de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante, que auxiliam no desempenho das diversas atividades universitárias.

3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Como já relatado anteriormente, o HU/UFSC está vinculado a reitoria e é dirigido pela Administração Superior e Setorial. A Administração Superior é constituída pelo Conselho Diretor (CD), Diretoria Geral (DG) e Vice-Diretoria (VD). A Administração Setorial é constituída pelas Diretorias de Administração, Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar, Enfermagem e Medicina. As diretorias setoriais estão estruturadas em coordenadorias ou divisões, serviços e seções. O Conselho Diretor é um órgão com funções normativas, consultivas e deliberativas, obedecendo as disposições legais, regimentais, estatutárias e normativas da UFSC. As competências do mesmo estão explicitadas no Regimento Interno do HU, bem como, das diretorias setoriais, coordenadorias, divisões e serviços. Além disso, para certificação como Hospital de Ensino o HU deve ter constituídas e em perfeito funcionamento, as COMISSÕES ASSESSORAS OBRIGATÓRIAS que são: a) Comissão de Documentação Médica e Estatística; b) Comissão de Ética; c) Comissão de Ética em Pesquisa, própria ou da IES à qual o hospital for vinculado; d) Comissão de Mortalidade Materna e de Mortalidade Neonatal (para hospitais que possuam maternidade); e) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; f) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; g) Comissão de Óbitos; h) Comissão de Revisão de Prontuários; i) Comissão de Transplantes e Captação de Órgãos (para hospitais que possuam Unidades de Tratamento Intensivo); j) Comitê Transfusional; l) Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional; Também desenvolve atividades de vigilância epidemiológica, hemovigilância, farmacovigilância, tecnovigilância em saúde, vigilância em saúde do trabalhador e padronização de medicamentos.

Como já relatado, o HU passa por momento de transição para nova estrutura de governança, entretanto durante este período previsto de dezoito meses, a governança atual se mantém para migração progressiva a medida que forem nomeados os novos cargos previstos pela EBSEH. A nova estrutura de governança evidencia uma quebra do padrão setorial até hoje vivenciado pela instituição, objetivando integração das diversas áreas do saber presentes no HU em busca de qualidade e excelência nos serviços prestados.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

3.2.1 Normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

O Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado pela Resolução Normativa n.º 28/CUn, 27 de novembro de 2012, na Seção III, art. 10, define as competências da Auditoria Interna. O Regimento Interno específico da unidade foi elaborado e está em fase de aprovação pela autoridade superior. Estes documentos podem ser acessados nos seguintes endereços eletrônicos:

- Regimento da Reitoria: http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2014/01/Regimento_Reitoria.pdf

- Minuta do Regimento da AUDIN: <http://audin.ufsc.br/regimento-interno/>

3.2.2 Independência e objetividade da Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Universidade Federal de Santa Catarina atua de forma independente e objetiva. É a Auditoria Interna que propõe ao Conselho Universitário quais ações de auditoria devem ser contempladas no Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna. Da mesma forma, a equipe de técnicos da AUDIN elabora e encaminha as solicitações de auditoria, recebe diretamente as informações e documentação solicitadas às áreas auditadas e elabora os relatórios de auditoria.

A minuta de regimento interno da unidade, que aguarda aprovação final, prevê as garantias necessárias para que os profissionais possam exercer as atividades com independência e objetividade.

3.2.3 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.

A estratégia de atuação em relação às unidades está definida no PAINT, incluindo as auditorias a serem realizadas e acompanhamento das recomendações/determinações da AUDIN, do TCU e da CGU feitas às unidades.

3.2.4 Estrutura e posicionamento da unidade de Auditoria Interna

A unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Santa Catarina foi criada pela Resolução do Conselho Universitário n.º 04/CUn/2002, de 31 de janeiro de 2002 e está formalmente subordinada à Reitoria e Vice-Reitoria da UFSC, conforme dispõe o artigo 5º do Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado pela Resolução Normativa n.º 28/CUn, 27 de novembro de 2012:

Art. 5º A Administração Central, formada pelos Órgãos Executivos Centrais, compreende a seguinte estrutura organizacional básica:

I – Reitoria e Vice-Reitoria:

(...)

b) Auditoria Interna;

(...)

A Auditoria Interna é composta pelo Auditor-Chefe da unidade (Código de Função CD-4), por uma Coordenação de Controle e Acompanhamento (Código de Função FG-1) e por servidores da Unidade os quais estão subordinados ao Auditor-Chefe.

A nomeação do Auditor-Chefe é submetida pelo(a) Reitor(a) à aprovação do Conselho Universitário e da Controladoria Geral da União em conformidade com o art. 15,

§ 5º do Decreto nº 3.591/2000, item 10 do anexo X da IN CGU 01/2001 e incisos II e III de acordo com a Portaria CGU nº 915/2014.

Quanto à estrutura funcional, ao final de 2016 a equipe da Auditoria Interna estava formada por oito profissionais, incluindo o Auditor-Chefe e o Coordenador de Controle e Acompanhamento.

3.2.5 Informações de como se certifica que a administração toma conhecimento das recomendações e assume os riscos pela não implementação.

Ao término dos trabalhos de cada auditoria são encaminhados os relatórios com os resultados dos exames para que os gestores das áreas auditadas adotem as providências necessárias à regularização das impropriedades ou irregularidades encontradas. Os relatórios são encaminhados também à Administração Superior para conhecimento e providências, quando necessárias.

3.2.6 Descrição da sistemática de comunicação à gestão superior sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna.

Os resultados preliminares de cada ação de auditoria são levados ao conhecimento dos responsáveis pelas áreas auditadas, quando é solicitado destes as manifestações formais com os esclarecimentos adicionais ou as justificativas a respeito das ocorrências identificadas. Salienta-se que durante os trabalhos as demandas consideradas mais relevantes ou necessárias para esclarecimento do objeto auditado são repassadas aos gestores responsáveis pelas áreas e, quando necessário, aos gestores da Administração Superior.

Posteriormente, é elaborado o relatório final da auditoria, contendo as constatações e as recomendações que os auditores consideram necessárias ao aprimoramento dos controles internos ou para sanar as irregularidades encontradas. Este relatório é encaminhado aos responsáveis pelas unidades auditadas e ao Gabinete da Reitoria. Na oportunidade, é solicitada aos gestores das unidades a apresentação de plano que contemple as providências e prazo de implantação, visando sanar as irregularidades apontadas.

Durante todo o processo, a equipe da AUDIN permanece à disposição dos gestores para esclarecimento de dúvidas ou proposições para a melhoria da gestão e, sempre que necessário, participam de reuniões com membros da Administração Superior a fim de tratar de temáticas relativas às fragilidades da Instituição, suscitadas, inclusive, em decorrência de relatórios de auditoria.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Em 2016 foi criada a Corregedoria Geral da UFSC, obedecendo as determinações do Conselho Universitário.. A partir desta data, a Corregedoria vem atuando em conformidade com as orientações da Controladoria Geral da União no Estado de Santa Catarina.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

No que tange à Gestão de riscos de controles internos optamos pela apresentação da tabela abaixo, que contempla as informações pertinentes.

Quadro 99 - Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5

28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x	
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x	
Análise crítica e comentários relevantes:							
<p>A UFSC conta com mecanismos de controles internos, considerando infraestrutura física e de recursos humanos, com ações de natureza preventiva, de fiscalização e de apuração de atos criminosos. No tocante aos recursos humanos, órgãos como a Auditoria Interna, o NADIP – Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais, a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e o Departamento de Segurança Física e Patrimonial atuam fortemente nas questões desta natureza.</p>							
Escala de valores da Avaliação:							
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.							
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .							
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.							
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .							
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.							

Fonte: GR/UFSC

Com relação à Gestão de riscos, há uma comissão criada para estabelecer os critérios que nortearão o futuro comitê de gestão de riscos da instituição.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas promove a qualificação e capacitação dos servidores da UFSC por meio da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas.

Divisão de Capacitação Continuada – DiCC/CCP

Por meio da Divisão de Capacitação Continuada (DiCC) são oferecidos cursos de capacitação presenciais, semipresenciais e a distância aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, de acordo com as necessidades detectadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), e com as encaminhadas diretamente à DiCC, pelas Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFSC e as sugestões extraídas das Avaliações de Reação.

Desta forma, em 2016 foram ofertados 2022 vagas distribuídas em 42 cursos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, conforme o quantitativo apresentado na tabela abaixo em comparativo aos demais anos.

Quadro 100 – Dados de Cursos de Capacitação

Modalidade	Ano	Nº Cursos	Nº Turmas	Carga Horária	Vagas	Inscritos	Selecionados	Confirmados	Concluintes	Desistentes	Infrequentes	Avaliações
Presencial	2013	34	62	1245	1750	1894	1262	1141	986	148		642
	2014	21	30	775	770	768	670	584	496	88		299
	2015	15	19	513	431	451	388	356	278	75	3	176
	2016	26	39	1012	912	858	765	666	529	119	18	264
Semi-presencial	2013	8	9	344	264	253	201	162	129	33		72
	2014	3	4	90	105	106	104	87	64	23		44
	2015	2	2	50	47	56	47	45	33	6	6	14
	2016	5	5	158	120	95	92	86	62	23	1	47
EaD	2013	13	26	876	1111	2382	1119	1057	848	223		702
	2014	11	17	523	940	1341	816	799	649	150		541
	2015	8	10	351	680	770	596	596	463	92	41	362
	2016	11	16	507	990	1305	896	869	693	136	40	392
Totais	2013	55	97	2465	3125	4529	2582	2360	1963	404		1416
	2014	35	51	1388	1815	2215	1590	1470	1209	261		884
	2015	25	31	914	1158	1277	1031	997	774	173	50	552
	2016	42	60	1677	2022	2258	1753	1621	1284	278	59	703

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

Observa-se nos totais apresentados no quadro anterior, referente ao ano de 2016, um aumento na oferta de cursos, vagas e servidores capacitados.

O investimento em 2016 referentes a estas ações, considerando a remuneração dos instrutores, tutores e conteudistas, totalizou R\$ 175.350,55. Em 2015, este investimento foi de R\$ 80.826,53.

No ano 2014 foi desenvolvido um curso piloto para a modalidade a distância, trazendo uma nova linguagem visual e modelo pedagógico, que envolveram nova estrutura e sistema de avaliação, baseado em competência. Deste novo modelo foi implantado, em 2015, 7 cursos com o sistema de avaliação baseado em competência, modelo este experimentado no curso piloto que mostrou resultado extremamente positivo. A partir de 2016 todos os cursos na modalidade à distância utilizaram o sistema de avaliação baseado em competências.

As necessidades de capacitação específica levantadas junto às chefias dos diversos setores da UFSC no final de 2014 tiveram por objetivo identificar as lacunas de competências requeridas para o desenvolvimento das atividades inerentes a cargos e funções específicas, na perspectiva de melhorar o desempenho do servidor no seu ambiente de trabalho. Essas necessidades foram criteriosamente analisadas pela equipe técnico-pedagógica da CCP, conforme divulgado no site da UFSC e no Portal da Capacitação (<http://capacitacao.ufsc.br>).

Essa análise, visando atender às mais variadas demandas apontadas pelos setores, resultou no planejamento de duas ações: prioridade de vagas nos cursos previstos no Plano Anual de Capacitação - PAC e apoio financeiro para participação em cursos de outras instituições. A medida adotada pela Coordenadoria de Capacitação de Pessoas teve como objetivo garantir o atendimento do maior número possível de demandas apontadas pelos setores consultados.

A execução do LNC em 2015 foi parcialmente atendida, em decorrência do longo período de greve dos STAES, sendo assim, o atendimento das demandas apontadas foi estendido para o ano de 2016.

Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação – DAAC/CCP

a) Pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e cursos de especialização

A Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação (DAAC) viabiliza aos servidores da UFSC o pagamento de taxas de inscrição em eventos e cursos de curta duração no país e no exterior, além do reembolso do pagamento de cursos de Especialização. Trata-se de um serviço sob demanda, isto é, são atendidos os servidores que solicitam o pagamento, desde que este se enquadre na legislação pertinente. Uma cota do orçamento disponibilizado para a CCP é repassado para Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) para o pagamento de taxa de inscrição de eventos de curta duração aos docentes vinculados aos seus programas.

No ano de 2016, foi previsto para o pagamento de eventos e cursos de curta duração e de especialização aos servidores técnico-administrativos em educação e docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação da Universidade de Santa Catarina, a dotação orçamentária é de um total de R\$ 550.000,00, referente à Rubrica nº 2109.4572.26246.0042 de Qualificação dos Servidores Públicos Federais, de acordo com os seguintes percentuais:

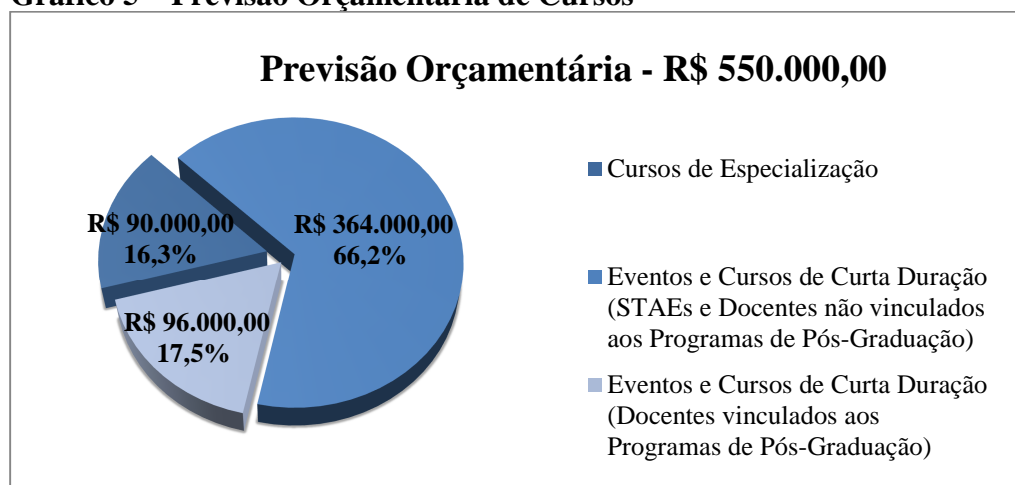
I - Valor destinado ao pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando atendimento de técnico-administrativos e docentes não vinculados aos Programas de Pós-graduação – 66,2% (R\$ 364.000,00).

II - Valor destinado ao pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando o atendimento de docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação - 17,5% (R\$ 96.000,00).

III - Reembolso do pagamento em cursos latu sensu Especialização – 16,3% (R\$ 90.000,00).

IV – Previsão orçamentária de cursos conforme o quadro a seguir:

Gráfico 5 – Previsão Orçamentária de Cursos



Fonte: PRODEGESP/UFSC

Dentre todas as solicitações autuadas no ano de 2016, foram pagas 458, o que resultou em um investimento total de R\$ 385.796,65, conforme os quadros a seguir:

Quadro 101 – Demonstrativo de pagamentos de capacitação

Demonstrativo de pagamentos de capacitação								
Curta Duração	2013		2014		2015		2016	
	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº Servidores	Valor (R\$)	Nº Servidores	Valor (R\$)
Janeiro	14	11.457,98	5	10.530,26	11	8.720,46	2	550,00
Fevereiro	29	30.873,24	27	42.186,11	8	5.492,00	2	7.076,76
Março	45	46.933,50	35	35.418,05	25	26.770,96	16	11.110,93
Abril	84	69.330,00	4	3.836,77	22	25.123,98	18	15.084,99
Maio	75	55.298,89	0	0	22	15.360,00	34	21.831,64
Junho	72	60.718,88	0	0	6	3.048,00	37	27.437,00
Julho	84	71.891,57	100	87.525,26	-	-	49	31.012,46
Agosto	50	42.156,02	115	107.483,10	-	-	29	18.263,74
Setembro	42	37.547,68	71	71.428,30	-	-	34	29.056,57
Outubro	60	25.904,14	60	54.780,44	192	72.120,84	46	33.065,06
Novembro	38	25.378,16	103	33.854,08	30	9.041,41	5	5.370,17
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	593	477.490,06	521	449.042,37	316	165.677,65	274	199.857,32
Pagamento em educação formal								
Especialização	-	-	-	-	51	91.452,73	43	73.657,00
Docentes vinculados à Pós-Graduação								
Curta duração	-	-	-	-	76	93.525,89	108	112.282,33
TOTAL	593	477.490,06	521	449.042,37	443	350.656,27	425	385.796,65

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

Percebe-se ao longo do ano de 2016, conforme tabela acima, um comportamento desigual da demanda quando comparados os meses entre si. Isto se deve ao fato de que há períodos de “pico” de oferecimento de cursos e eventos durante o ano. A redução verificada no mês de novembro se dá ao encerramento do exercício financeiro, de acordo com as orientações do Memorando Circular n.º 005/CAA/SEPLAN/2016.

Do valor previsto para capacitação foram investidos para:

- Pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando atendimento de técnico-administrativos e docentes não vinculados aos Programas de Pós-graduação o valor de R\$ 199.857,32.

- Pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando o atendimento de docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação o valor de R\$ 112.282,33.

- Reembolso do pagamento em cursos latu sensu Especialização o valor de R\$ 73.567,00.

A relocação da verba destinada para o reembolso de pagamento de cursos de especialização e o pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando o atendimento de docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação foi possível em virtude que os valores excedentes foram direcionados de acordo com a demanda. Ressalta-se que ocorreu um aumento da dotação orçamentária prevista para rubrica de capacitação (R\$ 557.787,00).

b) Afastamentos para Formação e Capacitação, Horário Especial e Licença Capacitação

A tabela abaixo apresenta os números dos afastamentos e licenças para capacitação dos servidores técnico-administrativos da Universidade no exercício de 2016. Nota-se que a quantidade de servidores afastados para participar de cursos e eventos de curta duração durante o ano de 2016 foi de 101 servidores, ao passo em que os afastamentos de longa duração totalizaram 153 servidores (intercâmbio, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Os afastamentos de curta duração dizem respeito àqueles cuja duração não ultrapassa 15 dias, enquanto os afastamentos de longa duração são destinados à realização de cursos de Educação Formal, isto é, cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Apesar da predominância dos afastamentos de curta duração, pode ser considerada muito positiva a quantidade de servidores que estão cursando educação formal. A licença capacitação teve 42 processos e o horário especial 103 processos.

Quadro 102 – Afastamentos técnico-administrativos

Modalidade	Quantidade de servidores			
	2013	2014	2015	2016
Curta Duração	108	69	102	101
Pós-Doutorado	1	1	2	1
Doutorado	23	31	27	69
Mestrado	43	49	41	81
Especialização	0	0	2	1
Horário Especial	77	65	111	103
Licença Capacitação	27	24	20	42
Intercâmbio	0	0	1	1
Estágio	0	0	0	0
Total	279	239	306	399

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

O total de afastamentos de curta duração dos servidores docentes foi de 884. Estes dizem respeito aos afastamentos do país cuja duração não exceda a um período de 90 dias, de acordo com a Resolução 011/CUn/1997. Os afastamentos de longa duração no exterior totalizaram 65 processos. Não houve nenhuma solicitação de horário especial por parte dos servidores docentes neste ano. Em relação à licença capacitação, houve 08 licenciados.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de afastamentos dos servidores docentes da UFSC em 2016:

Quadro 103 – Afastamentos docentes

Modalidade	Quantidade de servidores			
	2013	2014	2015	2016
Curta Duração	975	1032	896	811
Longa Duração	65	85	85	65
Horário Especial	0	0	0	0
Licença Capacitação	13	6	13	8
Total	1053	1123	994	884

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

Os quadros a seguir apresentam o quantitativo de servidores afastados de acordo com a unidade e carga horária no exercício de 2016.

Quadro 104 – Afastamentos dos servidores TAEs x Carga horária

Afastamentos dos servidores TAEs x Carga horária (inclusive os afastados em 31/12/2016)				
Jornada	Modalidade	TAEs		
		UFSC	HU	
20h	Curta Duração	6	21 + 5* = 26	
	Longa Duração	-	4	
	Horário Especial	-	-	
	Licença Capacitação	-	1	
30h	Curta Duração	-	-	
	Longa Duração	1	-	
	Horário Especial	-	2	
	Licença Capacitação	1	-	
40h	Curta Duração	52	27+4* = 31	
	Longa Duração	123	25	
	Horário Especial	82	19	
	Licença Capacitação	28	12	
Total		293	120	

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

* São servidores que atuam com vínculo de docentes na UFSC e também como TAEs no HU.

Quadro 105 – Servidores afastados para capacitação

Afastamentos dos servidores TAEs x Carga horária (Servidores Técnico-Administrativos afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício)		
	UFSC	HU
Situação:	Nº de Funcionários:	Nº de Funcionários:
20 horas/semana	-	4
30 horas/semana	1	-
40 horas/semana	64	6

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

Quadro 106 – Afastamentos dos servidores docentes x carga horária

Afastamentos dos servidores Docentes x Carga horária (inclusive os afastados em 31/12/2016)			
Jornada	Modalidade	Docentes	
		UFSC	HU
20h	Curta Duração	19+8*=27	-
	Longa Duração	1	-
	Licença Capacitação	-	-
40h	Curta Duração	10 +1*=11	1
	Longa Duração	-	-
	Licença Capacitação	-	-
DE	Curta Duração	769	2
	Longa Duração	64	-
	Licença Capacitação	8	-
Total		880**	

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

* São servidores que atuam com vínculo de docentes na UFSC e também como TAEs no HU.

** A diferença de 880 para 879 é em virtude de um afastamento de professor visitante.

Outras ações da CCP

A Coordenadoria de Capacitação de Pessoas, também, realizou as seguintes ações:

- Parceria DLLE/CCE – Manteve a parceria com o Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE), do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), proporcionando a partir do segundo semestre aos servidores técnico-administrativos e docentes, apoio financeiro no pagamento de cursos extracurriculares de idiomas, na modalidade presencial e também a distância. Na modalidade a distância foi oferecido o curso Inglês Online Nível I e Nível 2.

- Parceria com SEaD/UFSC - Estabeleceu parceria junto a Secretária de Educação a Distância da UFSC com um acordo de cooperação no desenvolvimento de materiais educacionais digitais para os cursos de capacitação a distância. Em 2016, as duas unidades trabalharam na reestruturação do curso “Integração ao Ambiente Institucional – UFSC” para as turmas do ano de 2016 e início de 2017.

- Parceria com IFSC: Programa ENAP em rede - A CCP manteve a parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC e Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), para oferta de cursos do Programa ENAP em Rede, na modalidade presencial, direcionados aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC e do IFSC. A parceria no ano de 2016 consistiu em reserva de vagas para os servidores da UFSC em cursos presenciais. O Programa ENAP em Rede é uma estratégia de oferta descentralizada de capacitações da referida Escola, por meio de cursos de desenvolvimento técnico e gerencial. O objetivo é alcançar os servidores públicos do executivo federal, estaduais e municipais.

- Parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF: A CCP manteve a parceria onde vagas foram direcionadas os servidores da UFSC em cursos presenciais e a distância.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir visa demonstrar a força de trabalho da UFSC, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, é informado também o número de ingressos e egressos no exercício:

Quadro 107 - Força de Trabalho da UFSC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.989	5.677	348	323
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.989	5.677	348	323
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.989	5.657	343	316
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	2	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	13	1	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	589*	235	186	203
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.578	5.912	534	527

Fonte: SIAPE

*Para efeito de cálculo, consideram-se todos os professores em Regime de dedicação exclusiva.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração:

Quadro 108 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	3.264	2.462
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.264	2.462
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.257	2.449
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	3	10
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	186
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.264	2.648

Fonte: SIAPE

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC:

Quadro 109 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFSC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	101	101	74	44
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	101	101	74	44
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	101	99	72	41
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	869	792	305	236

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	869	789	304	236
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	970	893	379	280

Fonte: SIAPE

Análise Crítica

De maneira geral, conforme demonstrado nos dados do presente relatório, a força de trabalho da UFSC é adequadamente qualificada tanto em termos de capacitação quanto em nível de educação formal. Entretanto, frente aos quantitativos da composição da força de trabalho, consideramos de extrema relevância apontar que ainda existe uma grande demanda por servidores da carreira técnico-administrativa em educação, apontada pelas Unidades, conforme abaixo indicado, para que a Instituição cumpra sua finalidade.

Quadro 110 - Quadro de necessidade de pessoal técnico-administrativo em educação

NÍVEL	QUANTITATIVO
C	86
D	401
E	169
TOTAL =	656

Fonte: Divisão de Movimentação (DIM)/PRODEGESP/UFSC

Ainda, no que tange ao pessoal docente, registra-se que está pendente, por parte do Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), o repasse para a UFSC de 35 (trinta e cinco) códigos de vagas relativos ao terceiro lote da pactuação para implantação do campus Blumenau, bem como de 70 códigos de vaga para implantação dos cursos de Medicina nos Campi de Araranguá e Curitibaanos (PROGRAD, 2017).

Para o provimento das vagas acima destacadas, faz-se necessária a liberação de códigos de vagas, por parte do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG).

Ainda, é indispensável a definição de critérios para o desenvolvimento de uma Política de Movimentação de Pessoas, objetivando uma melhor potencialização da força de trabalho da UFSC, considerando: cargo, necessidade institucional, formação, banco de professores equivalentes e quadro referência do Servidor Técnico-Administrativo.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

A composição do quadro a seguir discrimina as naturezas de despesas de pessoal com alguns grupos de servidores e tipologias de cargos relativamente ao exercício de referência do Relatório de Gestão e ao imediatamente anterior.

Quadro 111 - Naturezas de despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	546.152.789,3	10.033.862,00	51.770.537,53	51.298.722,42	33.277.733,68	28.902.038,47	3.418.199,75	4.498.633,8	7.273.352,84	736.625.869,7
	2015	525.259.574,20	9.899.205,08	48.051.272,60	48.057.170,38	25.016.271,07	25.442.124,60	2.468.386,00	333.120,32	8.061.977,51	692.589.101,76
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	-	21.182,04	-	1.765,17	-	465,52	5.295,51	-	-	28.708,24
	2015	-	65.097,77	5.295,00	3.530,34	-	1.138,92	-	-	-	75.062,03
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	1.401.231,25	50.376,68	122.829,72	70.462,38	64.284,72	87.616,6	-	-	15.894,36	1.812.695,71
	2015	1.005.927,54	2.352,25	94.634,26	28.391,61	44.760,00	59.354,24	-	8.255,15	83.633,34	1.327.308,39
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	11.640.848,48	-	944.394,6	313.168,71	1.265.214,51	-	483.384,59	-	-	14.647.010,89
	2015	11.801.353,81	-	852.787,23	424.643,77	1.012.814,32	-	559.485,25	-	-	14.651.084,38

Fonte: Demonstrativos de Despesas com Pessoal (DDP) mensais geradas no SIAPE

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Esta Universidade vem se apropriando dos constructos teóricos da concepção da Gestão de Risco, com vistas a implementar suas ações na área de Gestão de Pessoas, na qual serão fomentadas formações para iniciarmos ações nesta prática.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

4.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio

4.1.4.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Informamos que todos os contratos vigentes de prestação de serviços firmados entre a UFSC e empresas terceirizadas estão disponíveis no sítio <http://dpc.proad.ufsc.br/contratos-terceirizados/coordenadoria-de-contratos-terceirizados/>.

Ressaltamos que no ano de 2016 foram assinados novos contratos para os serviços de vigilância e limpeza (com fornecimento de material), obtendo valores considerados abaixo da expectativa. Conforme pode ser verificado no sítio acima indicado, os valores para o contrato de limpeza do Campus Florianópolis contendo o fornecimento de material foi assinado no valor de R\$16.221.432,36 (dezesesseis milhões duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e seis centavos) enquanto o contrato de vigilância foi assinado no valor de R\$ 12.467.820,00 (doze milhões quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte reais).

4.1.4.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 112 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - HU

ANO DO CONTRATO	PREGÃO	EMPRESA CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VIGÊNCIA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÍNIMO EXIGIDO	SIT.
004/2012	159/2011	EMBRASP	03.130.750/0001-76	MDO vigilantes	01/01/17 a 28/02/17	Médio	Ativo
012/2014	353/2013	ADSERVI NUTRIÇÃO	02.531.343/0001-08	MDO Cozinheiros e Copeiros SND	01/02/17 a 31/01/18	Fundamental	Ativo
014/2017	303/2016	SETUP	23080.063472/2016-00	MDO para Serviços de Manutenção	01/02/16 a 31/01/17	Médio	Ativo
010/2015	362/2014	ADS TELEFONIA 2015	07.261.678/0001-77	Contratação Telefonistas Terceirizadas	11/02/16 a 10/02/18	Médio	Ativo
023/2015	021/2015	ADSERVI - LIMPEZA	02.531.343/0001-08	Serviços de Asseio	29/03/16 a 28/03/17	Fundamental	Ativo
167/2011	154/2011	TECHNOCARE	05.808.800/0001-57	Serviços técnicos eng ^a . clínica	01/11/16 a 30/04/17	Superior	Ativo
122/2016	043/2016	ADSERVI OPER. DE CARGA	02.531.343/0001-08	Operadores de Carga (Carregadores)	23/05/16 a 22/05/17	Fundamental	Ativo
001/2016	069/2016	LIDERANÇA MOTORISTAS	00482.840/0001-38	Transporte de pacientes e servidores	15/07/16 a 14/07/17	Fundamental	Ativo
007/2014	176/2016	AS MANUTENÇÃO	02.290.779/0001-52	MDO manutenção P e C ar condicionado	01/07/16 a 30/06/17	Médio	Ativo
121/2014	169/2014	AP SERVIÇOS ESPECIAIS	09.284.904./0001-80	MDO Lavadeiros	29/08/16 a 28/08/17	Fundamental	Ativo
394/2012	105/2012	SC SEG RECEPÇÃO	11.967.535/0001-52	MDO Recepcionistas	01/10/16 a 30/09/17	Fundamental	Ativo
001/2016	087/2015	LIDERANÇA COSTURA	00.482.840/0001-38	MDO Serviços de Costura	01/01/17 a 31/12/17	Fundamental	Ativo

Fonte: HU/UFSC

4.1.4.2 Contratação de estagiários

Quadro 113 – Quantitativo de contratos de estágios vigentes

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (2016)	Despesa no exercício (2015)	Variação (em %)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)	(em R\$ 1,00)	
1. Nível superior	428	636	648	665	R\$ 3.429.747,00	R\$ 3.509.815,58	-2,28%
1.1 Área Fim	226	349	356	364	R\$ 1.886.360,00	R\$ 1.930.398,57	
1.2 Área Meio	202	287	292	301	R\$ 1.543.387,00	R\$ 1.579.417,01	
2. Nível Médio	-	-	-	-	-		
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-		
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-		
3. Total (1+2)	428	636	648	665	R\$ 3.429.747,00	R\$ 3.509.815,58	-2,28%

Conforme a Portaria do TCU: Área Fim é a área de atividades da UJ correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos; Área Meio é a área de atividades da UJ que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas. Segundo o Estatuto da UFSC, a missão da UFSC é "produzir, sistematizar e socializar o saber(...)". Portanto, consideramos como Área Fim as bolsas localizadas nos campos diretamente relacionados com a produção do saber, são eles: NDI, Colégio de Aplicação, Farmácia Escola, Flor do Campus, EMAJ e Laboratórios de ensino.

Fonte: PROGRAD/UFSC

Análise Crítica

Com base na legislação sobre estágios em âmbito nacional e institucional (Lei nº 11.788, de 2008; Orientação Normativa no4, de 2014 e Resolução 073/2016/CUn), o DIP/PROGRAD gerencia a distribuição de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Estágio (PIBE) da UFSC.

Após consulta e confirmação da SEPLAN sobre dotação orçamentária anual, calcula-se o número de bolsas a ser distribuído às unidades universitárias (área fim) e unidades administrativas (área meio).

O DIP/PROGRAD tem lançado edital anual aberto a todos os servidores da instituição para melhor distribuição das bolsas entre os seus campos de estágio. Todas as solicitações de bolsas de estágio são recebidas pelo DIP/PROGRAD e encaminhadas a uma comissão formada de acordo com a Resolução 073/2016/CUn, que analisa e defere os pedidos. Após os resultados da distribuição das bolsas pelo edital, novas solicitações de bolsas podem ser analisadas e deferidas, desde que haja dotação orçamentária para o ano corrente.

Os servidores contemplados com bolsas PIBE fazem a seleção e indicação dos bolsistas, conforme Resolução 073/2016/CUn. O Edital PIBE2016 divulgou o número de 70 bolsas para estudantes com deficiências (para a área fim e área meio), 70 bolsas para promoção da acessibilidade estudantil (para a área fim e área meio), 282 bolsas para as unidades universitárias (área fim) e 278 bolsas para a administração central (área meio).

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Na Universidade Federal de Santa Catarina, durante o exercício de 2016, não houve contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

4.2.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A legislação que regulamenta o uso, controle, condução e averiguação dos veículos oficiais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Divisão de Transportes (DTR) são as seguintes:

- IN 03/2008/MPOG (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências).

- IN 183/1986/SAF (Destinada a proporcionar aos Órgãos Integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais)

- Decreto Federal 8541/2015 (Estabelecem, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.).

- Decreto Federal 6403/2008 (Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

- Lei Federal 9327/1996 (Dispõe sobre a condução de veículos oficiais)

- Lei Federal 1081/1950 (Dispõe sobre o uso de carros oficiais)

- Lei Federal 9503/2007 (CTB)

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A logística é um ramo da administração que pode influenciar no desenvolvimento de uma organização positivamente sendo um facilitador/catalisador de crescimento ou negativamente tornando-se um “gargalo” para a instituição.

Dentro da função logística existem as atividades de transportes, que pode envolver transporte de pessoas (estudantes, servidores, autoridades, dirigentes, representações, etc.), animais (coelhos, ratos, bois, ovelhas, etc.) materiais (desde simples documentos, passando por materiais sensíveis para experimentos e até mesmo materiais de alto risco, como produtos químicos, inflamáveis, explosivos, etc.) estas são atividades importantes para a qualquer organização. No entanto a atividade de transporte não é tão simples como muitas pessoas imaginam. Na verdade é uma atividade complexa, pois se devem observar muitas variáveis como legislações de trânsito, normas de seguranças, leis trabalhistas, escalas de motoristas, manutenção da frota, controles de quilometragem, agendas de viagens, controle de abastecimentos, etc.

A Universidade é dinâmica, e o seu crescimento inevitável. A UFSC expandiu-se para outros municípios, conseqüentemente é importante repensar e planejar sua infraestrutura. Os serviços básicos e de suporte, como a logística, precisam acompanhar este crescimento para que não se tornem onerosos, ineficientes ou incapazes de satisfazer a demanda.

A divisão de Transportes (DTR) movimenta a UFSC, e faz parte de suas atribuições, a administração, fiscalização, avaliação e o controle da frota, da equipe de motoristas, dos contratos de abastecimento e manutenção e atendimento aos usuários.

Percebe-se que as rotinas de atendimento e a maneira como são conduzidas as atividades dentro do setor não suportam mais as novas demandas e necessidades da universidade, deixando de atender muitas solicitações e/ou atendendo insatisfatoriamente.

É preciso uma reforma na estrutura organizacional da Divisão de Transportes, criar uma estrutura descentralizada entre os campi que facilite o gerenciamento da frota e dos motoristas, melhore os serviços, aperfeiçoe os processos e satisfaça os usuários.

Esta proposta de reestruturação visa melhorar o setor de transportes da UFSC como um todo, não apenas a Divisão de Transportes, mas também os demais setores que possuem veículos e que de alguma maneira precisam utilizar os serviços da DTR.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo: veículos de representação, veículos de transporte individual, etc.) bem como sua totalização por grupo e geral.

A quantidade de veículos utilizados no ano de 2016, por grupo, é demonstrada a seguir:

Quadro 114 - Quantidade de veículos utilizados no ano de 2016, por grupo

Nº	Grupo por Tipo de Veículo	Quantidade
01	Automóveis	48
02	Caminhonete	12
03	Caminhão	8
04	Micro ônibus	6
05	Ônibus	10
	Total	84

Fonte: SEOMA/UFSC

Quadro 115 - Relação dos veículos em uso da Universidade Federal de Santa Catarina em 2016

Nº	PLACA	RENAVAN	MARCA/MODELO	ANO.FAB	ANO.MOD	CHASSI	LOCALIZAÇÃO	PAT/TOB
01	LXL8880	628025181	M.BENZ/0 400 SER PL	1994	1995	9BM664126RC080406	TRANSPORTE	167124
02	LXL8760	628024614	M.BENZ/0 400 SER PL	1994	1995	9BM664126RC080400	TRANSPORTE	167076
03	MEZ4010	771532423	VW/KOMBI FURGÃO	2001	2002	9BWFBO7X82P004126	TRANSPORTE	403222
04	MEZ3970	771532075	MIS/CAMIONETA	2001	2002	9BWGBO7X62P004002	PREFEITURA	
05	LBN5720	669113840	I/TOYOTA HILUX SW4 D	1996	1997	JTA11GNJ5T0039515	CURITIBANOS	229645
06	MGW5120	844756701	FIAT/DOBLO AVENTURE	2004	2005	9DB11985451023807	AQUICULTURA	229648
07	MKM2781	453365787	FORD/F350	2011	2011	9BFJW3491BB094612	PATRIMÔNIO	169423
08	MLF2252	534552537	I.M BENZ 415CD SPRINTER F	2013	2013	8AC906633DE068914	TRANSPORTE	247257
09	MLF2242	534523447	I.M BENZ 415CD SPRINTER F	2013	2013	8AC906633DE068171	TRANSPORTE	247255
10	MLF2272	534525970	I.M BENZ 415CD SPRINTER F	2013	2013	8AC906633DE068916	TRANSPORTE	247256
11	MLF2192	534519490	I/M.BENZ CDI SPR TCA MIC	2013	2013	8AC906633DE071926	TRANSPORTE	247253
12	MLF2282	534526322	I/M.BENZ CDI SPR TCA MIC	2012	2013	8AC906633DE069431	TRANSPORTE	247254
13	MLF2232	534521541	I/M.BENZ CDI SPR TCA MIC	2012	2013	8AC906633DE073035	TRANSPORTE	247252
14	MLE7872	532711912	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB265745	JOINVILLE	248984
15	MKV1792	527762113	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB242196	CURITIBANOS	248991
16	MLE7852	532708504	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB271228	TRANSPORTE	248983
17	MLE7882	532715152	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB263449	TRANSPORTE	248985
18	LRP0542	833481347	RENAULT/MASTER MINIBUS 16	2004	2004	93YCDDCH54J537378	ENR/CCA	
19	MHH6402	916484823	PAS/AUTOMÓVEL	2007	2007	9BWDB05W47T134582	TRANSPORTE	334363
20	MJA 5142	322036925	PEUGEOT/207SW XR	2011	2011	9362PKFWXBB068304	CURITIBANOS	178489
21	MML1253	540275506	CHEVROLET/S10 LT DD2	2013	2013	9BG148EHODC481134	TRANSPORTE	248990
22	MML1223	540273805	CHEVROLET/S10 LT DD2	2013	2013	9BG148EHODC474088	TRANSPORTE	248989
23	MMK5903	540261637	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	2013	2013	93PB40N31DC046895	TRANSPORTE	248993
24	MMK6013	540263710	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	2013	2013	93PB40N31DC046896	CURITIBANOS	248994
25	MMK6503	540267198	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	2013	2013	93PB40N31DC046894	TRANSPORTE	248992
26	ASY0283	880443073	VW/GOL 1.0	2006	2006	9BWCA05W56T110241	CCA/FITOTEC.	
27	MHP9883	196033861	I/M BENZ 313 CDI SPRINTER M	2009	2010	8AC903672AE028690	TRANSPORTE	156547
28	MIW9383	331781891	MBENZ/MPOLO VIAGGIO R	2011	2011	9BM634011BB773853	TRANSPORTE	443292
29	NVR2854	213152002	I/NISSAN SENTRA 2.0 FLEX	2009	2010	3N1AB6ADOL622589	GR/TRANSPORTE	389207
30	MMF1614	564612413	I/GM CAPTIVA SPORT V6AWD	2013	2013	3GNFL7E54DS625618	GR/TRANSPORTE	304028
31	MLC9574	549628746	VOLVO/MPOLO PARADISO R	2013	2013	9BVT2S924DE383368	TRANSPORTE	249986
32	MLC9254	549626247	VOLVO/MPOLO PARADISO R	2013	2013	9BVT2S926DE383369	TRANSPORTE	249987
33	MKN6074	544420160	AGRALE E /1000	2013	2013	9BYC79A2ADC000196	TRANSPORTE	248986
34	MKN6104	544422686	AGRALE E/1000	2013	2013	9BYC79A2ADC000203	PREFEITURA	248988

35	MKN6164	544423720	AGRALE E /1000	2013	2013	9BYC79A2ADC000197	CURITIBANOS	248987
36	MKZ3174	548006563	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB327661	SEGURANÇA	249643
37	MKZ3114	548005087	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB295397	TRANSPORTE	249644
38	MKZ3024	548003599	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB295993	TRANSPORTE	249642
39	MIF9794	203529197	PEUGEOT/BOXER/MICRO	2009	2010	936ZCXMNCA2050044	TRANSPORTE	380548
40	MIF9854	203532481	PEUGEOT/BOXER/MICRO	2009	2010	936ZCXMNCA2050908	TRANSPORTE	380549
41	MBZ4164	807305626	RENAULT/SCENIC RT1 6 160	2003	2003	93YJAOO253J4O2329	TRANSPORTE	409452
42	MDW5124	960073795	PAS/MOTOCICLETA/NÃO APLIC	2008	2008	95VCA1B288M002410	CCA	
43	HGB3005	914095129	RENAULT/SCENIC AUT 161 16V	2007	2007	93YJA2B257J841962	TRANSPORTE	333584
44	MFL6925	982045867	VW/PARATI 1.6	2008	2009	9BWGB05WX9T038522	TRANSPORTE	348958
45	MFJ7865	982045255	VW/PARATI 1.6	2008	2009	9BWGB05W19T038943	TRANSPORTE	348960
46	MFJ7695	982046669	VW/PARATI 1.6	2008	2009	9BWGB05W19T038182	SEGURANÇA	348959
47	MDB5225	762561238	HONDA/XLR 125 ES	2001	2001	9C2JD17201R012487	SEGURANÇA	
48	MCD4716	788910965	VW/KOMBI	2002	2003	9BWGB07X63P002123	TRANSPORTE	
49	MAG5686	704132354	VW/KOMBI	1998	1999	9BWZZZ237WP009201	FITOTECNIA	
50	MAG5956	704134357	VW/KOMBI	1998	1999	9BWZZZ237WP008952	NUMA	
51	MCS0896	834669994	VW/8.150	2004	2004	9BWAD52R34R426578	PREFEITURA	
52	MAI6076	704308193	IMP/MBENZ 310D SPRINTER C	1998	1998	8AC690311WA520314	PREFEITURA	221738
53	MIJ1377	233220593	I/FORD RANGER XL 13P	2010	2011	SAFER13PB5BJ343564	TRANSPORTE	396843
54	DFE3187	768996090	FIAT/PALIO WK ADVENTURE	2001	2002	9BD17309824037124	ECZ/MIP	
55	MFH0757	120437422	PEUGEOT/BOXER F330C HDI	2008	2009	936ZBPMFZ92036647	TR/BIOTÉRIO	364513
56	BWS6968	630649685	VOLVO/B10M 6X2	1994	1995	9BV1MKC10RE313703	TRANSPORTE	334371
57	MAL3278	707055105	VW/GOL 16V	1998	1999	9BWZZZ377WP589953	TRANSPORTE	223259
58	MAL3328	707055466	VW/GOL 16V	1998	1999	9BWZZZ377WP595103	TRANSPORTE	223260
59	MHV1838	255958781	VW/PARATI 1.6	2010	2011	9BWGB5WOBP038706	CCA	398198
60	MDF9048	815387083	HONDA/NXR125 BROS ES	2003	2004	9C2JD20204R004209	SEGURANÇA	429885
61	MHM5299	184795060	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ304343	ARARANGUA	376193
62	MHM5319	184792266	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ396321	CURITIBANOS	376192
63	MHM5079	184799791	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ371300	JOINVILLE	376191
64	MHM5239	184801117	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ371479	GABINETE	376195
65	MHM5069	184798523	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ310612	PRAE	376190
66	MLV3079	419575405	MMC/L200OUTDOOR	2011	2012	93XHNK740CCB85334	SEGURANÇA	214223
67	MLV2979	419574301	MMC/L200OUTDOOR	2011	2012	93XHNK740CCB85311	CURITIBANOS	214221
68	MLV2889	419572406	MMC/L200OUTDOOR	2011	2012	93XHNK740CCB85144	SEGURANÇA	214222
69	LXS9259	642673896	FORD/F4000	1995	1995	9BFKTNT38SDB65074	PREFEITURA	179500
70	LXS9299	642674434	FORD/F4000	1995	1995	9BFKTNT38SDB65686	PREFEITURA	179422

71	MIR5359	269774785	I/FORD RANGER XLT 13P	2010	2011	8AFER13PXB381520	CCA/LAGOA	437008
72	HOE2369	252907671	VW/13.180 CV	2010	2011	953467237BR101871	TRANSPORTE	436661
73	MGC8549	117039772	VW/8.150E DELIVERY	2008	2009	9BWA952PX9R919049	CCA/LECERA	354027
74	MFT8719	949424145	VW/PARATI 1.6	2007	2008	9BWDBO5W38T155098	TRANSPORTE	
75	HEE3229	904365522	PEUGEOUT/BOXER F350MH HDI	2006	2006	936ZCPMNB62006447	TRANSPORTE	053330
76	MIR5239	269772588	AGRALE/9200 TCA	2010	2011	9BYC31Y2FBC001465	CCA/LECERA	437008
77	MCL3619	775033294	FIAT/FIORINO	2001	2002	9DB25504428714004	TRANSPORTE	265526
78	HLE2719	429535880	HYUNDAI/HR HDB	2011	2012	95PZBN7HPCB040136	TRANSPORTE	33417
79	MFW3629	952200597	M.BENZ/LO915 NEOBUS TH	2007	2008	9BM6882778B567428	TRANSPORTE	340219
80	LYN7999	540209732	REB/FABRICAÇÃO PRÓPRIA	1996	1996	9EZSC10PTCD010381	TRANSPORTE	217856
81	CWK2429	702158801	I/TOYOTA HILUX 4CD DLX	1998	1998	8AJ33LNA3W9308147	FAZENDA	455001
82	MEY3749	903448939	GM/CLASSIC LIFE	2006	2007	9BGSA19907B193423	FAZENDA	350418
83	MIX3479	271230266	FIAT/STRADA FIRE FLEX	2010	2011	9BD27803MB7352127	CCA	
84	MHE5479	184457637	GM/MONTANA CONSQUEST	2009	2010	9BGLX80P0AC18417	CCA	

Fonte: SEOMA/UFSC

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

Quadro 116 - Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

Nº	Grupo por Tipo de Veículo	Quantidade	Média de KM/ANO
01	Automóveis	48	15.000
02	Caminhonete	12	30.000
03	Caminhão	8	15.000
04	Micro ônibus	6	50.000
05	Ônibus	10	70.000

Fonte: SEOMA/UFSC

e) Idade média da frota, por grupo de Veículos.

Quadro 117 - Idade média da frota por grupo de Veículos

Nº	Grupo por Tipo de Veículo	Quantidade	Idade Média
1	Automóveis	48	7 ANOS
2	Caminhonete	12	7 ANOS
3	Caminhão	8	5 ANOS
4	Micro ônibus	6	5 Anos
5	Ônibus*	10	V: 15 a Novos : 3ano

Fonte: SEOMA/UFSC

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

A Universidade Federal de Santa Catarina executa o controle de frota de veículos através do sistema da empresa ticket car. O sistema permite o controle e gerenciamento de gastos de combustível e manutenção, entrada e saída de veículos periodicamente.

De acordo com os empenhos realizados e saldos dos empenhos referentes aos contratos 224/2013 (manutenção), e 116/2013 (combustíveis), as despesas realizadas até dezembro/2016 são:

- Manutenção: R\$ 608.976,36
- Combustíveis: R\$ 416.376,76

Quadro 118 – Manutenção da frota de veículos

MANUTENÇÃO 2016			
	Peças	Serviços	Total Peças/Serviços
Valor Contratual	1.800.000,00	900.000,00	2.700.000,00
Janeiro	12.838,20	7.740,00	20.578,20
Fevereiro	19.820,33	16.667,00	36.487,33
Março	21.373,10	17.080,00	38.453,10
Abril	27.881,65	18.339,70	46.221,35
Mai	28.034,21	17.560,69	45.594,90
Junho	25.693,59	20.903,97	46.597,56
Julho	31.698,66	21.673,00	53.371,66
Agosto	865,50	271,86	1.137,36
Setembro	51.505,11	17.562,00	69.067,11
Outubro	44.221,69	14.646,50	58.868,19
Novembro.			
Dezembro			
Total Despesas	263.932,04	152.444,72	416.376,76

Fonte: SEOMA/UFSC

Quadro 119 – Despesas associadas à frota de veículos

	Combustível	Serviço	Taxa	TotalComB./Serv./Taxa
Valor Contratual	760.000,00	150.000,00	36.400,00	946.400,00
Janeiro	24.850,91	6.241,96	1.243,21	32.336,08
Fevereiro	23.591,30	5.230,00	1.152,37	29.973,67
Março	45.173,75	9.713,90	2194,63	57.082,28
Abril	39.172,83	11.484,60	2025,48	52.682,91
Mai	45.173,75	9.713,90	2194,63	57.082,28
Junho	48.532,41	12.387,29	2422,95	63.342,65
Julho	43.039,83	10.097,68	2124,65	55.262,16
Agosto	47.200,47	11.053,90	2329,12	60.583,49
Setembro	53.752,30	11.671,80	2615,94	68.040,04
Outubro	52.362,59	10.038,88	2495,08	64.896,55
Novembro.	55.608,28	10.753,85	1323,09	67.685,22
Dezembro				
Total Despesas	478.458,42	108.387,76	22.121,15	608.967,33

Fonte: SEOMA/UFSC

g) Plano de Substituição da Frota:

Foi solicitado à reposição de alguns veículos especificados para compor as demandas de Setores que requer veículos próprios para transportes de matérias, como (FERRAMENTAS, APARELHOS AGRICOLAS E SUPORTE TECNICO).

A substituição é necessária haja vista que muitos desses setores já estão com veículos ultrapassados na idade, sendo antieconômico para Instituição.

h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação.

Não existe plano de locação de Veículos.

i) Estrutura de controle de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Todos os relatórios são emitidos pelo Ticket Car., Empresa esta prestadora de serviço para Controle de Manutenção e Abastecimento, quando solicitado , sendo de eficiência para o controle da Divisão de Transportes.

4.2.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 120 – Veículos oficiais - HU

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO – HU/UFSC	
VEÍCULOS OFICIAIS (2016)	
1) Os veículos comuns são utilizados para:	
1.	Transporte de coletas de exames;
2.	Transporte de servidores a serviço do HU;
3.	Transporte de pacientes para exames em outros hospitais e clínicas, bem como transferências;
4.	Transportes de objetos do patrimônio do HU;
5.	Transporte do consultório oftalmológico itinerante.
2) Tipos/marcas de veículos:	
2 Parati Volkswagen	
1 Palio Fiat	
2 Ambulâncias Mercedes Benz Sprinter	
1 Ambulância Renault Master	
1 Fiorino Fiat	

1 Caminhão Volkswagen		
1 Logan Renault		
1 Golf Volkswagen		
3) Descrição e classificação dos veículos		
Descrição do veículo	Classificação	Média anual/ KM rodado
Parati - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	11.120 km
Parati - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	13.556 Km
Palio - FIAT	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	11.459 Km
Ambulância Sprinter Mercedes Benz	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	13.687 Km
Ambulância Sprinter Mercedes Benz	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	8.464 Km
Ambulância Master Renault	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	3.247Km
Caminhão Volkswagen	Veículo de serviço comum – transporte de material	228 Km
Fiorino - FIAT	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	661 Km
Logan - Renault	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	84 km
Golf - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	83 km
Total	10 veículos	62.589 Km/ano
4) Idade da frota de veículos		
Descrição do veículo	Ano de Fabricação	Idade de cada veículo
Parati - VW	2007	9 anos
Parati - VW	2007	9 anos
Palio - FIAT	2007	9 anos
Ambulância Mercedes Benz	2011	5 anos
Ambulância Mercedes Benz	2005	11 anos
Ambulância Renault	2002	14 anos
Caminhão Volkswagen	2011	5 anos
Fiorino - FIAT	2001	15 anos
Renault Logan	2010	6 anos
Volkswagen Golf	2007	9 anos
5) Custos associados à manutenção dos veículos		
1.	Manutenção e conservação da frota: R\$ 52.669,20	
2.	Seguros: R\$ 8.636,12	
3.	Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 31.161,62	
4.	Gastos totais (1+2+3) = R\$ 92.466,94	

Fonte: HU/UFSC

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Divisão de Transportes da Prefeitura Universitária está encaminhando os seguintes veículos que se encontram em processo de baixa para leilão ou doação cujo processo se encontra junto Departamento de Gestão Patrimonial e Conselho de Curadores:

Quadro 121 – Veículos em processo de baixa

PLACA	RENAVAN	MARCA/MODELO	ANO.FAB	ANO.MOD	CHASSI
JFO2746	614460484	FIAT/ UNO S IE	1993	1994	9BD146000P5090482
MAG6066	704135531	VW/SANTANA 2000 MI	1998	1999	9BWZZZ327WP0105
MCD4706	788910680	VW/KOMBI	2002	2003	9BWGBO7XO3P003140
LWT8419	625956290	FORD/VERSAILLES	1994	1995	9BZZZ33ZRPO36612
MCL3599	775031810	FIAT/UNO MILLE FIRE	2001	2002	9BD15822524337227
MCL3629	775033804	FIAT/UNO MILE FIRE	2001	2002	9BD15822524338533
MAL3278	707055105	VW/GOL 16V	1998	1999	9BWZZZ377WP589953
MAL3328	707055466	VW/GOL 16V	1998	1999	9BWZZZ377WP595103
LXV3487	655792635	FORD/ROYALE 1.8 I GL	1996	1996	9BFZZZ336TP030724
MCZ4157	836684095	FORD/FIESTA STREET	2004	2005	9BFBRZFHA5B445199

Fonte: SEOMA/UFSC

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Em 2016, continuando a estruturação da Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial – CRFP, ela saiu da antiga Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN (atual Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN), para integrar o Gabinete da Reitoria – GR. Dentre os trabalhos realizados pela CRFP em 2016, destacamos:

- Atualizar as Plantas Gerais dos Campi da UFSC com as novas edificações;
- Continuar a elaboração das plantas base setoriais para o inventário de bens imóveis 2016;
- Continuar a pesquisa documental com objetivo de coletar informações para o inventário de bens imóveis 2016, e para o processo de regularização fundiária e predial;
- Continuar a pesquisa de campo com objetivo de coletar informações para o inventário de bens imóveis 2016, e para o processo de regularização fundiária e predial;
- Continuar os serviços de editoração e elaboração de notas explicativas do inventário de bens imóveis 2016;
- Continuar o levantamento do espaço físico para a atualização, nos arquivos digitais, do layout das edificações, servindo estes de base para a elaboração do PBA; PPCI e Hidrosanitário, visando a regularização predial e o inventário de bens imóveis 2017;
- Continuar as vistorias; a elaboração dos projetos “as is” dos sistemas de proteção contra incêndio; da arquitetura; das instalações hidrosanitárias; a pesquisa documental nos arquivos físico e digital; as análises e a elaboração dos projetos necessários a regularização predial, perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina; Prefeituras e Vigilância em Saúde;
- Acompanhar o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina nas vistorias efetuadas nas edificações da UFSC;

- Continuar as reuniões com professor do departamento de Geografia, no sentido de construir um Sistema de Informação Georreferenciado – SIG para auxiliar na gestão dos bens imóveis da UFSC;

- Continuar pesquisa e análise, em conjunto com professor do departamento de Engenharia Civil, para montagem de padronização de método de avaliação, documentação e banco de dados de imóveis;

- Continuar os estudos, em conjunto com professor do departamento de Engenharia Civil, no sentido de construir um banco de dados que auxilie os processos de avaliação dos imóveis da UFSC;

- Continuar a execução do levantamento de áreas, e estudos técnicos visando, num primeiro momento, a obtenção dos custos de reedição das edificações, para a utilização no inventário de bens imóveis;

- Elaborar o plano de mapeamento para execução do levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, da área da Barra da Lagoa;

- Elaborar o plano de mapeamento para execução do levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, gleba denominada Bosque da Moradia Estudantil;

- Elaborar o plano para a conferência do levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado dos terrenos localizados no município de Curitiba;

- Elaborar o plano de mapeamento para execução do levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, gleba localizada na entrada do Córrego Grande;

- Iniciar o levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, gleba localizada na entrada do Córrego Grande – estudos iniciais de altimetria;

- Iniciar os estudos para a definição das informações e monografias dos marcos geodésicos da Rede de Referência Cadastral Municipal (RRMC) localizadas nas imediações dos Campi da UFSC;

- Planejar a operacionalização da execução de levantamento topográfico em campo;

- Continuar o processo de licenciamento ambiental junto a FATMA, da Estação de Maricultura Professor Elpídio Beltrame, localizada na Barra da Lagoa, atendendo aos condicionantes para a próxima renovação: a) regularização dos sistemas de proteção contra incêndio de 23 edificações enquadradas como baixa complexidade; b) protocolado junto a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, solicitação de autorização de obra e cessão das terras de marinha;

- Responder as demandas da AUDIN; Procuradoria Federal junto à UFSC, da CGU-SC; do TCU, e demais órgãos internos;

- Selecionar os estagiários e efetuar a supervisão dos mesmos, nos trabalhos desenvolvidos na Coordenadoria;

- Elaborar Projetos de Atividades de Estágio, para através do Programa Institucional de Bolsas de Estágio – PIBE 2016, solicitar bolsistas que auxiliem: na coleta/alimentação do banco de dados para as avaliações dos imóveis, trabalho a ser desenvolvido com orientação de professor do Departamento de Engenharia Civil; no tratamento dos dados para alimentação do SIG, trabalho a ser desenvolvido com orientação de professor do Departamento de Geografia; na pesquisa documental dos imóveis da UFSC, visando a regularização fundiária e predial, além da elaboração do inventário de bens imóveis, e na alimentação/atualização do SPIUnet, e do SIG; no desenvolvimento de biblioteca digital em plataforma BIM para projetos de arquitetura, de sistemas de instalações prediais e de topografia; na elaboração dos projetos de arquitetura, hidro sanitários e de prevenção contra incêndio, visando a regularização predial;

A seguir, é apresentada a distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União; dos imóveis em processo de incorporação; imóveis locados de terceiros; e imóveis

cedidos através de instrumento jurídico (termo de cessão; comodato; termo de Cooperação etc), que se encontram sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os Imóveis de Propriedade da União, sob responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UG – 153.163), estão localizados no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Araquari; Araranguá; Bom Jardim da Serra; Curitibanos; Florianópolis e Joinville. A maior parte destes imóveis está localizada na cidade de Florianópolis.

A coordenadas apresentadas no quadro abaixo, foram lidas através do Google Earth Pro 7.1.2.2041, e servem apenas de referência para a localização dos imóveis. Com a execução dos levantamentos, elas serão substituídas por leituras efetuadas com equipamento geodésico.

Quadro 122 - Imóveis de Propriedade da União

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Araquari/Fazenda Experimental Yakult de Cultivo de Camarões	Estrada Geral Barra do Itapocu, s/n. Localidade Lagoa da Cruz, zona rural do Distrito de Itapocu, município de Araquari, SC. CEP 89.245-000. RIP IMÓVEL 8025.00005.500-9	26°32'25,17"S	48°39'10,02"O
Araranguá/Campus Mato Alto	Rua Pedro João Pereira, 150. Bairro Mato Alto, município de Araranguá, SC. CEP 88.905-120. RIP IMÓVEL 8027.00083.500-0	28°56'54,15"S	49°29'54,02"O
Bom Jardim da Serra/Fazenda Cambajuva	Rodovia SC-438, s/n. Fazenda Cambajuva, município de Bom Jardim da Serra, SC. CEP 88.640-000. RIP IMÓVEL 8389.00007.500-5		
Curitibanos/Campus Gaboardi	Rodovia Intermunicipal Ulisses Gaboardi, km 3. Pessegueirinho, município de Curitibanos, SC. CEP 89.520-000. RIP IMÓVEL 8093.00014.500-2	27°17'6,74"S	50°32'3,48"O
Curitibanos/Fazenda Experimental Agropecuária	Rodovia Intermunicipal Ulisses Gaboardi, km 3. Cabeceira do Rio Marombas e Campo da Roça de Cima, município de Curitibanos, SC. CEP 89.520-000. RIP IMÓVEL 8093.00020.500-5	27°16'21,75"S	50°30'11,58"O
Curitibanos/Fazenda Experimental Florestal	Rodovia BR-470, km 264, município de Curitibanos, SC. CEP 89.520-000. RIP IMÓVEL 8093.00022.500-6	27°18'52,92"S	50°42'38,46"O
Florianópolis/Campus Trindade	Campus Reitor João David Ferreira Lima (formado por 66 imóveis), bairro Trindade, município de Florianópolis, SC. CEP 88.040-900. RIP IMÓVEL 8105.00005.500-0	27°36'4,77"S	48°31'14,07"O
Florianópolis/Ferreira Lima	Rua Ferreira Lima, 82, bairro Centro, município de Florianópolis, SC. CEP 88.015-420. RIP IMÓVEL 8105.00268.500-1	27°35'25,02"S	48°32'42,88"O
Florianópolis/Travessa Ratcliff	Travessa RatCliff, 42, bairro Centro, município de Florianópolis, SC. CEP 88.010-472. RIP IMÓVEL 8105.00498.500-2	27°35'57,96"S	48°32'55,57"O
Florianópolis/Fazenda da Ressacada	Rua José Olímpio da Silva, 1326, bairro Tapera, município de Florianópolis, SC. CEP 88.040-500. RIP IMÓVEL 810500243.500-5	27°40'54,34"S	48°32'28,74"O
Joinville/Campus Curva do Arroz	Rodovia BR-101, km 50-52, localidade Curva do Arroz. Município de Joinville, SC. CEP 89.233-198. RIP IMÓVEL 8179 00116.500-8	26°23'48,85"S	48°50'38,47"O
Florianópolis/Unidade Santa Clara – Reitoria 2	Rua Desembargador Vítor Lima, nº 222, Carvoeira, 4º Sub-distrito da Trindade, município de Florianópolis, SC. CEP 88.040-400. RIP IMÓVEL 8105 00600.500-5	27°35'49,26"S	48°31'19,59"O

Fonte: CRFP/GR

Quadro 123 - Imóveis em Processo de Incorporação

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Florianópolis/Campus Itacorubi	Rodovia Ademar Gonzaga, 1346, bairro Itacorubi, município de Florianópolis, SC. CEP 88.034-000.	27°34'55,55"S	48°30'18,47"O
Florianópolis/Campus Barra da Lagoa	Servidão Beco dos Coroaes, 503, bairro Barra da Lagoa, município de Florianópolis, SC. CEP 88.061-600.	27°34'59,86"S	48°26'30,66"O
Florianópolis/Sapiens Parque	Av. Luiz Boiteux Piazza, 1302 - Canasvieiras, município de Florianópolis - SC, CEP 88056-000	27°25'51.81"S	48°26'43.36"O
Florianópolis/Cidade das Abelhas	Rodovia Virgílio Várzea, s/n, bairro Saco Grande, município de Florianópolis, SC. CEP 88.000-000. RIP IMÓVEL 8105 00220.500-0	27°32'17,43"S	48°30'10,69"O
Florianópolis/Unidade de Controle Ambiental Desterro (UCAD)	Rodovia SC-401, s/n, bairro Saco Grande, município de Florianópolis, SC. CEP 88.000-000.	27°31'43,93"S	48°29'19,62"O
Florianópolis/CEFA	Rua José Olímpio da Silva, bairro Tapera, município de Florianópolis, SC. CEP 88.040-500.	27°41'11.02"S	48°32'53.41"O

Fonte: CRFP/GR

Quadro 124 - Imóveis Cedidos através de Instrumento Jurídico (Termo de Cessão; Comodato etc)

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Blumenau/ Unidade Bela Vista	Rua Adriano Korman, 510, Bairro Bela Vista, município de Gaspar, SC, CEP 89110-000	26°54'2.92"S	49°0'16.44"O
Florianópolis/Aterro da Baía Sul	Rodovia Governador Aderbal Ramos da Silva, s/n, Aterro da Baía Sul, bairro Saco dos Limões, município de Florianópolis, SC. CEP 88.045-505. RIP IMÓVEL 810500192.500-9	27°36'47,64"S 27°36'51,21"S	48°31'44,27"O 48°31'53,34"O
Florianópolis/Mangue do Itacorubi - NEPAQ	Servidão Caminho do Porto, s/n, bairro Itacorubi, município de Florianópolis, SC. CEP 88.034-257. RIP IMÓVEL 8105.00167.500-2	27°35'7,94"S	48°30'31,72"O
Florianópolis/Mangue do Itacorubi	Mangue do Itacorubi, município de Florianópolis, SC. RIP IMÓVEL 8105.00167.500-2	27°34'56,97"S	48°31'2,85"O
Florianópolis/Dom Joaquim	Rua Dom Joaquim, 757, bairro Centro, município de Florianópolis, SC, CEP 88015-310	27°35'26.44"S	48°32'48,82"O
Florianópolis/Lagoa do Peri – LAPAD	Rodovia Francisco Thomaz dos Santos, 3532, Armação do Pântano do Sul, município de Florianópolis, SC, CEP 88.066-260	27°43'43.54"S	48°30'33.00"O
Florianópolis/Fortaleza de Santo Antônio de Ratoes	Ilha de Ratoes Grande, Florianópolis, SC. RIP IMÓVEL 8105.00212.500-6	27°28'20,43"S	48°33'42,19"O
Florianópolis/Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	Ilha de Anhatomirim, Governador Celso Ramos, SC. RIP IMÓVEL 8105.00216.500-8	27°25'39,56"S	48°33'51,78"O
Florianópolis/Fortaleza de São José da Ponta Grossa	Servidão José Cardoso de Oliveira, s/n - Praia do Forte, Florianópolis, SC, CEP 88010-000. RIP IMÓVEL 8105.00489.500-3	27°25'53,82"S	48°31'4,15"O
Curitiba/Unidade CEDUP	Rua Germano A. Souza, nº 1, Bairro São Francisco, Curitiba, SC, CEP 89.520-000	27°17'16.97"S	50°35'26.13"O

Fonte: CRFP/gr

Quadro 125 - Imóveis Locados de Terceiros

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Araranguá/Unidade Jardim das Avenidas	Rua Gov. Jorge Lacerda, 3201. Jardim das Avenidas, município de Araranguá, SC, CEP 88906-072.	28°57'4.88"S	49°27'56.69"O
Blumenau/Unidade Salto do Norte 1	Rua Pomerode, 710, Salto Norte, município de Blumenau, SC, CEP 89.065-300.	26°52'31.16"S	49°6'10.56"O
Blumenau/Unidade Salto do Norte 2	Rua Pomerode, 710, Salto Norte, município de Blumenau, SC, CEP 89.065-300.	26°52'30.16"S	49°6'11.11"O
Blumenau/Unidade Bairro da Velha	Rua João Pessoa, 2750, Bairro Velha, município de Blumenau, SC, CEP 89036-256	26°55'15.39"S	49°5'54.92"O
Joinville/Unidade Bloco A	Rua Presidente Prudente de Moraes, 406, Bairro Santo Antônio, Joinville, SC, CEP 89218-000	26°16'28.49"S	48°51'13.14"O
Joinville/Unidade Bloco B/C	Rua João Vogelsanger, 108, Bairro Santo Antônio, Joinville, CEP 89.218-080	26°16'14.39"S	48°51'22.04"O
Joinville/Unidade Bloco D	Rua Dr. João Colin, 2728, Bairro Saguazu, Joinville, CEP89221-703	26°16'34.37"S	48°50'59.06"O
Joinville/Unidade Bloco E e estacionamento	Rua Dr. João Colin, 2700, Bairro Saguazu, Joinville, CEP89221-703	26°16'34.39"S	48°50'58.79"O

Fonte: CRFP/GR

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Com relação às concessões de uso de espaço, nos locais em que não há medidores individuais de água e energia elétrica, a Prefeitura Universitária da UFSC realiza cálculo estimativo das despesas, que são cobradas juntamente com as contraprestações. No Centro de Cultura e Eventos as despesas de condomínio também foram calculadas pela Prefeitura Universitária (cálculo estimativo).

Salientamos que todos os recursos são repassados à PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) para aplicação em assistência estudantil.

Para o ano de 2017 são esperadas assinaturas de novos contratos para as concessões, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em Florianópolis, por exemplo, assim como a concessão para instalação de *foods trucks* para o Campus Blumenau. Com isso, a previsão de arrecadação para o ano de 2017 ficará em torno de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Quadro 126 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Processo	Contrato	Forma de seleção do cessionário	Objeto / Área concedida (m²)	Cessionária	Início do Contrato	Término do Contrato	Valor cobrado mensalmente (sem contar gastos com água e energia elétrica)*
23080.0023030/2011-16	042/2012	Dispensa de licitação	Área de 410,16 m², a qual será utilizada exclusivamente com o fim específico para atividades de secretaria administrativa da Associação Atlética dos Servidores da UFSC e Academia de Ginástica.	AASSUFSC (Associação Atlética dos Servidores da UFSC)	16/03/2012	15/03/2022	R\$ 2.290,64
23080.045820/2013-14	013/2014	Dispensa de licitação nº 217/2013	Área de 52,00m² localizada no Centro de Ciências Jurídicas	FUNJAB-FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	31/01/2014	30/01/2017	R\$ 1.556,47
23080.021448/2006-13	129/1997	Dispensa de licitação	Concessão de uso, de uma área total de 1656,63m², com área edificada de 823,75m²; 02 caixas eletrônicas, medindo 10,07m² no prédio da Reitoria 1; e posto de serviço no CFH, com 2 caixas eletrônicas medindo 9,79m².	Banco do Brasil	01/09/1997	04/08/2016 (um novo contrato será formalizado em janeiro/2017)	R\$ 13.110,98 (será cobrado R\$ 51.535,53 a partir da assinatura do novo contrato)
23080.027523/1996-81	075/1997	Dispensa de licitação	Edifício com área total de 827,50 m²	Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (FEPESE)	30/04/1997	29/04/2027	R\$ 3.709,36
23080.006976/2004-81	403/2004	Concorrência nº 024/2004	Lanchonete - área de 47,19 m² no Centro de Cultura e Eventos	SL SUCOS LTDA - ME (Mini Kalzone)	31/08/2004	30/08/2019	R\$ 1.956,67
23080.018805/2003-13	225/2004	Concorrência nº 042/2003	Lanchonete - área de 36,87m² no Centro de Cultura e Eventos	Ana Lucia Jakubiak Albuquerque	05/03/2004	05/03/2019	R\$ 1.518,41
23080.073897/2013-76	087/2014	Concorrência nº 001/2014	Lanchonete Cceven (quiosque) - 15,00 m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	14/07/2014	13/07/2017	R\$ 1.149,30
23080.041015/2012/22	025/2013	Concorrência nº 012/2012	Lanchonete da Ilha Anhatomirim - 40,32m²	Santins Ltda ME	01/04/2013	31/03/2017	R\$ 1.278,65

23080.024480/2011-18	231/2011	Concorrência nº 006/2011	Lanchonete do Campus de Curitiba - 61,74m²	Martarello & Cia Ltda - ME	05/03/2012	04/03/2017	R\$ 129,54
23080.068323/2014-67	049/2015	Concorrência nº 002/2015	Lanchonete do Campus de Joinville - 26,16m²	Santos Lanchonete e Restaurante Ltda ME	01/06/2015	31/05/2017	R\$ 2.534,37
23080.011020/2013-91	042/2014	Tomada de preços nº 006/2013	Lanchonete do Centro de Ciências da Educação (CED) - 111,67m²	Janaina de Souza Fraga - ME	17/03/2014	16/03/2017	R\$ 12.461,98
23080.029251/2011-90	015/2012	Concorrência nº 008/2011	Lanchonete do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) - 105,22m²	Angelis Aurea de Souza - ME	05/03/2012	04/03/2017	R\$ 24.898,62
23080.000147/2013-85	164/2013	Concorrência nº 002/2013	Lanchonete do Espaço Físico Integrado (EFI)-187,17m²	Angelis Aurea de Souza - ME	18/09/2013	17/09/2017	R\$ 9.421,47
23080.004961/2012-98	368/2012	Concorrência nº 002/2012	Lanchonete interna do Hospital Universitário- 23,49m²	THIAGO ANDRE SETUBAL LANCHONETE ME	01/08/2012	31/07/2017	R\$ 10.912,96
23080.048004/2015-16	036/2016	Concorrência nº 013/2015	Lanchonete do pátio externo do Hospital Universitário- 33m²	LANCHONETE SETUBAL LTDA ME	06/04/2016	05/04/2017	R\$13.152,00
23080.00994/2015-10	040/2016	Concorrência nº 010/2015	Lanchonete do Centro de Desportos (CDS) – 23,58m²	MARCOS GARCIA RESTAURAN-TE LTDA ME	11/04/2016	10/04/2017	R\$1.200,00
23080.044493/2015-37	049/2016	Concorrência nº008/2015	Lanchonete do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)-51,37m²	Class Gourmet LTDA - ME	03/05/2016	02/05/2017	R\$10.501,99
23080.065188/2015-89	128/2016	Concorrência nº01/2016	Lanchonete do Centro de Ciências da Saúde (CCS) – 55m²	GR de Lima Pizutti - ME	10/06/2016	09/06/2017	R\$ 24.260,00
23080.026097/2003-94	408/2003	Dispensa de licitação nº 045/2003	Livraria - Área de 579,45 m² no Centro de Cultura e Eventos da UFSC	Livraria da FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de SC	08/12/2003	08/12/2023	R\$ 918,45
23080.002309/2013-10	036/2014	Concorrência nº 004/2013	Máquina de Café da Biblioteca Universitária - 01m²	Black Coffee Ltda - ME	01/04/2014	31/03/2017	R\$ 103,17
23080.002309/2013-10	037/2014	Concorrência nº 004/2013	Máquina de Café do Centro Sócio Econômico - 01m²	Black Coffee Ltda - ME	01/04/2014	31/03/2017	R\$ 91,43

23080.012515/2013-38	177/2013	Tomada de preços nº 004/2013	Reprografia da Biblioteca Universitária- 25,87m²	AJPLOT INFORMATICA LTDA (Ferroprint)	04/11/2013	03/03/2017	R\$ 3.538,22
23080.015998/2016-75	160/2016	Concorrência nº05/2016	Máquina de Café - Depto. Química – CFM – 1m²	Black Coffee Máquinas e Insumos LTDA-ME	15/08/2016	14/08/2017	R\$130,00
23080.078154/2013-92	203/2014	Concorrência nº 004/2014	Reprografia do Centro de Ciências Agrárias (CCA) -13,72m²	Ramom Rangel Silveira - ME	02/02/2015	01/02/2017	R\$ 550,00
23080.012515/2013-38	171/2013	Tomada de preços nº 004/2013	Reprografia do Centro de Comunicação e Expressão (CCE)-22,68m²	Ramon Rangel Silveira -ME	25/10/2013	24/10/2017	R\$ 3.683,23
23080.012515/2013-38	172/2013	Tomada de preços nº 004/2013	Reprografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)-17,70m²	Ramon Rangel Silveira -ME	25/10/2013	24/10/2017	R\$ 2.457,17
23080.003153/2014-75	156/2014	Concorrência nº 003/2014	Reprografia do Centro Sócio Econômico (CSE)- 14,00m²	Copy Star Cópias LTCA - EPP	13/10/2014	12/10/2017	R\$ 5.817,76
23080.049098/2015-41	030/2016	Concorrência nº 009/2015	Reprografia do Centro Tecnológico (CTC)- 23,00m²	Ramon Rangel Silveira -ME	04/04/2016	03/04/2017	R\$ 3.188,00
23080.048007/2015-50	033/2016	Concorrência nº 012/2015	Reprografia do HU – 11,58m²	Ramon Rangel Silveira -ME	04/04/2016	03/04/2017	R\$ 420,00
23080.030645/2015-14	028/2016	Concorrência nº006/2015	Restaurante Universitário do Centro de Ciências Agrárias (CCA) – 409,18m²	Pedro Joel Muniz - EPP	28/03/2016	27/03/2017	R\$ 30.333,33
23080.062080/2014-53	022/2016	Concorrência nº 001/2015	Restaurante dos servidores- 362,32m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	11/04/2016	10/04/2017	R\$31.112,00
23080.020648/2016-21	275/2016	Pregão nº 250/2016	Lanchonete em food truck do Centro Socio-Econômico (CSE) – 65,87m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	28/11/2016	27/11/2017	R\$15.390,78
23080.003714/2016-06	137/2016	Concorrência nº 02/2016	Consultório odontológico – 65,89m²	Araujo, Scaini, Sperry & Zapelini Odontólogos Associados Ltda-ME	21/06/2016	20/06/2017	R\$ 1.900,00
23080.073235/2015-68	037/2016	Dispensa 120/2016	Área no Centro de Cultura e Eventos (comércio de produtos elaborados por portadores de nec. especiais) – 10m²	Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência Mental (COEPAD)	07/04/2016	06/04/2017	Confecção anual de 1.000 embalagens (canudos para diplomas) e 10 camisetas

Fonte: PROAD/UFSC * Obs: nas concessões localizadas no Centro de Cultura e Eventos foi incluído no valor mensal a taxa de condomínio

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 127 - Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Processo	Contrato	Modalidade de licitação	Objeto / Área locada (m ²)	Locadora	Início do Contrato	Término do Contrato	Valor pago mensalmente (sem contar gastos com água e energia elétrica)
23080.001517/2014-82	023/2014	Dispensa 23/2014	Imóveis (dois) situados na Rua Doutor João Colin, Bairro Santo Antônio, Joinville/SC, com áreas de 4.758 m ² e 1.266,20m ² .	D.V.T. Participações LTDA	03/03/2014	02/03/2017	R\$ 116.405,26
23080.042164/2011-28	202/2011	Dispensa	Imóvel situado na Rua João Vogelsanger, nº 200, bairro Santo Antônio, em Joinville/SC, com área total construída de 1.277,70m ² em um terreno de 4.809,21m ² para funcionamento dos cursos do Centro de Engenharia de Mobilidade da UFSC.	Oliva Imóveis LTDA	10/11/2011	09/11/2017	R\$ 17.759,65
23080.071461/2013-42	198/2013	Dispensa 305/2013	Imóvel situado na Rua Pomerode, nº 710, bairro Salto do Norte, Blumenau/SC para o funcionamento do Campus Blumenau, com área edificada de 2.310 m ² em um terreno de 1.630,11m ² .	RT Imobiliária LTDA.	19/12/2013	18/12/2018	R\$ 34.473,01
23080.03996/2015-52	054/2015	Dispensa 535/2015	Locação de imóvel situado no endereço Rua João Pessoa, nº 2.750, bairro Velha, no Município de Blumenau.	RT Imobiliária LTDA.	15/06/2015	14/06/2020	R\$ 100.000,00
23080.072776/2015-79	027/2016	Dispensa 113/2016	locação de imóvel situado no endereço Rua Dr. João Colin, nº 2.728, bairro Saguacu, no Município de Joinville/SC, objeto da matrícula nº 139.099,	PCPA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	17/03/2016	16/03/2018	R\$29.900,00

			do 1º Registro de Imóveis Joinville.				
23080.032306/2011-49	176/2011	Dispensa 88/2011	Imóvel situado na Rua Presidente Prudente de Moraes, nº 406, bairro Santo Antônio, em Joinville/SC, com área de 3.300 m² para funcionamento dos cursos do Centro de Engenharia de Mobilidade da UFSC.	Labram Empreendimentos e Participações LTDA.	10/12/2011	09/12/2015*	R\$ 109.693,64*

Fonte: PROAD/UFSC

*Embora o Contrato de aluguel com a Labram tenha vencido no final de 2015, a Universidade continuou no imóvel através de reconhecimento de dívida.

Análise Crítica:

Considerando o crescimento da comunidade universitária e a aplicação dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, existia também a necessidade de ampliação física da Universidade para abrigar o contingente de alunos e servidores que cresce a cada ano.

Diante das fortes restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, a Universidade fica impossibilitada de iniciar novas construções ou comprar imóveis já construídos, para esta finalidade, tendo, como única alternativa, buscar espaços para locação.

Além disso, existe a dificuldade de encontrar imóveis já construídos que atendam as necessidades de uma instituição de ensino.

Todos os prédios locados atualmente atendem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de abrigar todo aparato administrativo.

Em geral, as manutenções são feitas pela UFSC. As obras e benfeitorias ficam a cargo dos proprietários do imóvel, ficando a Universidade apenas com os pequenos reparos e reformas.

4.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

Completando em 2017 57 anos de criação, a UFSC se constituiu ao longo desse período na maior e principal Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. Suas instalações e infraestrutura atendem cinco municípios e alcançam todas as regiões de Santa Catarina, a partir da implantação, na última década, de Centros de Ensino nas cidades de Araranguá, Curitibanos, Joinville e, desde 2012, Blumenau.

No campus de Florianópolis, o pioneiro, existem 11 (onze) Centros de Ensino que oferecem cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Humanas, Saúde, Tecnológica, Sociais Aplicadas, que, somados às sedes no interior do estado, alcançam mais de 50 mil estudantes matriculados em 103 cursos de graduação presenciais e 14 cursos de educação a distância. Na pós-graduação são mais de 7 mil vagas para cursos de mestrados acadêmicos, profissionais, doutorado e especialização e outros 6 mil alunos a distância.

Por contas de tamanha complexidade e pela dinâmica particular de suas atividades, a suficiência e adequabilidade de sua infraestrutura física estão longe de serem plenamente alcançadas.

O que não implica, necessariamente, em que haja insuficiência ou inadequação.

Com frequência cursos, laboratórios, núcleos, setores e unidades são criados e, ao longo de um dado período, consolidam-se. Os processos, assim, iniciam-se sem que, necessariamente, estejam postas todas as condições. Tal fato cria, por óbvio, um relativo vácuo, que acaba por ser superado mês a mês, ano a ano.

É o caso, por exemplo, de edifícios em construção; projetos em elaboração, obras a serem concluídas. Ou, como nas unidades do interior do estado, espaços alugados. De todo modo, a Instituição não para. Cresce, se amplia, se abre a novas ofertas e está em constante movimento.

Por fim, dependente dos fluxos orçamentário e financeiro do Governo Federal, o planejamento nem sempre pode ser alcançado. A distância entre o projetado e o efetivado cria intervalos que demoram a ser preenchidos.

4.3 Gestão da tecnologia da informação

4.3.1 Principais sistemas de informações

4.3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da UFSC, visa orientar o processo de alinhamento organizacional e tecnológico com a gestão estratégica, a fim de prover o suporte, nas mais diversas formas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de forma eficiente e organizada, sempre buscando o amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o documento e instrumento de planejamento que diz respeito a filosofia de trabalho, à missão, às diretrizes, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que a UFSC desenvolve e/ou pretende desenvolver.

O contexto estratégico da área de TIC é delimitado pela legislação, pelas diretrizes governamentais estabelecidas na iniciativa de Governo Eletrônico (e-GOV), no Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) e nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), além da Instrução Normativa nº 04/2008, da SLTI/MP, pela aderência aos direcionamentos estratégicos da UFSC, expressos no PDI, recomendações e decisões dos Órgãos de Controle, melhores práticas e padrões de governança para a área de TI e estágio atual da área de TIC.

Este Plano Estratégico de TIC procura o alinhamento com a perspectiva da instituição na busca pela melhoria de seus processos estratégicos, atividades táticas e operacionais, bem como no uso da tecnologia de informação e comunicação como forma de aumentar os benefícios aos gestores das unidades, aos técnicos, aos docentes e aos discentes da instituição. O público-alvo do PDTI são todos os usuários (diretos e indiretos) dos serviços e soluções de TIC da UFSC.

As diversas áreas que contribuem para o cumprimento da missão da UFSC no ensino, na pesquisa, extensão, cultura e gestão, necessitam de uma infraestrutura de TIC avançada, resiliente, ágil, segura e sustentável para que a UFSC possa cumprir sua missão. Este Plano Estratégico estabelece as bases para a oferta de um portfólio de serviços, soluções e sistemas de TIC através de uma Arquitetura Corporativa de alta capacidade, proporcionando soluções tecnológicas confiáveis e eficazes necessárias para o cumprimento da missão da UFSC.

Quadro 128 - Metas e Objetivos Estratégicos

S	Objetivo	Metas
1	Aumentar a satisfação dos usuários	Otimizar o processo de atendimento a solicitações, reduzindo o tempo e aumentando a eficiência.
		Publicar e manter atualizado o portal e catálogo de serviços.
		Estabelecer e cumprir acordos de nível de serviço para os serviços.
		Consolidar o processo para divulgação e treinamento referentes aos serviços.
		Tornar autosserviço (ativação e configuração pelos próprios usuários) o maior número de serviços .
2	Melhorar a experiência dos usuários	Compatibilizar os serviços com o maior número de dispositivos de acesso (<i>tablets</i> , computadores, <i>notebooks</i> , <i>smartphones</i>).
		Padronizar o acesso aos sistemas através da autenticação centralizada.
		Definir políticas e normas de uso para os serviços.
		Monitorar e garantir a alta disponibilidade dos serviços.
		Ampliar a convergência dos serviços sobre a tecnologia IP (VoIP, Vídeo, Vigilância, etc.).
		Garantir a privacidade dos dados armazenados em meio digital (criptografia, autorização, etc.).
		Centralizar na SeTIC os recursos computacionais compartilháveis, provendo-os de forma otimizada a toda a instituição e reduzindo custos.
		Implantar soluções que suportem a missão da instituição e de suas diversas áreas de negócio.
		Garantir a disponibilidade de software adequado às necessidades da instituição
		Buscar o atendimento ao eMAG nos serviços e sistemas.
3	Prover uma infraestrutura de TIC avançada, resiliente, ágil, segura e sustentável	Adequar a estrutura física, capacidade de armazenamento e processamento do centro de dados às demandas da instituição.
		Promover a gestão da segurança da informação em conformidade com as normas NBR ISO/IEC 27001:2006 e NBR ISO/IEC 27002:2005.
		Garantir a redundância e alta disponibilidade na infraestrutura dos Centros de Dados.
		Prover rede de dados com alta disponibilidade e velocidade, em modelo cabeado e sem fio.
		Prover uma rede IP única e convergente com suporte a dados, voz, vídeo e colaboração, suportando tecnologias atuais (IPv6).
		Prover conexões WAN com redundância e capacidade adequada entre os campi.
4	Aperfeiçoar a força de trabalho de TIC	Dimensionar e alocar o quadro de pessoal de TIC adequadamente, atendendo às demandas atuais e ações previstas no PDTI.
		Alinhar as competências da força de trabalho para alcançar as metas e objetivos estratégicos.

		Estabelecer um programa de capacitação para promover a formação continuada, desenvolvendo competências e proatividade.
5	Melhorar a gestão e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação	<p>Recomendar soluções de TIC para suportar os serviços corporativos, através do levantamento das demandas.</p> <p>Estudar, desenvolver e disponibilizar soluções inovadoras à instituição.</p> <p>Aperfeiçoar o portfólio de recursos de TIC da UFSC (ativos, projetos e investimentos) através de processos de Governança eficazes.</p> <p>Definir previsão orçamentária para garantir a manutenção da infraestrutura e novos investimentos.</p> <p>Melhorar o acompanhamento e gestão de serviços terceirizados de TIC.</p> <p>Buscar uma maior adequação às recomendações de <i>TI Verde</i> (eficiência energética, configuração, adequação ao uso, aquisição/descarte, etc.).</p> <p>Implantação de boas práticas e recomendações em TIC (COBIT, ITIL, etc.).</p> <p>Promover reestruturações necessárias na SeTIC para comportar as novas demandas e atribuições.</p>
6	Melhorar a análise, colaboração e compartilhamento de informações	<p>Prover e incentivar o uso de serviços que facilitem o compartilhamento de informações oportunas e relevantes.</p> <p>Facilitar o acesso aos dados públicos dos sistemas institucionais, atendendo à Lei de Acesso à Informação - LAI.</p> <p>Aumentar a integração dos sistemas corporativos.</p> <p>Implantação de capacidades e facilidades analíticas (novos sistemas/serviços) para extração e geração de informação com valor estratégico e educacional.</p>
7	Melhorar a experiência dos estudantes	<p>Melhorar os serviços e aplicativos disponibilizados aos estudantes desde o ensino básico, passando pelo vestibular, graduação, pós-graduação e ex-alunos, presenciais ou a distância.</p> <p>Prover instruções e facilidade no acesso e uso dos serviços e sistemas disponibilizados.</p> <p>Fornecer os recursos de TIC essenciais aos diversos segmentos para permitir aplicar as melhores práticas para interação e comunicação com os alunos e ex-alunos.</p>
8	Promover o uso de tecnologias de apoio ao ensino e à aprendizagem	<p>Estudar, disponibilizar e promover o uso de tecnologias que apoiem a inovação no ensino.</p> <p>Facilitar a exploração, o desenvolvimento e a adoção de novas ferramentas e tecnologias de ensino.</p>
9	Melhorar o suporte de TIC para apoio a pesquisa	<p>Disponibilizar aos pesquisadores de todas as áreas infraestrutura, serviços e suporte dos serviços de TIC providos.</p> <p>Desenvolver e melhorar os sistemas e serviços para pesquisadores, especialmente aqueles voltados à gestão e controle de projetos.</p> <p>Promover a computação de alto desempenho contemplando as exigências associadas a grandes volumes de dados (<i>big data</i>).</p>
10	Aumentar a informatização dos processos da instituição	<p>Identificar e informatizar processos que ainda dependem de papel.</p> <p>Fornecer ferramentas e apoio tecnológico no mapeamento e informatização dos processos da instituição.</p>

Fonte: SETIC/UFSC

Para descrever as atividades do Comitê Gestor de TI (COTIC), informa-se que o COTIC é o órgão responsável pelo planejamento e avaliação das políticas e diretrizes de TIC da UFSC. Vinculado ao Gabinete da Reitoria (GR), foi instituído pela portaria N.º 879/GR/2010, de 29 de junho de 2010 e suas atribuições, revisadas pela portaria N.º 2049/2012/GR, de 21 de dezembro de 2012, são:

I - Propor e implementar as políticas e diretrizes de TIC da UFSC;

- II - Estabelecer normas de utilização e acesso aos recursos de TIC da UFSC;
- III - Promover e estimular o desenvolvimento da TIC internamente à Universidade;
- IV - Estabelecer normas de segurança e conduta ética em TIC na Universidade;
- V - Coordenar a elaboração/revisão do PDTI da UFSC.

Os principais sistemas de informação da UPC estão listados abaixo:

Sistema: **Plataforma Solar**

Descrição/Objetivos:

Esse sistema foi objeto de licitação e as informações da contratação encontram-se no processo 23080.18357/2012-49, sendo a empresa Softplan vencedora da licitação.

No ano de 2015 o corpo técnico da SeTIC assumiu a manutenção e desenvolvimento de novas demandas referentes ao sistema.

O sistema solar é composto, em sua essência, por 4 módulos principais, sendo eles:

- SPA – Sistema de controle de processos administrativos
- SCL – Sistema de Compras e licitações
- ALX – Sistema de almoxarifado
- SIP – Sistema Integrado de Patrimônio

Principais Funcionalidades:

- Tramitação de processos administrativos
- Gerenciamento dos processos de compras e licitações
- Gerenciamento de almoxarifado
- Gerenciamento dos bens e patrimônios da UFSC
- Integração entre os módulos do Solar, sistemas estruturantes e InfraSIGs

Responsável da área de negócio:

As diversas Pró reitorias, Secretarias e diretorias orientam os trabalhos que devem ser realizados quanto a manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades. Sempre procura-se balizar e validar o desenvolvimento das atividades com a legislação vigente.

Vale citar dentre os principais responsáveis pela área de negócio a Pró reitoria de Administração e a Secretaria de Planejamento, estando envolvidas as diversas diretorias que as compõem.

Criticidade para a unidade:

A criticidade do sistema é Alta, uma vez que existe uma relação forte entre todos os módulos. Qualquer instabilidade no sistema, afeta diretamente centenas de usuários, pois já incorporaram o Solar em suas rotinas e processos de trabalho.

Sistema: **SARF**

Descrição/Objetivos:

O Sistema de Administração de Recursos Orçamentários e Financeiros - SARF, é um InfraSIG que auxilia no gerenciamento de procedimentos administrativos relacionados aos recursos financeiros e orçamentários da UFSC.

O desenvolvimento desse sistema foi feito utilizando-se a linguagem Centura, sendo portanto um cliente desktop para Windows. Como existem algumas limitações no uso dessa tecnologia, o sistema foi disponibilizado no Terminal de Aplicações Corporativas da UFSC, ficando sua manutenção quase que exclusivamente de forma centralizada em um

único repositório, não necessitando mais que o usuário faça o download de uma nova versão a cada atualização.

Principais Funcionalidades

O sistema é responsável por organizar as solicitações e liberações de empenho, gerenciamento de cotas das diversas unidades acadêmicas e administrativas, auxiliar no gerenciamento final do pagamento de diversas bolsas de estágio, além de fornecer diversos relatórios para a gestão.

Responsável da área de negócio

Os principais responsáveis pela área de negócio estão subordinados a Secretaria de Planejamento e Orçamento- SEPLAN, sendo eles, o Departamento de Gestão Orçamentária – DGO e o Departamento de Contabilidade e Fiananças – DCF.

Criticidade para a unidade

Apesar de o SARF ser um InfraSIG, e toda a gestão orçamentária acontecer no nível do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, esse é um sistema de criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **SIEF**

Objetivos:

O Sistema Integrado de Espaço Físico começou a ser utilizado com maior eficácia a pouco tempo, sendo responsável por fazer a gestão dos espaços físicos disponíveis nos diversos campi UFSC, incluindo laboratórios, salas de aula, salas administrativas e auditórios.

A principal ideia desse sistema é centralizar em um único local a gestão e controle de todos os espaços disponíveis na UFSC.

Principais Funcionalidades

O sistema permite gerenciar os espaços físicos e fornecer informações sobre os espaços que existem na UFSC.

O sistema está integrado aos sistemas acadêmicos para gerenciar as salas de aula, bem como ao módulo SIP do Solar, que auxilia no gerenciamento do controle dos patrimônios da UFSC.

Permite fazer o controle de agendamento dos espaços físicos, permitindo que os gestores tenham maior controle sobre o uso dos espaços e dando maior transparência para os usuários que precisam utilizar os locais para realização de atividades.

Criticidade para a unidade

Por ser o único responsável pelo gerenciamento dos espaços físicos, ele tem uma criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **ADRH**

Objetivos:

O Sistema de Administração de Recursos Humanos é um InfraSIG que visa complementar algumas funcionalidades que não constam no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. Ele tem por objetivo auxiliar nas diversas atividades relacionadas a Pró Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – PRODEGESP.

Principais Funcionalidades

Ele apresenta em sua essência um cadastro pessoal com diversas informações sobre o servidor, sendo que a partir desse ponto ele consegue auxiliar no controle e gestão das ocorrências funcionais, aposentadorias e afastamentos, férias, cálculos de progressão, avaliação de desempenho e um gerenciador de relatórios.

Responsável da área de negócio

O principal responsável pela área de negócio é a Pró Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – PRODEGESP.

Criticidade para a unidade

Apesar de ser um InfraSIG, ele tem a criticidade alta para a UFSC, pois a área de negócio responsável trabalha diretamente com esse sistema para balizar e registrar suas atividades.

Sistema: **CAGR**

Objetivos:

O sistema para Controle Acadêmico de Graduação é utilizado para fazer o controle e gestão dos cursos de graduação da UFSC. É uma ferramenta que auxilia a Pró Reitoria de Graduação a fazer uma gestão eficiente dos cursos e acompanhamento dos alunos durante toda a graduação.

Principais Funcionalidades

O CAGR permite fazer a gestão de alunos, turmas e disciplinas, permitindo que as secretarias dos cursos façam o controle dos diversos aspectos relacionados aos alunos de graduação.

Responsável da área de negócio

O sistema é destinado para a Pró Reitoria de Graduação, sendo ela a responsável pelas regras de negócio definidas e executadas dentro do sistema

Criticidade para a unidade

É um sistema que apresenta criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **CAPG**

Objetivos:

O sistema para Controle Acadêmico de Pós Graduação é utilizado para fazer o controle e gestão dos programas de pós graduação da UFSC. É uma ferramenta que auxilia a Pró Reitoria de Pós Graduação a fazer uma gestão eficiente dos programas e acompanhamento dos alunos durante a pós graduação.

Principais Funcionalidades

Responsável da área de negócio

O sistema é destinado para a Pró Reitoria de Pós Graduação - PROPG, sendo ela a responsável pelas regras de negócio definidas e executadas dentro do sistema

Criticidade para a unidade

É um sistema que apresenta criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **SIGPEX**

Objetivos:

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão – SIGPEX, foi desenvolvido com o intuito de substituir os Formulários NOTES de Pesquisa e Formulários NOTES de Extensão, sendo uma ferramenta fundamental para a gerência das ações de pesquisa e extensão dentro da Universidade.

Principais Funcionalidades

Registro e acompanhamento de todas as fases de um projeto de pesquisa ou extensão, permitindo acompanhar todas as etapas do projeto bem como seus participantes.

Responsável da área de negócio

Os principais responsáveis pela área de negócio são a Pró Reitoria de Pesquisa – PROPESQ e a Pró Reitoria de Extensão – PROEX.

Criticidade para a unidade

É um sistema que apresenta criticidade Alta para a UFSC.

Vale ressaltar que todos os sistemas estão sob manutenção e responsabilidade do corpo técnico da SeTIC/UFSC, não existindo nenhuma empresa prestando consultoria, executando manutenções corretivas ou implementando novas funcionalidades nos sistemas informatizados aos quais a SeTIC presta suporte.

A contratação de empresas terceirizadas para suporte e/ou manutenção, acontece em partes mais sensíveis e críticas da infraestrutura necessária para dar suporte os sistemas de informação. Isso acontece como resposta ao risco de continuação e manutenção da infraestrutura necessária para prestar suporte aos sistemas de informação. Vale citar a contratação de suporte e manutenção do principal SGBD da UFSC Sybase 16 ASE, contrato de suporte e manutenção do storage, para armazenamento dos dados e informações.

Outro ponto que visa dar continuidade aos sistemas de informação, é a realização de backups periódicas de todo o arcabouço e artefatos que envolvem o ciclo de vida de um sistema, que vão desde o servidor de aplicação aos dados armazenados no SGBD.

Como os principais sistemas informatizados já fazem parte do processo de trabalho das diversas áreas e setores da UFSC, o risco de descontinuação de uso do sistema por parte da área de negócio é pequeno, pois grande parte da lógica de negócio e do processo está relacionado ao uso de sistemas de informação que deem suporte a execução das tarefas. Fato esse acontece pois os sistemas de informação foram desenvolvidos, em sua maioria, com o apoio da principal área de negócio, ficando todo o processo adaptado ao sistema.

Capacitação do pessoal de TI:

Quadro 129 – Cursos de capacitação do pessoal de TI

Cursos realizados	Quantidade Pessoal
Acordo ortográfico e revisão gramatical	1
Noções básicas de gnu/linux - ubuntu 12.04	4
Word para o ambiente de trabalho: nível avançado - versão 2010	1
Desenvolvimento de software web em java	9
Noções básicas em primeiros socorros	2
Gestão e fiscalização de contratos terceirizados	4
Instrução e acompanhamento de processos de compras na ufsc	2
Iniciação ao ambiente institucional- ufsc	7

Educação ambiental no âmbito organizacional	3
Plataforma solar: spa, alx e scl	2
Sybase 16 ASE Administração de Banco de dados	4

Fonte: SETIC/UFSC

O quadro de pessoal de TI na UFSC é representado a seguir:

Quadro 130 - Quadro total de pessoal de TI na UFSC

Cargo	SeTIC	Outras Unidades UFSC	Outros Órgãos	Total
Analista de TI	41	7		48
Técnico de TI	15	28		43
Assistente de TI		2		2
Técnico em Telefonia	1			1
Assistente em Administração	3			3
Auxiliar em Administração	4			4
Administrador	1		1	2
Estagiários	12			12
Totais	77	37	1	115

Fonte: SETIC/UFSC

A implantação e consolidação do atendimento via OTRS utilizando como base os conceitos do ITIL V3 foram de suma importância para consolidar a maior parte dos atendimentos em um único canal de atendimento, para isso a equipe foi orientada a como proceder um atendimento em primeiro nível N1, utilizando a estrutura e suporte dos analistas e técnicos de TI N2 e em casos extremos passa o atendimento e resolução dos problemas para os analistas N3

Isso facilitou o desenvolvimento dos trabalhos, pois a estrutura utilizada foi feita de modo a não onerar o trabalho do analista de TI, que por diversas vezes tinha a necessidade de ser interrompido durante a execução das atividades;

Nesse interim, foi implantação do Portal de Atendimento Institucional (PAI), para que o atendimento de primeiro nível, em alguns casos, passe a ficar com os responsáveis pela área de negócio dos sistemas de informação.

Atualização do parque de microcomputadores

Aquisição de servidores:

- Orçado R\$ 239.994,00

- Executado R\$ 239.994,00

Aquisição de *storage*:

- Orçado R\$298.000,00
- Executado R\$298.000,00

A principal dependência tecnológica na área de sistemas de informação era com a empresa Softplan. O contrato com a empresa foi finalizado o Sistema Solar, com seus 4 módulos principais, foi absorvido pela equipe da SeTIC. Essa absorção só foi possível pois entraram novos analistas que, com o devido treinamento, conseguiram absorver a tarefa de manutenção/desenvolvimento de novas funcionalidade dentro do sistema.

Em meados de julho de 2015, o CD com os fontes já estava em posse da SeTIC, sendo que as primeiras atualizações para o ambiente de produção, foram do módulo SPA em maio de 2016, na sequência em julho de 2016 foram feitos diversos ajustes no SIP, ALX e SPD e em outubro de 2016 a primeira versão do SCL.

Outro ponto crucial para mitigar a dependência de empresas terceirizadas é o fortalecimento da equipe de carreira de TI, tentando, sempre que possível, concentrar a maior parte dos servidores lotados na SeTIC, órgão máximo em TIC dentro da instituição.

4.3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 131 - Relação dos sistemas do HU/UFSC

Categoria	Front-End	Back-End	Status
Sistema de Administração Hospitalar – Área Assistencial e Administrativa	CENTURA	Sybase	Implantado/Constantes iterações
Metas Físicas	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Testes/Em implantação
Controle de Ponto	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Implantado/Constantes iterações
Praxis	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Testes como Piloto/Reestruturação/Em desenvolvimento
Controle de Acesso a Aplicativos	JAVA WEB	Postgres	Implantado
Sistema de Fonoaudiologia	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Em implantação
BPA – Sisfam	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Implantado
Sistema de Ambulatório – Módulo de Atendimento Médico	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Implantado
Consulta Exames	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Implantado
Sistema de Gerenciamento de Resíduos	JAVA WEB	Postgres	Implantado/Com futuras iterações
Portal WEB	PHP/Laravel	Mysql	Em constante atualização
AAHU	PHP	Mysql	Implantado/Constantes atualizações
Gestão de estacionamento	PHP	Mysql	Implantado/Constantes atualizações
Sistema de Controle de Compras	PHP	Mysql	Implantado/Constantes iterações
Sistema de Publicação de Editais para	PHP	Mysql	Implantado

Licitação			
Controle de Chamados de Serviço – CMSG	PHP	Mysql	Implantado/Constantes atualizações
Guia de Exames	PHP/Laravel	Mysql	Implantado
Helpdesk TI	PHP	Mysql	Implantado
PhPTimeclok	PHP	Mysql	Implantado
PHP Mysql Implantado Integração CAS	JAVA	AD/LDAP	Implantado
BPA – Micromed	JAVA	Postgres/Sybase/Micromed	Implantado
APAC WEB	JAVA	Postgres/Sybase/Micromed	Implantado
Lista de Cirurgias	JAVA	Postgres/Sybase	Em Implantação

Fonte: HU/UFSC

Sistema de Administração Hospitalar: o SAH atende as áreas administrativas, exames (Cardiologia, Análises Clínicas, Radiologia e Patologia), APAC, Centro de Aleitamento Materno, Custos, Farmácia, Gastroenterologia, Internação Hospitalar, Nutrição e Dietética, Prescrição Médica, Prescrição de Enfermagem, Marcação de Consultas e Nutrição Parentenral.

Metas Físicas: controle de procedimentos realizados e contratualizados com a Secretaria Municipal de Saúde. O sistema é utilizado pela alta gestão do HU no controle de informações gerenciais.

Controle de Ponto: sistema para controle de marcações de ponto dos servidores, com informações gerenciais para a chefia dos setores e Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Praxis: tecnologia de gestão de unidades de internação hospitalar para os cuidados de enfermagem.

Controle de Acesso a Aplicativos: gerenciamento de permissões de acesso dos usuários às aplicações desenvolvidas no HU/UFSC. 263

Sistema de Fonoaudiologia: gerenciamento de consultas e procedimentos realizados no setor de Fonoaudiologia.

BPA - SISFAM: formulários para cadastro de procedimentos ambulatoriais.

Sistema de Ambulatório: sistema utilizado pelo profissional médico para o controle de atendimento médico ambulatorial, com historio, evolução, solicitação de exames e agenda.

Consulta Exames: consulta de exames laboratoriais pelo paciente ou profissional da saúde, através do sítio do HU.

Sistema para Gerenciamento de Resíduos: sistema para controle da produção e descarte de resíduos sólidos no HU/UFSC. Portal WEB: sítio principal do HU/UFSC. (www.hu.ufsc.br).

Controle de Compras: sistema para pedidos de compra e acompanhamento online de tramitação dos pedidos.

Publicação de Editais de Licitação: sistema para a publicação (Uploads) de editais de licitação do HU que disponibiliza o cadastro de empresas e acesso às empresas interessadas, onde podem ser feitos os downloads dos editais.

Controle de Chamados para área de Serviços Gerais: controle de chamados e relatórios estatísticos de atendimento da área de Serviços Gerais.

Guia de exames: formulário para cadastro de exames realizados no HU com as seguintes informações públicas aos pacientes e profissionais da saúde:

- Nome do exame
- Sinonímia
- Material Biológico

- Volume
- Conservantes
- Interferentes
- Instruções ao Paciente
- Sigla do Exame
- Interpretação Clínica

Helpdesk TI: controle de chamados, controle patrimonial e relatórios estatísticos para a área de TI.

PhPTimeclock: controle de ponto para os estagiários da área de TI.

Integração CAS: sistema para controle de autenticação que são feitos ao nível da camada HTTP. Todos os aplicativos JAVA/WEB estão integrados com o CAS/UFSC.

BPA – Micromed: exportação de dados do boletim de procedimentos para o sistema MICROMED.

APAC WEB: importação dos dados de procedimentos de alto custo para o sistema MICROMED e posterior envio dos dados ao DATASUS. 264

Lista de Cirurgias: Controle de lista de cirurgias.

Devido a defasagem tecnológica da ferramenta utilizada (Centura) na maioria dos aplicativos desenvolvidos pela equipe de TI do HU (Sistema Legado), bem como o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (Sybase Adaptive Server – 9.11.2), faz necessária a migração de todos os módulos para plataforma JAVA WEB, o que já vem ocorrendo em alguns casos, como pode-se observar na tabe a SOFTWARES HU do ite “A”.

Estima-se que com a adesão a EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários – AGHU, seja implantado com todos os módulos necessários para administração dos Serviços no HU.

Os módulos pretendidos são:

Pacientes

Internação

Prescrição

Ambulatório

Exames

Financeiro

Farmácia

Suprimentos

Enfermagem

Cirurgias PDT

Indicadores

Módulos Gerenciais

Toda infraestrutura para implantação do AGHU já está disponível, com equipamentos recebidos através do projeto AGHU, enquanto era gerido pelo MEC, somente após a criação da EBSEH fomos retirados da lista por não ter feito adesão aos serviços desta empresa.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

As ações de sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina têm como objetivo tornar a sustentabilidade valor fundamental da Universidade, disseminando-a em todas as suas esferas. O intuito é que as ações realizadas no âmbito universitário tenham o olhar da sustentabilidade, formando cidadãos, sejam eles servidores docentes, técnicos administrativos e/ou comunidade acadêmica que promovam e atuem a partir dessa premissa. Em longo prazo, a meta é tornar a Universidade Federal de Santa Catarina

referência nacional em sustentabilidade e gestão ambiental nas Instituições Públicas do Ensino Superior.

Como norteadores para a implementação dessas ações, a UFSC utiliza-se das normativas e orientações governamentais advindas do Programa Esplanada Sustentável, em especial, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e o Decreto 7.746/2012 que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS), além de outras legislações vigentes.

Para viabilizar o exposto, em 15 de janeiro de 2015 a UFSC criou a Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), atualmente integrada à Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente (SEOMA). A CGA é composta por uma equipe interdisciplinar com profissionais das áreas de biologia, administração, direito, arquitetura, economia e engenharia sanitária e ambiental e concentra os esforços para fomentar a sustentabilidade na Universidade, sendo responsável pela coordenação do PLS; implantação da A3P, definição e divulgação das diretrizes ambientais, campanhas educativas e apoio a projetos institucionais, pesquisa e extensão ligados à temática. A CGA também promove a preservação das áreas verdes, trabalha integrada ao setor de resíduos da universidade e assessora o DPAAE. Atualmente estão ligados à CGA os seguintes projetos: “Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH”; “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações da UFSC”; “Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do Campus Reitor João David Ferreira Lima” e “Programa de Controle e Monitoramento Hidrológico Campus UFSC em Joinville”.

Buscando reforçar seu compromisso com a sustentabilidade, a UFSC aderiu em 2014 à A3P e recebeu do Ministério do Meio Ambiente o Selo Verde. Dando continuidade a esse processo, em 2015, com o objetivo de integrar e divulgar as ações de sustentabilidade da universidade, foi criado o Programa UFSC Sustentável que reúne e integra as iniciativas sustentáveis da UFSC relacionadas à gestão e ao ensino no site: ufscsustentavel.ufsc.br. Em fevereiro de 2016 para auxiliar na divulgação de campanhas e de informações ligadas a sustentabilidade, foi criado o facebook do UFSC Sustentável. Nele são divulgados projetos, eventos, curiosidades e todas as questões relacionadas à sustentabilidade que acontecem na UFSC, atualmente a página possui 1593 seguidores.

A UFSC realizou nesse último ano de 2016 diversas atividades visando desenvolver a consciência ambiental em seus servidores, alunos e comunidade acadêmica, entre elas, eventos, cursos e campanhas educativas. Entre os principais eventos realizados, teve-se: III Seminário de Gestão Pública Sustentável, Planeta. Doc. Conferências, Palestra “mudanças Climáticas: O que cabe a você?”, com Sônia Bridi, Semana do Meio Ambiente UFSC. Quanto aos cursos, foi disponibilizado aos servidores o curso de “Educação Ambiental no Âmbito Organizacional” com objetivo de tornar os servidores mais conscientes sobre o seu papel em termos de sustentabilidade em suas atividades laborais e no seu dia a dia. Ainda, com o objetivo de atingir de forma mais efetiva toda a comunidade acadêmica, na Sepex (Semana de Pesquisa e Extensão da UFSC) foi instalado o stand do “UFSC Sustentável”, que tinha por objetivo expor os projetos relacionados à sustentabilidade que estavam sendo desenvolvidos em âmbito institucional pela UFSC, além de trazer exemplos práticos visando à consciência ambiental dos participantes do evento.

No ano de 2016 também foi lançada a Campanha “Reduzir o Consumo e Transformar o Mundo”, onde os dois primeiros eixos trabalhados foram: a redução do consumo de energia elétrica e dos materiais de expediente.

A UFSC vem atuando em várias frentes visando tornar a Universidade mais sustentável, nos últimos anos foram realizados inúmeros eventos de promoção da sustentabilidade, cursos e campanhas educativas. O Plano de Logística Sustentável que está sendo revisado, quando pronto, será um documento norteador para as próximas ações a serem realizadas na UFSC relacionadas à sustentabilidade.

Com relação aos resíduos, a UFSC possui três profissionais, incluindo dois engenheiros sanitaristas e um químico, que atuam na gestão, gerenciamento e adequação

dos resíduos sólidos da Universidade à legislação, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, assim como as atividades fins da UFSC, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) é um importante instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). O Plano consiste em um diagnóstico detalhado do gerenciamento de resíduos na universidade e, a partir desse, propõe programas, metas e ações para a adequação às normativas legais e técnicas vigentes, principalmente em atendimento à Lei nº 12.305/2010, ao Plano Nacional de Resíduos e ao Decreto Federal nº 5940/2006, que institui a Coleta Seletiva Solidária.

O PGRS foi elaborado sob a coordenação da Eng. Sanitarista e Ambiental da PU/PROAD, com apoio da equipe técnica da CGA/SEOMA e de uma equipe de estagiários. Em 28 de outubro de 2015, o PGRS foi apresentado à comunidade acadêmica (disponível no link <http://gestaoderesiduos.ufsc.br/apresentacao-dia-2810/>). Agora, o documento está em fase final de revisão e, em breve, ficará disponível para consulta pública on-line no endereço <http://gestaoderesiduos.ufsc.br/consulta-publica/>. O objetivo da apresentação seguida de consulta pública é proporcionar maior transparência e controle social, bem como, trazer as particularidades das diversas realidades da UFSC que por ventura não tenham sido contempladas no plano. Assim, espera-se que o PGRS tenha um caráter participativo e seja suficientemente abrangente, representando a realidade e trazendo os esforços necessários para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos da UFSC, visando uma maior compatibilidade das ações praticadas na instituição e a saúde do trabalhador e do meio ambiente. Após a consulta pública, a versão final do documento será revisada, publicada e seguirá para aprovação nas instâncias competentes. Espera-se que, com o planejamento consistente trazido pelo PGRS e processo participativo em sua elaboração, se alcance de fato a implantação do plano. Com isso, também serão alcançadas efetividade, eficácia e eficiência na gestão e gerenciamento de resíduos na instituição, inclusive na implantação da coleta seletiva solidária (CSS), em atendimento ao disposto no Decreto nº 5940/2006. Os atrasos na finalização do PGRS e implantação da CSS devem-se à falta de equipe e de setores estruturados para atender a todas as demandas ligadas a gestão de resíduos da UFSC.

Quanto ao cumprimento do Decreto nº 5940/2006, em fevereiro de 2016 foi constituída a Comissão Permanente de Coleta Seletiva Solidária da UFSC, formada por catorze membros, incluindo um representante da associação de catadores de Santa Catarina, que em catorze reuniões diagnosticou a situação da coleta seletiva na UFSC e propôs um Plano para sua implementação. Atualmente, foram formados Grupos de Trabalho para operacionalizar o plano, institucionalizar a coleta seletiva, criar normativas, e elaborar estratégias de comunicação e educação ambiental. A referida comissão também será responsável em acompanhar a implantação, além de fomentar a manutenção do programa de coleta seletiva solidária da UFSC.

Ainda com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a questão dos resíduos foi realizado em 2016 o Curso “Instrumentos Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UFSC”. Também em 2016 foram instalados cinco Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) de resíduos eletroeletrônicos não patrimoniados que têm destinação ambientalmente adequada e um PEV de vidro em parceria com a Comcap e apoio da FAPEU e FEESC.

Quanto às compras e contratações sustentáveis e ao atendimento do Decreto 7.746/2012, foi constituído em 2013 o Projeto Institucional “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações da UFSC” com o objetivo de incluir nas etapas e documentos pertinentes critérios de sustentabilidade nas compras e contratações realizadas pela UFSC. No âmbito desse Projeto, foram analisados inúmeros editais, realizadas pesquisas de produtos inovadores, contatadas diversas empresas e, aos poucos, foram sendo testados nas licitações reais os critérios que seriam viáveis ou não de serem

solicitados nos produtos adquiridos pela UFSC. Essa experiência prática culminou com o lançamento do Manual de Compras Sustentáveis da UFSC em 2015 (<http://comprassustentaveis.ufsc.br/files/2015/08/ManualCS.13.08.pdf>). Esse primeiro manual estabelece critérios de sustentabilidade para os materiais permanentes e de consumo, e demonstra as etapas a serem cumpridas para a realização de uma licitação sustentável. O referido material foi divulgado nos setores da Universidade, foi introduzido nas capacitações realizadas com os servidores e, em dezembro de 2016, foi ministrada uma palestra no III Seminário de Gestão Pública Sustentável. Todo esse trabalho trouxe resultados, em 2013 apenas 49,5% das licitações realizadas de materiais de consumo e permanentes possuíam algum critério de sustentabilidade, saltando para 98,55% em 2015, os dados de 2016 ainda estão sendo apurados. Ademais, o número médio de critérios por licitação de materiais de consumo e permanente passou de 1,37, em 2013, para 3,91, em 2015.

Em 2016 ampliaram-se os esforços, antes concentrados na compra de materiais, para a contratação de serviços. Para a elaboração do Manual de Contratações Sustentáveis foram feitos levantamento e estudo dos possíveis contratos assinados e/ou a serem assinados pela UFSC e um estudo dos possíveis critérios sustentáveis a serem incluídos futuramente. O manual está em fase de elaboração e deve ser disponibilizado em 2017.

Desde 2012 a UFSC vem seguindo sempre que possível as recomendações de sustentabilidade das Portarias da UFSC e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento e Orçamento. Portanto, a UFSC vem atendendo as recomendações do Decreto 7.746/2012.

Com relação ao Plano de Logística Sustentável, em 2013, atendendo ao Decreto 7.746/2012 e a Instrução Normativa nº 10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS), constituída em 23 de janeiro de 2013, elaborou o referido plano. A UFSC foi a primeira universidade federal do país a concluir esse plano.

O PLS foi organizado, conforme art. 8º da IN SLTI/MPOG 10/2012, em eixos temáticos, sendo abordados seis temas na versão de 2013 com metas específicas para cada um deles, além do diagnóstico. Para a realização das metas foram definidas ações com seus respectivos responsáveis, indicadores e prazos, conforme art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012. O relatório que foi elaborado foi disponibilizado no site www.pls.ufsc.br, entregue ao gabinete da Reitoria e houve divulgação através dos meios de comunicação da UFSC.

Para dar continuidade aos trabalhos, em 02 de março de 2015, foi constituída a Comissão Permanente de Sustentabilidade da UFSC, através da Portaria 322/2015/GR, que tem entre suas atribuições atuar como CGPLS, realizando o monitoramento e revisão do PLS da Universidade. A Comissão Permanente de Sustentabilidade da UFSC realiza reuniões mensais e é composta por 20 representantes de diversos setores da universidade, além de uma representação estudantil.

A comissão realizou, até o momento, 32 reuniões. Com objetivo de monitorar o andamento das metas e ações do PLS 2013, a comissão consultou todos os setores responsáveis, questionando o andamento e dificuldades encontradas. A partir dos resultados obtidos, a comissão revisou as metas, ações, responsáveis, indicadores e prazos, atualizando-os, removendo o que não se faz mais pertinente e acrescentando as necessárias frente ao cenário atual da universidade, inclusive, propondo novos eixos temáticos.

Após a revisão do PLS, pretende-se divulgá-lo de maneira que os setores responsáveis se apropriem de seus objetivos e metas, e possam desenvolver as ações necessárias para cumpri-lo. A nova versão será disponibilizada nas páginas da UFSC. Além disso, a CGA será responsável em avaliar periodicamente o andamento das ações, buscando identificar dificuldades, além de solicitar os resultados parciais e divulgá-los, conforme art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012.

As ações descritas, neste relatório, evidenciam que a sustentabilidade vem sendo priorizada na Universidade. Foi criada a Coordenadoria de Gestão Ambiental, houve apoio financeiro a Projetos Institucionais, estagiários foram cedidos para resolver as questões emergenciais e a infraestrutura de trabalho foi ampliada. Percebe-se também um aumento da quantidade de grupos de pesquisa e extensão que estudam as questões da sustentabilidade internamente. Ademais, o ambiente externo também está favorável para essa temática, pois a legislação vigente brasileira respalda e cobra ações com relação à sustentabilidade.

No ano de 2017, a Universidade Federal de Santa Catarina continua com os esforços para ampliar a sustentabilidade dentro das ações realizadas. A UFSC Sustentável, a Comissão Permanente de Sustentabilidade e a Coordenadoria de Gestão Ambiental têm atuado de forma a resolver as questões emergenciais, sanar os passivos ambientais e planejar concomitantemente as ações futuras de forma a criar fluxos e normatizar os processos, visando maior eficiência e sustentabilidade.

No entanto, os desafios são grandes e ainda existem passivos a serem solucionados. Apesar dos avanços realizados, a solução desses passivos, dispense tempo e esforços que poderiam estar concentrados no planejamento de ações futuras.

A falta de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade que reforce a economia dos recursos e a preservação da natureza e a carência de dados históricos de água, resíduos, energia dificulta dimensionamentos, diagnósticos e previsões, e também é um dos entraves encontrados.

Diante da consciência de que os esforços devem ser contínuos e institucionalizados, ações têm sido direcionadas a garantir a continuidade dos projetos e das ações ambientais de forma que os avanços obtidos não sejam suprimidos e que as práticas de sustentabilidade da UFSC estejam integradas e em constante atualização e aprimoramento.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

5.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC da UFSC existe desde 2012 conforme determina a Lei de Acesso à Informação. Se destina ao atendimento do cidadão que solicita informações de natureza pública e tem como objetivos principais:

- atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- conceder o acesso imediato à informação disponível;
- informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Balanco de Atendimento à Demanda Por Informações entre 01/01/2016 e 31/12/2016

Balanco de Atendimento à Demanda Por Informações entre 01/01/2016 e 31/12/2016:

- Número Total de Pedidos de Acesso à Informação: 261
- Número Total de Pedidos Respondidos: 261
- Número Total de Pedidos em Tramitação: 000
- Número Total de Pedidos em Recurso de 1ª Instância: 21
- Número Total de Pedidos em Recurso de 2ª Instância: 08
- Número Total de Pedidos em Recurso à CGU: 04
- Número Total de Pedidos em Recurso à CRMI: 01
- Número Total de Registros de Reclamação: 00
- Relatório de Pesquisa de Satisfação do Usuário do E-SIC:
 - Total de Usuários Respondentes: 94
 - Registraram que resposta “atendeu plenamente”: 67
 - Registraram que resposta “atendeu parcialmente”: 13
 - Registraram que resposta “não atendeu”: 14

5.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Na página do HU o usuário tem acesso à Ouvidoria da UFSC e “Contato” ou “Acesso direto” para realizar solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios, etc.

Na Secretaria da Direção Geral essas questões também podem ser registradas através de formulário próprio denominado “Reclamações/Sugestões/Elogios”. Cada diretoria setorial avalia as respostas dadas pelos envolvidos em relação às reclamações e denúncias, podendo culminar em processo administrativo, se for o caso.

Em 2016 foram recebidas no HU 385 “Reclamações/Sugestões/Elogios”. Após os trâmites internos do documento, a maioria dos usuários foi contatada. Os que não dispõem ou não informaram o número do telefone ou e-mail foram orientados a retornar à Direção ou ligar para o número (48) 3721 9164.

Uma das demandas trazidas pelos usuários à Direção do HU através do formulário “Reclamações/Sugestões/Elogios” e na Ouvidoria da UFSC é a ausência de atendimento prioritário para realização de consultas e retornos. No início do ano de 2015 foi instituído que quando da abertura do hospital pela manhã, terão atendimento prioritário idosos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo até 2 anos. Desta forma, os portões são abertos 15 minutos antes para estes usuários. Situações especiais são avaliadas na portaria

do hospital. Os Serviços que realizam exames também possuem atendimento prioritário, como exemplo a Divisão de Análises Clínicas.

Na Emergência adulto, temos atendimento com Acolhimento e Classificação de Risco e o usuário é informado do tempo provável de espera.

Estamos em processo de discussão em relação a realização de consultas e retornos com hora marcada, diminuindo o tempo de espera, demanda está também trazida à direção do HU pelos usuários. Já temos profissionais atuando neste modelo como projeto piloto para os ajustes necessários à ampliação do modelo.

Os pacientes oncológicos têm seu atendimento priorizado conforme determina a legislação. As listas de cirurgia são organizadas por especialidade e disponíveis ao usuário que deseja saber sua posição em lista através de solicitação. Está em desenvolvimento um sistema de gerenciamento de listas de cirurgia para acesso direto do usuário.

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

5.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina para dar visibilidade e transparência à gestão do serviço público que realiza. Informa aos cidadãos quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

O documento foi elaborado pelos integrantes da Comissão de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Portaria nº 461/2013/GR. O referido documento foi publicado em 2014. O trabalho da comissão orienta-se pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – do Ministério do Planejamento. O Programa foi construído a partir de modelos nacionais e internacionais de avaliação da gestão voltada às demandas sociais, e tem a sua origem no Programa de Qualidade do Serviço Público. Publicada no Site <http://cartadeservicos.ufsc.br/>.

5.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

A Carta de Serviços ao Cidadão foi revisada ao longo de 2016 e está publicada no sítio eletrônico do HU conforme preconizado, contendo todas as informações detalhadas ao usuário, entretanto entendemos que durante o ano de 2017 a mesma deverá ser modificada atendendo à nova estrutura organizacional e de serviços.

Ainda são mantidos no sítio eletrônico do HU algumas informações para acesso direto, sendo que a Divisão de Análises Clínicas tem mantido atualizada as “Orientações para exames” e realizou a inserção de “Resultados de Exames” o que permite ao usuário acessar seus resultados dos exames sem precisar vir ao HU. As orientações para visitantes e acompanhantes também se encontram disponíveis e atualizadas para acesso.

Atualmente sítio eletrônico do HU se encontra em reestruturação, buscando otimizar a informação ao usuário, e atualização contínua dos dados.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria da UFSC foi instituída em 28 de maio de 1996 através da Portaria 671/GR/96. É um espaço de exercício da cidadania apto a receber as críticas, sugestões, reclamações, denúncias e elogios dos estudantes, servidores docentes e administrativos e da comunidade.

As demandas encaminhadas a Ouvidoria no ano de 2016, em sua maioria trataram de assuntos relacionados com atividades acadêmicas, relacionamento entre discentes/docentes/STAEs, atendimentos (ou não atendimentos) efetuados no HU e demais atividades da UFSC

Nos assuntos que possam ser objeto de processos administrativos, os requerentes são informados sobre os encaminhamentos necessários ao atendimento do pleito.

As demandas encaminhadas para averiguação geram um documento numerado e são enviadas com protocolo aos dirigentes das unidades competentes, onde dependendo do assunto, estabelecemos um prazo para resposta que não deve ultrapassar 30 dias conforme a legislação.

Periodicamente a Ouvidoria confecciona relatório qualitativo das demandas encaminhadas e respondidas no período ao Senhor Chefe de Gabinete da Reitoria para conhecimento do Reitor.

As demandas recebidas na Ouvidoria em 2016, se apresentam na seguinte tabela:

Quadro 132 – Demandas recebidas na Ouvidoria em 2016

Tipo de Demanda	Número	Percentual
Denúncias	66	10,03
Reclamações	461	70,06
Solicitações	106	16,11
Segestões	21	3,19
Não categorizadas	4	0,61
TOTAL	658	100,00

Fonte: GR/UFSC

A UFSC também contempla um Plano de Avaliação Institucional que traz as diretrizes dos processos internos de avaliação – a Autoavaliação Institucional e a Avaliação de Curso – os quais devem ocorrer semestralmente. As atividades associadas desde à elaboração do plano até a sua execução são conduzidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tais processos avaliativos envolvem pesquisa de opinião à comunidade universitária (discentes da graduação e pós-graduação, docentes, servidores técnico-administrativos e gestores) sobre a instituição e suas áreas de atuação, além de pesquisa documental. Os resultados proporcionados por essa dinâmica geram informações importantes para a melhoria contínua do ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

O fortalecimento da cultura de avaliação constitui em um mecanismo que necessita do aprimoramento constante dos canais de comunicação com o cidadão-usuário, assim fica mais evidente perceber se a universidade está cumprindo com excelência seus objetivos. Por isso, a CPA e a Ouvidoria possuem papéis muito específicos, mas ao mesmo tempo complementares, com um ponto característico às duas: a manifestação da sociedade interna e externa sobre os mais diversos serviços prestados pela instituição de modo a contribuir para que a UFSC cada vez mais seja referência em Ensino Superior.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a Carta de Serviços ao Cidadão são os mecanismos de transparência de informações da Universidade, e podem ser acessados, respectivamente, nos sites:

www.acessoinformacao.gov.br

<http://cartadeservicos.ufsc.br/files/2015/08/Carta-de-servi%C3%A7os-Jul-2015.pdf>.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Com este relatório, apresentaremos um panorama das atividades e principais dados referentes ao trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), realizados durante o ano de 2016.

Cabe mencionar que em 2012 foi criado o Núcleo de Acessibilidade da UFSC, através da Portaria nº 1752/2012/GR de 31 de outubro de 2012. Este Núcleo, em 09 de agosto de 2013, passou a ser a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE, de acordo com a Portaria nº 1536/2013/GR.

Em 11 de maio de 2016, com a criação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), pela Portaria nº 970/2016/GR, a CAE passou a integrar a referida Secretaria, e embora as mudanças sejam recentes e, por conseguinte, ainda estejamos em processo de construção dos pilares que ancorarão o trabalho a ser desenvolvido, o setor já tem viabilizado muitas propostas. Dentre essas, destacamos a elaboração e a busca de meios para efetivar ações referentes à inclusão e à acessibilidade dos estudantes com deficiência matriculados na UFSC.

Manutenção do Mapeamento dos estudantes com deficiência

O mapeamento, referente aos estudantes, vêm sendo atualizado de maneira constante, uma vez que há mudanças nesse número, bem como na necessidade de acompanhamento realizado por essa Coordenadoria. O levantamento é feito com base nas seguintes fontes de obtenção de dados:

- COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular): dados provenientes do pedido de condição especial durante a realização do vestibular de ingresso.

- CAGR (Sistema de Controle Acadêmico da Graduação): o sistema disponibiliza uma lista com os estudantes com deficiência identificados como “via vestibular” ou “não confirmados”. É enviado e-mail para cada estudante da lista a fim de confirmar as informações.

- CURSOS: É encaminhado solicitação para que cada curso envie uma relação dos estudantes com deficiência regularmente matriculados na graduação e pós-graduação.

Acompanhamento de estudantes com deficiência dos cursos de graduação e pós-graduação

A CAE acompanha a trajetória acadêmica de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação e pós-graduação. O acompanhamento se dá através de diferentes estratégias, buscando atender às demandas apresentadas pelos estudantes e professores, a fim de dar ferramentas e suporte para a eliminação das barreiras de acesso ao ensino.

Em 2016 a CAE havia mapeado 174 estudantes autodeclarados pessoas com deficiência, matriculados nos cursos de graduação da UFSC.

Quadro 133 – Estudantes autodeclarados portadores de deficiências

Deficiência	Ano	Nº Alunos
Deficiência auditiva	2016	51
Deficiência física	2016	44
Deficiência visual (Baixa visão)	2016	20
Deficiência visual (Cegueira)	2016	5
Dislexia	2016	8
Mobilidade reduzida	2016	3
Surdez	2016	40
Surdocegueira	2016	3

Fonte: CAGR/UFSC

Assessoramento aos cursos de graduação e pós-graduação, por meio de reuniões sistemáticas.

Desde o início da atuação da CAE, o principal objetivo é desenvolver um trabalho junto às coordenações de curso, proporcionando-lhes subsídios necessários para que possam promover ações efetivas no âmbito da acessibilidade institucional. Desse modo, viabilizando condições para que os cursos tenham autonomia na resolução de situações e necessidades apresentadas pelos estudantes com deficiência.

O assessoramento aos cursos, de graduação e pós-graduação, ocorre sistematicamente por meio de reuniões a cada início e término do semestre letivo. Além disso, ao longo do semestre poderão ser realizados assessoramentos por solicitação da CAE ou do próprio curso, de acordo com demandas específicas. A reunião de assessoramento acontece com a participação do coordenador do curso e dos professores das disciplinas cursadas no referido semestre pelo estudante. Todas as reuniões possuem registro de seus encaminhamentos e dos principais pontos discutidos, ficando arquivados na CAE.

A reunião com a Coordenação de curso é o segundo momento depois que o estudante chega à CAE. Essas reuniões têm por objetivo esclarecer a proposta da Coordenadoria, apresentar as estratégias que o estudante trouxe na entrevista de acolhimento e verificar as possibilidades de aplicação dessas, pela coordenação do curso, bem como conhecer a realidade do curso.

Ações junto aos estudantes com deficiência

A chegada do estudante até a CAE geralmente ocorre por meio de um primeiro contato via e-mail, ou pessoalmente. Nesse momento, é agendada/realizada uma reunião utilizando um formulário estruturado, no qual o estudante apresenta suas demandas relacionadas à acessibilidade. A partir dessa entrevista inicial, vão sendo definidas as ações necessárias para a promoção da acessibilidade.

Durante todo o ano de 2016 a CAE contou com o apoio de bolsistas de extensão e bolsistas de estágio não-obrigatório para o desenvolvimento dessas ações. Todas as atividades de estágio e de extensão tiveram supervisão semanal. As estagiárias, estudantes de fonoaudiologia, pedagogia e antropologia, são supervisionadas pela Fonoaudióloga da CAE, Vivian Ferreira Dias. E os estagiários, estudantes de Psicologia e arquivologia, recebem supervisão local com a Pedagoga Bianca Costa Silva de Souza, atual Coordenadora da CAE.

Os bolsistas elaboram relatórios das atividades desenvolvidas em cada semana, que são discutidos durante as supervisões. As ações para promoção da acessibilidade são elaboradas de acordo com as demandas dos estudantes com deficiência que utilizam o serviço de transcrição, descrição, locomoção e/ou acompanhamento, desenvolvidos pelos bolsistas de acessibilidade da CAE.

Bolsa de Extensão e Estágio Curricular Obrigatório

A CAE promove campo de estágio aos estudantes da UFSC, abrangendo várias áreas de formação, assim como atividades de extensão. Neste ano, a CAE contou com 4 (quatro) bolsistas de extensão que desenvolveram atividades de apoio à promoção da acessibilidade institucional, 2 (dois) deles dos cursos de jornalismo e design, que atuam no apoio ao planejamento, construção e estruturação da comunicação visual da CAE, e 2 (dois) dos cursos de psicologia e arquivologia, que desenvolveram até abril e julho, respectivamente, ações no âmbito organizacional, contribuindo com a dinâmica interna do setor. A partir do segundo semestre, ingressou um novo bolsista, do curso de Filosofia, que está dando sequência às atividades desenvolvidas pelos bolsistas anteriores, e auxiliando com o fluxo interno de trabalho da CAE.

O setor contava com uma estagiária, da psicologia, de estágio curricular obrigatório, desde meados de 2015, e com o intuito de possibilitar ao estudante conhecimentos sobre a acessibilidade educacional, no mês de março houve a ampliação do campo de estágio obrigatório da CAE com a chegada de mais uma estagiária, da área da psicologia. As estagiárias contribuíram com as seguintes ações: acolhimento ao calouro universitário com deficiência, participação nas reuniões de assessoramento aos cursos e na organização de cursos de educação continuada. Em julho, os estágios foram encerrados com sucesso.

Projetos, Eventos e Ações de Extensão

Durante o ano de 2016, a CAE ministrou formações aos estagiários/bolsistas que atuaram no sentido de propiciar a acessibilidade educacional aos estudantes com deficiência. A primeira formação ocorreu no início do primeiro semestre e a segunda no início do segundo semestre. Tais formações tiveram o intuito de qualificar os serviços oferecidos pela CAE.

No mês de maio, em parceria com o Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI), a CAE ofereceu aos servidores da Biblioteca Central e demais bibliotecas da UFSC, o curso de capacitação “Por uma Biblioteca Acessível”, com o objetivo de difundir os conhecimentos acerca da acessibilidade educacional e promover a reflexão e o debate sobre o tema.

A servidora Adriana Boschi Moreira participou do evento: Inclusão Escolar para Pessoas com Autismo, realizado de 05 a 07 de agosto de 2016, no Colégio Marista em São Paulo-SP. A participação no curso teve como objetivo subsidiar o trabalho desenvolvido pela CAE para inclusão de estudantes com TEA matriculados na UFSC.

Além disso, as servidoras Bianca Costa Silva de Souza e Vivian Ferreira Dias participam de comissões de análise de documentação de candidatos com deficiência para ingresso na UFSC, seja no âmbito da educação básica ou do ensino superior, e em concursos para a carreira docente e técnico administrativa, bem como da comissão de organização da 15ª SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão e da comissão para política de cotas para pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação da UFSC.

Em julho, a CAE participou da palestra Autismo na Vida Adulta, ministrada pelo cartunista e caricaturista Rodrigo Tramonte, realizada no dia 01, no auditório do Centro de Ciências da Educação (CED), e do Café Com Tato, evento promovido pelo Ambiente de Acessibilidade Educacional (AAI), que ocorreu no DIA 14, no auditório da Biblioteca Central. O setor também esteve presente na defesa da monografia “Viver sem Limites: O

Papel das Instituições Internacionais na Promoção do Direito da Pessoa com Deficiência”, da estudante do curso de relações internacionais, Larissa Schmitz, que aconteceu no dia 15, no Centro de Comunicação e Expressão (CCE).

No dia 21/09/2016, foi realizado um evento, pela CAE, alusivo ao dia da Luta da Pessoa com Deficiência, com palestras diversas, vivências e atividades culturais, envolvendo a comunidade acadêmica e local.

Na sequência, as servidoras Bianca Costa Silva de Souza e Vivian Ferreira Dias ministraram a palestra “Educação Inclusiva no Ensino Superior”, no Auditório Alberto Aparecido Barbosa, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que integrava a programação do evento 2º Seminário de Inclusão do IFSC campus Florianópolis, ocorrido no dia 26 de agosto. O evento era destinado a professores e servidores de escolas públicas e privadas.

No evento Seminário Educação Inclusiva: a escola aprendendo com as diferenças, promovido pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, a servidora Bianca Costa Silva de Souza ministrou a palestra “Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica em Nível Nacional”, na data de 14 de setembro, no Auditório da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), campus Biguaçu.

As servidoras Bianca Costa Silva de Souza e Vivian Ferreira Dias também ministraram curso no Programa de Formação Continuada (PROFOR), dirigido aos docentes, intitulado “Docência Acessível”, que aconteceu nos dias 26 e 27 de setembro, e 03 e 04 de outubro, totalizando uma carga horária de 16 horas

Participação da servidora Bianca Costa Silva de Souza na disciplina Psicologia e Pessoa com Deficiência, no dia 19 de outubro, para tratar do tema acessibilidade no ambiente universitário.

Participação da servidora Vivian Ferreira Dias nos eventos: X Encontro Nacional de Aquisição de Linguagem, ocorrido entre 09 e 11 de novembro e do XV Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, nos dias 16, 17 e 18 de novembro, com apresentação de trabalhos referentes à acessibilidade em ambos os eventos.

Para darmos a dimensão de nossas ações e, por conseguinte, do alcance de nossa atuação, apresentaremos dados numéricos acerca do trabalho desenvolvido pelo setor.

Quadro 134 – Dados do trabalho desenvolvido na CAE

Reunião assessoramento/ cursos¹	21
Reunião acompanhamento/estudantes²	44
Reunião acolhimento/estudantes³	19
Supervisão estagiários/bolsistas⁴	56
Articulação interinstitucional (outras instituições e universidades)⁵	6
Reunião com a Educação Básica⁶	15
Reunião equipe CAE⁷	26
Reunião estudos CAE⁸	3
Capacitação⁹	9
Assessoramento em pesquisas na área da educação especial/acessibilidade¹⁰	8
Projeto de extensão¹¹	2
Entrevista/seleção de estágio/bolsa¹²	6
Reunião intersetorial¹³	36
Participação em comissões¹⁴	15

Participação em Eventos Acadêmicos¹⁵	5
Visita Institucional¹⁶	1
Reunião SAAD¹⁷	12
Reunião evento 21 de setembro¹⁸	4

Fonte: CAGR/UFSC

1 - As reuniões de assessoramento aos cursos geralmente são feitas “in loco” e são voltadas aos coordenadores e docentes do curso. Nesses momentos são esclarecidas as características de cada estudante com deficiência, e passadas as orientações acerca das condições de acessibilidade necessárias, bem como, as contribuições dos professores nesse processo.

2 - As reuniões de acompanhamento aos estudantes com deficiência ocorrem no início e final de cada semestre letivo. No início do semestre letivo são verificadas as necessidades por recursos de acessibilidade considerando as especificidades das disciplinas que serão cursadas no semestre, além da identificação de possíveis mudanças na condição de deficiência. Ao final do semestre letivo, é feita uma avaliação dos recursos de acessibilidade utilizados no decorrer do mesmo, e identificados os facilitadores e dificultadores encontrados para a promoção de acessibilidade.

3 - As reuniões de acolhimento aos estudantes com deficiência ocorrem após realização de matrícula até o início do semestre letivo de seu ingresso. A CAE faz contato por email e/ou telefone com o estudante para agendamento da reunião de acolhimento. Nesta reunião são esclarecidos os objetivos da CAE e os suportes ofertados para sua condição específica de deficiência (os quais poderá usufruir ao longo de sua trajetória acadêmica).

4 - Todos os estagiários e bolsistas de promoção de acessibilidade educacional que atuam diretamente com os estudantes com deficiência (seja na função de leitor, transcritor, acompanhante, ou quaisquer outras), são supervisionados semanalmente por profissionais da área. Nas supervisões são aprofundadas questões teóricas e práticas vinculadas à atuação. Além disso, são feitos os repasses e escolhidas as melhores condutas estratégicas para cada situação. Os estagiários da CAE que fazem estágio curricular obrigatório, também são supervisionados semanalmente pelos profissionais responsáveis.

5 - As articulações interinstitucionais vão desde consultas e visitas técnicas, até apoio em capacitações com temas afeitos à acessibilidade. Essa prática fomenta a troca de informações entre instituições diversas, bem como é uma forma de consolidar as ações da CAE. Neste item incluem-se as visitas de outras instituições, visitas de avaliação por parte do MEC, consultas nossas ao MEC e a outros núcleos de acessibilidade ou outras instituições, consultas recebidas de outros núcleos de acessibilidade ou outras instituições. O intuito é troca de informações, consultas, socialização da metodologia e proposta de trabalho, compartilhar estratégias.

6 - As reuniões de assessoramento à educação básica (Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil) têm o intuito de contribuir com a consolidação da acessibilidade educacional em todos os níveis de ensino da UFSC.

7 - São realizadas reuniões frequentes, nas quais as informações são repassadas e as condutas estratégicas delineadas em conjunto, com o intuito de construir o conhecimento e os pilares que sustentam a atuação de um setor (especialmente no momento de implantação e consolidação do trabalho) que são realizados no coletivo.

8 - As reuniões de estudo tem por objetivo analisar cuidadosamente, e com detalhes, os casos dos estudantes com deficiência que são acompanhados pelo setor, no sentido de aprofundar os conhecimentos acerca das deficiências e suas peculiaridades, assim como, pensar estratégias quanto a promoção da acessibilidade.

9 - Outro pilar de nossa atuação é a capacitação, no âmbito da UFSC, de professores, técnicos, estagiários/bolsistas e demais envolvidos. Por entendermos que a Instituição deve ser inclusiva, os saberes precisam ser compartilhados, de modo que todos os “atores” do processo de aprendizagem do estudante com deficiência estejam aptos a oferecer ao último o melhor suporte possível.

10 - Ao longo da nossa atuação, na esfera da UFSC, temos nos tornado um setor de referência no âmbito da Acessibilidade Educacional, desse modo, assessoramos pesquisas, fornecemos dados, ou seja, apoiamos investigações na própria UFSC e em outras instituições.

11 - A CAE está vinculada a uma série de projetos, seja com departamentos atrelados à UFSC, como com instituições externas, bastante reconhecidas na área da acessibilidade.

12 - Refere-se aos processos seletivos e/ou entrevistas realizadas com vistas ao preenchimento de vagas de estágio/bolsa para atuar diretamente junto aos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC, na promoção da acessibilidade educacional e acesso ao conhecimento, ou para desenvolver atividades no âmbito da CAE, auxiliando no trabalho interno, etc.

13 - São reuniões realizadas entre os diversos setores da UFSC, com o objetivo de tratar de assuntos relacionados a acessibilidade das pessoas com deficiência, oferecer orientações no que diz respeito ao acesso e permanência dos estudantes com deficiência no âmbito acadêmico, apoiar os diferentes setores da universidade para a melhoria da participação de pessoas com deficiência, etc. possibilitar a aproximação da CAE com os diferentes setores que atuam com acessibilidade como a Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes LIBRAS/Português, AAI, entre outros; setores vinculados a atividades-meio como a SETIC, a Diretoria-Geral de Comunicação, Imprensa, Pró-Reitorias, etc..

14 - A CAE tem efetiva participação em comissões como as de análise de documentação de candidatos com deficiência para ingresso na UFSC, tanto no âmbito da educação básica quanto no ensino superior, e em concursos para a carreira docente e técnico administrativa, assim como, de comissões de organização de eventos acadêmicos e de comissões para promoção de políticas institucionais. Essas comissões realizam reuniões regulares que são acompanhadas pelas servidoras do setor.

15 - Corresponde a participação dos membros da equipe técnica da CAE em eventos que tenham por objetivo trabalhar a questão da deficiência e acessibilidade, com vistas a apresentação de trabalhos de modo a propiciar a visibilidade de nossas ações institucionais, oferecer oportunidades para a atualização de conhecimentos, etc.

16 - As visitas Institucionais acontecem com o objetivo de apresentar o trabalho da CAE, bem como, conhecer o trabalho de outras instituições que desenvolvem atividades relacionadas as pessoas com deficiência, a fim de estabelecer ou fortalecer parcerias. 10 - As visitas Institucionais foram realizadas com o objetivo de apresentar o trabalho da CAE, bem como, conhecer o trabalho de outras instituições que desenvolvem atividades relacionadas as pessoas com deficiência, a fim de estabelecer ou fortalecer parcerias.

17 - São reuniões que acontecem entre a CAE e os demais setores da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades, bem como, reuniões com a Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades e o Diretor Administrativo.

18 - No dia 21 de setembro, dia nacional de luta da pessoa com deficiência, foram desenvolvidas atividades na UFSC, campus Florianópolis, de cunho artístico/cultural, bem como, ministradas palestras acerca dos direitos das pessoas com deficiência. Para isso, reuniões foram realizadas para planejamento e organização do evento.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro do exercício

É importante entender que a UFSC, como autarquia federal vinculada ao MEC, não tem autonomia sobre os fluxos financeiros, nem mesmo sobre a receita própria. O ciclo financeiro ocorre da seguinte maneira, a partir do empenho o bem é entregue ou o serviço é executado, estando tudo certo o gestor atesta e a operação é liquidada. A partir desse ponto tem-se o pagamento ao fornecedor. A partir das notas liquidadas, o MEC libera os recursos financeiros para o pagamento.

A Universidade Federal de Santa Catarina encerrou o ano de 2016 com todas as suas contas pagas. Apesar das grandes dificuldades sofridas no ano de 2015 com a crise econômica e a falta de repasse de recursos financeiros que gerou uma diferença entre o total de liquidado e pago na ordem de R\$ 12.645.707,42.

Pagar as dívidas referentes ao ano de 2015 além de manter em dia as contas do ano de 2016 somente foi possível em função do trabalho de sensibilização e de articulação dos Gestores da UFSC junto ao Ministério da Educação, junto a Bancada Federal Catarinense e, inclusive, junto aos próprios fornecedores. O resultado deste trabalho foi recompensado no final do ano de 2016 com a quitação de todas suas dívidas e regularização do processo de liquidação e pagamento dos fornecedores.

Esses dados demonstram que a UFSC conseguiu honrar com suas obrigações mesmo diante das restrições orçamentárias impostas pela crise econômica. Iniciar o ano de 2017 com resultados financeiros e orçamentários positivos diminuem as incertezas do efeito da crise e indicam um próximo ano ainda melhor.

A situação orçamentária e financeira que se apresenta no final de 2016 é totalmente diferente da que foi apresentada no final de 2015, pois a UFSC conseguiu honrar todos seus compromissos orçamentários do exercício de 2016 e, além disso, quitar dívidas de exercícios anteriores. Dentre os quais, destacamos principalmente a quitação da dívida com a Celesc, contratos terceirizados, aluguéis e publicações legais.

6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Com relação às medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos da UFSC, a maior parte das atividades da Universidade, em 2016, foi executada com os recursos orçamentários e financeiros oriundos do orçamento do MEC, aprovado através da LOA 2016. Há ainda, as receitas próprias advindas do recolhimento de taxas, multas e aluguéis, entre outras. Além destes, há os recursos descentralizados para a execução de projetos em áreas específicas de conhecimento. Tais instrumentos e fontes encontram-se descritos no próximo item.

6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

Além do seu orçamento, a Universidade recebe a descentralização de recursos de outros entes para a execução, através de instrumentos como os termos de descentralização, convênios e/ou contratos, resultado do exercício da política de captação de recursos para o ensino, pesquisa e extensão. O resumo desses recursos pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 135 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos

RECEBIDOS	UO	UG	GESTAO	NOME	2016	2015	2014	2013
Convenio/Descentralização	20204	243001	24208	INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO ITI	1.202.399,42	1.154.824,50	1.149.794,13	1.474.451,00
Convenio/Descentralização	22101	130101	00001	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS - MAPA	9.897.529,60	700.000,00	234.556,46	115.943,54
Convenio/Descentralização	24101	240102	00001	COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS-MCT	158.372,00	578.468,26	1.842.300,00	415.812,89
Convenio/Descentralização	24901	240901	00001	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO			0	1.938.948,29
Convenio/Descentralização	26101	150014	00001	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO SPO -MEC	2.014.058,62	42.000,00	118.409,22	3.000.000,00
Convenio/Descentralização	26104	152005	00001	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS-RJ		2.867.150,07		
Convenio/Descentralização	26231	153037	15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	261,92	4.328,51	408,28	1.185,04
Convenio/Descentralização	26234	153046	15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	2.953,19		1.219,02	
Convenio/Descentralização	26236	153056	15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.200,00	683,79		
Convenio/Descentralização	26241	153079	15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA			5.254,80	
Convenio/Descentralização	26243	153103	15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	14.646,40	14.101,02	164.672,88	1.223,10
Convenio/Descentralização	26244	153114	15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	7.345,65	9.471,70	2.545,01	531,50
Convenio/Descentralização	26245	153115	15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.889,99	2.264,19	6.190,40	
Convenio/Descentralização	26247	153164	15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA			733,68	
Convenio/Descentralização	26251	154419	26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS				2.120,00
Convenio/Descentralização	26255	153036	15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI		512,80		
Convenio/Descentralização	26258	153019	15246	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	1.999,92		466,22	
Convenio/Descentralização	26260	153028	15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS			799,23	
Convenio/Descentralização	26262	153031	15250	UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO			3.060,00	4.500,00
Convenio/Descentralização	26263	153032	15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS				13.920,00
Convenio/Descentralização	26266	154359	26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	4.216,94	2.901,24	360,44	
Convenio/Descentralização	26269	154034	15255	UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ		4.574,43		
Convenio/Descentralização	26271	152435	15257	DECANATO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - FUB				950,00
Convenio/Descentralização	26272	154041	15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO			2.111,00	

Convenio/Descentralização	26273	154042	15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	4.752,56	2.283,71		
Convenio/Descentralização	26275	154044	15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	2.188,18			
Convenio/Descentralização	26276	154045	15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		3.813,10		6.501,04
Convenio/Descentralização	26277	154046	15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO				3.600,00
Convenio/Descentralização	26284	154032	15270	FUND.UNIV.FED.DE.CIENC.DA SAUDE DE P.ALEGRE		3.671,47		696,17
Convenio/Descentralização	26290	153978	26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	398.708,50	324.557,44	913.015,97	402.239,01
Convenio/Descentralização	26291	154003	15279	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	5.689.948,60	7.296.169,03	11.914.508,73	11.313.733,28
Convenio/Descentralização	26298	153173	15253	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	783.875,47	3.906.926,27	4.435.642,59	7.958.402,19
Convenio/Descentralização	26419	158141	26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS		2.192,22		
Convenio/Descentralização	26422	158125	26422	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE			24.300,84	
Convenio/Descentralização	26434	158139	26434	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE		1.538,46		
Convenio/Descentralização	26438	158516	26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	97.200,00	72.900,00	800,00	1.116,80
Convenio/Descentralização	26440	158517	26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	4.900,00	2.100,00	12.800,00	2.500,00
Convenio/Descentralização	26441	158515	26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA			1.153,80	
Convenio/Descentralização	30107	200229	00001	ACADEMIA NACIONAL DA POLICIA RODOV. FEDERAL	300.000,00			
Convenio/Descentralização	30907	200333	00001	DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL- Fundo Penitenc.Nacional			686.804,00	160.097,98
Convenio/Descentralização	30911	200331	00001	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - Fundo Nac. De Segurança Pública	103.000,00	103.100,00	130.000,00	130.000,00
Convenio/Descentralização	30912	200246	00001	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS			8.400.718,00	10.000.145,32
Convenio/Descentralização	36901	257001	00001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE - Ministério da Saúde	40.171.589,76	16.704.032,70	43.845.687,28	31.018.095,92
Convenio/Descentralização	39101	390002	00001	SUBSECRETARIA DE PLANEJ.E ORÇAM.SETORIAL - Min. Dos Transportes	120.075,85	1.681.066,15	840.533,07	328.440,00
Convenio/Descentralização	39207	275075	27211	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	1.000.000,00			5.871.178,00
Convenio/Descentralização	39250	393001	39250	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	5.327.012,62	5.825.674,50	10.155.288,72	12.840.404,20
Convenio/Descentralização	39252	393003	39252	DEPART. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE	12.381.806,97	12.340.376,68	10.598.790,00	25.034.764,95
Convenio/Descentralização	41101	410002	00001	COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS/MC		314.453,97	4.149.712,44	2.382.480,52

Convenio/Descentralização	42101	420002	00001	COORD. GERAL DE ORCAM. FINAN. E CONTABILIDADE - Ministério da Comunicações		1.075.170,00		1.110.000,00
Convenio/Descentralização	42201	344001	34201	FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA		2.550,00		
Convenio/Descentralização	42204	403101	40401	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL		60.000,00		100.000,00
Convenio/Descentralização	42902	340002	00001	COORD.GERAL ORCAM. FINAN. E CONTAB./FNC		239.934,00		
Convenio/Descentralização	44101	440002	00001	SUBSECRET.DE PLANEJAM.,ORCAM.E ADMINIST.SPOA -Ministério do Meio Ambiente	254.767,46		702.122,38	
Convenio/Descentralização	44902	447001	00001	SETORIAL DO FUNDO NACIONAL DE MUD CLIMA				258.450,00
Convenio/Descentralização	49101	490002	00001	SUBSEC. DE PLANEJ., ORCAMENTO E ADMINISTRACAO - Ministério do Desenv. Agrário	2.304.905,06	1.303.304,94		332.473,83
Convenio/Descentralização	49201	373001	37201	DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA	3.723.715,79	1.954.743,11	9.273.006,62	9.182.326,39
Convenio/Descentralização	51101	180077	00001	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DPGE - Ministério do Esporte	335.737,05		467.631,22	7.967.655,72
Convenio/Descentralização	52101	110407	00001	DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORÇAMENTO E FINANÇAS - Ministério da Defesa		120.000,00		
Convenio/Descentralização	52111	110407	00001	DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORÇAMENTO E FINANÇAS - Ministério da Defesa	1.006,88			
Convenio/Descentralização	53101	530002	00001	MI/SE/DGE/ORCAMENTO E FINANÇAS - Ministério da Integ. Nacional	678.400,00			3.648.064,92
Convenio/Descentralização	54101	540001	00001	COORD.-GERAL DE PLANEJ.ORCAM.E FINANC.- CGPOF - Ministério do Turismo				1.400.000,00
Convenio/Descentralização	55101	550002	00001	SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/MDS - MDS e Combate a Fome	300.000,00	575.479,71	149.399,20	
Convenio/Descentralização	56101	560003	00001	SECRETARIA EXECUTIVA - MINIST.DAS CIDADES	6.142,32	1.005.751,30	30.000,00	5.080.821,00
Convenio/Descentralização	56902	560015	00001	FUNDO NACIONAL DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL		2.278.553,00		2.204.514,90
Convenio/Descentralização	58101	110008	00001	SECRETARIA EXECUTIVA-MPA			135.000,00	1.386.974,01
Convenio/Descentralização	62901	110591	00001	FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	10.147.483,00		9.974.202,00	7.587.205,00
Convenio/Descentralização	65101	200021	00001	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES			229.488,80	364.865,04
Convenio/Descentralização	67101	238012	00001	SECRETARIA DE POLIT. DE PROM.DA IGUALD.RACIAL			573.700,00	2.306.312,50
Convenio/Descentralização	68101	110680	00001	SECRETARIA DE PORTOS/PR	12.212.825,00	7.583.864,00	3.300.700,00	13.255.925,60
Convenio/Descentralização	68201	682010	68201	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	349.280,00	682.680,00	643.749,40	541.390,00
TOTAL					110.007.194,72	70.848.166,27	125.121.635,83	171.152.972,65

Fonte: SEPLAN/UFSC

A UFSC dispõe, ainda, de outros recursos para a execução de suas atividades, que são as receitas próprias arrecadadas, já descritas no item 2.3.6.

Quadro 136 – Receita Prevista e Arrecadada de 2013 a 2016

RECEITAS		FONTE	RECEITA PREVISTA				RECEITA REALIZADA			
			2016	2015	2014	2013	2016	2015	2014	2013
13110000	ALUGUÉIS	0250		1.684.431,00	1.845.913,00	1.753.223,00		1.743.763,65	1.956.727,77	1.398.936,96
13100111	ALUG./ARREND./FOROS/LAUDEMIO/TAR.OCUP.-PRINC	0250	2.193.870,00				2.776.604,43			
13101112	ALUG./ARREND./FOROS/LAUDEMIO/TAR.OCUP.-MUL.JUR	0250	20.807,00				6.426,56			
13153000	TAXA DE OCUPACAO DE IMÓVEIS	0250		148.793,00	153.622,00	226.189,00		124.048,68	102.446,81	146.460,68
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	0280	1.659.212,00				1.733.920,34			
13250000	REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0280		1.294.296,00	1.560.276,00	983.998,00		1.525.175,00	1.372.645,96	1.002.483,10
14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	0280	86.770,00				710.255,86			
14200000	RECEITA DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0250		148.762,00	185.204,00			56.500,00	90.609,64	185.203,78
14900000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0250						44.038,46		
15000011	RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	0250	730.990,00				361.648,29			
15202900	RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	0250		749.505,00	655.865,00	517.997,00		669.581,39	706.296,40	586.028,89
16000102	SERV. DE COM. LIVROS PERIÓD. MAT.ESC. E PUBLICID.	0250			3.070,00	2.789,00			1.050,00	2.250,35
16000501	SERVICOS HOSPITALARES	0250						75,00		
16000800	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0250						135,00	30,00	89,70
16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0250		5.797.872,00	2.929.610,00	8.755.317,00		3.414.947,96	5.587.239,67	5.553.208,94
16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	0250		199.453,00	208.856,00	245.915,00			74.662,01	190.773,02
16001900	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	0250		2.030.296,00	1.605.741,00	1.477.344,00		799.674,75	833.591,65	862.845,00
16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0250		2.685.950,00	4.463.550,00	3.146.130,00		2.161.086,10	1.805.759,11	2.267.057,03
16002200	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0250		5.318.954,00	18.523.015,00	19.371.681,00		1.168.912,70	3.861.542,81	3.488.221,66
16002400	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	0250								59,00
16005000	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250		5.940.000,00	9.690.948,00	10.237.069,00		4.411.205,65	6.320.855,44	4.415.662,86
16100111	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0250	19.983.000,00				9.623.657,02			
16100112	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	0250					20.455,98			
16100211	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250	5.800.000,00				6.142.033,57			
16100212	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0250					70,10			
16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	0250					72,00			

17000111	TRANSFER.DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	4.000.000,00							
17000211	TRANSF.DOS ESTADOS,DF E SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	500.000,00							
17000311	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	500.000,00							
17000411	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0281	1.010.989,00				67.533,71			
17400011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0250-0281					99.694,47			
17610000	TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E ENTIDADES	0281		3.000.000,00	0,00	215.015,00		230.433,04		
17620000	TRANSF.DE CONV. ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	0281		850.000,00	30.500.000,00	37.150.000,00			208.500,00	871.000,00
17630000	TRANS. CONV. DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	0281			101.082,00	196.093,00				71.600,00
17640000	TRANS. CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0281		2.493.249,00	708.623,00	1.463.648,00			528.576,78	297.808,43
18000000	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0177					26.923,96			
19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	0250					80,00			
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	538.121,00				6.754,95			
19100913	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-DIV.AT.	0100					65,00			
19180100	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUÉIS	0250		16.391,00	19.256,00	14.034,00		12.982,60	18.688,35	17.219,86
19180800	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	0250						186,54		
19189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0250		342.106,00	242.330,00	116.257,00		251.487,81	295.776,75	326.541,55
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250		162.092,00	49.737,00	50.417,00		57.929,15	193.503,94	131.001,75
19199900	OUTRAS MULTAS	0250		3.336,00	5.252,00	2.141,00		133,74	2.091,58	4.194,24
19219900	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0250		121.498,00	108.166,00	21.442,00		345.864,99	89.958,32	45.769,01
19219911	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	0250	46.448,00					366.036,55		
19219912	OUTRAS INDENIZACOES-MULTAS E JUROS	0250						103,56		
19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0100-0250						237.748,70	19.009,92	3.904,27
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0100-0250					421.159,03			
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0100-0250		607.386,00	569.156,00	2.372.327,00		4.006.981,82	1.184.880,10	552.587,64
19229911	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL	0100-0250	2.663.361,00					7.753.842,61		
19229912	OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS	0250						339.369,88		
19323600	REC.DIV.ATIVA MULTAS POR INFRAÇÃO-CONT. ADMIN	0100						2.096,67	2.296,04	
19909900	OUTRAS RECEITAS	0250						269,36		1.200,00
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0250						3.130,00		
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0263						5.982,81		
22140000	ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	0250							36.505,90	
22190000	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	0250		47.035,00					0	39.720,48
22200011	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-PRINCIPAL	0263						745,00		

76001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS	0250		8.545,00					15.132,00	7.840,00	
76002200	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS	0250		0,00	23.114,00	1.260,00					
TOTAL GERAL DA RECEITA				39.733.568,00	33.649.950,00	74.152.386,00	88.320.286,00	30.466.565,68	21.265.258,76	25.308.376,95	22.469.668,20

Fonte: SEPLAN/UFSC

Como é possível notar em ambos os quadros, os recursos sofreram uma expressiva diminuição nos últimos dois anos, especialmente em relação a 2014.

6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Os recursos captados através dos termos de execução descentralizada são aplicados conforme os seus respectivos planos de trabalho, respeitando as áreas de conhecimento às quais os termos se referem.

Já a alocação das receitas próprias se dá conforme a natureza da captação. Por exemplo, as taxas arrecadadas derivadas de projetos de pesquisa e de extensão são alocadas internamente respeitando as respectivas Resoluções Internas, de Pesquisa e de Extensão, e geridas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão na parte que lhes cabe e pelas Unidades Universitárias, respeitando a sua destinação para atividades de pesquisa e extensão.

Os aluguéis recebidos pelos espaços físicos locados são alocados internamente para o custeio de atividades voltadas para a Assistência Estudantil, e são geridos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Já os recursos provenientes da arrecadação da venda de passes do Restaurante Universitário ajudam a custear o funcionamento do mesmo. O mesmo ocorre com as multas recolhidas na Biblioteca Universitária. Da mesma forma, os recursos provenientes de concursos destinam-se a custear os próprios processos de concursos, tais como o caso do vestibular.

6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Bens Móveis

As rotinas de controle relativas a bens móveis na UFSC estão em processo de aprimoramento. Essas melhorias estão em linha com o enfoque patrimonial da contabilidade pública surgido em 2008, com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, em resposta à convergência aos padrões internacionais de contabilidade governamental.

Esse novo enfoque para a contabilidade, que é bastante positivo, principalmente no que diz respeito ao aumento da transparência, trouxe também vários desafios. A contabilidade governamental tinha, até então, um enfoque predominantemente orçamentário. Rotinas como depreciação, amortização e exaustão, reconhecimento de passivos independentemente da execução orçamentária, provisões trabalhistas e outras não eram comuns na administração pública.

Implementar essas rotinas, portanto, exige não só criar um novo sistema ou procedimento, mas conciliar e corrigir saldos contábeis incorretos ou imprecisos, ou mesmo registrar saldos que até então nunca foram alvos de contabilização na administração pública como um todo. Essa dificuldade não é exclusiva da UFSC, mas de todas as instituições, como reconhece a própria Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

No caso da UFSC, além dos desafios comuns a outros órgãos, trata-se de uma instituição de grande porte, que possui muitos bens, e que teve transposição de dados de um sistema informatizado para outro em 2010. Além disso, os saldos contábeis relativos a bens móveis precisam ser revistos, conciliados e, se necessário, corrigidos, tarefa complexa quando esses saldos são decorrentes de quase 57 anos de história.

Conciliação dos saldos contábeis de bens móveis

A necessidade de conciliação dos saldos relativos a bens móveis já vem sendo alvo de menção nos últimos relatórios de gestão e também foi apontado na Declaração do Contador de 2014 e 2015. Nesses últimos anos, trabalhamos no diagnóstico desses e de outros saldos a serem conciliados, mas nos concentramos principalmente em resolver o problema da depreciação. Paralelamente, no entanto, estudamos mecanismos para iniciar a conciliação, sendo que não havia, no sistema informatizado utilizado na UFSC, um Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB corretamente parametrizado.

A partir dos esforços para implementar a depreciação, conseguimos também viabilizar solução tecnológica para conceber o RMB, nos moldes exigidos pela STN, incluindo-se a classificação contábil do plano de contas vigente a partir de 2015. Esse feito, assim como a depreciação, só foi concretizado no final de 2015 e início de 2016, enquanto o sistema ainda estava disponível para lançamentos, o que significa que a depreciação foi lançada, mas a conciliação dos saldos dos bens se iniciaria a partir de janeiro de 2016.

A estratégia, assim, seria implementar a conciliação das movimentações de bens relativas ao exercício de 2016, inicialmente, para posterior e gradativamente conciliar também os exercícios anteriores. Vale ressaltar que completa conciliação dos saldos se dará ao longo dos próximos anos, haja vista que será necessário retroagir e verificar os lançamentos de bens que foram incorporados, movimentados ou alienados ao longo de toda a história da instituição.

Contudo, os primeiros três meses de 2016 algumas inconsistências no sistema, que só foram detectadas a partir do início da rotina de conciliação, se mostraram complexas de solucionar necessitando inclusive de intervenção do sistema informatizado. Vale destacar que o sistema informatizado estava em avaliação por uma equipe da SETIC em seu código fonte tendo em vista o encerramento do contrato da empresa fornecedora e, eventuais alterações do sistema somente seriam possíveis após a validação do código fonte por parte da equipe da SETIC.

Somado a isso, houve a mudança de gestão da UFSC sem que houvesse no DGP, o devido processo de transição, dificultando assim, a equipe que assumiu dar sequência a atividade, considerando que a própria equipe anterior estava tendo dificuldades em corrigir os problemas detectados. Outro fator é que a equipe que assumiu se envolveu com um processo de inventário bastante complexo, como um dos grandes desafios do Departamento de Gestão Patrimonial.

Portanto, a conciliação dos bens móveis foi iniciada, mas não foi finalizada em função das dificuldades apontadas, porém os trabalhos continuam.

Depreciação de bens móveis

Implementar a depreciação não foi tarefa fácil. Além de dificuldades tecnológicas, somou-se a limitação de pessoal, a falta de capacitação de parte dos envolvidos e, principalmente, o fato de a Administração Pública como um todo ter negligenciado essa rotina ao longo da história do País. Conseguimos corrigir o sistema para que se adequasse aos parâmetros legalmente exigidos, bem como aos critérios adotados pela STN, o que exigiu eliminar a depreciação que o sistema informatizado havia computado e refazer a depreciação mês a mês desde 2010. Eventuais erros que não puderam ser detectados nesta fase de implantação (naturais do processo) serão corrigidos imediatamente quando conhecidos, tendo em vista que não só a rotina de depreciação foi criada, mas também há o compromisso de constante aprimoramento desta.

Ocorre que foram detectadas algumas inconsistências no sistema, que estão sendo corrigidas, entretanto, se mostraram complexas de solucionar necessitando inclusive de intervenção do sistema informatizado. Vale destacar que o sistema informatizado estava em avaliação por uma equipe da SETIC em seu código fonte tendo em vista o encerramento do contrato da empresa fornecedora e, eventuais alterações do sistema somente seriam possíveis após a validação do código fonte por parte da equipe da SETIC.

Considerando a detecção da inconsistência citada, a depreciação foi lançada no Siafi e os saldos estão sendo conciliados com a depreciação que consta no sistema informatizado de gestão patrimonial. Os critérios seguidos para rodar a depreciação são aqueles estabelecidos pela STN, na macro-função 02.03.30 do Manual Siafi, a saber:

- a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

- o método de cálculo das parcelas de depreciação é o das cotas constantes, conforme os tempos de vida útil definidas na macrofunção citada.

- a base de cálculo da depreciação será o valor depreciável, que é a diferença entre o valor bruto do bem menos o valor residual.

- os percentuais de valor residual deverão ser aqueles estabelecidos pela macrofunção citada.

- os bens incorporados a partir de janeiro 2010 poderão ser depreciados imediatamente. Já aqueles incorporados antes dessa data de corte, somente serão depreciados após passarem por procedimento de avaliação inicial, tendo em vista que a base de valor para esses bens não é considerada confiável, em função da perda de poder aquisitivo da moeda ao longo dos anos e da não efetividade dos mecanismos de correção monetária.

Além dos critérios adotados pela STN, ficou estabelecido na UFSC que, num primeiro momento, somente serão depreciados os bens para os quais a STN estabeleceu os percentuais de valor residual e os tempos de vida útil. Consideramos prudente não iniciar a depreciação de bens que constam em classes contábeis que possam ter critérios diferenciados de depreciação, situação em que será necessário um estudo caso a caso, e será objeto de melhorias futuras.

Bens Imóveis

As rotinas de controle relativas a bens imóveis na UFSC estão em processo de aprimoramento. No caso da UFSC, além dos desafios comuns a outros órgãos, trata-se de uma instituição de grande porte, que possui muitos bens. Treze imóveis já foram cadastrados no SPIUnet, com base no IPCA-E, tal como sugerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, além de outro imóvel incorporado pelo preço de aquisição.. Destaca-se que não se trata de reavaliação, tal como definida na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014, uma vez que a reavaliação não é admitida por este normativo de forma indistinta, mas somente nos casos previstos no inciso II do art. 4º, em conjunto com o art. 6º, da mesma portaria.

Conciliação dos saldos contábeis de bens imóveis

Como tem sido relatado pela CRFP nos últimos Relatórios de Gestão, existe uma força-tarefa encarregada da regularização fundiária para que, como resultado, sejam registrados todos os bens, construídos ou adquiridos pela UFSC, no SPIUnet.

A conciliação dos saldos contábeis, portanto, limitou-se aos bens já registrados no SPIUnet, suas atualizações e inclusões. Todas as movimentações registradas no SPIUnet por profissional da UFSC, habilitado ao uso deste sistema, geram lançamentos contábeis que afetam os saldos das contas do grupo “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” no Siafi. Esses lançamentos precisam ser ratificados por contador lotado no DCF, que deve conferir a documentação que dá suporte aos lançamentos.

Com base nessa ratificação e também a partir de relatório de bens cadastrados no SPIUnet, informamos que os saldos dos dois sistemas, de bens registrados no SPIUnet e de saldos do grupo de “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, estão conciliados.

Depreciação de bens imóveis

Segundo a Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014, a depreciação relativa a bens imóveis da União será apurado mensal e automaticamente pelo SPIUnet, o que significa que não compete à UFSC realizar tal procedimento. Verificamos que os lançamentos de depreciação realizados no sistema, no entanto, não foram feitos automaticamente, mas de forma manual. Acreditamos que a SPU está buscando automatizar o sistema. De qualquer forma, a depreciação dos bens imóveis está sendo contabilizada.

Ativos Intangíveis

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª ed., são considerados Ativos Intangíveis “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade”. São exemplos de Ativos Intangíveis os softwares, os direitos de exploração, as licenças, as marcas e patentes, entre outros.

Conciliação dos saldos ativos intangíveis

A conciliação dos Ativos Intangíveis é uma obrigação prevista na Portaria STN nº 548/2015, anexo PIPCP, mas o prazo para a implantação do procedimento é até 31 de dezembro de 2018, com a obrigatoriedade de registro contábil a partir de 1º de janeiro de 2019.

Entretanto, pretendemos avançar nessa rotina ainda em 2017, como resultado do esforço que já vínhamos empreendendo no aprimoramento dos controles relativos a bens móveis.

Amortização

O procedimento de amortização é, segundo o MCASP, 6ª ed., “a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive Ativos Intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado”.

Os Ativos Intangíveis são classificados em aqueles com vida útil definida e os com vida útil indefinida. Segundo o MCASP, portanto, apenas os Ativos Intangíveis com vida definida serão objeto de amortização. Ou seja, somente os softwares com licença limitada por contrato, por exemplo, serão alvo de amortização, enquanto que aqueles para os quais a UFSC detêm a propriedade da licença por prazo indeterminado não serão incluídos nessa rotina.

O prazo para a implantação da rotina de amortização e início da contabilização são os mesmos definidos para o controle e conciliação dos ativos intangíveis, como definido na Portaria STN nº 548/2015, anexo PIPCP, mas pretendemos nos engajar para implementar essa rotina já no decorrer de 2017, paralelamente ao controle da depreciação.

Ajustes de exercícios anteriores

No processo de aprimoramento dos controles contábeis, decorrentes principalmente das inovações contidas nas NBC T SP e do MCASP, muitos dos ajustes necessários dizem respeito a fatos ocorridos a exercícios já encerrados.

Em respeito ao princípio da competência, tais ajustes, quando provocam efeitos modificativos no patrimônio da instituição, devem ter seus reflexos lançados em conta diretamente no Patrimônio Líquido, a fim de não impactar a apuração do resultado do exercício corrente.

Essa orientação foi seguida pela UFSC na maioria dos casos, principalmente nos ajustes relativos à depreciação, quando foram lançadas em uma mesma data as parcelas relativas aos exercícios de 2010 a 2014 e aquelas relativas a 2015. Contudo, alguns ajustes decorrentes de correções de erros imputáveis a exercícios anteriores, que puderam ser detectados graças ao aprimoramento que vem sendo implantado nos controles internos, tiveram seus reflexos lançados em conta que impacta o exercício de 2015.

A razão é que, com a implantação do novo Plano de Contas da União, em 2015, algumas das rotinas que existiam até 2014 não estavam disponíveis no ano corrente. Ou seja, não havia rotina específica no Siafi que possibilitasse a correção de erros de exercícios anteriores para algumas rotinas, o que significa que essas correções impactaram, indevidamente, o resultado do exercício de 2015.

Esse fato foi devidamente comunicado à Setorial Contábil do Ministério da Educação – MEC, já no início do ano, quando represamos os processos que dependiam desta resposta.

Os primeiros meses de 2016 a rotina continuou assim, após a STI fez os ajustes necessários e os lançamentos já foram feitos respeitando o regime de competência, respeitando os efeitos dos fatos contábeis modificativos, ou seja, atribuindo esses efeitos a exercícios anteriores em conta pertencente ao Patrimônio Líquido sem impactar o exercício atual.

Passivo Patrimonial

De acordo com o MCASP, 6ª ed., passivos representam “obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços”. Essas obrigações resultam, geralmente, como consequência de contratos, formais ou tácitos, ou de requisitos estatutários.

Ainda segundo o MCASP, há que observar que os passivos não se limitam ao que prevê o art. 58 da Lei nº 4.320/64, que os atos emanados por autoridade competente criam para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de condição (formalizado por empenho), mas abarca todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária. No setor público existem, portanto, dois tipos de passivo, o financeiro e o patrimonial, sendo aquele representado pela execução do orçamento e este pelos

passivos decorrentes de obrigação contratual que não estejam suportados pela execução orçamentária.

O reconhecimento de passivo patrimonial está em linha com as exigências dos normativos contábeis vigentes, assim como as provisões trabalhistas (férias, 13º salário etc.), que já vinham sendo contabilizadas desde quando a norma assim exigiu. Existem outros passivos, no entanto, que também precisam ser evidenciados, tal como provisões decorrentes de demandas judiciais trabalhistas e cíveis, quando for provável que a decisão judicial será em desfavor da instituição, ou contingências registradas em conta de controle, quando a ocorrência de um passivo depender da ocorrência ou não de uma condição, ou seja, quando foi incerto se haverá decisão judicial favorável ou desfavorável.

Ativo Patrimonial

Além dos passivos, existe também a obrigatoriedade do reconhecimento de ativos por competência, ou seja, resultantes ou não da execução orçamentária. Historicamente, a contabilidade governamental priorizou o controle contábil das receitas orçamentárias, o que se convencionou chamar de “regime de caixa”. Como prevê o art. 35, inciso I, da Lei nº 4.320/64, “pertencem ao exercício financeiro [...] as receitas nele arrecadadas”. Essa interpretação, no entanto, vale apenas para fins de controle do orçamento. Do ponto de vista contábil, e em respeito ao enfoque patrimonial, as receitas devem ser registradas mesmo que não tenha havido a arrecadação.

Desta forma, as receitas provenientes de contratos de concessão de espaço físico, de cessão de servidores para outras instituições e outras receitas decorrentes de contratos devem ser reconhecidas por competência, isto é, devem ser contabilizadas, independente de terem sido recebidas ou não. Além disso, em não havendo o recebimento no prazo determinado em contrato, tais créditos devem ser encaminhados para a inscrição em Dívida Ativa, com a correspondente transferência do ativo circulante para o ativo não circulante.

Complementarmente, deve-se proceder ao registro de provisão em face de eventuais não recebimentos de receitas provenientes desses contratos. Essa provisão precisa ter como base metodologia capaz de refletir o histórico de inadimplência, geralmente obtido a partir do controle de contas a receber da própria instituição.

Esta obrigatoriedade está prevista nas normas vigentes de contabilidade governamental, em especial na Portaria STN nº 548/2015, anexo PIPCP, que estabelece os prazos para essa e outras rotinas. A UFSC está envidando esforços para viabilizar o atendimento integral desta exigência.

6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A UFSC não possui sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas. As principais despesas (limpeza, portaria, segurança, energia, água, bolsas, aluguéis, manutenção, etc.) são alocadas diretamente à Administração Central, não havendo distribuição às Unidades. Despesas com diárias, passagens e serviços de terceiros são distribuídas às Unidades. Alguns recursos com destinação definida pelo Governo Federal são gerenciados pelas Unidades correspondentes (Colégio de Aplicação, NDI, PRAE), as quais analisam a utilização eficiente dos mesmos. O Departamento de Gestão Orçamentária da SEPLAN operacionaliza este processo de distribuição orçamentária.

A UFSC vem realizando um esforço para que mais despesas, iniciando com as de telefonia e impressão, sejam distribuídas às Unidades, tornando-as custos controláveis pelos Diretores. Ressalta-se que, para que um sistema de custos torne-se efetivo apoio ao processo de gestão, a identificação das unidades responsáveis pelos custos é fundamental.

As Universidades possuem estruturas complexas e a multiplicidade da execução de suas despesas torna a parametrização de um sistema de custos peculiar. De acordo com informação obtida no FORPLAD/ANDIFES, o SIC está em fase de testes para as Universidades Federais através de implantação de piloto em algumas Universidades.

Em observância à PORTARIA Nº 716, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011, e considerando o seu Art. 2º, que estabelece a competência do Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, em seu inciso “VI – Disponibilizar, em meios eletrônicos, instruções, procedimentos, metodologias de cálculo, recomendações técnicas e outros instrumentos que auxiliem o desempenho das atividades nos órgãos setoriais”, a UFSC aguarda ainda os resultados da implantação do piloto já mencionado, e/ou instrução normativa por parte do STN com orientações para o caso específico das IFES. Por este motivo não possuímos até o momento um plano de implantação do uso do SIC na UFSC.

6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis e as notas explicativas encontram-se disponíveis no sítio institucional <http://dcf.proplan.ufsc.br/demonstracoes/>.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

7.1.1 Formas para o efetivo acompanhamento das deliberações do tribunal

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dispõe de uma Coordenadoria de Controle e Acompanhamento, vinculada à unidade de Auditoria Interna (AUDIN), responsável pelo registro e acompanhamento das demandas advindas dos Órgãos de Controle Externo (TCU) e Interno (CGU).

A CCA/AUDIN não possui sistemas informatizados para acompanhamento das demandas de órgãos de controle, o que facilitaria sobremaneira o acompanhamento.

No caso das demandas do TCU em Acórdãos, os gestores estão cientes de que as diligências, quando recebidas em qualquer unidade da UFSC, devem ser imediatamente comunicadas à Coordenadoria de Controle e Acompanhamento da AUDIN para registro, controle de prazos e emissão de relatórios por solicitação ou para compor o Relatório de Gestão.

A exceção são os acórdãos relacionados ao julgamento de atos de concessão de aposentadoria/pensão e admissão de pessoal, que são diligenciados pelo TCU diretamente à área de pessoal da UFSC, em que o controle de prazos é feito diretamente na unidade de pessoal, com posterior encaminhamento para a unidade de Auditoria Interna para ciência e inclusão das informações no Relatório de Gestão.

A Coordenadoria de Controle e Acompanhamento não possui programa específico para registro e acompanhamento das demandas, porém já apresentou esta necessidade à unidade de tecnologia da informação.

7.1.2 Deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício

Nos acórdãos encaminhados à UFSC em 2016, o TCU apresentou 96 determinações, sendo que 69 foram atendidas e 27 ficaram pendentes de atendimento, todas resultantes de julgamento de atos de admissão, ou de concessão de aposentadoria e pensão.

As determinações referentes a exclusão do percentual de 3,17% dos seus pagamentos foram totalmente atendidas. Das determinações para a exclusão da hora-extra, 61 (sessenta e um) servidores tiveram a exclusão da rubrica da hora-extra de seus pagamentos no exercício de 2016. Os demais servidores serão devidamente notificados para posterior exclusão da hora-extra.

7.1.3 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento em acórdãos de exercícios anteriores

Quadro 137 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento em acórdãos de exercícios anteriores

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.1	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015																															
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação																																			
UFSC – Pró-Reitoria de Pesquisa																																			
Descrição da determinação/recomendação																																			
[...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que: 1.7.1. implemente, para cada um dos indicadores acompanhados pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), metas institucionais que reflitam a produção das pesquisas no âmbito geral da universidade, informando as medidas adotadas nas próximas contas a serem apresentadas; [...]																																			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas																																			
<p>Alguns indicadores frequentemente relacionados à produção científica e tecnológica adotados pelas universidades brasileiras, além dos órgãos de fomento oficiais são apresentados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produções bibliográficas • Produções artísticas e culturais • Produções técnicas • Patentes depositadas • Projetos de pesquisas • Orientações de Mestrado e Doutorado concluídas • Orientações de Mestrado e Doutorado em andamento • Bolsas de pesquisa (iniciação científica, produtividade) • Cooperação internacional <p>É desejável que estes indicadores, e suas variáveis, tenham desempenho positivo e é isso que vem ocorrendo na UFSC nos últimos anos, resguardadas as variações estatísticas (ver Relatórios de Atividades anuais (http://propesq.ufsc.br/home/relatorios-gestao/) e Tabelas 1 e 2). Ressalta-se que há uma defasagem temporal para alguns dos índices na medida, por exemplo, em que um artigo aceito em um ano pode ser publicado somente no ano seguinte.</p> <p>Essas séries históricas orientam a instituição na priorização das ações, lembrando que a grande parcela dos recursos utilizados na pesquisa nos estabelecimentos federais, a Ufsc inclusive, não vem do seu orçamento, mas é captado em diversas fontes, públicas e privadas, nacionais ou internacionais.</p> <p>No Brasil mais de 90% da pesquisa é feita nas Universidades, em seus laboratórios e Programas de Pós-Graduação. Para conseguir os maiores conceitos, os Programas esforçam-se em melhorar a qualidade e, até certo ponto, a quantidade da ciência que produzem.</p> <p>A produção científica e tecnológica constitui-se em um dos principais referenciais de desempenho que, de alguma maneira, agregam os indicadores citados sob a forma de avaliações de programas de pós-graduação feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (tabela 1) e de rankings universitários (tabela 2).</p> <p style="text-align: center;">Tabela 1. Conceitos dos programas de pós graduação UFSC</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Conceitos</th> <th colspan="3">Períodos</th> </tr> <tr> <th>2004-2006</th> <th>2007-2009</th> <th>2010-2012(13)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3</td> <td>12</td> <td>7</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>21</td> <td>23</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>19</td> <td>19</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>4</td> <td>7</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>7</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Total cursos</td> <td>57</td> <td>59</td> <td>86</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: www.propg.ufsc.br e www.capes.br</p> <p>Em complemento à tabela 1, neste período a UFSC passou de 57 para 86 programas de pós-graduação e somente 1 curso baixou de conceito em 2007-2009 e outro em 2010-2012. Todos os demais ampliaram o seu desempenho ou mantiveram a nota do período anterior. <u>Ou seja, necessariamente houve melhoria dos indicadores.</u> Ressalta-se ainda que normalmente os programas de pós-graduação iniciam suas atividades com conceito 3.</p> <p>O “impulso” necessário para alcançar metas está sempre presente nos Programas de Pós-Graduação e isto</p>					Conceitos	Períodos			2004-2006	2007-2009	2010-2012(13)	3	12	7	21	4	21	23	30	5	19	19	18	6	4	7	14	7	1	3	3	Total cursos	57	59	86
Conceitos	Períodos																																		
	2004-2006	2007-2009	2010-2012(13)																																
3	12	7	21																																
4	21	23	30																																
5	19	19	18																																
6	4	7	14																																
7	1	3	3																																
Total cursos	57	59	86																																

reflete-se diretamente na atividade de pesquisa e vice-versa. Pode-se fixar metas de formação de pessoal (x Doutores por ano, por exemplo) mas fixar que, em decorrência dessa formação, y artigos de alto fator de impacto ou z patentes devem ser obtidas é muito difícil. O que queremos dizer com isso é que o aumento da atividade de pesquisa (com mais recursos, com mais formação de pessoal, com mais parcerias público-público e público-privado, etc.) é que levará à melhoria dos indicadores. A fixação de metas em indicadores de qualidade poderá levar à números irreais. Tais metas não preveem, por exemplo, o corte de recursos orçamentários, a disponibilidade de recursos não orçamentários, o perfil dos ingressantes nos programas de pós-graduação, etc..

Tabela 2. Ranking universidades brasileiras

Ano	Posição Geral	Nota Geral	Posição Pesquisa	Nota Pesquisa	Nota max pesquisa
2012	9º	77,95	9º	51,47	55
2013	7º	91,70	8º	37,40	40
2014	7º	91,79	10º	38,61	42
2015	7º	92,04	9º	38,84	42
2016	8º	92,13	10º	38,61	42

Fonte: <http://ruf.folha.uol.com.br>

Com relação à tabela 2, além de haver uma estabilidade relativa de posição, pode-se afirmar que houve uma melhoria dos resultados absolutos, sobretudo nos 3 últimos anos. Estes resultados demonstram que as atividades de pesquisa desenvolvidas na UFSC são reconhecidas por organismos externos e que têm uma tendência de desempenho positiva.

A Pró-Reitoria de Pesquisa acompanha de perto estes indicadores para perceber tendências positivas ou negativas e, ao mesmo tempo, oferecer ferramentas e facilidades institucionais que aumentem o impacto dos resultados da produção intelectual da UFSC em setores sociais e econômicos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que provê os recursos para manter a estrutura da Universidade;

Nesta lógica, foi implementado e disponibilizado para os gestores e pesquisadores programas, ferramentas e procedimentos visando agilidade de tramitação e provimento de dados mais confiáveis para promoção de políticas institucionais. O objetivo destas ações é aumento qualitativo (e também quantitativo) da produção intelectual individual e coletivo, via Departamentos, Centros de Ensino e Pró-Reitoria. O primeiro sistema é o aprimoramento da ferramenta para registro de projetos de pesquisa (<https://sigpex.sistemas.ufsc.br>) que permite a obtenção e cruzamento de dezenas de informações. Este sistema permite que o pesquisador, ao fazer seus relatórios anuais, possa rapidamente apontar na sua produção/formação de pessoal quais itens relacionam-se a cada projeto.

A segunda ferramenta, ainda em testes, é um extrator de dados do Lattes dos pesquisadores da UFSC (<http://ipu.homologacao.ufsc.br/>) que permite ver em tempo real, vários indicadores como os acima mencionados, da instituição como um todo e de cada pesquisador individual, tornando-se um instrumento importante de gestão e avaliação.

Os dois sistemas permitem análise dos principais indicadores, e podem ser acessados via IDUFSC. Se o TCU e/ou CGU tiverem interesse em acessar os sistemas, basta entrar em contato com a PROPESQ para forneceremos senhas de acesso.

A terceira ação é o programa “Tramita fácil”, que visa a melhoria contínua na tramitação administrativa dos projetos de pesquisa na UFSC. Este programa foi implantado em maio de 2016 e os primeiros resultados operacionais serão implementados a partir de março/2017 (<http://tramitafacilufscbr.paginas.ufsc.br/recepcao-tramita-facil/>)

A quarta ação, mais ampla, diz respeito à Política de incentivo à pesquisa e cooperação científica, com a criação do fundo de apoio às atividades de pesquisa, em 2016, a manutenção do número de bolsas de iniciação científica (mesmo com cortes do orçamento da UFSC em 2016), o apoio à participação em eventos e na publicação de artigos, ampliação da divulgação das competências científicas da instituição e maior aproximação do setor produtivo, entre outros.

Finalmente, o estabelecimento de metas objetivas para cada indicador tem sido discutido nacionalmente, mas não há consenso em como isto pode ser conduzido. Na área da pesquisa e da inovação, uma única produção pode ser mais significativa em impactos humano, social e econômico do que várias produções que em pouco avançam o conhecimento. O que isto quer dizer é que o sistema de ciência, tecnologia e inovação (CTI) do Brasil e do mundo tem valorizado muito mais a qualidade do que quantidade. Ou seja, o estabelecimento somente de metas quantitativas não necessariamente significa melhorias na performance da instituição.

O investimento em ciência e tecnologia em termos de impacto para a sociedade pode também ser avaliado

pela empregabilidade dos egressos, pelo reconhecimento de laboratórios por programas nacionais como INCT, Embrapii, Inmetro; pela participação da instituição em parques tecnológicos e incubadoras de empresas, pela criação de empresas com a contribuição da instituição, pelo credenciamento ou descredenciamento de professores em programas de pós, diante do planejamento adotado pelo programa; pela Progressão funcional de professores, etc..

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.1	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR
UFSC – Departamento de Gestão Patrimonial / PROAD

Descrição da determinação/recomendação

[...]
1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:
[...]
1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:
1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:
1.7.2.1.1. elaboração e manutenção de cadastro ou sistema de controle integrado para a gestão patrimonial;
[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

PROAD (DGP):
A formalização de normativos e manuais que orientem os servidores na gestão patrimonial da Universidade está sendo considerada. Conforme posicionamento da direção do DGP, a ideia é desenvolver um plano de trabalho contendo ações, metas, prazos e responsáveis para solução das pendências apontadas nos trabalhos de auditoria. Nesse sentido, ao final de 2016 um cronograma (abaixo transcrito) foi proposto, em atendimento à recomendação do item 1.1.1.3 2 (ID 159961 do sistema Monitor da CGU) do relatório 201504911, aplicável à manifestação deste item 1.7.2.1.1.
Em razão da mudança de gestão ocorrida em maio de 2016, sugere-se um novo cronograma para o desenvolvimento dos manuais:
Plano de Ação:
• Março/2017: Levantamento dos processos a serem descritos nos manuais e definição dos manuais a serem confeccionados.
• Responsável: DGP por meio de seus setores internos.
• Abril a Julho/2017: Elaboração das minutas dos manuais.
• Responsável: DGP.
• Agosto/2017: Apresentação das minutas à PROAD.
• Responsáveis: DGP, PROAD.
• Setembro e Outubro/2017: Período para correções e adaptações propostas pela PROAD.
• Responsável: DGP.
• Novembro/2017: Período para revisões e correções textuais.
• Responsáveis: GR.
• Dezembro/2017: Apresentação dos manuais à PROAD para aprovação e demais encaminhamentos.
• Responsáveis: DGP, PROAD.
• Janeiro/2018: Divulgação dos manuais à comunidade universitária.
Prazo para atendimento: Janeiro de 2018

GR (CRFP):

A base que alimentará o banco de dados georreferenciado para a gestão dos imóveis da UFSC, está sendo criada com a elaboração do inventário de bens imóveis.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara	1.7.2.1.2	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015

	(Contas 2013)			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:</p> <p>1.7.2.1.2. elaboração e manutenção de indicadores para a identificação de fragilidades, bem como para o acompanhamento dos processos envolvidos na gestão dos bens imóveis;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR (CRPF): A formalização das rotinas internas de gestão de bens imóveis, com as atribuições e o fluxo de informações, para que os registros e informações mantenham-se atualizados, necessitaram de uma pesquisa documental e a organização dos dados adquiridos. Desta forma foi viabilizada a elaboração do inventário de bens imóveis, que será finalizado e publicado em abril de 2017. Este inventário será a base para a organização de todos os processos envolvidos na gestão dos imóveis.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.3	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:</p> <p>1.7.2.1.3. avaliação de mercado dos imóveis para fins de atualização contábil (as avaliações estão sendo obtidas pelo "Valor Venal" determinado pela Prefeitura de Florianópolis);</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR (CRFP): Devido à importância desta informação, foi detectada a necessidade de estruturar um banco de dados, com valores e características de imóveis semelhantes aos nossos, para a utilização nos processos das avaliações que devem ser pautadas por normas regulamentadoras e nas normativas da SPU. Neste sentido, com apoio do professor de avaliações do Departamento de Engenharia Civil, e da Secretaria do Patrimônio da União, está sendo desenvolvido um modelo matemático para a determinação dos valores das avaliações. Cabe salientar que as informações do inventário de bens imóveis balizarão as avaliações.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.4	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

UFSC - Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura / SEOMA
Descrição da determinação/recomendação
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:</p> <p>1.7.2.1.4. diagnóstico do estado dos prédios, o qual serviria de base à programação anual de manutenção e reforma dos imóveis (essa programação tem sido feita com base em histórico de manutenções em anos anteriores);</p> <p>[...]</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>SEOMA (DMPI): A Universidade Federal de Santa Catarina, após a mudança de administração, em maio de 2016, reforçou a estrutura operacional para atendimento na área de projetos, obras e manutenção da estrutura física de suas instalações. Foi criada a Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente – SEOMA, vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, que coordena os quatro departamentos nessa área: Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia – DPAE, Departamento de Fiscalização de Obras – DFO, Departamento de Manutenção Predial e Infraestrutura – DMPI e Prefeitura Universitária – PU.</p> <p>O objetivo dessa alteração de estrutura foi justamente o de dar mais agilidade aos processos ligados à área de obras e manutenção física. O DMPI que era um departamento vinculado a PU, agora é ligado diretamente a SEOMA. Anteriormente o DPAE e o DFO estavam subordinados a Pró-Reitoria de Planejamento e a PU, e conseqüentemente o DMPI, vinculados a Pró-Reitoria de Administração. Esta separação, por vezes, dificultava o fluxo de processos. Uma solicitação, que aparentemente seria uma simples manutenção, com o DMPI, poderia necessitar de uma alteração de projeto, com o DPAE, e com isto, a burocracia de passar de uma pró-reitoria para outra, muitas vezes, retardava o andamento dos serviços. Hoje, com todos os departamentos vinculados à SEOMA, e fisicamente muito próximos, ficou mais fácil a comunicação e a tomada de decisões.</p> <p>O DMPI, que é o órgão responsável direto pela manutenção da estrutura física da UFSC, trabalha com contratos de empresas prestadoras de serviços para manutenção, como nos casos da parte elétrica, parte hidráulica e climatização, e com serviços contratados através de Atas de Registro de Preços. Todos estes serviços atendem a manutenção corretiva, mas, em vários deles, já se consegue programar a manutenção preventiva.</p> <p>Conforme recomendações o DMPI vem se estruturando para elaborar um plano de manutenção para todas as edificação da Universidade. Devido a grande diversidade de itens que necessitam de algum tipo de manutenção corretiva e preventiva, o Departamento vem fazendo os levantamentos das necessidades de manutenção por áreas específicas, por exemplo possuímos contratos para:</p> <p>Manutenção de extintores e mangueiras (Processo nº 23080.016519/2016-38), cujo objeto e fazer a recarga e testes em extintores, e testes nas mangueiras anualmente. O levantamento dos tipos e das quantidades de extintores foi realizado pelos técnicos do Departamento.</p> <p>Manutenção das Redes elétricas de baixa e média tensão (Processo 23080.067893/2015-11) cujo objeto é o atendimento de manutenção corretivas e também está previsto várias rotinas de manutenção que foram elaboradas pelos técnicos do Departamento.</p> <p>Manutenção de Sistema de Alarme contra incêndio (Processo 23080.022683/2015) cujo objeto e fazer a manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de alarme contra incêndio e iluminação de emergência. Devido a falta de padronização dos sistemas, a grande quantidade de sistemas e o número insuficiente de servidores para fazer o levantamento dos mesmos optamos por contratar uma empresa, que será paga por horas técnicas, para fazer esse levantamento em conjunto com servidores da CRFP e do DMPI, dos problemas e posterior manutenção dos sistemas.</p> <p>Manutenção de Redes Hidráulicas e de Esgoto (Processo nº 23080.02599/2014-88), tem por finalidade a manutenção corretivas das redes hidrossanitárias da Universidade. Estamos iniciando a elaboração de um novo processo de licitação para incluir rotinas de manutenção preventivas nas redes hidrossanitárias.</p> <p>Manutenção de Sistemas de Ar condicionado (Processo nº 23080.02599/2014-88), tem por finalidade a manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de condicionamento de ar e Refrigeração, a empresa responsável apresentou Plano de Manutenção Operação e Controle, onde foram catalogados todos os equipamentos e as rotinas de manutenção.</p> <p>Manutenção de Elevadores (Processo nº 23080.059741/2013-82), tem por finalidade a manutenção de</p>

<p>todos os elevadores da Universidade.</p> <p>Manutenção de Telhados e estruturas de madeira (Processo nº 23080.030183/2016-16), tem por finalidade a manutenção corretiva e preventiva dos telhados da Universidade, por se tratar de uma área que necessita de ação rápida para evitar danos ao patrimônio, anualmente elaboramos uma ata de registro de preços com uma estimativa da quantidade dos serviços a serem executados. Nas situações onde verificamos a necessidade de uma intervenção maior é feito um levantamento dos serviços a serem executados e é elaborado um contrato específico.</p> <p>Em 2016 o Departamento encaminhou os seguintes processos para licitação:</p> <p>Processo nº 23080.067833/2016-89, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção (conservação, reparação e restauração) das portas corta-fogo e instalações dos sistemas hidráulicos de combate ao incêndio das edificações da Universidade. Conforme levantamento realizado por técnicos do DMPI e da CRFP foi verificado que alguns sistemas hidráulicos de combate a incêndio necessitam de manutenção corretiva bem como as portas corta-fogo.</p> <p>Processo nº 23080.077219/2016-25, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Instalações de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) . Da mesma forma após levantamentos por técnicos do DMPI foi verificado que os sistemas de GLP necessitam de manutenções corretivas e preventivas (trocas de válvulas e testes de estanqueidade).</p> <p>Processo nº 23080.075334/2016-65, cujo objeto é Contratação de empresa para reforma das quadras externas e urbanização do complexo esportivo do Centro de Desportos. Após levantamento feito por vários técnicos do DMPI, foi elaborado um projeto para reforma do complexo esportivo do Centro de Desportos para melhorar as condições de uso do local.</p> <p>Processo nº 23080.040849/2016-44, cujo objeto é a Reforma parcial da Moradia Estudantil incluindo execução de impermeabilização da cobertura, recuperação de revestimentos e boxes das acomodações e áreas de vivência. Após levantamento feito pelos técnicos do DMPI foi elaborado um projeto de reforma da moradia estudantil para melhorar as condições do local.</p> <p>Além dos processos citados foram encaminhados outros para contratação de empresa para manutenção de pintura (Processo nº 23080.054406/2016-31), manutenção de divisórias e forros (Processo nº 23080.057008/2016-76), manutenção predial, pisos cerâmicos, esquadrias, revestimentos entre outros serviços (Processo nº 23080.063229/2016-83), manutenção de calçadas e estacionamentos (Processo nº 23080.066336/2016-63), manutenção de esquadrias de alumínio e portas de vidro temperado (Processo nº 23080.072959/2016-75). Esses serviços são licitados anualmente devido a necessidade de atendimento das demandas dos Centros de Ensino das áreas administrativas da Universidade.</p> <p>A recém criada Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente – SEOMA irá elaborar um cadastro com cada edificação do campus com suas características e que neste mesmo cadastro possam ser anotadas todas as manutenções realizadas e as programadas. Todas as reformas realizadas também ficarão registradas e os projetos atualizados. Este cadastro será elaborado em conjunto com vários setores da Universidade.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.5	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:</p> <p>1.7.2.1.5. avaliação de riscos na gestão dos bens imobiliários próprios ou locados de terceiros;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR (CRFP): Em 8 de dezembro de 2016, através da Portaria nº 2758/2016/GR, foi instituída comissão para estabelecer diretrizes para elaboração do planejamento da UFSC, a qual, dentre outras ações, caberá o estudo de implantação da Gestão de Risco na UFSC.				

A comissão terá o prazo de três meses para conclusão de seus trabalhos.
Este assunto será tratado pela comissão designada para organizar a equipe de análise de risco da instituição.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.2	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2.2. realização de registro e atualização no SPIUnet dos imóveis com áreas desatualizadas, registrando as devidas benfeitorias;</p> <p>[...]</p> <p>Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 013 - Rec. 001 – ID 91882)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR (CRFP): Após as atualizações dos imóveis já cadastrados no SPIUnet, e a inclusão de um novo registro: RIP imóvel 8105 00600.500-5 (Edifício Santa Clara), houve a necessidade efetuar uma pesquisa documental para a inclusão dos demais imóveis da UFSC. Desta forma foi viabilizada a elaboração do inventário de bens imóveis. Este inventário será a base para o cadastramento dos demais imóveis.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.3	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2.3. realização de registro no SPIUnet dos imóveis locados de terceiros;</p> <p>[...]</p> <p>Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 013 - Rec. 002 – ID 91883)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR (CRFP): Após as atualizações dos imóveis já cadastrados no SPIUnet, e a inclusão de um novo registro: RIP imóvel 8105 00600.500-5 (Edifício Santa Clara), houve a necessidade efetuar uma pesquisa documental para a inclusão dos demais imóveis da UFSC, inclusive os locados de terceiros. Desta forma foi viabilizada a elaboração do inventário de bens imóveis. Este inventário será a base para o cadastramento dos demais imóveis.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.4	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2.4. realização de registro no SPIUnet dos imóveis de modo que cada construção tenha um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado;</p> <p>[...]</p> <p>Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 013 - Rec. 003 – ID 91884)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR (CRFP): Após as atualizações dos imóveis já cadastrados no SPIUnet, e a inclusão de um novo registro: RIP imóvel 8105 00600.500-5 (Edifício Santa Clara), houve a necessidade efetuar uma pesquisa documental para a inclusão dos demais imóveis da UFSC. Desta forma foi viabilizada a elaboração do inventário de bens imóveis. Este inventário será a base para o cadastramento dos demais imóveis.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.3.	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.3. faça constar no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) relativo ao próximo exercício ações de controle e de monitoramento da implementação das recomendações anteriores da Auditoria Interna, com foco na gestão patrimonial da entidade, fazendo constar os resultados alcançados nas próximas contas a serem apresentadas;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Auditoria Interna incluiu no PAINT de 2015 ação de monitoramento da implementação das recomendações oriundas dos relatórios de auditoria da AUDIN. Esta ação foi executada e o resultado relativo à gestão patrimonial foi utilizado em auditorias da CGU-R/SC (Ordens de Serviço 201504911 e 201504913).</p> <p>No PAINT 2016 também foi incluída ação de monitoramento com previsão no seu escopo de ação na área de gestão patrimonial. A AUDIN não concluiu o trabalho até o final do exercício de 2016, o que deve ocorrer até fev/mar de 2017.</p> <p>No PAINT 2017 novamente foi incluída ação de monitoramento, o que deve ocorrer no último quadrimestre.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara	1.8	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015

	(Contas 2013)			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.8. reiterar à Universidade Federal de Santa Catarina as determinações constantes dos itens 1.5.1, 1.5.3 e 1.5.4 do Acórdão 2.519/2010-2ª Câmara, informando nas próximas contas as providências adotadas, alertando à unidade jurisdicionada que o descumprimento reiterado de determinação do Tribunal enseja a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p> <p>[...]</p> <p>Ac. 2.519/2010-2ª Câmara, itens 1.5.1, 1.5.3 e 1.5.4:</p> <p>1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que:</p> <p>1.5.1. Regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente a Lei 6.120/1974 e o Decreto 99.509/1990, mediante a cobrança, por todo o período de vigência do referido contrato, do aluguel mensal devido com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados;</p> <p>[...]</p> <p>1.5.3. observe os arts. 64, 67, 86, incisos I e II, e 95 do Decreto-lei 9.760/46, bem como a Portaria/SPU 205/2002, para a fixação do aluguel mensal a ser cobrado pela cessão de área para a Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC;</p> <p>1.5.4. apure os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se em critérios legais, e adote as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores devidos;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>PROAD: Em resposta à solicitação, encaminhamos à Procuradoria Federal junto à UFSC o processo digital nº 23080.078883/2016-91 para que fossem fornecidas informações atualizadas acerca da Ação Ordinária nº 5001490-29.2015.4.04.7200 / SC. Em resposta, o Procurador-Chefe em exercício, Dr. Genésio Nollí Filho, através do documento Informações nº 00001/2017/PFUFSC/PGF/AGU, de 6 de janeiro de 2017 (anexo), nos informa que, tendo sido interposta Apelação ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, visando a reforma do julgado e almejando-se total procedência dos pedidos da UFSC, a decisão sobre o tema ainda não foi tomada.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.1	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Gabinete do Reitor				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.9.1. avalie a conveniência e oportunidade de implementar processo de seleção para as funções e cargos de natureza gerencial, com base no princípio da impessoalidade, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a transparência e a concorrência, exigindo, para os cargos eletivos, o cumprimento de capacitação na área gerencial;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>GR:</p> <p>Tendo em vista que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a alta Administração da UFSC é composta pelo Reitor e sua equipe de pró-reitores e secretários, cargos estes de confiança do Reitor; - que os diretores das unidades acadêmicas (centros de ensino), chefes de departamento e coordenadores 				

de curso são eleitos pelos pares; - que as demais funções gerenciais são funções gratificadas e, portanto, de escolha dos gestores; - que não há no quadro da UFSC cargos de gestor; - que a UFSC está implantando uma Escola de Gestores com acesso a todos os seus servidores; Estimamos que não é conveniente a implantação de processo de seleção.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.3	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2.3. fazer constar previsão da necessidade de capacitação contínua dos auditores internos, e a respectiva política, nos normativos a serem criados referentes à atuação da auditoria na entidade;</p> <p>[...]</p> <p style="text-align: center;">Informação da CGU: Recomendação redirecionada para a recomendação do Relatório 201407315 (Constatação 007 - Rec. 001) = Desenvolver projeto de regulamento próprio para as atividades da Auditoria Interna a fim de submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário da UFSC (ID 67881 – “reiterada prorrogada” segundo posição da CGU no Relatório 201502634 de junho/2015 - atualização do PPP da UFSC)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AUDIN: Esta recomendação está contemplada no Capítulo VI – “Da Capacitação Profissional” da minuta de Regimento da Auditoria Interna, conforme artigos 25 e 26:</p> <p>Art. 25. A política de capacitação dos servidores da Auditoria Interna deverá integrar a política de capacitação e desenvolvimento dos demais servidores da UFSC, sendo assegurada a inclusão no Plano Anual de Capacitação da UFSC a oferta de cursos na área de controle e o acesso dos servidores da AUDIN aos cursos de capacitação ofertados que estejam relacionados ao desenvolvimento profissional e institucional.</p> <p>Art. 26. A UFSC deverá incentivar e proporcionar condições para que os servidores da Auditoria Interna participem de eventos e atividades externas que tenham por objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento profissional, em função de sua atuação multidisciplinar, que exige um conjunto de conhecimentos técnicos e experiências para as tarefas a serem executadas.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.4	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2.4. desenvolver projeto de regulamento próprio para as atividades da Auditoria Interna a fim de submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário da UFSC;</p>				

[...]				
Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 007 - Rec. 001 – ID 67881)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AUDIN: O regulamento próprio da AUDIN tramitando nas instâncias superiores da Instituição. A minuta de Regimento da Auditoria Interna está sendo analisada pelo Conselho Universitário. Em 27/10/2016 o processo 23080.039415/2016-00 foi encaminhado pelo Conselho Universitário ao Gabinete da Reitoria para designação de novo relator. Em 25/10/2016 a AUDIN encaminhou Memorando 53/2016/AUDIN ao Magnífico Reitor apresentando proposta de alteração da minuta, por necessidade de correções de incongruências detectadas.</p> <p>Informação complementar do GR em 23/11/16: Informamos que, tendo recebido a solicitação do então Auditor, em 1º de julho de 2016, encaminhamos para inclusão na pauta do Conselho Universitário em 04 de julho. O Despacho nº 35/2016/CUn designou, em 08 de julho, o Conselheiro Wilson Erbs como relator. Este, por sua vez, baixou em diligência o processo, a fim de consultar preliminarmente a Procuradoria Federal junto à UFSC. O parecer do Procurador Chefe foi emitido em 02 de setembro, tendo sido devolvido ao Relator que, em 20 de outubro, restituiu o processo à Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais tendo em vista o término de seu mandato como Conselheiro do Conselho Universitário. Como tal restituição deu-se após a realização da Sessão ordinária de outubro e não havendo tempo hábil para designação de novo relator e posterior inclusão na pauta da sessão de novembro, aguarda-se que seja possível a designação de novo relator a fim de apresentar o parecer na sessão ordinária de dezembro ou, na outra hipótese, nas primeiras sessões de 2017.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.5	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2.5. prever a existência de rotinas de avaliação e gestão de riscos em regulamento próprio do funcionamento da Auditoria Interna;</p> <p>[...]</p> <p style="text-align: center;">Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 009 - Rec. 001 – ID 67883):</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AUDIN: Esta recomendação está contemplada no Capítulo VII – “Dos Trabalhos de Auditoria” da minuta de Regimento da Auditoria Interna, conforme artigos 27, § 2º:</p> <p>Art. 27. Os trabalhos de auditoria serão realizados de acordo com as ações previstas no PAINT, que contemplará as ações de auditoria a serem executadas no exercício seguinte.</p> <p>[...]</p> <p>§ 2º A ações de auditoria constantes do PAINT serão selecionadas preferencialmente com amparo no resultado da avaliação de riscos e nos critérios da materialidade, relevância e criticidade. Além disso, no PAINT/2017 está prevista ação de elaboração do manual de auditoria interna, quando serão pormenorizadas as rotinas de avaliação e gestão amparadas em matriz de risco.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.6	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna UFSC – Gabinete do Reitor				
Descrição da determinação/recomendação				
[...] 1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que: [...] 1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno: [...] 1.9.2.6. elaborar estudo sobre a avaliação e gestão de riscos dentro da UFSC. [...] Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 009 - Rec. 002 – ID 67884)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
GR: Em 8 de dezembro de 2016, através da Portaria nº 2758/2016/GR, foi instituída comissão para estabelecer diretrizes para elaboração do planejamento da UFSC, a qual, dentre outras ações, caberá o estudo de implantação da Gestão de Risco na UFSC. A comissão terá o prazo de três meses para conclusão de seus trabalhos.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.10.1	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Secretaria de Planejamento e Orçamento				
Descrição da determinação/recomendação				
[...] 1.10. dar ciência à Universidade Federal de Santa Catarina sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas ao saneamento e à adoção de providências que previnam ocorrências semelhantes em próximas prestações de contas: [...] 1.10.1. inclusão indevida de responsáveis não arroláveis no Rol de Responsáveis, a exemplo de membros dos Conselhos Universitário e de Curadores, contrariamente ao que dispõe o art. 10, caput, da IN TCU 63/2010. [...]				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
SEPLAN: Informamos que nas próximas edições do Relatório de Gestão a nominata do Rol de Responsáveis será emitida em conformidade com as normas vigentes.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.10.2	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas UFSC – Pró-Reitoria de Graduação				
Descrição da determinação/recomendação				
[...] 1.10. dar ciência à Universidade Federal de Santa Catarina sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas ao saneamento e à adoção de providências que previnam ocorrências semelhantes em próximas prestações de contas: [...]				

1.10.2. não realização de concurso público para provimento de vaga de professor afastado definitivamente dos quadros, a exemplo das situações identificadas no item 2.1, alínea “e”, do Relatório de Auditoria de Gestão 201407315 da CGU, contrariamente ao disposto no § 3º, art. 9º, do Decreto 94.664/1987.

[...]

Relatório 201407315, item 2.1, alínea “e”:

2.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de avaliar os mecanismos de controles internos que assegurem o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão dos docentes, com vistas à consecução dos objetivos básicos da UFSC, foram realizados levantamentos de informações (reuniões) e análises documentais no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e no Centro de Ciências da Saúde (CCS), especificamente em relação aos cursos em Letras e de Medicina, respectivamente.

A partir da análise documental e das reuniões realizadas, tornou-se possível analisar cada um dos tópicos citados a seguir:

[...]

e) Sistemática de contratação de professores substitutos, percentuais de contratados, prazos e fundamentação legal das contratações: cada departamento de ensino submete a demanda de contratação de professor substituto diretamente à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a qual verifica se há a devida justificativa e o necessário amparo legal.

Relativamente à observância do limite legal de 20% do total de docentes efetivos na contratação de professores substitutos (Lei n.º 8.745/93, art 2º, parágrafo 2º), não foi identificada extrapolação do mesmo, uma vez que na UFSC, em 31/12/2013, esta relação era de 15%.

Ainda de acordo com as informações prestadas pelo CCE e pelo CCS, referentes, respectivamente, aos Cursos em Letras e Curso de Medicina, havia, em 31/12/2013, 26 professores substitutos com contrato em vigor. Consultando a situação desses 26 professores substitutos no SIAPE, não foram identificados casos em que tenha sido ultrapassado o prazo de 2 anos de permanência.

Visando também a verificar se no âmbito da UFSC as contratações de professores substitutos observam o art.9º, parágrafo 2º, do Decreto nº 94.664/1987, foram selecionados, aleatoriamente, 07 professores substitutos de um total de 26, que, segundo os dirigentes do CCE e do CCS, compunham os quadros de pessoal dos Cursos em Letras e de Medicina.

Da análise, verificou-se que houve três casos selecionados em que os professores que serviram de justificativa para a contratação de substituto se aposentaram em 2004 e 2005, o que, em princípio, estaria ensejando descumprimento do §3º, Art. 9º, do Decreto 94.664/1987, haja vista que as vagas de tais afastamentos definitivos (aposentadorias) não estariam sendo preenchidas com a contratação de professores efetivos/concursados. A respeito do assunto, a UFSC foi questionada, tendo os gestores se manifestado no sentido de que tais aposentadorias não constam do banco de equivalentes da UFSC, e que, portanto, não poderiam servir de referência para contratação de professor efetivo.

[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

PROGRAD:

1. No ano de 2007 foi constituído através da Portaria Normativa Interministerial Nº 22/MEC, em cada Universidade Federal, como instrumento de gestão administrativa de pessoal, para simplificar o processo de contratação dos professores nas universidades públicas federais, um banco de professores-equivalente, de modo que cada universidade passou a promover concurso público para provimento de cargo docente, além de contratar professor substituto, a partir da existência de cargo vago no quadro da universidade. No entanto, as vacâncias anteriores a 2007, que possibilitavam a abertura de concurso para professores efetivos, não foram incorporadas pelo banco de professores-equivalente, e não tiveram seus códigos repostos pelo Ministério da Educação, inviabilizando assim a nomeação de novos professores efetivos para a reposição do quadro da UFSC.

2. No ano de 2011 foi publicada a Portaria Interministerial nº 22/MPOG/MEC, autorizando a contratação de professores temporários para atender a demanda do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do Governo Federal. E em 2013 esses contratos foram

encerrados pelo Ministério da Educação, desligando 150 (cento e cinquenta) professores da UFSC, que atuavam há 2 (dois) anos no programa, o que gerou um déficit no quadro de docentes em atendimento aos cursos abarcados no programa de expansão.

3. Após este período, a UFSC não recebeu códigos de vagas suficientes para recompor todo o quadro de docentes efetivos para atendimento a demanda dos cursos implantados no programa Reuni. Visando manter a vigência dos cursos abarcados pelo programa, que atendem semestralmente a centenas de alunos regularmente matriculados, fez-se necessária a reposição do quadro mediante a contratação de professores substitutos, em conformidade com o Decreto 7.485/2011 (que trata do banco de professor-equivalente) e conforme prevê a Lei nº 8.745/1993 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

4. Devido à necessidade da contratação imediata de professores para atuarem nos cursos que não possuem docentes efetivos para atender a demanda, foi autorizado, até o ano de 2015, a abertura de processos seletivos simplificados em razão de vacâncias de professores do quadro da UFSC, anteriores a 2007, não incorporadas ao banco de professores-equivalente, e que não tiveram seus códigos repostos pelo Ministério da Educação, o que possibilitaria a abertura de concurso público para ingresso de professores efetivos para o quadro da UFSC.

5. Desde 2014, a PROGRAD vem trabalhando no sentido de reduzir gradualmente a utilização dessas justificativas que mantém professores substitutos, auxiliando os departamentos de ensino na redistribuição das cargas horárias das disciplinas entre os professores efetivos, bem como mantendo as tratativas com a Reitoria dessa universidade, que vem intermediando junto ao Ministério da Educação a reposição de códigos de vagas para atendimento aos cursos que foram criados pelo Programa Reuni e demais cursos que ao longo dos anos estão sendo implantados na UFSC. Embora o Ministério da Educação ainda não tenha redistribuído códigos de vagas suficientes para atender essas necessidades, em 2016, com o apoio administrativo da PROGRAD e da PRODEGESP aos departamentos de ensino, e as nomeações ocorridas no presente ano, em razão do concurso público para docentes do Magistério Superior, aberto pelo Edital nº 154/DDP/2015, conseguiu-se extinguir o uso dessas vagas.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.1	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Pró-Reitoria de Administração
UFSC – Gabinete do Reitor

Descrição da determinação/recomendação

[...]

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

9.8.1. contratação de serviços de divulgação institucional (Contrato 116/2011) por meio de inexigibilidade de licitação, contrariando o art. 25 da Lei 8.666/1993, e sem a adequada justificativa dos preços cobrados;

[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

GR:

Apuração feita através do Processo nº 23080.020284/2011-74

Processo julgado em 19/08/2016 através do Julgamento nº 09/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 19/08/2016, o qual decidiu pelo arquivamento dos autos.

Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC.

Síntese da decisão:

Nos autos do Processo nº 23080.020284/2011-74 foi instaurada comissão de sindicância para apuração dos fatos levantados pela CGU-R/SC, a qual concluiu que “em relação à alegação de suposto superfaturamento, esta Comissão entende que não há nos autos qualquer comprovação deste fato”. Porém, a Nota Técnica nº 00042/2015/JUR/PFUFSC/PGF/AGU, do Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais da Procuradoria Federal junto à UFSC, ratificada pela então coordenadora jurídica da referida Procuradoria, sugeriu “rejeitar parcialmente o relatório da comissão, uma vez que não atendeu à recomendação inicial, qual seja, a verificação se de fato houve ou não sobrepreço ou superfaturamento nos preços contratados”, haja vista que “não há nos autos qualquer prova técnica capaz de estabelecer o

atendimento à recomendação supra”.

Ainda, a referida nota técnica sugeriu a realização de perícia técnica para proceder à análise dos preços praticados, a fim de subsidiar o julgamento do presente processo.

Em 12 de junho de 2015, o então chefe de gabinete, através do Despacho nº 477/2015/GR, rejeitou o relatório da comissão e determinou a realização de auditoria/perícia técnica pelo Departamento de Contabilidade e Finanças no prazo de trinta dias.

Em 1º de abril de 2016, quase um ano após a solicitação, a então diretora do DCF/SEPLAN retornou o processo ao Gabinete da Reitoria, justificando o atraso do processo e manifestando que a incumbência de realização da perícia técnica não cabia àquele Departamento, não atendendo, portanto, à solicitação feita.

Dessa forma, o processo foi encaminhado à Auditoria Interna, que informou o não cabimento de nova ação de controle, no caso, de nova auditoria.

Considerando a reestruturação da gestão da Universidade e a reorganização de sua estrutura interna, e tendo em vista que a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) é o órgão da Administração Central da Universidade responsável por sua gestão orçamentária, financeira e contábil, o processo foi encaminhado ao secretário da SEPLAN, para nomeação de um técnico especializado para a realização da perícia técnica solicitada, no prazo de vinte dias, a fim de subsidiar o julgamento dos autos.

Em resposta, sobreveio o Memorando nº 009/2016/SEPLAN, do Secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC, que ressaltou que a contratação dos serviços de publicidade e divulgação executados pela empresa Zero Hora Editora Jornalística (RBS) foi embasada na inexigibilidade de licitação aconselhada pelo então Procurador Chefe junto à UFSC. O parecer da Procuradoria à época aprovou a contratação da empresa RBS através de inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25, caput, da Lei 8.666/93. O caput do artigo 25 da Lei 8.666/93 trata da inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, que no caso do presente processo foi verificada pela abrangência dentro do Estado de Santa Catarina do grupo RBS, conforme demonstrado na documentação anexada aos autos.

Ainda, de acordo com a análise do Secretário da SEPLAN, a Agência de Comunicação da UFSC (AGECOM) segundo relatório final da comissão, foi induzida ao erro e instruiu o processo para a execução de uma inexigibilidade de licitação sob o argumento de que havia a impossibilidade de competição para a execução dos serviços solicitados. Com este fim, não houve a preocupação de juntar aos autos orçamentos diversos, uma vez que somente a empresa contratada tinha condições de executar tais serviços com a qualidade requerida e necessitada pela UFSC.

Sendo assim, no Julgamento dos autos foi acolhido o relatório de conclusões finais da comissão de processo administrativo disciplinar, que sugere o arquivamento do caso, entendendo que o servidor Moacir Loth é inocente em relação aos fatos imputados, que os administradores/ordenadores de despesa foram induzidos a erro pelo procurador-chefe à época, assim como que não há nos autos qualquer comprovação de superfaturamento, bem como o Memorando nº 009/2016/SEPLAN, no qual o secretário de planejamento e orçamento sugere o arquivamento dos autos.

Entendeu-se, dessa forma, que, na hipótese em análise, não poderia ser rejeitado o relatório da comissão, tendo em vista que a comissão diligenciou no sentido da resolução do caso, inquirindo testemunhas, avaliando as manifestações das partes e analisando o processo, pelo que concluiu acertadamente pelo arquivamento do processo, concluindo pela falta de elementos que caracterizassem sobrepreço ou superfaturamento; que o servidor Moacir Loth não era responsável por contratar a empresa, questionar valores ou avaliar a necessidade de licitação; assim como que os administradores/ordenadores de despesa foram induzidos ao erro pelo procurador-chefe à época, por isso a contratação por meio de inexigibilidade de licitação, fato que motivou a apuração da responsabilidade dos procuradores no Processo nº 00435.003947/2013-95 na Advocacia-Geral da União, caso que não interfere no objeto do presente processo.

Igualmente, considerando que a própria SEPLAN, órgão responsável pela avaliação técnica do sobrepreço/superfaturamento entendeu que a comissão alcançou seu objetivo, concordando com as suas conclusões e amparando-se em princípios da administração, destacando a desnecessidade de uma perícia técnica custosa à UFSC em fatos que ocorreram há mais de cinco anos, principalmente em tempos de crise financeira. Assim sendo, não caberia à Reitoria, amparada em somente ilações de uma possível irregularidade, deixar de aprovar o entendimento da comissão e do órgão técnico responsável pela apuração.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.3 do Ac. 2.498/2011 -TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Conselho de Curadores				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:</p> <p>[...]</p> <p>9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p> <p style="padding-left: 40px;">Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p style="padding-left: 40px;">1.6.1.3 – à comprovação de despesas de contratos e convênios por meio de pagamentos feitos às fundações de apoio (item 2.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915)</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.</p> <p>Conselho de Curadores:</p> <p>A respeito de questões levantadas no acórdão citado, foi aprovada pelo Conselho de Curadores, na sessão do dia 15 de dezembro de 2016, a Resolução Normativa nº 15/2016/CC, que está em fase de publicação. A mesma define normas que regulamentam as prestações de contas por parte das fundações de apoio, em relação aos contratos e convênios firmados com a Universidade, com base na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/2010. Na resolução constam questões relacionadas aos aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade, além dos documentos que devem compor, ou fazer parte, da prestação de contas derivadas de projetos com as fundações de apoio.</p> <p>E, quanto à questões relacionadas no item 1.6.1.3 do Acórdão nº 2.498/2011-TCU-2ª C (citado no Acórdão nº 8.352/2016-TCU-2ª C), na Resolução Normativa nº 15/2016/CC, em seu art. 7º, consta a necessidade de apresentação pela coordenação do projeto, de relatório de cumprimento do objeto em relação as ações programadas conforme constam no plano de trabalho do projeto, além das metas e resultados alcançados diretamente relacionados ao mesmo.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.9 do Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:</p> <p>[...]</p> <p>9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens, 1.6.1.9,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p>				

Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.9 – evitar o fracionamento de despesas em contratações por dispensa de licitação devido a falhas de planejamento das necessidades mensais, anuais e globais; a instituição de rotinas padronizadas de planejamento das necessidades de materiais e serviços diversos, para cumprimento por parte dos setores requerentes da UFSC, de modo que as necessidades possam ser agrupadas e licitadas periódica e centralizadamente pela PROINFRA, mantendo-se sempre a modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo, com vistas a diminuir efetivamente o volume de despesas com aquisições fracionadas por meio de dispensa de licitação; a inclusão entre as rotinas a serem padronizadas e cumpridas por todos os setores requerentes, a de apresentação, por parte de cada requerente, da estimativa de suas necessidades por período trimestral, semestral e anual, por meio dos dados de consumo de períodos anteriores da totalidade de materiais e serviços, bem como, também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de forma a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais; a análise do conjunto das dispensas realizadas; e a identificação dos serviços e materiais que poderiam ser viabilizados através de contratos de manutenção e de fornecimento, parcelado ou conforme demanda (item 4.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);

[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.

PROAD:

O Departamento de Compras (DCOM) elaborou um manual de compras cujo teor do item 1.4.1 – Dispensa de Licitação tem a orientação para que o fracionamento seja evitado. Também é encaminhado pelo DCOM para os Departamentos e Unidades de Ensino o Calendário Anual de Compras (Memorando Circular nº 20/2016/DCOM), cujo objetivo é o de subsidiar o planejamento das compras das unidades/departamentos requerentes.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.10 do Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente

Descrição da determinação/recomendação

[...]

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

[...]

9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;

Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.10 – ao estabelecimento de rotina de elaboração de orçamento prévio de quantitativos a executar para contratação de pequenos serviços por técnicos da PU/ETUSC (item 4.1.1.2, do RA/CGU-SC nº 243.915)

[...]				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.</p> <p>SEOMA: Desde 2012 o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia DPAE conta com a Assessoria de Orçamento de Obras (AOO) que tem como objetivo principal elaborar os orçamentos de referência para a contratação de Projetos e licitações de Obras para todos os Campi da UFSC. O principal objetivo da criação da assessoria foi melhorar a qualidade dos orçamentos realizados, adequando às normativas vigentes e buscando a economicidade nas contratações realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>A partir de 2013 da criação do Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura o número de dispensas de licitações para contratação de serviços de engenharia foi drasticamente reduzido, em virtude da utilização de atas de registro de preços que abrange praticamente todos os serviços de manutenção predial.</p> <p>Nos casos onde é necessário a contratação de serviços por dispensa, os técnicos da Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente fazem o levantamento dos serviços para posterior encaminhamento para pesquisa de preços com as empresas da região. Na maioria dos casos os preços de mercado somente são solicitados para itens não previstos no SINAPI.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.13 do Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:</p> <p>[...]</p> <p>9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p> <p style="padding-left: 20px;">Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p style="padding-left: 20px;">1.6.1.13 – à verificação, previamente à contratação, da adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI, bem como os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29, em relação aos preços dos produtos/materiais utilizados e constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, para, se for o caso, apurar responsabilidades e a eventual devolução de valores, com relação aos processos de dispensas de licitações n.ºs. 11.219 e 11.232/2009 (item 4.1.3.1, do RA/CGU-SC nº 243.915)</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.</p>				

SEOMA:

Recomendação 01 e 02 (Relatório 243915, item 4.1.3.1):

Desde 2012 o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia DPAE conta com a Assessoria de Orçamento de Obras (AOO) que tem como objetivo principal elaborar os orçamentos de referência para a contratação de Projetos e licitações de Obras para todos os Campi da UFSC. O principal objetivo da criação da assessoria foi melhorar a qualidade dos orçamentos realizados, adequando às normativas vigentes e buscando a economicidade nas contratações realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina

A partir de 2013 da criação do Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura o número de dispensas de licitações para contratação de serviços de engenharia foi drasticamente reduzido, em virtude da utilização de atas de registro de preços que abrange praticamente todos os serviços de manutenção predial.

Nos casos onde é necessário a contratação de serviços por dispensa, os técnicos da Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente fazem o levantamento dos serviços para posterior encaminhamento para pesquisa de preços com as empresas da região. Na maioria dos casos os preços de mercado somente são solicitados para itens não previstos no SINAPI.

Recomendação 03 (Relatório 243915, item 4.1.3.1):

Os processos mencionados referem-se a serviços realizados no ano de 2009. Desta forma, agora, depois de sete anos, fica muito difícil precisar os serviços realmente realizados. Naquela época, estes processos de dispensa de licitação, após a definição dos serviços necessários, iniciava com a visita ao local dos serviços com as empresas participantes do processo. No local, eram mostrados todos os serviços necessários a todas as empresas participantes e respondidas todas as dúvidas. No caso dos dois processos citados pela equipe de auditoria não conseguimos agora, ter certeza de todos os serviços realizados. Alguns serviços que não constam no orçamento podem ter sido realizados. O que era considerado era o orçamento global para o total dos serviços.

Visualizamos os processos citados e verificamos que neles não havia um orçamento prévio elaborado pela administração. Dessa forma, os orçamentos eram apresentados pelas empresas participantes do processo. Como já citado anteriormente, nestes casos, não temos como precisar tudo o que foi executado.

Atualmente, para todo e qualquer serviço necessário de manutenção inicia com o levantamento de todos os serviços necessários e um orçamento prévio por parte da administração, não dando margem a qualquer dúvida.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.17 do Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC: Pró-Reitoria de Administração

UFSC: Conselho de Curadores

Descrição da determinação/recomendação

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

[...]

9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;

Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.17 – a orientação às fundações de apoio acerca da necessidade de observância da legislação federal relativa às normas para licitações e contratos da administração pública, bem como para que executem despesas vinculadas ao objeto contratado; a oficialização às fundações de apoio contratadas a respeito da obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, bem como de que os mesmos sejam atestados, tempestivamente, por agente responsável pelo

recebimento efetivo do bem adquirido ou que acompanhe a prestação do serviço; a manutenção de controle unificado de todos os contratos com fundações de apoio, solicitando formalmente a apresentação de contas tempestiva das fundações de apoio contratadas, e instaurando, se for o caso, o respectivo processo de tomada de contas especial; a previsão, ou proibição expressa, de acordo com o caso, de pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas nos convênios/contratos com entidades sem fins lucrativos, ou, no caso de previsão, o estabelecimento do montante e as regras que permitam que este pagamento seja liquidado; a especificação, nos convênios firmados pela UFSC, dos gastos elegíveis no âmbito do projeto, bem como o detalhamento suficiente do objeto e do Plano de Trabalho dos contratos e convênios da Universidade, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas; a abstenção de aprovação de despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho (itens 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.3.1.1, 4.3.2.1 e 4.3.2.2, do RA/CGU-SC nº 243.915).

[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.

Conselho de Curadores: A respeito de questões levantadas no acórdão citado, foi aprovada pelo Conselho de Curadores, na sessão do dia 15 de dezembro de 2016, a Resolução Normativa nº 15/2016/CC, que está em fase de publicação. A mesma define normas que regulamentam as prestações de contas por parte das fundações de apoio, em relação aos contratos e convênios firmados com a Universidade, com base na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/2010. Na resolução constam questões relacionadas aos aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade, além dos documentos que devem compor, ou fazer parte, da prestação de contas derivadas de contratos de repasse relativo a projetos com as fundações de apoio.

E, quanto à outras questões pontuais relacionadas no item 1.6.1.17 do Acórdão nº 2.498/2011-TCU-2ª C (citado no Acórdão nº 8.352/2016-TCU-2ª C), está sendo elaborado pela equipe técnica do Conselho de Curadores um Manual de Procedimentos com orientações para as fundações e aos coordenadores a este respeito.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.3	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

Descrição da determinação/recomendação

[...]

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

[...]

9.8.3. exigência de amostras para todos os participantes de determinados itens licitados nos Pregões Eletrônicos 33/2010 e 389/2010, em desacordo com o art. 30 da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência vigente, a exemplo do Acórdão 491/2015-TCU-Plenário;

[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.

HU:

<p>Nº Constatação 005 – Nº Recomendação 001 (Item 13.1.2.1 do Rel. 201203109): Já foram incluídos nos editais das licitações que as amostras serão analisadas em conformidade com as características constantes das especificações e o prazo foi alterado para cinco dias. O Hospital segue a orientação e solicita a amostra apenas do primeiro classificado. No caso de reprovação, solicita ao segundo classificado e assim sucessivamente. Nº Constatação 005 – Nº Recomendação 002 (Item 13.1.2.1 do Rel. 201203109): Quanto ao recebimento dos materiais, o procedimento ocorre, porém apenas de maneira quantitativa, pois não há servidor com qualificação técnica para conferir quantitativamente os materiais. Além disso, por tratar-se de materiais muito específicos, onde apenas um pequeno detalhe pode fazer a diferença, há casos que a má qualidade só é percebida no momento da sua utilização. Nestes casos, o produto é recolhido e devolvido à empresa, que é notificada e que fica sujeita as punições previstas na legislação vigente.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.4	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...] 9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes: [...] 9.8.4. ausência de fundamentação legal para exigências no edital do pregão Eletrônico 154/2011, contrariando o art. 27 da Lei 8.666/1993, caracterizando-se como fatores restritivos à competitividade do certame; [...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara. HU: Nº Constatação 006 – Nº Recomendação 001 (Item 13.1.2.2 do Rel. 201203109): Os editais do HU para contratações de serviços restringem-se as exigências da legislação e seguem os parâmetros definidos pela IN02/2008 do MPOG. Nº Constatação 006 – Nº Recomendação 002 (Item 13.1.2.2 do Rel. 201203109): Sempre que há disponibilidade orçamentária os servidores são incentivados a realizarem capacitações técnicas.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.5	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...] 9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes: [...] 9.8.5. restrição á competitividade em razão de exigência indevida de capacidade técnica no Pregão</p>				

Eletrônico 55/2011, contrariando os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30 da Lei 8.666/1993; [...]				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.</p> <p>HU: Nº Constatção 008 – Nº Recomendação 001 (Item 13.1.2.4 do Rel. 201203109): Os editais do HU para contratações de serviços restringem-se as exigências da legislação e seguem os parâmetros definidos pela IN02/2008 do MPOG.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.6	535/2016- TCU/SECEX-SC	26/7/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara.</p> <p>[...]</p> <p>9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:</p> <p>[...]</p> <p>9.8.6. diversas impropriedades na aquisição de aparelhos de amplificação sonora individual – AASI, mediante inexigibilidade de licitação, junto a empresas selecionadas por meio de prévio credenciamento, contrariando os arts. 2º e 25 da Lei 8.666/1993;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>HU: Itens 13.1.3.1, 13.1.3.2, 13.1.3.3 e 13.1.3.4, do Rel. 201203151: O HU possuía processo licitatório para adquirir os aparelhos de amplificação sonora individual, mas atualmente, por não estar mais credenciada pelo SUS para realizar os procedimentos de fonoaudiologia, não adquirimos mais esse objeto.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
016.406/2009-0	2.616/2011-2ª Câmara (Contas 2008)	1.5.1.2.1	429/2011- TCU/SECEX-SC	02/06/2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<p>UFSC – Pró-Reitoria de Administração UFSC – Gabinete do Reitor UFSC – Conselho de Curadores</p>				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.5.1. Determinar a UFSC que:</p> <p>[...]</p> <p>1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas:</p> <p>1.5.1.2.1. sobre o atendimento, no âmbito das suas competências, das determinações emanadas pelo Acórdão TCU nº 2.731/2008 - Plenário, objeto de auditoria feita pelo TCU (Processo nº 017.177/2008-2),</p>				

avaliando, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES com suas fundações de apoio;
[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

PROAD e GR: Encontra-se em tramitação o Processo nº 23080.035294/2013-76, que trata de Minuta de Resolução Normativa sobre as normas que regulamentam as relações entre a Universidade Federal de Santa Catarina e suas Fundações de Apoio. Analisando a tramitação do processo, verifica-se que o mesmo se encontra na Pró-Reitoria de Pesquisa para que seja constituída nova comissão a fim de revisar a resolução proposta.

As obrigações das Fundações serão normatizadas a partir da homologação da Resolução Normativa pelo Conselho Universitário.

Conselho de Curadores: A respeito de questões levantadas no acórdão citado, foi aprovada pelo Conselho de Curadores, na sessão do dia 15 de dezembro de 2016, a Resolução Normativa nº 15/2016/CC, que está em fase de publicação. A mesma define normas que regulamentam as prestações de contas por parte das fundações de apoio, em relação aos contratos e convênios firmados com a Universidade, com base na Lei nº 8.958/94 e no Decreto nº 7.423/2010. Na resolução constam questões relacionadas aos aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade, além dos documentos que devem compor, ou fazer parte, da prestação de contas derivadas de projetos com as fundações de apoio. Esta resolução não substitui ou revoga a Resolução Normativa nº 13/CUn/2011, mas sim complementa.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.243/2007-9	1.185/2007 – 2ª Câmara (Representação)	8.1	1660/2007-TCU/SECEX-SC	11/06/2007

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Descrição da determinação/recomendação

[...]

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, de 22/5/20007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao(s) processo(s) a seguir relacionado(s), em conhecer da(s) representação(ões), considerá-la(s) procedente(s), fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e/ou ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

8.1. à Universidade Federal de Santa Catarina que informe em tópico próprio constante do Relatório de Gestão de suas contas anuais, a partir da próxima e até que a situação esteja definitivamente regularizada, a situação dos pagamentos das verbas relativas ao reajuste de 26,05% da URP/1989 (Reclamatória Trabalhista nº 561/1989 e outras que eventualmente tenham sido ajuizadas), destacando o andamento em cada ano e a situação das ações judiciais que fundamentam os pagamentos, principalmente sobre o Mandado de Segurança TRT/SC 00079-2007-000-12-00-8 e acerca do Mandado de Segurança 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal, discriminando todas as providências adotadas em cada ano, inclusive aquelas tendentes à recuperação dos valores indevidamente pagos caso as decisões judiciais tenham sido derrubadas ou tenham perdido a sua validade/eficácia;

[...]

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

PRODEGESP: Foram instaurados 1.773 processos administrativos de reposição ao erário dos pagamentos indevidos do percentual de 26,05% (URP) com base na Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, que estabelece os procedimentos a serem adotados, pelos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, para a reposição de valores ao Erário. Os servidores foram devidamente notificados garantindo-lhes os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Segue planilha com as informações sobre os processos de reposição ao erário (anexos ao Memo 004/PRODEGESP/UFSC/2017 de 06/01/2017 encaminhado à AUDIN/UFSC):

SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES - URP

SITUAÇÃO FUNCIONAL	QTD E	%
APOSENTADOS	1209	68,2%
ATIVOS	362	20,4%
PENSIONISTAS	175	9,9%
OUTROS	27	1,5%
TOTAL	1773	100%
NOTIFICAÇÃO INICIAL		
DESCRIÇÃO	QTD E	%
NOTIFICADO PESSOALMENTE POR CIÊNCIA NO PROCESSO	1731	97,6%
NOTIFICADO POR AR JUNTADO AO PROCESSO	26	1,5%
NÃO NOTIFICADO	16	0,9%
TOTAL	1773	100%
MANIFESTAÇÃO ESCRITA		
DESCRIÇÃO	QTD E	%
ENTREGOU MANIFESTAÇÃO ESCRITA	1731	97,6%
NÃO ENTREGOU MANIFESTAÇÃO ESCRITA	42	2,4%
TOTAL	1773	100%
CIÊNCIA DA DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO		
DESCRIÇÃO	QTDE	%
TOMOU CIÊNCIA DA DECISÃO	1660	93,6%
NÃO TOMOU CIÊNCIA DA DECISÃO	113	6,4%
TOTAL	1773	100%
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO		
DESCRIÇÃO	QTD E	%
RECURSO INTERPOSTO NO PRAZO	1478	83,4%
RECURSO INTERPOSTO FORA DO PRAZO	93	5,2%
RECURSO NÃO INTERPOSTO	202	11,4%
Total geral	1773	100%

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.458/2011-7 Monitorado pelo Processo 015.966/2013-5 – Acórdão 2.365/2013 - Plenário	2.589/2012 – Plenário	9.4	Ofício 753/2012- TCU/SECEX-SC	10/10/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR UFSC – Departamento de Gestão Patrimonial / PROAD				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Teor do Acórdão 2589/2012 – Plenário, item 9.4: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, exercício de 2010, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...] 9.4. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência da decisão, apresente ao Tribunal de Contas da União, os inventários atualizados dos bens móveis e imóveis;</p> <p>Teor do Acórdão nº 2.365/2013-Plenário: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento com objetivo de verificar o cumprimento da determinação constante do item 9.4 do Acórdão 2.589/2012 – Plenário, dirigida à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. fixar a data de 31/5/2014 como prazo final para que a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC cumpra a determinação contida no item 9.4 do Acórdão 2.589/2012 – Plenário; [...]</p> <p>Teor do Acórdão 952/2015 – Plenário, item 1.7: Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e ordenar o arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: [...] 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.7.1. acatar as justificativas apresentadas pelo Pró-Reitor de Administração para afastar, neste momento, a responsabilidade dos gestores envolvidos pelo não cumprimento integral das determinações exaradas pelo Plenário deste Tribunal (Acórdãos 2.589/2012, item 9.4, e 2.365/2013, item 9.1); 1.7.2. determinar à Controladoria-Geral da União que, no exame das próximas contas anuais da Universidade Federal de Santa Catarina, informe sobre as providências adotadas em cumprimento às determinações mencionadas na alínea “a”; 1.7.3. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Santa Catarina e à</p>				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

GR (CRFP): A elaboração do inventário de bens imóveis está ocorrendo de acordo com a metodologia apresentada, e dentro do prazo definido. Conforme informado no Ofício nº 723/2016/GR de 27/07/2016, encaminhado à CGU, o percentual concluído era de 67,07%, na presente data ele é de 79,23%.

PROAD (DGP): Sintetizando as ações adotadas a partir dos acórdãos do TCU, pode-se dizer que em 2014 retomou-se o inventário dos bens móveis na UFSC. Com poucas informações iniciais, foi necessário começar os trabalhos sem um conhecimento baseado em inventários anteriores, tornando a tarefa mais difícil. Naquele ano, foi inventariado 35% do acervo de bens móveis da UFSC.

Em 2015, deu-se continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior. Com base no inventário de 2014, sendo possível estudar e implantarmos algumas melhorias. Nesta senda, ainda poucas informações se tinha para nortear a execução desta demanda, face a carência de maiores informações em relação a ano anteriores, mesmo assim,

foi possível detectarmos focos de trabalho iniciados, tendo como destaque o desenvolvimento da cultura organizacional no âmbito da UFSC, tendo como foco, a gestão patrimonial descentralizada. A responsabilidade, o controle, zelo e cuidado sobre os bens públicos passou a ser incorporado no cotidiano dos servidores que atuam na Universidade. No ano de 2015, já incorremos em um aumento estimado do percentual inventariado, algo próximo a 45%; o que no contexto geral, visualizamos que cenário ficou muito similar a realidade do exercício anterior, já que práticas muitas foram as demandas e poucos os servidores disponíveis no Departamento para avançarmos nesta tarefa, de suma relevância, mas, que jamais havia sido realizada, exigindo muita prudência, organização e estudo do “como fazer” todos estes procedimentos em consonância com as normas e buscando minimizarmos ao máximo, qualquer margem de erros.

Com a mudança de gestão em maio de 2016, os trabalhos foram retomados para a realização do inventário desse ano. Como pontos positivos para o ciclo 2016, teve-se a experiência obtida nos inventários de 2014 e 2015 e a intensificação na divulgação do inventário de 2016, por meio de cartazes, site, e-mails e reuniões setoriais. Também o material de instrução foi aprimorado, de modo que os manuais elaborados apresentavam uma redação mais simplificada e usual para o fácil entendimento de todos, além de vídeos tutoriais que foram desenvolvidos para auxiliar no desenvolvimento desta prática.

Já em relação aos sistemas adotados para lançamento e registro das informações inventariadas, propomos à Superintendência de Tecnologia (SETIC), doze melhorias, as quais focam no aprimoramento dos trabalhos para o ano de 2016.

O DGP, além destas práticas, inovações e ações desenvolvidas, intensificou ainda, um trabalho no sentido de garantir uma atuação eficiente dos agentes patrimoniais setoriais no âmbito de cada gestão local, zelando pela preservação dos bens públicos e ainda, resguardando a responsabilidade cabível e aplicável a estes, assim como, aos agentes patrimoniais nato (Gestor máximo de cada Centros/Pró Reitorias/Secretarias e outras unidades, consonante assim, com os preceitos constantes da Portaria Normativa nº 7/GR/2007.

No tocante ao ciclo patrimonial atenuante ao ano de 2016, já se vislumbra um avanço nos trabalhos realizados no âmbito do DGP, onde superficialmente tem-se a ideia de que estamos alcançando o percentual aproximado de 48% dos bens patrimonizados, o que ainda não temos precisão, devido ao andamento dos trabalhos no presente momento, considerando que segundo o cronograma elaborado para os trabalhos deste ciclo 2016, o relatório geral e demais documentos gerados ao longo da execução estão previsto para apresentação em 31 de janeiro de 2017, e já tendo como meta, anteciparmos os trabalhos em relação ao ciclo de 2017, para o mês de 2017.

Acreditamos que gradualmente estamos conseguindo progredir no tocante a esta demanda, mesmo diante de tantas limitações, tais como falta de um histórico para os ciclos iniciais, carência de sistema (aprimoramentos), contínuo desenvolvimento das ações de sensibilização no tocante a responsabilidade de todos em relação aos bens patrimoniais desta Instituição, quadro reduzido de servidores, elementos que se associam as rotinas diárias de trabalho, onde os servidores lotados neste DGP, atuam paralelamente nestas duas frentes, ou seja, executando as atividades diárias e seguindo no aprimoramento e execução dos ciclos de registro patrimonial.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.458/2011-7	2.589/2012 – Plenário (Contas 2010)	9.5	753/2012-TCU/SECEX-SC	10/10/2012

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR UFSC – Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente
Descrição da determinação/recomendação
[...] 9.5. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Controladoria-Geral da União (CGU) no Estado de Santa Catarina, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que informem nas próximas contas da entidade, as providências adotadas e os resultados alcançados em relação às recomendações da CGU constante dos Relatórios de Auditoria de Gestão nº 201108926 (UFSC) e nº 201108948 (Hospital Universitário); [...]
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
HU (ID 63785 e ID 39906): O Hospital Universitário obteve grandes melhorias na segregação (separação) de resíduos da área administrativa nas Unidades, mas ainda estamos com pendências quanto ao destino final desses resíduos. Ações de divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos foram interrompidas até definição da referida destinação. O contêiner para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis não atende mais as necessidades do HU, devido à crescente demanda de material reciclado segregado pelos diversos setores. Em 2016 o HU desenvolveu o seu PDE (Planejamento Estratégico), que entre outras ações irá realizar melhorias no abrigo onde os resíduos recicláveis e comuns são armazenados. Em 18/10/2016 em reunião realizada entre técnicos da DPAAE/UFSC e a Coordenadoria de Administração do HU, ficou estabelecido que o HU se responsabilizará pelas tentativas junto a PMF para manifestação referente a solicitação da nova via de acesso e tão logo haja retorno, possamos tratar da conclusão de projetos e contratação de empresa para construção do novo abrigo de resíduos. (prazo previsto para conclusão: 31/12/2018)
GR (CRFP) - ID 63785 e ID 39906: A formalização das rotinas internas de gestão de bens imóveis, com as atribuições e o fluxo de informações, para que os registros e informações mantenham-se atualizados, necessitam de uma pesquisa documental e a organização dos dados adquiridos. Desta forma foi viabilizada a elaboração do inventário de bens imóveis, que será finalizado e publicado em abril de 2017. Este inventário será a base para a organização de todos os processos envolvidos na gestão dos imóveis.
SEOMA - ID 37623: A Universidade Federal de Santa Catarina, após a mudança de administração, em maio de 2016, reforçou a estrutura operacional para atendimento na área de projetos, obras e manutenção da estrutura física de suas instalações. Foi criada a Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente – SEOMA, vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, que coordena os quatro departamentos nessa área: Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia – DPAAE, Departamento de Fiscalização de Obras – DFO, Departamento de Manutenção Predial e Infraestrutura – DMPI e Prefeitura Universitária – PU. O objetivo dessa alteração de estrutura foi justamente o de dar mais agilidade aos processos ligados à área de obras e manutenção física. O DMPI que era um departamento vinculado a PU, agora é ligado diretamente a SEOMA. Anteriormente o DPAAE e o DFO estavam subordinados a Pró-Reitoria de Planejamento e a PU, e conseqüentemente o DMPI, vinculados a Pró-Reitoria de Administração. Esta separação, por vezes, dificultava o fluxo de processos. Uma solicitação, que aparentemente seria uma simples manutenção, com o DMPI, poderia necessitar de uma alteração de projeto, com o DPAAE, e com isto, a burocracia de passar de uma pró-reitoria para outra, muitas vezes, retardava o andamento dos serviços. Hoje, com todos os departamentos vinculados à SEOMA, e fisicamente muito próximos, ficou mais fácil a comunicação e a tomada de decisões. O DMPI, que é o órgão responsável direto pela manutenção da estrutura física da UFSC, trabalha com contratos de empresas prestadoras de serviços para manutenção, como nos casos da parte elétrica, parte hidráulica e climatização, e com serviços contratados através de Atas de Registro de Preços. Todos estes serviços atendem a manutenção corretiva, mas, em vários deles, já se consegue programar a manutenção preventiva. Por exemplo, no contrato de manutenção elétrica, além de se atender as solicitações de manutenção corretiva, já estão programadas em contrato, as manutenções preventivas. Tem manutenção programada das subestações rebaixadoras de energia, da iluminação externa e na parte predial interna, também há uma programação de manutenção preventiva. Os sistemas preventivos contra incêndio, que tem os serviços contratados através de atas de registro de preços, também estão previstos para atendimento em

<p>manutenções preventivas.</p> <p>Hoje, a UFSC tem, através do DMPI e PU, condições de atendimento a praticamente todos os serviços necessários à manutenção das edificações e infraestrutura. O que, muitas vezes se confunde entre os usuários da UFSC é o que é manutenção, com a substituição dos materiais danificados ou com desgaste excessivo por outros que restabeleçam as boas condições da edificação e o que é reforma, onde a finalidade da edificação ou o uso do espaço tem a sua função modificada. Para os casos destas reformas há a necessidade de alterações dos projetos, que, normalmente, são realizadas pelo DPAAE.</p> <p>O projeto da SEOMA é ter um cadastro com cada edificação do campus com suas características e que neste mesmo cadastro possam ser anotada todas as manutenções realizadas e as programadas. Todas as reformas realizadas também ficariam registradas e os projetos atualizados. Mas, isto ainda é um projeto que necessita ser formatado e definida a forma de sua viabilização.</p> <p>Prazo para atendimento (cronograma): Durante o ano de 2017 devemos definir os parâmetros que serão utilizados e definir a forma como será este cadastro.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.177/2011-9 004.988/2015-9 (Monitoramento do item 9.2 do ac. 2.900/2012)	2.900/2012 – Plenário (auditoria de acumulação de cargos)	9.2.1.1 9.2.2 9.2.3	0822/2012- TCU/SECEX-SC	12/11/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Corregedoria Geral UFSC – Gabinete do Reitor UFSC – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>[...]</p> <p>9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 90 (noventa) dias:</p> <p>9.2.1. verifique a compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores relacionados no subitem 3.3 do Relatório precedente, uma vez que os mesmos possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, aplicando, ainda, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>9.2.1.1. na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, fundamentar devidamente a decisão, anexando no respectivo processo a devida documentação comprobatória e indicar expressamente o responsável pela medida adotada;</p> <p>[...]</p> <p>9.2.2. adote medidas no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando à regularização das acumulações ilícitas dos servidores listados no subitens 3.1, 3.2, 3.4 e 3.5 do Relatório precedente, tendo em vista que foram detectados tanto casos de acumulação de mais de dois cargos como infração ao regime de dedicação exclusiva;</p> <p>9.2.3. verifique, quanto aos servidores elencados no item 4 do Relatório precedente e que não apresentaram a documentação solicitada pela equipe de auditoria, se há acumulação indevida de cargos públicos, infração ao regime de dedicação exclusiva ou incompatibilidade de jornadas de trabalho, aplicando, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Obs. da Auditoria Interna:</p> <p>Em 2016 a UFSC recebeu o Ofício 01-Fiscalis-351-2016 que trata de monitoramento (processo TC 004.988/2015-9) do item 9.2 do Acórdão 2.900/2012-TCU-Plenário, aprovado por intermédio do Acórdão 144/2015-TCU-Plenário.</p> <p>Em resposta, a UFSC enviou ao TCU o Ofício Of 754-2016-GR, conforme segue:</p>				

Memo n. 22.2016.CORG.UFSC - Responde Anexos 1 e 2 do Of 01-Fiscalis-351-2016 sobre:
 Anexo 1 – Servidores com processos arquivados, sem a documentação comprobatória que embasaram as decisões.
 Anexo 2 – Servidores com processos em instrução, com instauração de novas comissões de processo administrativo disciplinar ou aguardando manifestação.
 OF 965 2016 PFUFSC - Responde Anexo 3 do Of 01-Fiscalis-351-2016 sobre:
 Anexo 3 – Servidores com processos suspensos por decisão judicial.
 Memo 200-2016-DAP - Responde Anexo 4 do Of 01-Fiscalis-351-2016 sobre:
 Anexo 4 – Servidoras com licença sem vencimentos na data da auditoria e não informada a atual situação

Manifestação do GR = seguem abaixo as informações atualizadas em relação aos processos instaurados:

SIAPE	Processo (23080)	Situação
1513015	028965/2013-42	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 169/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 739/2013/GR). A servidora comprovou seu desligamento dos seus anteriores vínculos, conforme fls. 12 e 14-15 dos autos, não havendo que se falar em acumulação ilícita, o que foi constatado na Nota Técnica nº 169/CPAD/PF-UFSC-2013 e corroborado pelo Despacho nº 739/2013/GR.
1789149	028965/2013-42	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 169/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 739/2013/GR). A servidora comprovou que, antes de ingressar na UFSC, solicitou vacância do seu cargo anterior, tendo inclusive juntado a portaria que declarou a sua vacância nos autos.
1782635	028973/2013-99	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 170/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 702/2013/GR). A servidora comprovou que se desligou do seu vínculo anterior e, para tanto, juntou cópia da carteira de trabalho nos autos.
1159276	028974/2013-33	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 173/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 738/2013/GR). A servidora comprovou que se desligou do seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis em 06/07/2012, conforme declaração juntada à folha 25 dos autos.
1783985	028974/2013-33	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 173/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 738/2013/GR). A servidora comprovou que se desligou do seu vínculo com o Estado de Santa Catarina no dia 01/08/2012, conforme declaração juntada à folha 17 dos autos.
3331910	028974/2013-33	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 173/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 738/2013/GR). A servidora comprovou que se desligou do seu vínculo com o Conselho Regional de Serviço Social em 30/03/2013 e juntou cópia da sua carteira de trabalho.
277945	028978/2013-11	Processo arquivado junto à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 165/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 747/2013/GR). O servidor SIAPE nº 277945 teve seu mandato eletivo de vice-prefeito do município de São José encerrado em 1º de janeiro de 2013, conforme declaração emitida pela Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José. Portanto, está em situação regular (regime de

		dedicação exclusiva) como Professor do Colégio de Aplicação da UFSC.
1456341	028978/2013-11	Processo arquivado junto à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 165/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 747/2013/GR). O servidor SIAPE nº 1456341 se desligou do cargo exercido na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de São José, conforme declaração emitida pelo Coordenador de Gestão de Pessoas daquele órgão. Portanto, está em situação regular de 40 horas semanais como Técnico de Laboratório no Centro de Ciências da Saúde da UFSC.
1792339	028978/2013-11	Segundo informações da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o servidor SIAPE nº 1792339 pediu exoneração da Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos em 2010. Portanto está em situação regular de 40 horas semanais como Administrador. Arquivado junto à SEAI.
1806604	028978/2013-11	Processo arquivado junto à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 165/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 747/2013/GR). A servidora SIAPE nº 1806604 exerceu temporariamente o cargo de técnica em enfermagem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, tendo cessado o vínculo em 19 de agosto de 2010, conforme "certidão de experiência no serviço público" emitida pela Gerente de Recursos Humanos daquele órgão. Portanto, está em situação regular de 40 horas semanais como Técnica em Enfermagem no Hospital Universitário da UFSC.
1364204	028982/2013-80	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 174/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 744/2013/GR). A servidora comprovou o seu desligamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis em 30/11/2010, conforme declaração juntada à folha 52 dos autos.
1422616	028982/2013-80	Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC, conforme já informado anteriormente (Nota Técnica nº 174/CPAD/PF-UFSC-2013 e Despacho nº 744/2013/GR). O servidor comprovou o seu desligamento da Prefeitura Municipal da Palhoça em 01/03/2010, conforme declaração juntada à folha 33 dos autos.
1445568	041121/2013-97	O Gabinete da Reitoria, por meio do Despacho nº 1825/2014/GR, determinou o arquivamento do processo, concordando com o parecer da Procuradoria Federal junto à UFSC, que sugeriu pelo arquivamento com base na informação da SEGESP de que o servidor se encontra aposentado desde 1º de fevereiro de 2012. Processo arquivado junto à pasta funcional do servidor.
1169614	041122/2013-31	Processo arquivado (Nota Técnica nº 238/2014/CPAD/UFSC e Despacho nº 671/2014/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Após o servidor ter sido notificado, juntaram-se declarações do Estado de Santa Catarina de que o mesmo cumpria a carga horária de 20 horas semanais e do Hospital Universitário de que o mesmo cumpria 40 horas semanais. Assim sendo, a acumulação era lícita, visto se tratar de cargo privativo de profissional de saúde e não ultrapassar as 60 horas semanais.
1158228	042436/2013-51	Processo arquivado (Nota Técnica nº 143/2014/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 355/2014/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor.

		A comissão elaborou o relatório alegando que o servidor estava aposentado há quinze anos, não havendo que se falar em aplicação de penalidade, o que foi corroborado pela Procuradoria Federal junto à UFSC e pelo Gabinete da Reitoria.
1159478	042448/2013-86	<p>O Gabinete da Reitoria, por meio do Despacho nº 391/2015/GR, acatou o Despacho nº 00408/2015/JUR/PFUFSC/PGF/AGU, que aprovou a Nota Técnica nº 00031/2015/JUR/PFUFSC/PGF/AGU, determinando que fosse instaurada comissão de processo administrativo disciplinar, rito ordinário para apurar responsabilidade do servidor sob a ótica do princípio da eficiência e da saúde laboral. Dessa forma, foi instaurada comissão pela Portaria nº 798/2015GR e encaminhado ao NADIP pelo Despacho nº 395/2015/GR, para providências em 21 de maio de 2015.</p> <p>O processo retornou daquele setor com a NOTA TÉCNICA nº 00195/2016/JUR/PFUFSC/PGF/AGU e o Despacho nº 01249/2016/JUR/PFUFSC/PGF/AGU.</p> <p>O processo se encontra, no momento, na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional para análise e julgamento.</p>
1160242	042450/2013-55	<p>O Gabinete da Reitoria, por meio do Despacho nº 239/2015/GR, entendeu que ainda existem dúvidas não dirimidas na instrução do processo, não cabendo o julgamento neste momento. Determinou novas diligências e após instauração de nova comissão de processo administrativo disciplinar. Após inclusão dos atestados médicos da servidora, foi instaurada nova comissão.</p> <p>O processo se encontra com a presidente da comissão designada pela Portaria nº 929/2016/GR desde 23 de maio de 2016, tendo sido encaminhado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo pela Corregedoria-Geral da UFSC naquela data.</p>
1158506	042451/2013-08	<p>O Gabinete da Reitoria, por meio do Despacho nº 1814/2014/GR, entendeu, com base na declaração do Diretor de Saúde do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e em declaração fornecida pelo Hospital Universitário, que o servidor está com carga horária permitida por lei e que há compatibilidade entre as jornadas. Dessa forma, acolheu o posicionamento da Procuradoria Federal junto à UFSC, com base na Nota Técnica nº 425/2014/PF-UFSC, determinando o arquivamento do processo. Processo arquivado junto a pasta funcional do setor em 26/11/2015.</p>
1158101	042452/2013-44	<p>Processo arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC (Nota Técnica nº 391/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 335/2014/GR).</p> <p>O servidor encontra-se aposentado de seu cargo na UFSC e os cargos que ocupava eram acumuláveis, portanto, sugeriu-se o arquivamento do processo, o que foi corroborado pelo Gabinete da Reitoria.</p>
1185782	042454/2013-33	<p>Processo julgado em 19/10/2016 através do Julgamento nº 31/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 21/10/2016.</p> <p>Arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC em 14/12/2016.</p> <p>Síntese da decisão:</p> <p>Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pelo servidor SIAPE nº 1185782, técnico em enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Prefeitura Municipal de Florianópolis, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90.</p> <p>Verificou-se que o processo fundamentou-se exclusivamente no alegado descumprimento do limite de sessenta horas semanais, com base no Parecer GQ-145/98 da AGU.</p>

		<p>Da análise da ficha funcional do servidor, foram verificados poucos registros de faltas e boas avaliações funcionais, o que indica, s.m.j, que o servidor não apresentara qualquer prejuízo às suas atividades na UFSC devido à acumulação de cargos. Além disso, restou verificada a compatibilidade de horários nos dois vínculos públicos que o servidor possui, atendendo à exigência imposta pela Constituição Federal de 1988 para que a acumulação seja lícita.</p> <p>O Conselho Universitário da UFSC decidiu por unanimidade, conforme consta dos autos do Processo nº 23080.043826/2013-49, por meio do Parecer nº 24/2016/CUn, aprovado pela Resolução nº 16/2016/CUn, de 31 de maio de 2016, contrariamente ao entendimento da Procuradoria Federal junto à UFSC, fundamentado no Parecer AGU GQ 145, que limita a jornada de trabalho em sessenta horas semanais, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, emanado em processo de mesma natureza, que decidiu que a presunção da ineficiência definida apenas pelo número de horas não era razoável.</p> <p>Ao mesmo tempo, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a legalidade do Parecer amparando o limite de sessenta horas semanais no cumprimento da eficiência e saúde laboral do servidor. Assim sendo, colheu-se do entendimento dos tribunais superiores que o servidor que cumpre seu trabalho de forma eficiente e não tem sua saúde laboral prejudicada não poderia ser coagido a cumprir o referido limite.</p> <p>Dessa forma, considerando que o processo disciplinar fundamentou-se exclusivamente no descumprimento da limitação de sessenta horas semanais, julgou-se por seu arquivamento.</p> <p>Por fim, encaminhou-se memorando à Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) para ciência da decisão proferida e para que esta providenciasse, por meio de procedimento administrativo próprio, a verificação se a respectiva acumulação de cargos do servidor está afetando sua eficiência no trabalho ou prejudicando sua higidez física, mental e profissional. Caso venha a ser verificado prejuízo ao trabalho do servidor, deve a PRODEGESP encaminhar informação à Corregedoria-Geral da UFSC para as devidas providências.</p>
1160220	042455/2013-88	<p>Comissão elaborou seu relatório final.</p> <p>Encontra-se em análise pela Corregedoria-Geral da UFSC para posterior julgamento pela autoridade julgadora.</p>
1157310	042457/2013-77	<p>Processo julgado em 20/09/2016 através do Julgamento nº 15/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor. Arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC.</p> <p>Síntese da decisão:</p> <p>Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90, pela servidora SIAPE nº 1157310, ocupante do cargo de bibliotecária-documentalista na UFSC, com carga horária de 40 horas semanais, no qual já se encontrava aposentada, e do cargo de analista técnico em gestão e promoção de saúde, competência bibliotecário, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. Julgou-se que a servidora cometeu o ilícito administrativo de acumulação ilícita de cargos públicos, com infração ao artigo 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90, devido a acumular os cargos de bibliotecária na UFSC e no Estado de Santa Catarina, acumulação esta que não está amparada pelas exceções do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.</p>

		Assim sendo, considerando que a servidora já se encontrava aposentada, decidiu-se pela aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria, prevista nos artigo 133, § 6º, da Lei nº 8.112/90, tendo a decisão sido publicada no Diário Oficial da União nº 187 em 28/09/2016, através da Portaria nº 2188/2016/GR.
1157391	042462/2013-80	O processo encontrava-se com a presidente da comissão desde 10 de junho de 2015 e, até o presente momento, nada foi feito. Aguarda análise da Corregedoria para instauração de nova comissão ou outro despacho necessário para a correta tramitação do processo.
233494	042466/2013-68	O Gabinete da Reitoria, por meio do Despacho nº 57/2014/GR, concordou com o Despacho nº 21/2014/CPAD/PF/UFSC, da Procuradoria Federal junto à UFSC, que informa que o servidor foi exonerado pela Portaria nº 739 da Diretora do Departamento de Administração de Pessoal, de 27 de novembro de 2013, sugerindo o arquivamento, tendo em vista que o vínculo do servidor com a UFSC esgotou-se. Dessa forma, foi determinado o arquivamento do processo, o qual se encontra arquivado na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional.
1159849	042468/2013-57	A comissão elaborou o relatório pelo arquivamento, tendo em vista a opção do servidor por um dos cargos, o que foi corroborado pela Corregedoria no Despacho nº 24/2016/CORG/GR, que determinou o arquivamento dos autos por perda de objeto, tendo em vista o pedido de exoneração do servidor.
2510893	042469/2013-00	O processo aguarda análise da Corregedoria. A servidora juntou declaração do HU afirmando ser beneficiada pela Portaria nº 61/2015/GR/UFSC, que flexibilizou a jornada de trabalho, e juntou também declaração de que cumpre a jornada de 30 horas na Prefeitura Municipal de São José. Atualmente, o caso aguarda análise da Corregedoria-Geral da UFSC.
1157047	042472/2013-15	Processo julgado em 12/12/2016 por meio do Julgamento nº 53/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 15/12/2016. Síntese da decisão: Processo arquivado diante da perda de seu objeto, tendo em vista que o servidor SIAPE nº 1157047 se desligou do cargo exercido na EPAGRI, aderindo o plano de demissão incentivada em 31/12/2013. O Memorando nº 178/2016/SEAI, de 16 de dezembro de 2016, foi expedido para notificar o servidor da decisão. O processo está aguardando o recebimento do referido memorando pelo servidor.
1159996	043225/2013-36	Processo julgado em 21/11/2016 por meio do Julgamento nº 44/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 23/11/2016. Síntese da decisão: Processo arquivado diante da perda de seu objeto, tendo em vista que a servidora SIAPE nº 115996 foi exonerada do cargo exercido na Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme Portaria nº 00445/16, publicada em 01/02/2016 no Diário Oficial do Município de Florianópolis. O Memorando nº 165/2016/SEAI, de 30 de novembro de 2016, foi expedido para notificar a servidora da decisão. O processo está aguardando o recebimento do referido memorando pela servidora.
1160278	043228/2013-70	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1160652	043232/2013-38	O Gabinete da Reitoria, por meio do Julgamento nº 04/2015/GR,

		entendeu que o servidor em questão ficou isento de responsabilidade e pena, acatando o Despacho nº 00105/2015/JUR/PFUFSC/PGF/AGU. Arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC em 20/09/2016.
1442034	043233/2013-82	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1421224	043234/2013-27	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1160602	043311/2013-49	A comissão apresentou o relatório final, que aguarda análise da Corregedoria para posterior encaminhamento à autoridade julgadora.
1782506	043312/2013-93	Processo apensado ao Processo nº 23080.062284/2014-94, sendo este tendo sido julgado em 13/10/2016, através do Julgamento nº 30/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 19/10/2016. O processo se encontra atualmente na Coordenadoria de Pagamento de Pessoal para apuração dos valores recebidos irregularmente pela servidora. Síntese da decisão: O Processo Administrativo Disciplinar nº 23080.062284/2014-94 foi instaurado para apurar supostas faltas injustificadas e possível abandono de cargo da servidora SIAPE nº 1782506. A referida servidora, notificada de sua acumulação de cargos, apurada no Processo nº 23080.044815/2013-86 (apenso aos autos), teria solicitado sua exoneração em setembro de 2014, mas comprovava, nos autos, um pedido apenas em 11 de dezembro de 2014. Entretanto, após o suposto pedido de exoneração em setembro de 2014, a servidora não teria mais comparecido ao trabalho, o que motivou a abertura do processo. Julgou-se pela exoneração da servidora, conforme solicitado pela mesma, pedido este constante no Processo nº 23080.073234/2014-32, e pelo arquivamento dos Processos nº 23080.062284/2014-94 e apenso nº 23080.043312/2013-93, não constituindo mais óbice para o atendimento do pedido de exoneração da servidora, devendo somente ser apurados eventuais valores recebidos irregularmente.
1281208	043313/2013-38	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1160291	043314/2013-82	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1157879	043315/2013-27	Processo arquivado (Nota Técnica nº 246/2014/CPAD/PF/UFSC, Despacho nº 745/2014/GR e Despacho nº 802/2014/CPAD/PF-UFSC). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Entendeu-se que a acumulação do servidor era lícita, pois o cargo de Auxiliar de Serviços Hospitalares e Assistenciais, segundo entendimento do Estado de Santa Catarina, é privativo de profissional de saúde, sendo acumulável com o cargo de Técnico em Laboratório no HU/UFSC.
2160191	043316/2013-71	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior

		homologação pelo Magnífico Reitor.
1032745	043317/2013-16	Processo arquivado (Nota Técnica nº 368/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 1386/2013/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. O servidor comprovou o seu desligamento da Prefeitura Municipal de Biguaçu e a sua aposentadoria por invalidez no Ministério da Saúde e no HU/UFSC, não havendo, portanto, acumulação ilícita de cargos públicos.
1189722	043319/2013-13	Atendendo o disposto na Nota Técnica nº 346/2013/CPAD/PF/UFSC, foi emitido despacho nº 1337/2013/GR determinando o arquivamento do processo em relação ao servidor em tela. A servidora juntou comprovante de desligamento do seu vínculo com o Ministério da Defesa à fl. 49 dos autos, não havendo mais, portanto, acumulação ilícita de cargos. Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor.
1552047	043320/2013-30	Atendendo o disposto na Nota Técnica nº 331/2013/CPAD/PF/UFSC, foi emitido Despacho nº 1332/2013/GR determinando o arquivamento do processo em relação à servidora em tela. Restou comprovado, por declaração da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que a servidora não era dos quadros daquele Município, motivo pelo qual não havia acumulação ilícita. Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor.
1189571	043322/2013-29	Processo arquivado (Nota Técnica nº 247/2014/CPAD/PF/UFSC, Despacho nº 744/2014/GR e Despacho n. 782/2014/CPAD/PF-UFSC). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Entendeu-se que a acumulação do servidor era lícita, pois o cargo de Auxiliar de Serviços Hospitalares e Assistenciais, segundo entendimento do Estado de Santa Catarina, é privativo de profissional de saúde, sendo acumulável com o cargo de Auxiliar em Laboratório no HU/UFSC.
1160243	043383/2013-96	Processo julgado em 04/08/2016 através do Julgamento nº 4/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 08/08/2016. Arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC em 14/12/2016. Síntese da decisão: Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pela servidora SIAPE nº 1160243, auxiliar de enfermagem na UFSC e na Prefeitura Municipal de Florianópolis, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90. Verificou-se que não foi instaurado processo administrativo disciplinar contra a servidora, caracterizando-se este processo como uma apuração preliminar que, no entanto, fundamentou-se exclusivamente no alegado descumprimento do limite de sessenta horas semanais. O Conselho Universitário da UFSC decidiu por unanimidade, conforme consta dos autos do Processo nº 23080.043826/2013-49, por meio do Parecer nº 24/2016/CUn, aprovado pela Resolução nº 16/2016/CUn, de 31 de maio de 2016, contrariamente ao entendimento da Procuradoria Federal junto à UFSC, fundamentado no Parecer AGU GQ 145, que limita a jornada de trabalho em sessenta horas semanais, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, emanado em processo de mesma natureza, que decidiu que a presunção da ineficiência definida apenas pelo número de horas não era razoável.

		Ao mesmo tempo, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a legalidade do Parecer amparando o limite de sessenta horas semanais no cumprimento da eficiência e saúde laboral do servidor. Assim sendo, o servidor que cumpre seu trabalho de forma eficiente e não tem sua saúde laboral prejudicada não poderia ser coagido a cumprir o referido limite. Dessa forma, considerando que o processo fundamentou-se exclusivamente no descumprimento da limitação de sessenta horas semanais, julgou-se por seu arquivamento. Por fim, encaminhou-se memorando à Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) para ciência da decisão proferida e para que esta providenciasse, por meio de procedimento administrativo próprio, a verificação se a respectiva acumulação de cargos do servidor está afetando sua eficiência no trabalho ou prejudicando sua higidez física, mental e profissional. Caso venha a ser verificado prejuízo ao trabalho do servidor, deve a PRODEGESP encaminhar informação à Corregedoria-Geral da UFSC para as devidas providências.
1422539	043803/2013-34	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1160203	043804/2013-89	<p>Processo julgado através do Julgamento nº 33/2016/GR, que determinou o arquivamento dos autos, tendo em vista que o processo fundamentava-se exclusivamente no descumprimento da limitação de sessenta horas semanais. O Conselho Universitário da UFSC decidiu por unanimidade, conforme consta dos autos do Processo nº 23080.043826/2013-49, por meio do Parecer nº 24/2016/CUn, aprovado pela Resolução nº 16/2016/CUn, de 31 de maio de 2016, contrariamente ao entendimento da Procuradoria Federal junto à UFSC, fundamentado no Parecer AGU GQ 145, que limita a jornada de trabalho em sessenta horas semanais, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, emanado em processo de mesma natureza, que decidiu que a presunção da ineficiência definida apenas pelo número de horas não era razoável.</p> <p>Ao mesmo tempo, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a legalidade do Parecer amparando o limite de sessenta horas semanais no cumprimento da eficiência e saúde laboral do servidor. Assim sendo, o servidor que cumpre seu trabalho de forma eficiente e não tem sua saúde laboral prejudicada não poderia ser coagido a cumprir o referido limite. Dessa forma, considerando que o processo fundamentou-se exclusivamente no descumprimento da limitação de sessenta horas semanais, julgou-se por seu arquivamento. Por fim, encaminhou-se memorando à Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) para ciência da decisão proferida e para que esta providenciasse, por meio de procedimento administrativo próprio, a verificação se a respectiva acumulação de cargos do servidor está afetando sua eficiência no trabalho ou prejudicando sua higidez física, mental e profissional. Caso venha a ser verificado prejuízo ao trabalho do servidor, deve a PRODEGESP encaminhar informação à Corregedoria-Geral da UFSC para as devidas providências.</p>
1626376	043806/2013-78	Aguardando análise pela Corregedoria-Geral da UFSC.
1358405	043808/2013-67	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.

1423163	043810/2013-36	Processo arquivado (Nota Técnica nº 333/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 1334/2013/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Restou comprovado que a servidora foi desligada da Prefeitura Municipal de Florianópolis, não havendo mais acumulação ilícita de cargos.
1362703	043815/2013-69	O Gabinete da Reitoria, por meio do Despacho nº 58/2014/GR, concordou com o Despacho nº 20/2014/CPAD/PF/UFSS, da Procuradoria Federal junto à UFSC, que informa que o servidor solicitou exoneração do cargo acumulado ilegalmente, o que ocorreu por meio da Portaria nº 03931/13, publicada no Diário Oficial do Município de Florianópolis no dia 4 de dezembro de 2013, sugerindo, assim, o arquivamento do processo, tendo em vista quem não mais há que se falar em jornada de trabalho incompatível. Desta forma, foi determinado o arquivamento do processo, o qual se encontra arquivado na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional.
1360063	043819/2013-47	Processo julgado em 17/11/2016 através do Julgamento nº 40/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 21/11/2016. Síntese da decisão: Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pela servidora SIAPE nº 1360063, por suposta infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que ocupa cargo da UFSC, com carga horária de 40 horas semanais, e na Prefeitura Municipal de Florianópolis, com 30 horas semanais, superando a limitação de 60 horas semanais prevista no Parecer AGU GQ-145. Verificou-se que a servidora se exonerou do cargo de enfermeira da Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme Portaria nº 03868/14 do Secretário Municipal da Administração, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis em 8 de dezembro de 2014. Tendo em vista a perda de objeto uma vez que a servidora solicitou sua exoneração antes de qualquer processo disciplinar, tendo optado por um dos cargos em período legalmente previsto, configurando sua boa-fé, julgou-se pelo arquivamento dos autos.
1252359	043823/2013-13	Processo arquivado (Nota Técnica nº 350/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 1331/2013/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Restou comprovado que a servidora estava inativa na Prefeitura Municipal de Florianópolis, não havendo acumulação ilícita ou incompatibilidade de horários.
2160118	043826/2013-49	O Conselho Universitário da UFSC decidiu por unanimidade, conforme consta dos autos do Processo nº 23080.043826/2013-49, por meio do Parecer nº 24/2016/CUn, aprovado pela Resolução nº 16/2016/CUn, de 31 de maio de 2016, absolver a servidora SIAPE nº 2160118 da acusação de acumulação ilícita de cargo, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, emanado em processo de mesma natureza, de que a presunção de ineficiência definida apenas pelo número de horas não era razoável, haja vista que comissões que atuaram no processo da servidora consideraram a sua atuação como assídua, eficiente e não deletária à própria saúde, tendo esta sido inclusive elogiada por sua chefia imediata, considerando também não ter havido má-fé da servidora em nenhum momento.
1160032	043829/2013-82	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.

1356683	043831/2013-51	Processo arquivado (Nota Técnica nº 114/2014/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 353/2014/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento. Restou comprovado que o servidor foi exonerado do cargo que ocupava na Prefeitura Municipal de Biguaçu, não havendo mais acumulação ilícita.
1160394	043835/2013-30	Diante das Informações nº 00056/2016/JUR/PFUFSC/PGF/AGU, emitida pela Procuradoria Federal junto à UFSC, as quais destacam a necessidade de verificar a extrapolação do limite de 60 horas semanais, foi encaminhado o Memorando nº 180/2016/SEAI, de 16 de dezembro de 2016, à Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP), solicitando informações a respeito de uma possível flexibilização da jornada de trabalho no setor em que a servidora SIAPE nº 1160394 se encontra lotada. O processo está aguardando a manifestação da PRODEGESP.
2422611	043836/2013-84	Processo arquivado (Nota Técnica nº 334/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 1336/2013/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Restou comprovado que o servidor estava desligado da Prefeitura Municipal de Florianópolis, não havendo mais acumulação ilícita.
1174415	043838/2013-73	Processo arquivado (Nota Técnica nº 349/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 1333/2013/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Restou comprovado que a servidora não possuía mais vínculo com o Estado de Santa Catarina, não havendo mais acumulação ilícita.
1451251	043841/2013-97	Aguardando análise pela Corregedoria-Geral da UFSC.
1185760	044785/2013-16	Aguardando análise pela Corregedoria-Geral da UFSC.
1160378	044789/2013-96	Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.
1160609	044791/2013-65	Em instrução com a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
1186665	044793/2013-54	Aguardando análise pela Corregedoria-Geral da UFSC.

1160248	044796/2013-98	<p>Processo julgado em 26/09/2016 através do Julgamento nº 18/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 28/09/2016.</p> <p>Arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC em 14/12/2016.</p> <p>Síntese da decisão:</p> <p>Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pela servidora SIAPE nº 1160248, auxiliar de enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90. Verificou-se que o processo fundamentou-se exclusivamente no alegado descumprimento do limite de sessenta horas semanais, com base no Parecer GQ-145/98 da AGU. A Comissão, em suas conclusões finais, ressaltou que, ao verificar os registros de faltas e afastamentos da servidora, não se encontrou nada que indicasse ter ocorrido qualquer prejuízo às suas atividades na UFSC, ao contrário, observou-se que a servidora é bem avaliada pelo seu trabalho. O Conselho Universitário da UFSC decidiu por unanimidade, conforme consta dos autos do Processo nº 23080.043826/2013-49, por meio do Parecer nº 24/2016/CUn, aprovado pela Resolução nº 16/2016/CUn, de 31 de maio de 2016, contrariamente ao entendimento da Procuradoria Federal junto à UFSC, fundamentado no Parecer AGU GQ 145, que limita a jornada de trabalho em sessenta horas semanais, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, emanado em processo de mesma natureza, que decidiu que a presunção da ineficiência definida apenas pelo número de horas não era razoável.</p> <p>Ao mesmo tempo, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a legalidade do Parecer amparando o limite de sessenta horas semanais no cumprimento da eficiência e saúde laboral do servidor. Assim sendo, colheu-se do entendimento dos tribunais superiores que o servidor que cumpre seu trabalho de forma eficiente e não tem sua saúde laboral prejudicada não poderia ser coagido a cumprir o referido limite.</p> <p>Dessa forma, considerando que o processo disciplinar fundamentou-se exclusivamente no descumprimento da limitação de sessenta horas semanais, julgou-se por seu arquivamento.</p> <p>Por fim, encaminhou-se memorando à Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) para ciência da decisão proferida e para que esta providenciasse, por meio de procedimento administrativo próprio, a verificação se a respectiva acumulação de cargos da servidora está afetando sua eficiência no trabalho ou prejudicando sua higidez física, mental e profissional. Caso venha a ser verificado prejuízo ao trabalho da servidora, deve a PRODEGESP encaminhar informação à Corregedoria-Geral da UFSC para as devidas providências.</p>
1160627	044800/2013-18	<p>Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.</p>
1160650	044809/2013-29	<p>Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior homologação pelo Magnífico Reitor.</p>
1160207	044810/2013-06	<p>Encontra-se na Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI) para julgamento do relatório final apresentado pela comissão de processo administrativo disciplinar, para posterior</p>

		homologação pelo Magnífico Reitor.
1160228	044811/2013-06	<p>Processo julgado em 15/12/2016 por meio do Julgamento nº 54/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 16/12/2016.</p> <p>Síntese da decisão: Processo arquivado diante da perda de seu objeto, com as seguintes razões: a) segundo a sua chefia, o servidor SIAPE nº 1160228 desempenha suas atividades com assiduidade, zelo e adequado desempenho; e b) não há extrapolação do limite de 60 horas semanais estabelecido em jurisprudência do TCU e amparada no Parecer QG-145 da AGU. O Memorando nº 183/2016/SEAI, de 16 de dezembro de 2016, foi expedido para notificar o servidor da decisão. O processo está aguardando o recebimento do referido memorando pelo servidor.</p>
1159983	044814/2013-31	<p>O Gabinete da Reitoria, por meio do Julgamento nº 01/2015/GR, entendeu que a servidora ficou isenta de responsabilidade e pena, acatando, assim, o Despacho nº 598/2015/JUR/PFUFSC/PGF/AGU, da Procuradoria Federal junto à UFSC. Processo arquivado em 22/06/2016. Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor.</p>
1159039	044815/2013-86	<p>Síntese da decisão: Processo administrativo disciplinar instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pelo servidor SIAPE nº 1159039, motorista na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e analista técnico em gestão e promoção de saúde, competência motorista, na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90.</p> <p>O Julgamento nº 29/2016/GR, de 6 de julho de 2016, acolheu o relatório da comissão de processo administrativo disciplinar que concluiu pela demissão do servidor em função da acumulação de dois cargos públicos incompatíveis, infringindo o art. 37, XVI, da Constituição Federal, combinado com o art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90. Dessa forma, julgou-se que o servidor cometeu o ilícito administrativo de acumulação ilícita de cargos públicos devido ao exercício do cargo de motorista, o qual não está amparado pelas exceções do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, e decidiu-se pela aplicação da penalidade de demissão prevista nos arts. 132, VII, e 133, § 6º, da Lei nº 8.112/90.</p> <p>Em 25 de julho de 2016, por meio de seus advogados, o servidor interpôs recurso administrativo à decisão anterior e, posteriormente, dia interpôs pedido de reconsideração ao Magnífico Reitor, que manteve sua decisão e encaminhou o recurso para apreciação pelo Conselho Universitário, em consonância ao exposto no art. 20 do Regimento Geral da UFSC. O Conselho Universitário da UFSC, em 27 de setembro de 2016, por ampla maioria, através da Resolução nº 54/2016/CUn, decidiu pela manutenção da penalidade de demissão imposta anteriormente.</p> <p>Após notificação do servidor da decisão do Conselho Universitário, este interpôs embargos de declaração, solicitando o arquivamento do processo por considerar compatível a acumulação de cargos exercida pelo recorrente, o que foi mais uma vez indeferido.</p> <p>Diante disso, o requerente interpôs novo recurso administrativo, solicitando seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação para apreciação, com fundamento no art. 20, VIII, do</p>

		<p>Regimento Geral da UFSC.</p> <p>Tendo em vista a omissão no Regimento Geral da UFSC quanto a qual autoridade compete o juízo de admissibilidade no presente caso, para se evitar discussões acerca de amplo direito de defesa em vias judiciais, o recurso foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, em 9 de novembro de 2016, através do Ofício nº 84/2016/SEAI, para apreciação e julgamento. Em resposta, o Presidente da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação encaminhou o Ofício nº 404/2016/CES/SAO/CNE/CNE-MEC, de 28 de novembro de 2016, comunicando que aquele órgão não era instância recursal de decisão proferida por instituições de ensino superior e, uma vez que o presente caso já havia sido submetido à análise do Conselho Universitário da UFSC, havia se esgotado, dessa forma, a via recursal máxima, operando-se o trânsito em julgado da decisão final exarada no processo. Sendo assim, aplicou-se a pena de demissão ao servidor, através da Portaria nº 42/2017/GR, publicada no Diário Oficial da União em 4 de janeiro de 2017.</p>		
1362340	044816/2013-21	<p>O processo encontra-se extraviado, conforme informação constante do SPA.</p> <p>Diante da notícia de possível extravio do processo, instaurou-se o Processo nº 23080.012648/2016-57, o qual foi encaminhado à Corregedoria-Geral da UFSC com a informação sobre o possível extravio dos autos do Processo nº 23080.044816/2013-12 e para as providências cabíveis, encontrando-se atualmente em análise por aquele setor.</p>		
1517746	048010/2013-10	<p>Processo arquivado (Nota Técnica nº 332/2013/CPAD/PF/UFSC e Despacho nº 1335/2013/GR). Remetido à Corregedoria-Geral da UFSC para arquivamento junto àquele setor. Restou comprovado que o servidor estava desligado da Prefeitura Municipal de Florianópolis, não havendo mais acumulação ilícita.</p>		
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário (auditoria de acumulação de cargos)	9.3.1	0822/2012-TCU/SECEX-SC	12/11/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>[...]</p> <p>9.3. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos termos do disposto no artigo 250, inciso III, do RI/TCU, que:</p> <p>9.3.1. estabeleça rotinas periódicas de verificação com vistas a evitar situações de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

PRODEGESP: Em 2016 foi encaminhado a todos os servidores técnicos administrativos em educação e docentes da UFSC o Memorando-Circular nº 2/2016/DAP visando à atualização cadastral das acumulações indevidas de cargos, empregos ou funções públicas, bem como de gerência privada.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário (auditoria de acumulação de cargos)	9.3.2	0822/2012-TCU/SECEX-SC	12/11/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>[...]</p> <p>9.3. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos termos do disposto no artigo 250, inciso III, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>9.3.2. adote as providências necessárias para manter atualizadas as informações do SIAPE, bem como as pastas funcionais de seu quadro permanente de servidores;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>PRODEGESP: Periodicamente serão realizados recadastramentos com vistas a evitar situações de acumulações indevidas de cargos públicos, empregos ou funções públicas.</p> <p>O Hospital Universitário por meio da Portaria Normativa nº 61/2015/GR, de 25 de setembro de 2015 autorizou a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em Educação lotados no Hospital Universitário.</p>				

Fonte: AUDIN/UFSC

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

7.2.1 Formas para o efetivo acompanhamento das recomendações do órgão de controle interno

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dispõe de uma Coordenadoria de Controle e Acompanhamento – CCA, vinculada à unidade de Auditoria Interna (AUDIN), responsável pelo registro e acompanhamento das demandas advindas dos Órgãos de Controle Externo (TCU) e Interno (CGU).

A CCA/AUDIN não possui sistemas informatizados para acompanhamento das demandas de órgãos de controle, o que facilitaria sobremaneira o acompanhamento.

No caso das demandas da CGU em relatórios, solicitações de auditoria, notas técnicas, diligências de atualização do Plano de Providências Permanente - PPP, a AUDIN comunica as unidades responsáveis por cada assunto tratado, solicitando informações e documentos visando o atendimento das demandas da CGU.

A AUDIN registra em seus controles os pedidos e recomendações, que são acompanhados quanto aos prazos para resposta, solicitando a manifestação dos

responsáveis, e disponibilizando as informações apresentadas pelos gestores à CGU, após uma minuciosa análise dos dados a serem repassados.

O repasse das informações à CGU segue critérios definidos pela CGU para cada diligência. Normalmente as informações são repassadas anexas a ofício assinado pelo Magnífico Reitor, cuja minuta é redigida pela Coordenadoria de Controle e Acompanhamento. Com o intuito de agilizar algumas demandas, em certas ocasiões a CGU solicita o encaminhamento das informações/documentos via mensagem eletrônica, com isso, a AUDIN procede o encaminhamento e posteriormente científica os gestores responsáveis, incluído o Magnífico Reitor.

No caso específico da atualização do PPP, para 2017 a CGU está tratando junto com a AUDIN/UFSC a mudança das rotinas de envio das informações, que devem ser inseridas diretamente no sistema MonitorWeb, com senha a ser disponibilizada à UFSC.

7.2.2 Plano de Providências Permanente da CGU (atualização em 2016)

Em 01/11/2016, a CGU apresentou à UFSC nova atualização do Plano de Providências Permanente (PPP).

O total de recomendações pendentes, segundo relato da CGU, somava 148, sendo 105 encaminhadas à UFSC durante o exercício de 2016 e 43 reiteradas emitidas em anos anteriores.

A CGU considerou 9 recomendações atendidas, 1 encaminhada à UFSC no exercício de 2016 e 8 encaminhadas em anos anteriores.

A pedido da CGU, em Novembro/2016 a AUDIN/UFSC buscou informações junto aos gestores sobre as providências adotadas visando o atendimento das recomendações pendentes apresentadas pela CGU.

Após o recebimento das informações dos gestores, a AUDIN procedeu a análise documental e em 28/11/2016 providenciou o encaminhamento à CGU de planilha preenchida com as manifestações das unidades da UFSC sobre cada recomendação pendente.

Por razões diversas, para algumas recomendações há necessidade de novos encaminhamentos buscando complementação de informações, e, para outras, não houve tempo hábil para repassar as informações à CGU.

A AUDIN/UFSC deve apresentar à CGU, durante o primeiro trimestre de 2017, nova rodada de atualização do PPP, com as manifestações complementares ao último encaminhamento realizado em 28/11/2016.

Abaixo segue a lista das recomendações analisadas pela CGU, por assunto.

Quadro 138 - Análise da CGU na atualização do PPP – encaminhada à UFSC em 01/11/2016

ID Monitor CGU	OS	Assuntos/palavras chaves	Situação em 2016
8921	201115131	empresas - apurar irregularidade	reiterada
9820	201216752	fundações teto remuneratório devolução de valores (docente x fundações)	reiterada
37622	201108926	segurança da informação	atendida
37623	201108926	imóveis - gerencial obras, reformas e manutenção	reiterada
39906	201108948	reciclagem - local	reiterada
41626	201115315	jornada de trabalho controle de ponto HU e UFSC	reiterada
46711	201203109	sustentabilidade licitação	reiterada

46712	201203109	sustentabilidade licitação	reiterada
48427	201203151	reciclagem - plano de gestão	reiterada
57719	201216752	fundações - publicação no site	reiterada
63721	201108926	imóveis	reiterada
63785	201108948	reciclagem - divulgação	reiterada
67881	201407315	auditoria interna	reiterada
67883	201407315	auditoria interna	reiterada
67884	201407315	auditoria interna	reiterada
67885	201407315	auditoria interna	atendida
67887	201407315	correição	reiterada
68344	201115315	jornada de trabalho mural escala no HU	reiterada
71113	201203109	fiscal de contrato - liquidação da despesa	atendida
71244	201203109	carta de serviços HU	reiterada
72905	201203151	fundações de apoio - inadimplência	reiterada
78513	224886	imóveis - espaço físico fundação de apoio	reiterada
78514	224886	fundações sistema	atendida
78522	224886	fundações taxa administrativa	reiterada
78523	224886	fundações devolução de valores fundação taxa Adm	reiterada
78554	224886	fundações de apoio controle taxa adm	reiterada
78557	224886	fundações devolução de valores fundação de apoio	reiterada
78565	224886	fiscal de contratos - formulario	reiterada
78581	224886	segurança da informação - sistema MATL	reiterada
78776	224886	imóveis - espaço físico associação atletica	atendida
78778	224886	imóveis - Espaço físico - valores não pagos pela AASUFSC	atendida
78779	224886	imóveis - espaço físico AASUFSC	reiterada
91881	201407315	carta de serviços	atendida
91882	201407315	imóveis	reiterada
91883	201407315	imóveis	reiterada
91884	201407315	imóveis	reiterada
91885	201203151	correição	reiterada
91886	201407315	correição	reiterada
91887	201407315	correição CGUPAD	reiterada
92618	201407315	correição	reiterada
92619	201407315	correição	reiterada
92621	201407315	peçoal - descontos previdenciários	reiterada
140725	201115148	empresas - devolução	reiterada
141023	227792	jornada de trabalho PAD JORNADA > 60H	reiterada
141027	227792	jornada de trabalho - ressarcimento DE	atendida
141029	NT 405	fundação aluguel de imóveis FEPESE	reiterada
141030	NT 405	fundação prestação de contas ressarcimento dos bens não financeiros	reiterada
141069	196509	fundações de apoio - plano de trabalho	reiterada
141070	196509	PAD TCE convenio fundações	reiterada
141071	196509	fundações de apoio - Contratos - liquidação para pagamento	reiterada

141109	NT 405	fundação prestação de contas	reiterada
159960	201504911	bens móveis - normativos do departamento	NOVA
159961	201504911	bens móveis - plano de trabalho do departamento	NOVA
159962	201504911	bens móveis - plano das ações pós inventário	NOVA
159967	201504911	bens móveis - irregularidades no sistema contratado	NOVA
159968	201504911	bens móveis - plano de correção do sistema contratado	NOVA
159969	201504911	bens móveis - leilão	NOVA
159970	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159971	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159972	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159973	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159974	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159975	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159976	201504911	bens móveis - fundações de apoio - projetos	NOVA
159977	201504911	TI contratações - requisitos ref. informatica	NOVA
159978	201504911	TI contratação - normativos	NOVA
159979	201504911	PAD contratação irregular	NOVA
159980	201504911	PAD contratação irregular	NOVA
159981	201504911	comissão de licitação - definição de competências	NOVA
159982	201504911	TI capacitação para contratações	NOVA
159983	201504911	PAD fiscal de contrato e não aplicação de penalidades	NOVA
159984	201504911	fiscal de contrato e não aplicação de penalidades	NOVA
159985	201504911	alteração contratual - requisitos para motivação	NOVA
159986	201504911	empresa responsabilidades	NOVA
159987	201504911	fiscal de contratos - normativos	NOVA
159995	201504913	fiscal de contrato - normativos utilização de imóveis	NOVA
159996	201504913	imóveis - valores do uso	NOVA
159997	201504913	imóveis - valores do uso capacitar	NOVA
159998	201504913	imóveis - cobrança de valores	NOVA
160005	201504913	imóveis - cálculo de valores	NOVA
160006	201504913	imóveis - cobrança de valores	NOVA
160012	201504913	imóveis - cobrança de valores em GRU	NOVA - atendida
160015	201504913	imóveis registro no SPIU - normativos	NOVA
160016	201504913	imóveis registro no SPIU - registrar	NOVA
160017	201504913	imóveis - plano de ação para inventario	NOVA
160018	201504913	imóveis - Atendimento a AUDIN	NOVA
163086	201505108	fundação de apoio art. 4A	NOVA
163087	201505108	fundação de apoio art. 4A	NOVA
163088	201505108	fundação de apoio art. 4A	NOVA
163089	201505108	fundação de apoio art. 4A	NOVA
163090	201505108	fundação de apoio atuação do conselho	NOVA
163091	201505108	fundação de apoio atuação do conselho	NOVA
163092	201505108	fundação de apoio gestor controlador	NOVA
163098	201505108	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA

163099	201505108	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA
163103	201505108	fundações de apoio - normativos	NOVA
163104	201505108	fundações de apoio - normativos	NOVA
163106	201505108	fundação de apoio - prestação de contas	NOVA
163107	201505048	PNAES - recursos humanos e materiais	NOVA
163108	201505048	PNAES - sistema informatizado	NOVA
163109	201505048	PNAES - normas deficientes	NOVA
163110	201505048	PNAES - normas deficientes - assistência estudantil	NOVA
163111	201505048	PNAES - normas deficientes - assistência estudantil	NOVA
163112	201505048	PNAES - divulgação dos beneficiários	NOVA
163113	201505048	PNAES - avaliação de custos	NOVA
163114	201505048	PNAES - avaliação das declarações dos estudantes	NOVA
163115	201505048	PNAES - avaliação das declarações dos estudantes	NOVA
163116	201505048	PNAES - divulgação dados assistência estudantil	NOVA
163117	201505048	PNAES - divulgação dados assistência estudantil	NOVA
163118	201505048	PNAES - insucessos assistência estudantil	NOVA
163119	201505048	PNAES - divulgação dados assistência estudantil	NOVA
163120	201505048	PNAES - análise de resultados	NOVA
163121	201505048	PNAES - divulgação dados assistência estudantil	NOVA
164310	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164311	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164312	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164313	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164314	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164315	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164316	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164317	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164318	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164319	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164320	201601508	imóveis cobrança de contraprestação	NOVA
164321	201601508	imóveis responsabilização	NOVA
164322	201601508	imóveis corrigir valor da contraprestação	NOVA
164323	201601508	imóveis cobrança com desconto irregular	NOVA
164324	201601508	imóveis responsabilização por desconto irregular	NOVA
164325	201601508	imóveis cobrança aluguel a menor	NOVA
164326	201601508	imóveis fiscalização dos contratos	NOVA
164327	201601508	imóveis controle da utilização	NOVA
164328	201601508	imóveis controle dos pagamentos	NOVA
164329	201601508	imóveis controle dos pagamentos	NOVA
164330	201601508	imóveis controle dos pagamentos	NOVA
164331	201601508	PAD – inércia da comissão de sindicância	NOVA
164332	201601508	imóveis utilização e cobrança de contraprestação	NOVA
164333	201601508	imóveis - inventário	NOVA
164334	201601508	peçoal - ebserh terceirizados	NOVA
164335	201601508	peçoal	NOVA

164336	201601508	peçoal	NOVA
164337	201601508	peçoal	NOVA
164338	201601508	peçoal	NOVA
164339	201601508	fundação de apoio - registros centralizados	NOVA
164340	201601508	fundação de apoio - transparência pela UFSC	NOVA
164341	201601508	fundação de apoio - ressarcimentos dos recursos utilizados art. 6º	NOVA
164342	201601508	fundação de apoio - ressarcimentos dos recursos utilizados art. 6º	NOVA
164343	201601508	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA
164344	201601508	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA
164345	201601508	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA
164346	201601508	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA
164347	201601508	fundação de apoio - análise das despesas administrativas	NOVA
164348	201601508	fundação de apoio - análise da prestação de contas	NOVA
164349	201601508	fundação de apoio - normatizar despesas administrativas	NOVA
164350	201601508	bens móveis recomendações AUDIN	NOVA
164351	201601508	bens móveis SIP relação com recomendações AUDIN	NOVA
164352	201601508	bens móveis relatório de gestão relação com recomendações AUDIN	NOVA
164353	201601508	bens móveis SIP relação com recomendações AUDIN	NOVA

Fonte: AUDIN/UFSC

7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No ano de 2016 não foi instaurado nenhum processo de Tomada de Contas Especial na Universidade Federal de Santa Catarina nem levantados indícios de suposto dano ao erário.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC cumpre com o disposto, e que, em caso de restrições financeiras, são analisados rigorosamente as obrigações financeiras que possam interferir consideravelmente na prestação do serviço público, priorizando-se àqueles de maior impacto social.

E ainda, com a edição da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016, estamos adequando nossos procedimentos de maneira a atender à norma.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não há conteúdo a declarar.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Com exceção da publicidade legal, os demais tipos de publicidade e propaganda (folder, cartazes, calendário, PDI etc) são produzidos na Imprensa Universitária. A Universidade Federal de Santa Catarina não investe em publicidade nos meios de comunicação tradicionais (jornais, revistas, TV ou rádio, por exemplo).

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Destaca-se que a UFSC atende integralmente ao disposto no decreto supracitado, pois todos os cursos de Licenciatura presenciais e a distância, bem como o curso de Fonoaudiologia, possuem em seus currículos a disciplina LIBRAS enquanto obrigatória.

Quadro 139 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Fonoaudiologia – Bacharelado	122343	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 1ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://fonoaudiologia.ufsc.br/
Ciências Biológicas – Licenciatura diurna	14218	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/
Ciências Biológicas – Licenciatura noturno	1116025	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/
Ciências Sociais - Licenciatura	14221	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://cienciassociais.ufsc.br/
Educação do Campo - Licenciatura	122346	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 5ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://licenciatura.educampo.ufsc.br/
Educação Física - Licenciatura	14224	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto	Na secretaria do curso e na página: http://portalcds.ufsc.br/ensino-2/licenciatura-em-e-f/

			obrigatória no currículo – 8ª fase	
Filosofia - Licenciatura	14228	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://filosofia.ufsc.br/
Física - Licenciatura	42696	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 6ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://fisica.grad.ufsc.br/
Geografia - Licenciatura	14230	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 6ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://geografia.ufsc.br/
História - Licenciatura	14231	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 6ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://historia.grad.ufsc.br/
Letras – Alemão - Licenciatura	51917	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/alemao/
Letras – Espanhol - Licenciatura	51937	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/espanhol/
Letras – Francês - Licenciatura	51938	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/frances/
Letras – Inglês - Licenciatura	51941	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/ingles/
Letras – Italiano - Licenciatura	51943	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/italiano
Letras – Libras – Licenciatura	122350	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto	Na secretaria do curso e na página: http://letraslibras.grad.ufsc.br/

			obrigatória no currículo – todas as fases	
Letras – Língua Portuguesa – Licenciatura	51945	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://letrasportugues.grad.ufsc.br/
Licenciatura Intercultural Indígena	1156456	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 2ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://licenciaturaindigena.ufsc.br/
Matemática – Licenciatura	14233	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://mtm.grad.ufsc.br/
Matemática – Licenciatura	1270371	Blumenau	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://matematica.blumenau.ufsc.br/
Pedagogia – Licenciatura	14237	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://pedagogia.ufsc.br/
Psicologia – Licenciatura	14238	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://psicologia.ufsc.br/
Química – Licenciatura	116536	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://quimica.ufsc.br/
Química – Licenciatura	1270372	Blumenau	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: http://quimica.blumenau.ufsc.br/
Ciências Biológicas – Licenciatura – EaD	113459	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/biologia/
Filosofia – Licenciatura –	113457	Florianópolis	Disciplina ofertada	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/filosofia/

EaD			enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	
Física – Licenciatura – EaD	99482	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/fisica/
Letras – Espanhol – Licenciatura – EaD	113461	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/espanhol/
Letras – Inglês – Licenciatura – EaD	123212	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/ingles/
Letras – Libras – Licenciatura – EaD	99454	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – todas as fases	Na secretaria do curso e na página: http://libras.ufsc.br/libras-distancia/
Letras – Português – EaD	113463	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/portugues/
Matemática – Licenciatura – EaD	99460	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo - 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: https://ead.ufsc.br/matematica/

Fonte: PROGRAD/UFSC

8. ANEXOS E APÊNDICES

I. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/>

II. Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc/>

III. Lei de criação da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em <http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2014/09/Credenciamento-Lei-n%C2%BA-3.849-de-18-de-dezembro-de-19601.pdf>

9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

9.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Reitoria II – 8º andar - Trindade
CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC
Telefone: (48) 3721-4242
E-mail: proad@contato.ufsc.br

DECLARAÇÃO

Eu, Jair Napoleão Filho, CPF nº 342.374.379-49, Pró-Reitor de Administração, exercido na Pró-Reitoria de Administração, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2017.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several fluid, overlapping loops and strokes.

JAIR NAPOLEÃO FILHO
CPF nº 342.374.379-49
Pró-Reitor de Administração

9.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo que, na presente data, não constam processos administrativos de admissão de servidores efetivos para cadastro no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, referente ao ano de 2016.

Ainda, em relação à contratação de professores substitutos, declaro que não constam contratos para cadastro no SISAC, referentes ao ano de 2016.

Ressalto, entretanto, que constam 30 (trinta) processos de admissão referentes à contratação de professores substitutos pendentes para finalização. Esta pendência deve-se, em parte, quanto à necessidade de definição quanto ao envio de processos fisicamente ou via AFD.

Sobre as concessões, declaro que todos os atos de concessão de aposentadoria e pensão relativos ao pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, no exercício de 2016, estão devidamente registrados no SISAC, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º. da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Florianópolis, 09 de março de 2017.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carla', is written over the printed name.

CARLA CRISTINA DUTRA BURIGO

CPF 521.109.319-49

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

9.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que os servidores designados para ocupar função gratificada ou cargo de direção da Universidade Federal de Santa Catarina, no exercício de 2006, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a este Departamento de Administração de Pessoal, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Declaro, ainda, que os servidores nomeados em cargos públicos, habilitados em concurso público, a partir de 2010, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto ao Departamento de Desenvolvimento de Pessoas.

Florianópolis, 09 de março de 2017.

RITA DE CÁSSIA KNABBEN

CPF 298.612.689-87

Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

9.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
PRÉDIO REITORIA II
RUA DESEMBARGADOR VITOR LIMA, Nº 222, SALA 702 - TRINDADE
CEP: 88040-400 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-4225/4204 - E-MAIL: seplan@contato.ufsc.br

Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento-SIOP

Por instrução do Ministério da Educação, a UFSC utiliza somente o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Por isso, apresenta-se a declaração de integridade dos registros das informações no SIMEC e não no SIOP.

DECLARAÇÃO

Declaramos aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações cuja coleta e atualização sejam responsabilidade desta unidade prestadora de contas para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Planejamento Orçamentário do SIMEC estão devidamente atualizadas, conforme as orientações do Ministério da Educação.

Florianópolis, 02 de março de 2017.


Prof. Vladimir Arthur Fey
Secretário de Planejamento e Orçamento
CPF: 520 019 45-43

9.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

CONFORMIDADE CONTÁBIL

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UFSC, referente ao exercício 2016, foi efetuada, por UG e por Órgão, conforme segue:

1 – Conformidade Contábil – UFSC

Mês	Conformidade de Órgão	Conformidade de UG	
		153163	150232
Janeiro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Fevereiro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Março	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Abril	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Maiο	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Junho	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Julho	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Agosto	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Setembro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Outubro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Novembro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Dezembro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade

Fonte: SIAFI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

2 – Quantidade de restrições por UG e por Órgão

Mês	Conformidade de UG		Conformidade de Órgão	
	153163	150232	153163	150232
Janeiro	13	Sem Conformidade	13	7
Fevereiro	16	Sem Conformidade	16	7
Março	16	Sem Conformidade	16	7
Abril	16	Sem Conformidade	17	7
Maiο	16	Sem Conformidade	17	7
Junho	16	Sem Conformidade	18	8
Julho	17	Sem Conformidade	19	8
Agosto	17	Sem Conformidade	18	8
Setembro	16	Sem Conformidade	18	8
Outubro	16	Sem Conformidade	18	8
Novembro	16	Sem Conformidade	18	8
Dezembro	16	Sem Conformidade	18	8

Fonte: SIAFI

3 – Restrições registradas

Dentre todas as ocorrências registradas no decorrer do ano, as que permaneceram ao final do exercício são:

3.1 – 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RESTRICÃO		GRUPO
CÓD	DESCRIÇÃO	
300	FALTA DE CONCILIAÇÃO BANCARIA	111
301	FALTA REMESSA MAPA GERENCIAL DIVIDA ATIVA	112
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	112
602	FALTA REG.CONT.DEB-CRED LANÇADOS PELO BANCO	211
603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	211
609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	211



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

618	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA LP	212
619	FALTA ATUALIZ. DIREITO X RECEITA DIVIDA ATIVA	211
620	FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - CP	211
622	FALTA ATUALIZ. DIVIDA ATIVA	240
623	FALTA ATUALIZ. JUROS E MULTAS DIVIDA ATIVA	240
624	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA CP	211
634	FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB	212
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZ.	212
643	FALTA/EVOL. INCOMPATIVEL AMORTIZ. AT. INTANGIVEL	212
674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	221

FONTE: SIAFI

3.2 – 150232 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC

RESTRICÇÃO		GRUPO
CÓD	DESCRIÇÃO	
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	112
318	NÃO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	199
602	FALTA REG.CONT. DEB-CRED LANCADOS PELO BANCO	211
634	FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NÃO CONFERE C/RMB	212
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZ.	212
643	FALTA/EVOL. INCOMPATIVEL AMORTIZ. AT. INTANGIVEL	212
736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL	299

FONTE: SIAFI

Florianópolis, 17 de março de 2017

DIEGO SACCHET BARIN
Coordenador Contábil/DCF/Seplan

9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

26246 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

De acordo com análise realizada nos demonstrativos Balancete e Auditores Contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016 do órgão 26246 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:

UG 150232 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – UFSC	Órgão: 26246
Ressalvas:	
a) Durante o exercício de 2016 não foram realizadas conformidades contábeis nessa UG;	
b) A Conformidade de Gestão (diária), também não foi realizada;	
c) A conciliação no estoque do almoxarifado e a conferência com o RMA foram realizadas e lançadas na contabilidade, para o encerramento do exercício, ocasionando um ajuste de valores elevados;	
d) Existência de saldo nas contas de ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO (1.1.3.1.1.01.01) e ADIANTAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS (1.1.3.1.1.01.02);	
e) Existência de saldo de R\$ 813.635,03 na conta Bens Móveis a Classificar;	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2016:

- a) Apesar de haver profissionais capacitados dentro na UG, não foi feita conformidade durante o ano, não sendo possível aprofundar a análise e elencar outras ressalvas;
- b) Da mesma forma que a ressalva anterior, não é possível aprofundar a análise;
- c) Foi realizado, pelo pessoal do almoxarifado do HU, o inventário dos estoques, e gerado novo Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA), sendo lançado na contabilidade, ocasionando um ajuste de valor considerável;
- d) Os saldos constantes nestas duas contas referem-se a valores adiantados, a título de 13º salário e 1/3 de férias referentes ao ano de 2017, porém pagos na folha de dezembro/2016. Pagamento este que ocorreu no dia 29/12/2016;
- e) Os saldos referem-se a lançamentos realizados no exercício 2013 e ainda não ajustados. Para isso, são necessários lançamentos contábeis que irão regularizá-los, o que ainda não foi realizado;

UG 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Órgão: 26246
Ressalvas:	
a) Existência de saldo nas contas de ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO (1.1.3.1.1.01.01) e ADIANTAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS (1.1.3.1.1.01.02);	
b) Falta de conciliação e controle contábil das contas de Ativo, no que se referem a direitos a receber originados de contratos de aluguéis e pessoal cedido;	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

- c) Falta de conciliação entre o RMB e saldos contábeis;
- d) Descontinuidade no processo de cálculo e contabilização de Depreciação, Amortização e Exaustão;
- e) Os saldos cadastrados no SPIUnet estão conciliados com a contabilidade e depreciados via sistema. Porém, ainda existem diversos bens imóveis pendentes de cadastro no sistema (SPIUnet);
- f) Saldos Alongados na conta de Depósitos e Cauções Recebidas;

Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2016:

- a) Os saldos constantes nestas duas contas referem-se a valores adiantados, a título de 13º salário e 1/3 de férias referentes ao ano de 2017, porém pagos na folha de dezembro/2016. Pagamento este que ocorreu no dia 29/12/2016;
- b) O controle de valores a receber, seja pela cessão de espaços como de servidores, deve ser realizado pelos setores responsáveis da universidade. O não registro ocorreu pelo fato de ainda não ter sido implementada rotina de registros para os lançamentos necessários;
- c) O RMB não foi enviado pelo departamento responsável, ao DCF, assim não tivemos como conciliá-lo, apesar de diversas solicitações sem retorno;
- d) Estamos buscando, com o passar dos anos, e apesar de toda a dificuldade que o assunto oferece, atualizar nossa relação de bens móveis e imóveis, bem como controle da depreciação, para que possamos ter uma contabilidade que espelhe a realidade. Assim, foi encaminhado, desde o mês de fevereiro/2016, ao não ter sido atendido o primeiro mês de relatório não enviado, solicitações para resolução dos problemas, por parte do DCF aos setores responsáveis pelos relatórios, Departamento de Gestão Patrimonial (DGP) e Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

- Comunicação (Setic), sem retorno até o encerramento do exercício;
- e) Não estamos conseguindo realizar as conciliações necessárias, principalmente pela falta de pessoal capacitado, uma vez que, em todo o DCF da UFSC, temos apenas 16 (dezesesseis) servidores, sendo quatro Contadores, um Economista, cinco Técnicos em Contabilidade e seis Assistentes Administrativos;
 - f) Os saldos alongados referem-se a valores com origem entre os exercícios 2003 a 2009 e, apesar das solicitações realizadas pelo DCF/UFSC a Setorial Contábil, não foram atendidas até o encerramento do exercício, permanecendo com saldo;

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 17 de março de 2017

DIÉGO SACCHET BARIN
CRC/RS - 70.033/O-6

10. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

10.1 Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPESE

Quadro 140 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FEPESE

Identificação da Fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas						
CNPJ:		83.566.299/0001-73						
Página na Internet:		www.fepese.org.br						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento Celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Ensino	088/2014	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - MODALIDADE A DISTÂNCIA", conforme o Plano de Trabalho (Anexo II), oriundos de recursos da CAPES, através do Programa UAB - Universidade Aberta do Brasil.	07/07/2014	07/07/2016	R\$223.127,60	R\$223.127,60
2	Ensino	089/2014	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - MODALIDADE A DISTÂNCIA", conforme o Plano de Trabalho (Anexo II), oriundos de recursos da CAPES, através do Programa UAB - Universidade Aberta do Brasil.	07/07/2014	07/07/2016	R\$129.467,50	R\$224.102,50

3	Pesquisa	160/2014	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução da Atividade de Pesquisa Intitulada: "Estudo sobre a Composição de Custos e Receitas para Proposição da Metodologia de Cálculo do Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior", conforme o Plano de Trabalho (Anexo), financiado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.	19/09/2014	28/08/2016	R\$1.455.330,00	R\$1.455.330,00
4	Pesquisa	027/2014	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para a execução do Projeto de Desenvolvimento Institucional: GESTÃO DE RESÍDUOS QUÍMICOS E ESPECIAIS NA UFSC: DA PRODUÇÃO À DISPOSIÇÃO FINAL.	26/12/2013	30/09/2016	R\$219.050,00	R\$219.050,00
5	Extensão	052/2015	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela Fundação para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO (4º OFERTA - 2014/2)	16/12/2014	30/09/2016	R\$125.000,00	R\$125.000,00
6	Extensão	164/2015	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela Fundação para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: Repositório de Objetos de Aprendizagem para a Rede e-Tec Brasil, financiado pelo Ministério da Educação.	18/12/2015	30/10/2016	R\$390.744,00	R\$390.744,00
7	Extensão	087/2015	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: SEMINÁRIO PARA A DIVULGAÇÃO DA CONAE 2014: SUBSÍDIOS PARA O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO DE SC 2014-2024.	06/07/2015	21/04/2016	R\$325.825,23	R\$325.825,23
8	Extensão	127/2015	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela Fundação para o apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão, denominado Organização do Processo Seletivo para Residência - ano 2015	01/08/2015	31/12/2016	R\$180.000,00	R\$219.459,00

9	Extensão	161/2015	Contrato	O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviço pela Fundação para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão.	19/11/2015	31/12/2016	R\$8.900.000,00	R\$8.900.000,00
10	Extensão	170/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: "O saber para conquistar um lugar - Cursos de capacitação e palestras para os servidores do Ministério da Saúde", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE.	10/10/2013	30/09/2018	R\$4.586.389,70	R\$3.551.573,70
11	Ensino	215/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Contábeis - A distância - 5º e 6º Semestre", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$682.490,00	R\$682.490,00
12	Ensino	216/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Contábeis - A distância - 7º e 8º Semestre", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$949.901,90	R\$949.901,90
13	Ensino	217/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Econômicas - A distância - 5º e 6º Semestre" conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$214.320,50	R\$214.320,50
14	Ensino	218/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Econômicas - A distância - 7º e 8º Semestre" conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$245.010,00	R\$245.010,00
15	Pesquisa	241/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa:	18/03/2014	30/12/2016	R\$6.072.250,00	R\$5.147.432,00

				"COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA ESTUDOS E PESQUISAS PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DE ARCABOUÇO REGULATÓRIO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.				
16	Extensão	045/2014	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "Nova Oferta (3ª Turma de Graduação em Administração Pública – PNAP, na modalidade e ensino a distância, no âmbito do Sistema UAB)" conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	23/04/2014	30/06/2017	R\$ 229.727,50	R\$229.727,50
17	Extensão	242/2014	Contrato	Permitirá ao Ministério dos Transportes contar com o suporte necessário para à reformulação de Diretrizes Socioambientais para o setor de transportes. Ressalta-se, também, a oportunidade de interagir com a comunidade acadêmico-científico, proporcionando capital intelectual e a disseminação de conhecimentos nas áreas afetas.	15/03/2015	06/12/2016	R\$2.641.675,07	R\$2.641.675,07
18	Extensão	243/2014	Contrato	Termo de execução descentralizada para o "desenvolvimento de metodologia para fiscalização de bens arrendados; elaboração e implementação de sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte ferroviário de cargas prestado pelas concessionárias verticais; e definição de regras para cessão da capacidade de tráfego das concessionárias verticais e horizontais" a ser celebrado entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT.	26/01/2015	14/02/2017	R\$7.280.552,00	R\$4.119.537,30
19	Extensão	149/2015	Contrato	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de gestão administrativa e financeira do Projeto denominado Rede Comunitária de Educação e Pesquisa da Região de Florianópolis, doravante denominado simplesmente REMEP-FLN, na cidade de Florianópolis, SC	09/11/2015	31/03/2018	R\$453.600,00	R\$378.000,00
20	Pesquisa	257/2014	Contrato	Apresentar ao DNIT um conjunto de ações, produtos e principais atividades pertinentes ao desenvolvimento de estudos e pesquisas para elaboração de metodologias, ferramentas e diretrizes para fortalecimento das ações de	19/02/2015	30/11/2017	R\$10.370.365,20	R\$5.656.152,44

				planejamento do DNIT.				
21	Extensão	236/2016	Contrato	Desenvolver a integração e a musicalidade da comunidade universitária, através da implementação de uma agenda de eventos musicais no período compreendido entre 30 de abril a 30 de dezembro de 2016.	27/09/2016	28/02/2017	R\$12.500,00	R\$12.500,00
22	Extensão	247/2016	Contrato	O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para o provimento das vagas oferecidas nas especialidades discriminadas no Edital n.º 01/COREME/2016, oferecidas pelo Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina - HU/UFSC.	11/11/2016	31/12/2017	R\$232.200,00	R\$0,00
23	Extensão	198/2016	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “APOIO TÉCNICO PARA DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA E IMPLANTAÇÃO, COM CRIAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES, DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VIA – AUV PARA A FERROVIA NORTE-SUL”, financiado por VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., conforme o Plano de Trabalho (Anexo I).	21/09/2016	19/07/2017	R\$1.428.545,00	R\$811.565,00
24	Extensão	227/2016	Contrato	Apoio à ANTT no desenvolvimento de estudos de demanda, estudos operacionais, estimativas de cálculo de receitas operacionais, dimensionamento de material rodante e estimativas de custos operacionais para os trechos ferroviários integrantes da segunda etapa do Programa de Instrumentos em Logísticas - PIL II, bem como subsidiar os estudos de renovação de outorga das atuais concessões ferroviárias de carga	25/10/2016	31/12/2018	R\$2.919.350,00	R\$533.541,87
25	Ensino	228/2016	Contrato	Tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “NOVA OFERTA (3ª TURMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE E ENSINO A DISTÂNCIA, NO ÂMBITO DO SISTEMA UAB)”	25/10/2016	11/10/2018	R\$387.030,17	R\$387.030,17
26	Extensão	056/2014	Contrato	O objeto do presente contrato é a prestação de serviços técnicos especializados, em caráter não exclusivo para: (i) implantar e operar o NAGI - ABIMAQ; (ii) implementar uma operação piloto com uma rede de parceiros; e (iii) capacitar os	06/05/2014	23/03/2018	R\$916.730,00	R\$916.730,00

				colaboradores das empresas para a geração de inovação tecnológica, nos termos do CONVITE ABIMAQ/NAGI N° 06 e seus anexos, no âmbito do Convênio FINEP N° 01.12.0332.00, para a execução do Projeto intitulado "Estruturação do núcleo de apoio à gestão da inovação e operação piloto de implantação em empresas do setor de Máquinas e Equipamentos"				
27	Pesquisa	430/2012	Contrato	O contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio pela FEPESE para realizar a gestão financeira e a execução do Processo Seletivo para o Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago, com as atividades de: planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das povas e ainda a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados do processo seletivo, conforme edital, integrante do presente instrumento	25/09/2012	31/08/2017	R\$113.854,58	R\$108.696,08
Totais							R\$51.685.035,95	R\$38.668.521,86

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

Recursos da UPC – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPESE

Quadro 141 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos - FEPESE

Recursos da UPC envolvidos nos projetos						
Instrumento Celebrado		Recursos da UPC à disposição da Fundação				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiai s		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidad e	Valor
088/2014	Contrato	R\$223.127,60	-	R\$0,00	12	R\$79.100,00
089/2014	Contrato	R\$129.467,50	-	R\$0,00	5	R\$76.800,00
160/2014	Contrato	R\$1.455.330,00	-	R\$0,00	8	R\$110.510,10
027/2014	Contrato	R\$219.050,00	-	R\$0,00	30	R\$172.183,00
052/2015	Contrato	R\$125.000,00	-	R\$0,00	25	R\$36.200,00
164/2015	Contrato	R\$390.744,00	-	R\$0,00	26	R\$236.727,00
087/2015	Contrato	R\$325.825,23	-	R\$0,00	11	R\$60.150,00
127/2015	Contrato	R\$180.000,00	-	R\$0,00	97	R\$102.433,20
161/2015	Contrato	R\$8.900.000,00	-	R\$0,00	60	R\$790.100,00
170/2013	Contrato	R\$4.586.389,70	-	R\$0,00	38	R\$1.136.585,00
215/2013	Contrato	R\$682.490,00	-	R\$0,00	20	R\$279.420,00
216/2013	Contrato	R\$949.901,90	-	R\$0,00	28	R\$413.418,00
217/2013	Contrato	R\$214.320,50	-	R\$0,00	2	R\$11.000,00
218/2013	Contrato	R\$245.010,00	-	R\$0,00	12	R\$40.118,90
241/2013	Contrato	R\$6.072.250,00	-	R\$0,00	22	R\$162.955,00
045/2014	Contrato	R\$229.727,50	-	R\$0,00	15	R\$57.200,00
242/2014	Contrato	R\$2.641.675,07	-	R\$0,00	14	R\$207.050,20
243/2014	Contrato	R\$7.280.552,00	-	R\$0,00	30	R\$206.852,10
149/2015	Contrato	R\$453.600,00	-	R\$0,00	1	R\$6.000,00
257/2014	Contrato	R\$10.370.365,20	-	R\$0,00	26	R\$567.190,10
236/2016	Contrato	R\$12.500,00	-	R\$0,00	3	R\$10.800,00
247/2016	Contrato	R\$232.200,00	-	R\$0,00	0	R\$0,00
198/2016	Contrato	R\$1.428.545,00	-	R\$0,00	3	R\$48.050,00
227/2016	Contrato	R\$2.919.350,00	-	R\$0,00	3	R\$3.858,33
228/2016	Contrato	R\$387.030,17	-	R\$0,00	20	R\$197.420,00
056/2014	Contrato	R\$916.730,00	-	R\$0,00	21	R\$494.025,00
430/2012	Contrato	R\$113.854,58	-	R\$0,00	13	R\$49.275,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

10.2 Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB

Quadro 142 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FUNJAB

Fundação de Apoio								
FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX								
CNPJ: 83.472.860/0001-55								
Página na internet: www.funjab.ufsc.br								
Informações dos projetos e instrumentos contratuais								
Projeto		Contrato						
Sequencia 1	Finalidade	N°	Tipo	Objeto	Vigência		Valor	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Extensão	232/2011	Contrato	Realização de atividade de extensão universitária de apoio técnico e capacitação aos estados/municípios da Federação para elaboração de Planos Estaduais/Municipais de Cultura.	15/12/2011	30/03/2016	R\$4.733.006,00	R\$4.733.006,00
2	Extensão	254/2013	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: “Projeto Educação Permanente em Saúde no Âmbito da Política Nacional - Para Atenção À Saúde Da Pessoa Privada De Liberdade No Sistema Prisional (PNAISP)”.	02/01/2014	26/09/2016	R\$1.200.000,00	R\$1.200.000,00
3	Extensão	467/2012	Contrato	Ccontratação da FUNJAB para apoio administrativo e financeiro ao projeto “Atualização e/ou reformulação de conteúdos para o Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema UAB”.	09/11/2012	31/12/2016	R\$ 982.900,19	R\$982.900,19
4	Desenvolvimento Institucional	044/2015	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto Institucional: “PROGRAMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO HIDROLÓGICO CAMPUS UFSC EM JOIVILLE”.	15/05/2015	30/11/2017	R\$599.920,00	R\$400.000,00

5	Pesquisa	129/2014	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa: “MAIS CIÊNCIA E REALIZAÇÃO DE EVENTOS JURÍDICOS E CRIAÇÃO DE PLATAFORMA DIGITAL”.	29/08/2014	31/05/2017	R\$465.200,00	R\$465.200,00
6	Ensino	128/2014	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: “CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA”.	29/08/2014	31/08/2017	R\$354.024,20	R\$230.000,00
7	Pesquisa	224/2014	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: “AVALIAÇÃO DO PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL”.	08/12/2014	31/12/2016	R\$229.488,80	R\$229.488,80
8	Pesquisa	195/2014	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa: “MAIS CIÊNCIAS: EVENTOS JURÍDICOS E INOVAÇÃO”.	28/11/2014	31/12/2016	R\$186.500,00	R\$186.500,00
9	Extensão	120/2015	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: “PAPO SERIO”.	23/09/2015	31/12/2016	R\$44.852,27	R\$44.852,27
10	Extensão	197/2015	Contrato	prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “CAPACITAÇÃO EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER”.	19/05/2016	02/02/2018	R\$2.500.000,00	R\$2.500.000,00
11	Extensão	254/2016	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “SEGUNDA FASE DE ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PNAP) NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)”	17/11/2016	16/10/2019	R\$1.255.585,64	R\$502.233,56

12	Pesquisa	269/2016	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto "CÁTEDRA JEAN MONNET DE INTEGRAÇÃO REGIONAL".	21/12/2016	31/03/2017	R\$ 35.150,00	R\$0,00
13	Extensão	284/2016	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de extensão: "REFORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DO CURSO DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL & INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO - MÓDULO II: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA MODALIDADE EAD - 5ª EDIÇÃO".	30/12/2016	28/02/2018	R\$890.544,00	R\$0,00
						Total	R\$13.477.171,10	R\$11.474.180,82

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

Recursos da UPC - Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB

Quadro 143 - Recursos Pertencentes às UPC Envolvidos nos Projetos - FUNJAB

Recursos Pertencentes às UPC Envolvidos nos Projetos						
Instrumento Celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
232/2011	Contrato	R\$ 4.733.006,00			282	R\$ 1.092.240,62
254/2013	Contrato	R\$ 1.200.000,00			142	R\$ 424.577,46
467/2012	Contrato	R\$ 982.900,19			72	R\$ 66.300,00
044/2015	Contrato	R\$ 599.920,00			168	R\$ 328.800,00
129/2014*	Contrato	R\$ 458.700,00			0	R\$ -
128/2014	Contrato	R\$ 354.024,20			27	R\$ 72.600,00
224/2014	Contrato	R\$ 229.488,80			125	R\$ 145.100,00
195/2014**	Contrato	R\$ 186.500,00			0	R\$ -
120/2015***	Contrato	R\$ 44.852,27			0	R\$ -
197/2015	Contrato	R\$ 2.500.000,00			22	R\$ 457.643,92
254/2016	Contrato	R\$ 1.255.585,64			21	R\$ 224.400,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

*Projeto MCTI: realização de eventos - professores da UFSC envolvidos não recebem bolsa; *Recurso pagto PF (externo) pago diretamente pela UFSC

** Projeto MCTI: realização de eventos - professores da UFSC envolvidos não recebem bolsa

*** Projeto PROEX: as bolsas serão pagas diretamente pela UFSC e não há outro pagamento para pessoa física

10.3 Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina – FEESC

Quadro 144 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FEESC

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC						
CNPJ:		82.895.327/0001-33						
Página na Internet:		http://www.feesc.org.br/						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Extensão	503/2012	Contrato	Projeto e-SUS Atenção Básica - Educação Permanente para os Profissionais e Estudantes do Sistema Único de Saúde (SUS) na Atenção Básica	21/01/2012	30/07/2017	10.000.000,00	10.000.000,00
2	Extensão	138/2015	Contrato	Tecnologia e Arquitetura da Informação para Construção e Operacionalização da Plataforma da Universidade do Trabalhador	01/12/2015	30/09/2016	7.983.020,00	0
3	Extensão	232/2014	Contrato	Capacitação sobre expansão e consolidação da estratégia da saúde família - PROESF	23/12/2014	17/03/2017	7.500.000,00	7.500.000,00

4	Pesquisa	574/2012	Contrato	Cooperação técnica para Elaboração de estudos do setor portuário e desenvolvimento de ferramentas para planejamento e apoio à tomada de decisão.	02/04/2013	15/09/2016	6.972.940,00	6.972.940,00
5	Pesquisa	239/2013	Contrato	Elaboração de Estudos para Implantação de 16 áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs.	07/05/2014	02/02/2016	5.533.350,00	5.533.350,00
6	Pesquisa	514/2012	Contrato	Cooperação técnica para elaboração de estudos e projetos a apoio à SEP/PR na implantação do sistema VTMS - Vessel Traffic Management Information System (Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações) em portos públicos brasileiros.	15/01/2013	17/11/2016	5.000.000,00	5.000.000,00
7	Pesquisa	117/2014	Contrato	Modelo de Referência para Sistematização de Conteúdos para Formação de Gestores Públicos na Área da Educação.	27/03/2014	26/03/2016	2.425.000,00	2.425.000,00
8	Pesquisa	245/2013	Contrato	Continuidade da Implantação e Expansão do Sistema Catarinense de Telemedicina e Telesaúde - STT/2013.	16/12/2013	31/03/2016	2.208.000,00	2.208.000,00

9	Extensão	931/2013	Contrato	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Blumenau, Brusque, Botuvera, Rodeio, Tímbó, Itajaí, Camboriú e Balneário Camboriú do Estado de Santa Catarina. LOTE2	12/12/2013	11/12/2018	2.051.787,84	1.218.307,72
10	Extensão	229/2013	Contrato	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Luis Alves, Gaspar, Ilhota, Navegantes, Nova Trento, Antônio Carlos, Palhoça e Itapema do Estado de Santa Catarina. LOTE 1	12/12/2013	11/12/2018	2.051.787,84	1.447.057,72
11	Extensão	230/2013	Contrato	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Alfredo Wagner, Taió, Ituporanga, Rio Fortuna, José Boiteux, Presidente Getúlio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza do Estado de Santa Catarina - LOTE 3	12/12/2013	11/12/2018	1.979.388,58	1.457.794,21

12	Extensão	494/2018	Contrato	Curso sobre Saúde Mental na Infância e Adolescência no Âmbitoda Rede de Atenção Psicossocial	29/11/2012	30/07/2016	1.500.000,00	1.500.000,00
13	Pesquisa	254/2014	Contrato	Execução Descentralizada para o Aprimoramento do Marco Regulatório e Fiscalizatório do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas e Passageiros	10/03/2015	15/06/2016	1.311.240,00	1.311.240,00
14	Extensão	495/2012	Contrato	Atenção às Situações de Crise em Saúde Mental	29/11/2012	24/04/2016	1.300.000,00	1.300.000,00
15	Pesquisa	450/2009	Contrato	Regular as condições e responsabilidades dos partícipes para com a realização do programa intitulado PRH 09 - - Formação de recursos humanos em engenharias mecânica e química em ênfase em petróleo e gás (MECPETRO), termo de cooperação técnica UFSC e ANP	29/12/2009	30/11/2017	1.259.579,48	1.040.434,33
16	Pesquisa	229/2014	Contrato	Desenvolvimento de ônibus elétricos para transporte público por energia solar fotovoltaica	29/12/2014	28/07/2017	1.000.000,00	1.000.000,00

17	Pesquisa	445/2019	Contrato	Programa PRH nº 34 - Formação de Engenheiros na Áreas de Automação, Controle e Instrumentação para a indústria de Petróleo e Gás	29/12/2009	30/11/2017	768.262,28	657.024,84
18	Ensino	031/2014	Contrato	Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação	18/03/2014	31/03/2017	692.483,77	665.143,30
19	Desenvolvimento Institucional	219/2013	Contrato	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	04/12/2013	29/12/2017	897.080,00	620.436,00
20	Pesquisa	018/2015	Contrato	Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do Campus Reitor João David Ferreira Lima	16/03/2015	15/03/2018	584.454,54	456.303,02

21	Desenvolvimento Institucional	034/2014	Contrato	Estruturação de modelos conceituais e operacionais da agência de inovação da UFSC e integração destes com o programa de incubação de empresas e com o parque tecnológico	27/03/2014	26/03/2017	454.956,96	454.956,94
22	Ensino	030/2014	Contrato	Implantação de uma Turma de Pós-Graduação "Stricto Sensu", em nível de Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental	17/03/2014	31/03/2017	304.000,00	304.000,00
23	Pesquisa	569/2012	Contrato	Estudo de Medidores de Temperatura com Sensores à Fibra Óptica	11/12/2012	09/03/2016	252.900,00	252.900,00
24	Extensão	352/2012	Contrato	Curso à Distância sobre Etiquetagem da Eficiência Energética de Edificações	03/07/2016	02/07/2017	169.273,75	135.599,64
25	Pesquisa	207/2013	Contrato	Primeira etapa do inventário do patrimônio moderno em Santa Catarina	13/11/2013	29/05/2016	19.840,00	19.840,00
26	Extensão	153/2015	Contrato	XI Workshop sobre gestão e reúso de água na indústria	11/11/2015	31/03/2016	15.000,00	15.000,00

27	Ensino	120/2016	Contrato	Curso de Pós-Graduação Latu Senu em nível de Especialização, denominado Curso de especialização nas Abordagens de Big-Data, Cloud, Modelagem e Predição em Sistemas Computacionais	30/05/2016	30/04/2017	202.601,07	167.138,18
28	Extensão	188/2015	Contrato	Formação de Agentes Executores do Programa Minha Casa minha Vida - Entidades e Rural	07/03/2016	30/12/2017	2.278.553,00	2.278.553,00
29	Extensão	271/2016	Contrato	2º Curso EAD de Aperfeiçoamento em Implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde	21/12/2016	28/08/2017	706.000,00	353.000,00
30	Extensão	282/2016	Contrato	Alinhamento da Academia Nacional da Policia Rodoviária Federal - PRF ao Modelo de Universidade Corporativa em Rede, Capacitando-a a Institucionalizar uma Cultura de Aprendizagem em Rede.	20/12/2016	31/10/2019	2.373.075,74	300.000,00
31	Extensão	183/2015	Contrato	Alinhamento da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) à Gestão do Conhecimento e Governança Pública do MAPA.	21/01/2016	31/12/2016	8.401.030,00	5.820.856,36

32	Extensão	304/2016	Contrato	Ampliação do modelo de universidade Corporativa em Rede para realização de Programa de Capacitação Aberta para as Cooperativas Brasileiras, prioritariamente das regiões Norte e Nordeste	30/12/2016	31/12/2017	1.936.222,35	0,00
33	Extensão	190/2015	Contrato	E-SUS Atenção Básica - Etapa 03	02/02/2016	06/12/2017	3.200.000,00	3.200.000,00
34	Extensão	226/2016	Contrato	Fomento às Práticas e ao Bem-estar de Equídeos -NEBEq (Núcleo de Equinocultura e Bem Estar de Equinos)	04/11/2016	31/12/2018	162.000,00	162.000,00
35	Extensão	222/2016	Contrato	Meninas Digitais - UFSC	04/11/2016	31/01/2017	69.760,00	69.760,00
36	Extensão	199/2016	Contrato	Promovendo a inclusão digital em escolas de Educação Básica da rede pública a partir da Integração de Tecnologias Inovadoras de baixo custo no ensino de Ciências Naturais e Exatas	29/09/2016	31/12/2017	118.249,23	118.249,23
37	Extensão	186/2015	Contrato	SISMOB - Etapa 02	03/05/2016	31/12/2017	6.000.000,00	1.656.329,53
38	Extensão	219/2016	Contrato	Tecnologias Sociais para Aproveitamento da Matéria Orgânica de Resíduos Sólidos Urbanos no Aglomerado Urbano de Florianópolis: Unidade Experimental de Demonstração	20/10/2016	31/03/2019	242.875,00	199.962,50

39	Extensão	278/2016	Contrato	XII Workshop sobre Gestão e Reúso de Água na Indústria.	29/12/2016	27/02/2017	20.000,00	0,00
40	Pesquisa	246/2016	Contrato	Consórcio Brasil-Noruega de Otimização de Produção	07/11/2016	31/12/2018	290.717,41	51.158,00
41	Pesquisa	018/2016	Contrato	Desenvolvimento de Tecnologias de Informática em Saúde denominado Desenvolvimento, Implantação e Tratamento de Soluções Técnicas em Telemedicina e Telesaúde - STT - SES 2016	05/01/2016	31/12/2017	2.400.000,00	800.000,00
42	Pesquisa	143/2016	Contrato	VISIR+ Educational Modules for Electric and Electronic Circuits Theory and Practice following a Enquiry-based Teaching and Learning methodology supported by VISIR	07/07/2016	01/07/2018	279.161,00	184.478,42
43	Pesquisa	201/2016	Contrato	Projeto de computador de Baixo custo para estudantes da UFSC	05/10/16	04/10/2017	10.000,00	0,00
Totais							92.924.589,84	67.200.483,41

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

Recursos da UPC – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina– FEESC

Quadro 145 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos - FEESC

Recursos da UPC envolvidos nos projetos						
Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
503/2012	Contrato	10.000.000,00			831	5.392.441,82
138/2015	Contrato	7.983.020,00			0	0
232/2014	Contrato	7.500.000,00			144	866.150,00
574/2012	Contrato	6.972.940,00			50	518.394,16
239/2013	Contrato	5.533.350,00			13	268.925,00
514/2012	Contrato	5.000.000,00			17	190.775,00
117/2014	Contrato	2.425.000,00			22	318.900,00
245/2013	Contrato	2.208.000,00			28	424.370,00
931/2013	Contrato	2.051.787,84			25	761.400,00
229/2013	Contrato	2.051.787,84			26	639.000,00
230/2013	Contrato	1.979.388,58			19	709.300,00
494/2018	Contrato	1.500.000,00			27	619.952,33
254/2014	Contrato	1.311.240,00			7	81.175,00
495/2012	Contrato	1.300.000,00			32	583.000,00
450/2009	Contrato	1.259.579,48			12	159.244,50
229/2014	Contrato	1.000.000,00			0	0,00
445/2019	Contrato	768.262,28			0	0,00
031/2014	Contrato	692.483,77			15	211.370,00
219/2013	Contrato	897.080,00			30	154.666,00
018/2015	Contrato	584.454,54			30	212.000,00
034/2014	Contrato	454.956,96			0	0,00
030/2014	Contrato	304.000,00			16	229.500,00
569/2012	Contrato	252.900,00			7	122.800,00
352/2012	Contrato	169.273,75			17	97.049,00
207/2013	Contrato	19.840,00			0	0,00
153/2015	Contrato	15.000,00			0	0,00
120/2016	Contrato	202.601,07			9	96.138,85
188/2015	Contrato	2.278.553,00			22	112.377,28
271/2016	Contrato	706.000,00			0	0,00
282/2016	Contrato	2.373.075,74			0	0,00
183/2015	Contrato	8.401.030,00			33	991.800,00
304/2016	Contrato	1.936.222,35			0	0,00
190/2015	Contrato	3.200.000,00			53	291.380,00
226/2016	Contrato	162.000,00			1	1.000,00
222/2016	Contrato	69.760,00			0	0,00
199/2016	Contrato	118.249,23			0	0,00
186/2015	Contrato	6.000.000,00			10	40.750,00

219/2016	Contrato	242.875,00			0	0,00
278/2016	Contrato	20.000,00			0	0,00
246/2016	Contrato	290.717,41			1	1.500,00
018/2016	Contrato	2.400.000,00			20	171.010,00
143/2016	Contrato	279.161,00			0	0,00
201/2016	Contrato	10.000,00			0	0

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

10.4 Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU

Quadro 146 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FAPEU

Fundação de Apoio								
Nome: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU					CNPJ: 83.476.911/0001-17			
Projeto		Página na internet http://www.fapeu.com.br/index4.php?id_conteudo=3						
Sequencial	Tipo	Nº	TIPO	Objeto	Vigência		Valor	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Institucional	29/2011	Contrato	Viabilização de recursos humanos, materiais e serviços da área de saúde e áreas de apoio, visando a assistência à saúde e consequentemente o ensino e pesquisa, combinando a melhoria da qualidade dos serviços hospitalares e ambulatoriais	22/03/2011	31/12/2016	56.332.451,79	41.063.575,05
2	Extensão	55/2011	Contrato	Execução do projeto de extensão Editora da UFSC.	29/03/2011	28/03/2016	2.931.800,00	2.485.562,41
3	Extensão	171/2011	Contrato	Execução do Projeto Qualificação de profissionais de Enfermagem e de Agentes de Saúde para a atenção rede integrada do SUS: Saúde Mental, Materno Infantil, Urgência e Emergência e Doenças não transmissíveis, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	30/09/2011	07/07/2017	7.500.000,00	7.500.000,00
4	Extensão	263/2013	Contrato	Projeto de Extensão: Qualidade da Rede de Monitoramento e Diagnóstico da Infecção pelo HIV e das Hepatites Virais: Avaliação Externa da Qualidade e Controle de Kits e insumos.	19/05/2014	27/03/2016	2.021.480,00	2.021.480,00
5	Extensão	226/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão: "Curso de Prevenção do Uso de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias - 6ª e 7ª edições".	06/12/2013	30/12/2017	16.201.926,00	14.100.000,00

6	Ensino	54/2014	Contrato	Execução do projeto Institucional "Programa institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE)".	05/04/2014	31/12/2017	1.455.349,93	744.406,13
7	Extensão	66/2014	Contrato	Projeto de Extensão: "Ações de Apoio à saúde para as equipes de atenção básica no estado de Santa Catarina, por meio do núcleo Telessaúde SC". Contrato com Secret. 041/2014.	12/02/2014	31/12/2016	800.000,00	800.000,00
8	Institucional	83/2014	Contrato	Execução do projeto de Desenvolvimento Institucional "Territorialização das Ações de Convivência na UFSC".	26/06/2014	31/03/2016	127.000,00	127.000,00
9	Extensão	173/2014	Contrato	Execução do Projeto de Extensão "Escola da Terra em Santa Catarina".	09/10/2014	31/07/2017	616.500,00	616.500,00
10	Extensão	223/2014	Contrato	Execução do Projeto de Extensão "COBRAC 2014" -	03/12/2014	31/12/2016	30.000,00	30.000,00
11	Pesquisa	256/2013	Contrato	Execução do projeto de pesquisa: "Vigilância da resistência aos antimicrobianos das estirpes de Neisseria gonorrhoeae circulantes no Brasil"	15/05/2014	26/04/2017	1.040.000,00	1.040.000,00
12	Extensão	140/2014	Contrato	Execução do projeto: "Pró-Letramento - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Curso de Formação 2014".	12/09/2014	28/02/2017	3.022.548,00	2.488.098,00
13	Extensão	125/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão; Gestar II - Programa gestão da qualidade escolar.	18/07/2013	30/04/2015	443.186,00	443.186,00
14	Extensão	225/2014	Contrato	Projeto de Extensão ;"Centro Regional de referencia para formação Permanente de Profissionais que Atuam com Usuários de Crack e Outras Drogas e Seus Familiares CCR-UFSC), 2014 -2015.	21/11/2014	31/12/2016	299.755,00	299.755,00
15	Pesquisa	180/2014	Contrato	Execução do projeto de pesquisa:"Genotipagem do HIV-1 in house (RENAGENO in house) em Pacientes sob Falha Terapêutica e resistentes à Terapia Antirretroviral - TARV".	16/10/2014	24/08/2017	3.600.000,00	3.600.000,00
16	Extensão	116/2014	Contrato	Execução da atividade de Extensão intitulada:"Manutenção das Atividades do Comitê Gestor de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública".	11/08/2014	15/06/2017	99.136,21	99.041,40

17	Pesquisa	235/2013	Contrato	Execução do Projeto de Pesquisa: "Desenvolvimento e Implantação de novas tecnologias de produção de microalgas e de espécies nativas de moluscos bivalves no Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC",	20/02/2014	31/12/2017	527.895,76	527.895,76
18	Extensão	237/2014	Contrato	Execução do projeto de Extensão "Estratégia de implantação do e-SUS AB".	04/12/2014	31/12/2017	501.000,00	501.000,00
19	Extensão	220/2013	Contrato	Execução do Projeto de Extensão: Avaliação da tecnologia de próteses ortopédicas nacionais e importadas utilizadas em artroplastia total de quadril".	26/11/2013	27/07/2016	2.700.000,00	2.700.000,00
20	Ensino	227/2013	Contrato	Execução do projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização Multiprofissional, na Atenção Básica.	12/02/2014	31/01/2016	6.300.002,63	6.300.002,63
21	Ensino	232/2013	Contrato	Execução do projeto "Centro de Especialidades Odontológicas - Brasil Sorridente".	02/12/2013	30/08/2018	1.272.645,46	569.545,46
22	Extensão	444/2012	Contrato	Execução do projeto de extensão "S2ID - Controle de processos para transferência obrigatória e obras de prevenção".	14/09/2012	30/08/2016	2.529.545,00	2.529.545,00
23	Extensão	247/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão "Apoio a Formação de Turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo"	20/02/2014	30/08/2017	2.016.000,00	1.483.940,00
24	Extensão	198/2014	Contrato	Execução da atividade de extensão intitulada: "Formação continuada de conselheiros Municipais de Educação".	10/11/2014	30/03/2016	88.872,19	88.872,19
25	Ensino	125/2014	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Atenção Domiciliar".	18/07/2014	30/09/2016	1.000.000,00	700.000,00
26	Extensão	500/2012	Contrato	Projeto de extensão Curso sobre saúde mental e trabalho em rede: demandas ao consumo de álcool e outras drogas. (OBS: Subst. do coord, conf. ofício 16/2013 - período de (1) um ano)	22/01/2013	31/12/2017	7.200.000,00	7.200.000,00

27	Pesquisa	258/2013	Contrato	Execução do projeto de Pesquisa: " Projeto Telessaúde V para o Fortalecimento e Qualificação da Atenção Básica: Núcleo Santa Catarina".	26/02/2014	31/12/2017	3.638.950,00	3.538.950,00
28	Extensão	228/2014	Contrato	Execução do Projeto de Extensão: Inclusão Digital Indígena.	03/12/2014	01/08/2016	750.000,00	750.000,00
29	Pesquisa	87/2013	Contrato	Execução do Projeto de Pesquisa "Programa de Atividades Físicas a Comunidade".	04/05/2013	31/12/2016	500.000,00	440.431,66
30	Extensão	172/2014	Contrato	Execução da Atividade de Extensão Intitulada "Implantação da Ação Saberes Indígenas na Escola, junto a escolas Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ em Santa Catarina".	06/10/2014	30/12/2017	788.400,00	788.400,00
31	Extensão	234/2013	Contrato	Execução do Projeto de Extensão: "Projeto de Extensão do Sistema de Informações Integradas sobre Desastres (S2ID)".	12/02/2014	27/02/2017	1.001.750,00	1.001.750,00
32	Extensão	512/2012	Contrato	Projeto de extensão "Estudos Especializados e Planos Estratégicos com Foco na Cadeia Produtiva, como Suportena Confecção de Projeto Técnico, Acompanhamento à Implementação e Monitoramento de Empreendimentos Agroindustriais em Assentamentos	08/01/2013	20/01/2017	21.565.677,83	21.261.985,52
33	Extensão	521/2012	Contrato	Projeto de extensão "Capacitação para a Gestão da Assistência Farmacêutica - EAD",	21/12/2012	31/07/2016	7.805.250,00	7.805.250,00
34	Extensão	525/2012	Contrato	Aperfeiçoamento do sistema de prevenção, controle e atendimento emergencial em acidentes com produtos perigosos em SC	28/02/2013	31/05/2016	1.061.377,98	1.061.377,98
35	Extensão	124/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão; Desenvolvimento de modelo de governança aplicado a Redes de Políticas Públicas de promoção a igualdade social.	15/07/2013	30/06/2016	2.880.012,50	2.880.012,50
36	Extensão	204/2013	Contrato	Projeto de Extensão: "Projeto análise de Mercado: Produção, Beneficiamento e Comercialização de Alimentos Agroecológicos para o Mercado Institucional da Região Sul do Brasil: RS-SC-PR".	25/11/2013	10/05/2017	6.824.551,21	6.629.052,89

37	Extensão	255/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão: "Aperfeiçoamento do Sistema único de Saúde".	19/03/2014	30/04/2017	2.047.974,62	2.047.974,62
38	Extensão	222/2014	Contrato	Execução do projeto de extensão "Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)".	22/10/2014	31/07/2016	938.563,45	724.878,91
39	Pesquisa	262/2013	Contrato	Execução do projeto de Pesquisa "Ações de Monitoramento de qualidade de insumos para aquicultura".	27/03/2014	31/01/2016	609.078,25	609.078,25
40	Ensino	134/2014	Contrato	Projeto de ensino referente à realização de um Curso de Especialização à Distância em Educação na Cultura Digital -Proinfo.	08/08/2014	30/11/2016	1.220.000,00	1.220.000,00
41	Extensão	252/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão "Formação Continuada em Conselhos Escolares"	27/03/2014	15/06/2016	271.094,60	271.094,60
42	Extensão	227/2014	Contrato	Execução do Evento de Extensão Intitulado: "Projeto Inglês sem Fronteira".	27/11/2014	01/03/2016	120.000,00	98.100,00
43	Extensão	231/2014	Contrato	Execução do projeto de extensão: "De olho na Terra - Região Sul".	03/12/2014	20/05/2017	3.399.712,44	3.399.712,44
44	Extensão	226/2014	Contrato	Execução da Atividade de Extensão Intitulada: "Formação Básica em Auriculoterapia na Atenção Primária à Saúde".	03/12/2014	23/10/2017	2.501.064,00	929.232,00
45	Extensão	260/2013	Contrato	Execução do projeto de Extensão: "Cursos de Educação a Distância em Atenção Domiciliar".	14/10/2014	15/06/2017	2.000.000,00	1.700.000,00
46	Ensino	126/2014	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Aperfeiçoamento em Atenção Domiciliar".	18/07/2014	30/06/2016	700.000,00	
47	Ensino	221/2014	Contrato	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Docência Infantil".	11/11/2014	30/08/2016	250.190,00	250.190,00

48	Extensão	234/2014	Contrato	Execução do projeto de Extensão:"Aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa Nacional /Telessaúde Brasil Redes".	03/12/2014	30/06/2017	688.000,00	688.000,00
49	Extensão	197/2014	Contrato	Execução do projeto de extensão:"Capacitação sobre expansão e consolidação da estratégia da saúde da família -PROESF".	11/11/2014	17/03/2017	7.000.000,00	7.000.000,00
50	Ensino	151/2014	Contrato	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Educação, Pobreza e Desigualdade Social".	02/09/2014	30/12/2016	806.400,00	806.400,00
51	Pesquisa	202/2014	Contrato	Apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa:"Pesquisa do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social."	17/11/2014	31/12/2017	50.000,00	50.000,00
52	Ensino	235/2014	Contrato	Recursos de investimento para os Cursos da UFSC oferecidos na modalidade a distância, pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).;	03/12/2014	31/12/2016	148.000,00	148.000,00
53	Pesquisa	257/2013	Contrato	Execução do projeto: ""Complexo Industrial da Saúde e o serviço de atenção aos usuários de medicamentos: monitoramento de estratégias de acesso "".	27/12/2013	15/12/2016	2.000.000,00	
54	Pesquisa	257/2011	Contrato	Projeto de Pesquisa Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente.	14/03/2012	31/12/2016	640.500,00	640.500,00
55	Ensino	468/2012	Contrato	Execução do Projeto de ensino "Implementação e oferta do 1º e 2º semestres, 2ª edição de Filosofia no âmbito do Sistema (UAB).	09/11/2012	31/12/2016	262.231,50	262.231,50
56	Ensino	216/2014	Contrato	Execução do : "Curso de Especialização em Gestão Escolar".	12/11/2014	30/07/2017	320.437,00	320.437,00
57	Pesquisa	238/2014	Contrato	Execução do projeto de pesquisa:"Tecnologia para a produção de peixes e ornamentais marinhos no LAPOM/UFSC".	04/12/2014	01/01/2017	135.000,00	135.000,00

58	Pesquisa	460/2012	Contrato	Execução da atividade de pesquisa intitulada "Estudos, pesq. e prog. de capacitação para des. e consolidação de métodos e processos p/ suporte à gestão de competências da CGPERT vinculadas às áreas de segurança viária e operações rodoviárias".	31/08/2012	06/07/2017	54.579.420,00	52.523.481,70
59	Pesquisa	243/2013	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado "Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República-SAC/PR no Planejamento do Setor aeroportuário Brasileiro". -	12/02/2014	06/12/2017	35.792.800,00	27.708.890,00
60	Ensino	164/2014	Contrato	Projeto Intitulado:"Oferta e acompanhamento dos cursos: Física, Matemática, Biologia, Letras Espanhol e Núcleo UAB da UFSC no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil".	11/09/2014	30/08/2018	8.358.786,31	4.783.639,83
61	Extensão	35/2015	Contrato	Execução da Atividade de Extensão Intitulada:"Programa Nacional do Livro Didático - Avaliação das obras didáticas das séries iniciais de Geografia".	24/03/2015	31/01/2016	2.160.620,23	2.160.620,23
62	Extensão	39/2015	Contrato	Atividade de Extensão Intitulada:"Contribuição do Design Universal no Contexto da Realbilitação Física: Estratégias para o Sistema Único de Saúde."	14/04/2015	31/12/2017	300.000,00	300.000,00
63	Extensão	46/2015	Contrato	Evento de Extensão intitulado:"Aperfeiçoamento em Promoção da Saúde".	30/04/2015	27/08/2016	590.000,00	590.000,00
64	Ensino	73/2015	Contrato	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica".	26/06/2015	30/06/2016	1.893.067,20	1.893.067,20
65	Extensão	109/2015	Contrato	Projeto de Extensão;"Aperfeiçoamneto do Sistema único de Saúde (SUS) - Implantação de políticas de atenção - Nacional capacitação em atenção à Saúde do Homem".	19/08/2015	22/05/2017	2.000.000,00	2.000.000,00
66	Extensão	110/2015	Contrato	Projeto de extensão:"Formação de médicos para o SUS - Programa mais Médicos".	20/08/2015	16/04/2017	1.518.191,39	806.930,17

67	Extensão	111/2015	Contrato	Projeto de extensão:"Agricultura Legal: Conservação da floresta e dos recursos hídricos na agricultura familiar do planalto Catarinense".	20/08/2015	31/12/2017	101.065,00	101.065,00
68	Ensino	115/2015	Contrato	Curso de Pós-Graduação lato sensu, em nível de Especialização, em Tecnologia da Informação e comunicação aplicadas a segurança Pública e Direitos Humanos.	04/09/2015	31/05/2017	206.100,00	206.100,00
69	Extensão	122/2015	Contrato	Execução do projeto de extensão:"Suporte à SEP/PR nas ações de planejamento de setor portuário nacional e na implantação de projeto de inteligência logística portuária".	14/09/2015	08/06/2019	29.872.640,00	15.089.756,00
70	Extensão	128/2015	Contrato	Projeto de Extensão: "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2015) na UFSC".	08/10/2015	31/03/2016	90.000,00	90.000,00
71	Extensão	134/2015	Contrato	Projeto de Extensão intitulado: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar do Estado de Santa Catarina - CECANE/SC	30/09/2015	01/07/2016	792.096,67	792.096,67
72	Ensino	135/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado:"Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica II".	18/11/2015	30/08/2020	3.020.000,00	1.255.423,57
73	Extensão	137/2015	Contrato	Execução do Projeto de Extensão Intitulado:"Elaboração do Material digital do Pacto da Alfabetização".	09/11/2015	29/01/2017	1.200.000,00	1.200.000,00
74	Institucional	141/2015	Contrato	Apoio administrativo e financeiro para execução do "Concurso Vestibular 2016".	03/11/2015	31/12/2016	2.056.962,57	2.056.962,57
75	Extensão	142/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado: Programa Extensionista de Cultura, Artes e Educação Infantil".	17/11/2015	31/12/2016	1.315.104,00	1.315.104,00
76	Pesquisa	143/2015	Contrato	Fortalecimento e ampliação das ações do LCA/UFSC na produção de biomassa e bioprodutos a partir de microalgas: melhoria da infra. de P, D & I e apoio ao proj. da Rede Microalgas para a prod. de biodiesel.	21/12/2015	31/08/2017	473.468,26	473.468,26

77	Extensão	145/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado:" Sábado no Campus Esportes Adaptados: Iniciação e treinamento de Goalball".	16/11/2015	30/06/2016	14.995,00	14.995,00
78	Pesquisa	155/2015	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado Territórios do Axé: Religiões de Matriz Africana da Grande Florianópolis.	13/11/2015	01/09/2017	60.000,00	60.000,00
79	Extensão	159/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado" Ações contínuas do programa de avaliação externa da qualidade da rede monitoramento e diagnóstico da infecção pelo HIV, Sífilis e Hepatites virais".	16/12/2015	23/12/2017	2.000.000,00	2.000.000,00
80	Extensão	160/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado:" Desenvolvimento e produção de materiais instrucionais para prevenção, assistência, diagnostico, tratamento e controle de DST, AIDS e Hepatites Virais".	14/12/2016	30/03/2017	2.000.000,00	2.000.000,00
81	Extensão	179/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado " Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food " -	15/01/2016	30/10/2017	3.509.210,00	2.944.905,06
82	Extensão	185/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado "Qualificação do cuidado em rede às pessoas em situação de crise e urgência em saúde mental ".	18/12/2015	23/09/2018	5.000.000,00	1.616.000,00
83	Extensão	187/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado " Telessaúde VI para manutenção do programa nacional telessaúde Brasil redes: núcleo Santa Catarina".	06/01/2016	31/10/2017	3.808.800,00	2.254.400,00
84	Extensão	191/2015	Contrato	e-SUS Atenção Básica Etapa 03	21/12/2015	06/12/2017	13.500.000,00	3.240.000,00
85	Extensão	192/2015	Contrato	Projeto intitulado " Avaliação de Tecnologias de Próteses de Quadril.	21/12/2015	12/12/2017	1.760.000,00	1.760.000,00
86	Extensão	193/2015	Contrato	Projeto intitulado " Avaliação de Tecnologias de Próteses de Quadril.	29/12/2015	12/12/2017	516.000,00	516.000,00
87	Ensino	196/2015	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do " Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica - 2015/2018".	30/12/2015	07/12/2018	5.000.000,00	1.000.000,00

88	Pesquisa	142/2016	Contrato	Execução do Projeto de Pesquisa intitulado "Fatores de Risco no Prognóstico de próteses totais removíveis suportadas por implantes extra-curtos em mandíbulas severamente reabsorvidas - Ensaio Clínico Randomizado".	06/06/2016	04/02/2019	341.624,81	341.624,81
89	Extensão	153/2016	Contrato	Apoio administrativo e financeiro para execução do projeto de extensão : Editora da UFSC.	26/07/2016	28/02/2018	1.201.816,08	203.802,50
90	Institucional	158/2016	Contrato	Apoio administrativo para a execução do "Concurso UFSC 2016".	20/07/2016	31/12/2016	312.765,51	312.765,51
91	Pesquisa	165/2016	Contrato	Projeto de pesquisa intitulado " Estratégia de engenharia de tecido ósseo utilizando células-tronco mesenquimais e arcabouços de PLGA+HA+BTCP e Sinvastatina - estudo ex vivo".	18/08/2016	28/02/2019	159.972,89	159.972,89
92	Ensino	200/2016	Contrato	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Mestrado Profissionalizante em Agroecossistemas".	26/09/2016	11/05/2018	483.822,89	209.045,73
93	Extensão	213/2016	Contrato	Projeto de Extensão: " Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Santa Catarina".	22/09/2016	01/06/2018	192.639,24	61.656,75
94	Institucional	223/2016	Contrato	Concurso vestibular 2017.	25/10/2016	31/12/2017	2.204.356,88	2.204.356,88
95	Extensão	224/2016	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE/SC).	25/10/2016	10/06/2017	698.772,23	698.772,23
96	Ensino	225/2016	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Mestrado Profissional em Letras., (CONTRATO NÃO ASSINADO)	25/10/2016	28/02/2019	100.000,00	0
97	Institucional	238/2016	Contrato	Projeto de Desenvolvimento Institucional : "Estudo Preliminar para o ENEM em Libras".	08/11/2016	15/01/2017	199.832,46	199.832,46
98	Extensão	239/2016	Contrato	Execução do Projeto de Extensão " Programa PIBID Diversidade-CAPE/MEC para os cursos de Educação do Campo e Educação Intercultural Indígena". (CONTRATO NÃO	01/11/2016	31/12/2016	288.300,00	0

				ASSINADO)				
99	Pesquisa	248/2016	Contrato	Projeto de pesquisa: "Ações de monitoramento de qualidade de insumos para a Aquicultura-operacionalização do Labnutri - 2ª etapa".	03/11/2016	31/01/2017	365.941,87	365.941,87
100	Extensão	249/2016	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado : "Desenvolvimento tecnológico e produção de formas jovens de moluscos".	31/10/2016	14/07/2019	2.460.000,00	572.283,00
101	Extensão	253/2016	Contrato	Projeto de extensão: "Ambulatório de Doenças Raras". (CONTRATO NÃO ASSINADO)	08/11/2016	27/09/2019	100.000,00	0
102	Institucional	255/2016	Contrato	Projeto de desenvolvimento institucional intitulado "Fazenda Experimental Yakult".	25/11/2016	31/07/2021	3.250.000,00	50.000,00
103	Pesquisa	264/2016	Contrato	Projeto de Pesquisa intitulado " Manutenção e atualização do Centro Brasileiro de Eficiência Energética em Edificações - CB3E (FASE 1)".	18/11/2016	30/04/2017	138.372,00	0
104	Extensão	272/2016	Contrato	Projeto de Extensão : "Projeto de ampliação do S2ID para funções de gerenciamento pelos estados e integração com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)".	28/11/2016	06/01/2018	678.400,00	678.400,00
105	Ensino	273/2016	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Aperfeiçoamento em Atenção Domiciliar.	29/11/2016	06/05/2017	700.000,00	0
106	Ensino	274/2016	Contrato	Programa de Mestrado Profissional em informática em Saúde.	29/11/2016	31/12/2018	500.000,00	0
107	Extensão	276/2016	Contrato	Execução do Projeto de Extensão: "Desenvolvimento da versão digital dos materiais do PNAIC".	29/11/2016	31/12/2017	842.802,00	0
108	Extensão	277/2016	Contrato	Apoio administrativo ao projeto de extensão Capacitação de gestores e pesquisadores públicos atuantes na gestão costeira -	30/11/2016	30/04/2018	254.767,46	0

109	Extensão	280/2016	Contrato	Projeto de Extensão: Vigilância sistemática da resistência aos Antimicrobianos das Cepas de Neisseria Gonorrhoeae Circulantes no Brasil.	01/12/2016	30/11/2017	500.000,00	0	
110	Extensão	281/2016	Contrato	Projeto de extensão: Avaliação externa da qualidade dentro do programa AEQ da rede de diagnóstico com testes rápidos e monitoramento da infecção pelo HIV , Sífilis e Hepatites virais.	01/12/2016	30/11/2017	500.000,00	0	
111	Extensão	285/2016	Contrato	Apoio administrativo para execução do Projeto de Extensão intitulado: Programa Esporte para a Vida ".	02/12/2016	31/12/2018	16.213.048,00	0	
112	Pesquisa	286/2016	Contrato	Apoio administrativo ao projeto de pesquisa "Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de pequeno porte - Serpens II e Floripa - SAT". -	02/12/2016	31/12/2017	2.470.000,00	0	
113	Pesquisa	301/2016	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado "Desenvolvimento da Infra-estrutura do Parque Tecnológico do LEBm/HU-UFSC - Equipamentos Laboratoriais"	29/12/2016	14/11/2018	3.500.000,00	0	
114	Extensão	303/2016	Contrato	Execução do Projeto de Extensão " Escola de Extensão".	01/12/2016	15/11/2019	360.000,00	0	
115	Pesquisa	306/2016	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado "Desenvolvimento da Infra-estrutura do Parque Tecnológico do LEBm/HU. -UFSC"	29/12/2016	14/11/2018	7.250.000,00	0	
							Total	423.337.870,30	306.328.804,79

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

Recursos da UPC – Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU

Quadro 147 - Recursos Pertencentes às UPC Envolvidos nos Projetos - FAPEU

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
29/2011	Contrato	56.332.451,79			1	N/C
55/2011	Contrato	2.931.800,00			1	3.206,00
171/2011	Contrato	7.500.000,00			36	203.600,00
263/2013	Contrato	2.021.480,00			1	N/C
226/2013	Contrato	16.201.926,00			3	3.600,00
54/2014	Contrato	1.455.349,93			1	N/C
66/2014	Contrato	800.000,00			1	N/C
83/2014	Contrato	127.000,00			2	26.400,00
173/2014	Contrato	616.500,00			1	N/C
223/2014	Contrato	30.000,00			1	N/C
256/2013	Contrato	1.040.000,00			1	N/C
140/2014	Contrato	3.022.548,00			4	N/C
125/2013	Contrato	443.186,00			3	26.000,00
225/2014	Contrato	299.755,00			1	N/C
180/2014	Contrato	3.600.000,00			1	N/C
116/2014	Contrato	99.136,21			1	N/C
235/2013	Contrato	527.895,76			1	N/C
237/2014	Contrato	501.000,00			1	N/C
220/2013	Contrato	2.700.000,00			5	94.580,00
227/2013	Contrato	6.300.002,63			11	35.977,70
232/2013	Contrato	1.272.645,46			2	17.800,00
444/2012	Contrato	2.529.545,00			2	13.600,00
247/2013	Contrato	2.016.000,00			1	N/C
198/2014	Contrato	88.872,19			1	N/C
125/2014	Contrato	1.000.000,00			9	38.960,55
500/2012	Contrato	7.200.000,00			22	220.105,80
258/2013	Contrato	3.638.950,00			1	N/C
228/2014	Contrato	750.000,00			1	N/C
87/2013	Contrato	500.000,00			1	N/C
172/2014	Contrato	788.400,00			1	N/C
234/2013	Contrato	1.001.750,00			1	N/C
512/2012	Contrato	21.565.677,83			1	N/C
521/2012	Contrato	7.805.250,00			21	100.525,00
525/2012	Contrato	1.061.377,98			3	5.000,00
124/2013	Contrato	2.880.012,50			15	240.300,00
204/2013	Contrato	6.824.551,21			1	N/C
255/2013	Contrato	2.047.974,62			2	67.400,00
222/2014	Contrato	938.563,45			1	N/C
262/2013	Contrato	609.078,25			1	12.100,00
134/2014	Contrato	1.220.000,00			3	10.593,17
252/2013	Contrato	271.094,60			1	N/C
227/2014	Contrato	120.000,00			1	N/C
231/2014	Contrato	3.399.712,44			1	N/C

226/2014	Contrato	2.501.064,00			6	N/C
260/2013	Contrato	2.000.000,00			2	6.415,70
126/2014	Contrato	700.000,00			1	N/C
221/2014	Contrato	250.190,00			1	N/C
234/2014	Contrato	688.000,00			1	N/C
197/2014	Contrato	7.000.000,00			1	N/C
151/2014	Contrato	806.400,00			3	N/C
202/2014	Contrato	50.000,00			1	N/C
235/2014	Contrato	148.000,00			1	N/C
257/2013	Contrato	2.000.000,00			1	N/C
257/2011	Contrato	640.500,00			1	N/C
468/2012	Contrato	262.231,50			1	N/C
216/2014	Contrato	320.437,00			1	N/C
238/2014	Contrato	135.000,00			1	N/C
460/2012	Contrato	54.579.420,00			18	505.486,00
243/2013	Contrato	35.792.800,00			7	144.950,00
164/2014	Contrato	8.358.786,31			5	N/C
35/2015	Contrato	2.160.620,23			8	85.000,00
39/2015	Contrato	300.000,00			1	0,00
46/2015	Contrato	590.000,00			6	126.000,00
73/2015	Contrato	1.893.067,20			11	238.000,00
109/2015	Contrato	2.000.000,00			5	180.000,00
110/2015	Contrato	1.518.191,39			3	90.000,00
111/2015	Contrato	101.065,00			12	0,00
115/2015	Contrato	206.100,00			14	0,00
122/2015	Contrato	29.872.640,00			1	124.800,00
128/2015	Contrato	90.000,00			2	0,00
134/2015	Contrato	792.096,67			7	57.000,00
135/2015	Contrato	3.020.000,00			5	0,00
137/2015	Contrato	1.200.000,00			3	35.200,00
141/2015	Contrato	2.056.962,57			5	233.505,00
142/2015	Contrato	1.315.104,00			3	105.600,00
143/2015	Contrato	473.468,26			1	0,00
145/2015	Contrato	14.995,00			1	0,00
155/2015	Contrato	60.000,00			1	0,00
159/2015	Contrato	2.000.000,00			2	49.000,00
160/2015	Contrato	2.000.000,00			2	122.400,00
179/2015	Contrato	3.509.210,00			1	72.000,00
185/2015	Contrato	5.000.000,00			6	608.000,00
187/2015	Contrato	3.808.800,00			3	90.000,00
191/2015	Contrato	13.500.000,00			2	68.000,00
192/2015	Contrato	1.760.000,00			5	373.200,00
193/2015	Contrato	516.000,00			1	0,00
196/2015	Contrato	5.000.000,00			10	238.000,00
142/2016	Contrato	341.624,81			5	47.000,00
153/2016	Contrato	1.201.816,08			4	220.000,00
158/2016	Contrato	312.765,51			13	0,00
165/2016	Contrato	159.972,89			2	0,00
200/2016	Contrato	483.822,89			9	0,00
213/2016	Contrato	192.639,24			2	88.800,00
223/2016	Contrato	2.204.356,88			18	364.500,00
224/2016	Contrato	698.772,23			6	44.400,00

225/2016	Contrato	100.000,00			10	0,00
238/2016	Contrato	199.832,46			10	51.250,00
239/2016	Contrato	288.300,00			11	94.800,00
248/2016	Contrato	365.941,87			6	0,00
249/2016	Contrato	2.460.000,00			10	457.200,00
253/2016	Contrato	100.000,00			4	0,00
255/2016	Contrato	3.250.000,00			4	180.000,00
264/2016	Contrato	138.372,00			2	0,00
272/2016	Contrato	678.400,00			1	30.000,00
273/2016	Contrato	700.000,00			6	54.000,00
274/2016	Contrato	500.000,00			2	96.000,00
276/2016	Contrato	842.802,00			1	48.000,00
277/2016	Contrato	254.767,46			1	24.000,00
280/2016	Contrato	500.000,00			3	77.000,00
281/2016	Contrato	500.000,00			2	46.000,00
285/2016	Contrato	16.213.048,00			8	1.600.800,00
286/2016	Contrato	2.470.000,00			8	0,00
301/2016	Contrato	3.500.000,00			4	0,00
303/2016	Contrato	360.000,00			3	0,00
306/2016	Contrato	7.250.000,00			4	0,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Elaboração

Secretaria de Planejamento e Orçamento
Prof. Vladimir Arthur Fey

Departamento de Planejamento e Gestão da Informação
Caroline Renata Delle Finati
Manuela Coelho Perez
Monique Regina Bayestorff Duarte de Sousa
Renato Magri
Sergio Roberto Pinto da Luz

Fone:
+55 (48) 3721-4201

Endereço Eletrônico:
dpgi@ufsc.br

Página Eletrônica:
<http://dpgi.seplan.ufsc.br>

Campus Universitário João David Ferreira Lima - Trindade
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
CEP: 88040-900



Conhecimento produzindo cidadania